

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



Samanta Lopes Martins

Aspirante a Oficial de Polícia

Trabalho de Projecto do Mestrado em Ciências Policiais

XXII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**A intervenção dos cidadãos romenos e servo-croatas em
furtos em interior de residências**

Orientadora:

Mestre Maria João Guia

Lisboa, 26 de Abril de 2010





DEDICATÓRIA

O fim de uma etapa se avizinha e com essa, o início de uma outra.

O percurso foi traçado... mas nem tudo na vida é como esperado.

Ao teu lado, vivi momentos únicos... contigo ri, chorei, vivi...fui FELIZ!!

Mas nem tudo na vida é perpétuo, pelo menos fisicamente...e tu partiste...

Deixas com a tua ausência a certeza de que a vida merece ser vivida com toda a alegria e a certeza de que lutaremos pelos nossos sonhos...

A saudade está aqui...presente em cada dia... Tu permaneces no meu pensamento, por isso, Meu Irmão...a ti dedico esta minha luta!

E tinhas razão... “Nunca me vais parar!”

Aos outros Anjos que nos acompanham, dedico toda a essência da luta e espírito de sacrifício que este trabalho exige...



AGRADECIMENTOS

Findo que está este trabalho e depois de uma acérrima luta, olho para trás e vejo que tenho mais uma página escrita naquele que é o livro da minha vida.

Contudo, o meu livro não veria mais uma página escrita sem outras tantas terem sido dedilhadas ao longo deste trabalho. Como em tudo na vida, sozinhos não somos nada. Aqui quero prestar o meu maior agradecimento àqueles que acreditaram em mim e sempre me acompanharam ao longo deste percurso.

Agradeço ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna por me ter proporcionado, ao longo de cinco anos, experiências únicas e enriquecedoras que contribuíram para a minha formação como pessoa e como elemento policial.

Agradeço à Dra. Maria João Guia, minha Orientadora, pela pessoa incrível que é, pela sua humildade, mas acima de tudo humanidade, pela sua luta, dedicação, vontade e acreditar. Um grato e eterno obrigada por todas as lições que me transmitiu, tanto pessoais como profissionais.

Agradeço aos meus Pais, Irmã e Família por me terem feito crescer, por nunca duvidarem de mim e do meu valor e por todos os gestos de carinho e apoio. E em particular à minha mãe, pela ajuda prestada.

Um enorme obrigado ao meu camarada Nuno Marques, por toda a ajuda prestada desde o início deste trabalho, pelas informações prestadas e por toda a disponibilidade.

Agradeço a todos os entrevistados e pessoas com quem contactei, pela sua disponibilidade e contribuição para este trabalho com os seus ensinamentos e conhecimentos.

Agradeço ao Comissário Tito Fernandes por todas as dicas que me deu ao longo do trabalho e por toda a atenção prestada.

Um sincero obrigado ao meu padrinho, Victor Barros, por toda a ajuda prestada.

Ao meu primo, André Teixeira, agradeço toda a ajuda e disponibilidade para as minhas dúvidas.

Aquele grupo que foi o meu pilar nos momentos menos bons e que sempre me proporcionou uma lufada de ar fresco: Daniela Fernandes, Catarina Neves, Ana Vieira, Cláudia Cardoso, Marta Duarte, Ana Hipólito, Rita Henriques, Andreia Gonçalves e Andreia Parente.

A ti, Roberto, pela compreensão das minhas ausências e por todo o apoio.



À minha equipa, por compreender as minhas ausências e me presentear com aquela alegria essencial e determinação que fazem de mim uma pessoa orgulhosa.

Ao Comandante e Adjunto da 10.^a Esquadra por entenderem as minhas preocupações e se disponibilizarem para tudo aquilo que fosse necessário, bem como ao Efectivo da mesma por toda a força que me foi transmitindo.

A ti Emanuel por acreditares em mim e me teres apoiado na fase mais crítica do trabalho.

Aos meus amigos e a todos aqueles que de forma implícita ou explícita me ajudaram nesta etapa da minha vida.



RESUMO

A imigração, para a sociedade e comunicação social, vem muitas vezes associada à criminalidade, porém não se pode fazer tal afirmação de ânimo leve e sem que se faça um estudo prévio. Das muitas notícias que lemos, algumas relacionam-se com a intervenção de cidadãos dos países do Leste europeu em furtos em interior de residências e de estabelecimentos comerciais, pelo que elaborámos este estudo no intuito de desmistificar algumas das ideias erradamente difundidas.

Para tal, recorreremos à recolha de dados estatísticos e realizámos algumas entrevistas, que resultaram no estudo que apresentamos.

Partimos da ideia inicial de que os cidadãos romenos, dentro do grupo maior dos cidadãos não nacionais, seriam um foco de interesse para estudar neste âmbito, dada a ideia que tínhamos concebido após a leitura das notícias já referidas e mediante os discursos ouvidos dentro do meio policial que frequentamos. Porém, ao longo do trabalho afigurou-se obrigatório abranger os cidadãos sérvios e croatas nesse mesmo estudo, bem como complementar o estudo dos furtos em interior de residências com os furtos em interior de estabelecimentos comerciais.

Concluímos no final do trabalho que os cidadãos nacionais são suspeitos de ter maior intervenção neste tipo de ilícito criminal do que os cidadãos não nacionais, e que dentro do grupo dos cidadãos não nacionais os croatas poderão estar mais representados nos registos de suspeitos por furtos em interior de residências e os romenos em interior de estabelecimentos comerciais. Salientamos no nosso estudo o *modus operandi* utilizado por ambos grupos e a organização dos mesmos.

Palavras-chave: Criminalidade; Furtos; Imigração; Romenos; Servo-Croatas



LISTA DE ABREVIATURAS

ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural
ACIRMA – Associação da Comunidade Imigrante Romena e Moldava do Alentejo
COR – Comunidade Ortodoxa Romena em Portugal
CP – Código Penal
DIAP – Direcção de Investigação e Acção Penal
DN-PSP – Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública
EUA – Estados Unidos da América
EUROSTAT – European Statistics
ICR – Instituto Cultural Romeno
IML – Instituto de Medicina Legal
INE – Instituto Nacional de Estatística
MP – Ministério Público
ONU – Organização das Nações Unidas
PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PSP – Polícia de Segurança Pública
RASI – Relatório Anual de Segurança Interna
RIFA – Relatório da Imigração, Fronteiras e Asilo
SEF – Serviços de Estrangeiros e Fronteiras
SEI – Sistema Estratégico de Informação, Gestão e Controlo Operacional
SIRENE – Supplementary Information Requested at National Entries
TR – Título de Residência
UE – União Europeia
VLD – Visto de Longa Duração



ÍNDICE

INTRODUÇÃO, OBJECTIVOS E METODOLOGIA.....	1
CAPÍTULO I.....	4
1.1 Estado da Arte.....	4
1.2 Considerações sobre Imigração	5
1.2.1 Imigração: uma moeda, duas faces.....	7
1.2.2 Imigração em Portugal.....	10
1.2.3 População residente em Portugal: cidadãos nacionais e não nacionais.....	13
CAPÍTULO II -	17
2.1 Os Imigrantes em Portugal	17
2.1.1 Roménia: país e ligação a Portugal.....	19
2.1.2 A questão Romà (Cigana).....	24
2.1.3 A questão Jugoslava (e dos denominados cidadãos “servo-croatas”).....	26
2.1.4 Sérvia: país e ligação a Portugal.....	27
2.1.5 Croácia: país e ligação a Portugal	29
2.1.6 População Romena, Sérvia e Croata – breve caracterização	31
2.1.7 Enquadramento Legal: Furto Qualificado.....	34
CAPÍTULO III	37
3.1 As vozes institucionais: análise de entrevistas.....	37
3.2 A comunicação social: análise de notícias da imprensa	48
3.3 Dados Criminais da PSP: registo de suspeitos.....	50
3.3.1 Furtos em Interior de Residências.....	50
3.3.2 Furtos em Interior de Estabelecimentos Comerciais	57
3.4 Dados da DSGSP: breves considerações	62
CONCLUSÃO.....	68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71



ANEXOS	74
Anexo 1	75
“Entrevistas”	75
Entrevista 1	76
Entrevista 2	83
Entrevista 3	89
Entrevista 4	101
Entrevista 5	114
Entrevista 6	120
Anexo 2	157
“Registos Criminais da População Croata”	157
Anexo 3	160
“População Romena, Croata e Sérvia – Distribuição em Território Nacional”	160
Anexo 4	166
“Notícias”	166

ÍNDICE DE FIGURAS

Ilustração 1: Evolução da Representatividade das Comunidades Estrangeiras Residentes em Portugal, nos anos de 2007 e 2008	11
Ilustração 2: Principais Comunidades Residentes em Portugal, em 2008.....	12
Ilustração 3: População Estrangeira Residente em Território Nacional, em 2008, por sexo	13
Ilustração 4: População Residente em Portugal, 2008, Portugueses/Estrangeiros	13
Ilustração 5: Nacionais Residentes em Território Nacional, em 2008, por sexo.....	14
Ilustração 6: Não Nacionais Residentes em Território Nacional, em 2008, por sexo	14
Ilustração 7: População Residente em Portugal, 2008, por faixa etária	15
Ilustração 8: População Não Nacional Residente em Portugal, em 2008, por faixa etária .	15
Ilustração 9: Representatividade de Não Nacionais residentes em Portugal	16
Ilustração 10: Representatividade de cidadãos estrangeiros em Portugal oriundos da Rússia, Ucrânia e Roménia em 1999, 2004 e 2008	17



Ilustração 11: População da Croácia, em 2008, por escalão etário	30
Ilustração 12: População da Croácia, em 2008, por situação laboral	31
Ilustração 13: População de Portugal, em 2008, por situação laboral	31
Ilustração 14: Total de acusações criminais da população croata, 2008, por sexo.....	31
Ilustração 15: Total de condenações criminais da população croata, 2008, por sexo	31
Ilustração 16: População Estrangeira Residente em Portugal, 2008, por nacionalidades ...	32
Ilustração 17: População Romena, Croata e Sérvia Residente em Portugal, 2008, por sexo	33
Ilustração 18: População Romena em Portugal, em 2008, distribuição por distrito e por sexo.....	33
Ilustração 19: População Croata em Portugal, em 2008, distribuição por distrito e por sexo	34
Ilustração 20: População Sérvia em Portugal, em 2008, distribuição por distrito e por sexo	34
Ilustração 21: Furtos em Interiores de Residências cometidos em Portugal, em 2008, por nacionalidade	51
Ilustração 22: Suspeitos de Furtos Interiores de Residências cometidos por Estrangeiros, em 2008, por nacionalidade.....	52
Ilustração 23: Suspeitos de Furtos em Interiores de Residências cometidos por Estrangeiros, em 2008, por sexo.....	52
Ilustração 24: Suspeitos de Furtos em Interiores de Residências cometidos por Nacionais, em 2008, por sexo.....	52
Ilustração 25: Suspeitos Romenos de Furtos em Interiores de Residências, em 2008, por sexo.....	53
Ilustração 26: Suspeitos Croatas de Furtos em Interiores de Residências, em 2008, por sexo	53
Ilustração 27: Suspeitos Sérvios de Furtos em Interiores de Residências, em 2008, por sexo	53
Ilustração 28: Suspeitos Portugueses, Romenos, Croatas e Sérvios de Furtos em Interiores de Residências, em 2008	54



Ilustração 29: Suspeitos Nacionais, Croatas, Romenos, Sérvios e Outros de Furtos em Interiores de Residências, em 2008, por escalão etário	54
Ilustração 30: Suspeitos Nacionais de Furtos em Interior de Residências, em 2008, por escalão etário	55
Ilustração 31: Suspeitos Croatas de Furtos em Interior de Residências, em 2008, por escalão etário	55
Ilustração 32: Suspeitos Sérvios de Furtos em Interior de Residências, em 2008, por escalão etário	56
Ilustração 33: Suspeitos Romenos de Furtos em Interior de Residências, em 2008, por escalão etário	56
Ilustração 34: Suspeitas de Furtos em Interior de Residências cometidos por “Outros” não nacionais, em 2008, por escalão etário	57
Ilustração 35: Número de suspeitos por Furtos em Interiores de Residências, 2008, por Comando da PSP	57
Ilustração 36: Suspeitos de Furtos em Interior de Estabelecimentos comerciais cometidos em Portugal, em 2008, por nacionalidades.....	58
Ilustração 37: Suspeitos de furtos em interiores de estabelecimentos comerciais, em 2008, por nacionalidades	59
Ilustração 38: Suspeitas de Furtos em Interiores de Estabelecimentos Comerciais cometidos por Não Nacionais, em 2008, por sexo	59
Ilustração 39: Suspeitas de Furtos em Interiores de Estabelecimentos Comerciais cometidos por Nacionais, em 2008, por sexo	59
Ilustração 40: Suspeitos Romenos de Furtos em Interior de Estabelecimentos Comerciais, em 2008, por sexo.....	60
Ilustração 41: Suspeitos de Furtos em Interior de Residências cometidos por Portugueses, Romenos, Croatas e restantes nacionalidades, 2008, por sexo.....	60
Ilustração 42: Suspeitos de Furtos em Interiores de Estabelecimentos cometidos por Portugueses e Romenos, em 2008, por escalão etário	61
Ilustração 43: Suspeitos não nacionais de furtos em interiores de estabelecimentos comerciais, em 2008, por escalão etário	62
Ilustração 44: Número de suspeitos não nacionais por furtos em interiores de estabelecimentos comerciais, em 2008, por Comandos da PSP	62



Ilustração 45: Reclusos condenados em 2008, nacionais e não nacionais	63
Ilustração 46: Número de reclusos condenados nacionais e não nacionais por furtos simples e qualificado, em 2008, por sexo e escalão etário	64
Ilustração 47: Reclusos não nacionais condenados por furto simples e qualificado em Portugal, em 2008, por estatuto de residente	64
Ilustração 48: Reclusos condenados por furto simples e qualificado, em Portugal, por nacionalidade em estudo, em 2008	65
Ilustração 49: Número de crimes que resultaram em condenação, dos quais pelo menos um é de furto qualificado, por nacionalidade em estudo, em 2008	65
Ilustração 50: Reclusos não nacionais condenados em Portugal, em 2008, por escalão etário	66
Ilustração 51: Distritos de origem declarados pelos reclusos não nacionais condenados por furtos qualificados, em Portugal, em 2008	67
Ilustração 52: Registos criminais de menores, em 2008, por sexo	158
Ilustração 53: Resultado das condenações a menores croatas, em 2008, por Pena	158
Ilustração 54: Acusações e condenações de adultos croatas, em 2008, por sexo	159
Ilustração 55: Resultados das condenações a adultos croatas, em 2008	159
Ilustração 56: População Romena Residente no Norte de Portugal, em 2008, por sexo ..	161
Ilustração 57: População Romena Residente no Centro de Portugal, em 2008, por sexo.	161
Ilustração 58: População Romena Residente no Sul de Portugal, em 2008, por sexo	162
Ilustração 59: População Romena Residente nas Regiões Autónomas de Portugal, em 2008, por sexo	162
Ilustração 60: População Croata Residente no Norte de Portugal, em 2008, por sexo	163
Ilustração 61: População Croata Residente no Centro de Portugal, 2008, por sexo	163
Ilustração 62: População Croata Residente no Sul de Portugal, 2008, por sexo	163
Ilustração 63: População Croata nas Regiões Autónomas do País, em 2008, por sexo	164
Ilustração 64: População Sérvia no Norte do País, em 2008, por sexo	164
Ilustração 65: População Sérvia no Centro do País, em 2008, por sexo	165



Ilustração 66: População Sérvia no Sul do País, em 2008, por sexo 165

Ilustração 67: População Sérvia nas Regiões Autónomas do País, em 2008, por sexo 165



“A intervenção de cidadãos romenos e servo-croatas em furtos a interior de residências”



INTRODUÇÃO, OBJECTIVOS E METODOLOGIA

Portugal é conhecido por ser um país de portas abertas ao mundo. A nossa cultura e postura de bem receber abrem portas a pessoas de uma diversidade sem fim, de países e origens distintas. Um país como o nosso deve, também, estar preparado para as consequências da diversidade de culturas. Juntamente com as consequências da diversidade de culturas, devemos ter presente os aspectos positivos e negativos da vinda dos estrangeiros para o nosso país. Um desses problemas, dos mais referidos com alguma notoriedade, principalmente nos meios de comunicação social, é o problema da segurança. Por várias vezes vimos já associados a problemas de segurança grupos de imigrantes. A verdade é que as redes criminosas transnacionais podem constituir um problema para a segurança nacional, mas será legítimo associarmos todos esses grupos de imigrantes aos problemas de falta de segurança e criminalidade?

De entre as várias nacionalidades que albergamos no nosso país, as comunidades romena, croata e sérvia representam hoje uma percentagem importante e foi sobre estes que nos debruçámos no nosso estudo. Quisemos perceber até que ponto estes grupos de imigrantes estavam efectivamente ligados a crimes, especialmente em furtos em interior de residências, tema actualmente cada vez mais debatido e divulgado.

Acreditamos que esta investigação poderá vir a sensibilizar a nossa Instituição para a necessidade de se promover formação para os agentes envolvidos (agentes da investigação criminal, por exemplo) na problemática dos crimes contra o património, no caso específico contra a propriedade – em interiores de residências e em estabelecimentos comerciais, cometidos por imigrantes romenos e servo-croatas, de forma a que possamos compreender melhor a problemática e envolvência cultural e, assim, actuar melhor no terreno, sobretudo preventivamente. Acreditamos que, entendendo a forma de actuação destes grupos, poderemos antecipar-nos às suas actividades e assim evitar a disseminação deste tipo de criminalidade, para além de promovermos seminários junto do público em geral, alertando para o *modus operandi* dos grupos, para que aquele possa melhor proteger-se.

Procuramos ainda “desconstruir” junto da população em geral sentimentos de insegurança e xenofobia no que respeita a estas nacionalidades de imigrantes, para que estes mais facilmente possam ser aceites e integrados na sociedade portuguesa, sem descuidar a questão da segurança nacional, questão que se coloca quer em relação aos cidadãos nacionais, quer em relação aos não nacionais que residem no nosso país.



O nosso estudo centra-se nos furtos em interiores de residências, cuja intervenção tenha sido por cidadãos romenos e os designados servo-croatas, o que não quer dizer que sejam estes os principais responsáveis por este crime, mas a divulgação nos meios de comunicação social nos últimos dois anos sobre estes dois elementos associados levou-nos a enveredar por esta investigação.

Era nossa intenção, quando idealizámos este trabalho, estudar essencialmente a comunidade romena, mas ao longo do trabalho e respectiva análise de dados afigurou-se obrigatório abranger no nosso estudo as comunidades croata e sérvia. Tivemos que restringir a análise do estudo ao ano de 2008, uma vez que estaríamos limitados no respeitante à questão do limite de páginas de trabalho; só assim poderíamos fazer um estudo mais aprofundado sobre o tema, pelo que optámos por analisar os dados do ano referido.

Desta forma, definimos como objectivo geral deste trabalho a investigação, através da revisão da literatura, da análise de dados estatísticos, da recolha jornalística e da análise de entrevistas de peritos na área, sobre a prevalência de furtos em interior de residências realizados por cidadãos de nacionalidade romena, croata e sérvia.

São objectivos específicos da mesma dissertação perceber se os imigrantes romenos, croatas e sérvios são suspeitos de mais crimes de furto qualificado, por furtos em interior de residências, do que os habitantes nacionais ou de outras nacionalidades, e perceber a prevalência deste tipo de crimes no nosso país.

Utilizámos como metodologia, para a concretização dos objectivos definidos para o estudo, os seguintes instrumentos de recolha de informação: pesquisa e análise documental; ao nível teórico, pesquisa bibliográfica e documental, seleccionando-se a informação disponível que melhor pareceu enquadrar-se no tema em questão, através da respectiva análise do conteúdo; entrevistas de estrutura aberta a peritos na área, com base na revisão bibliográfica efectuada e de acordo com os objectivos definidos; foram elaboradas questões-guia que serviram de suporte às entrevistas realizadas; o carácter aberto destas teve como propósito permitir que os entrevistados pudessem expor o seu ponto de vista de uma forma clara, pessoal e o mais aprofundada possível; usando as entrevistas, é nossa intenção traçar toda a conjectura que envolve estas redes e perceber quais as suas movimentações; finalmente, a análise dos dados criminais registados na Polícia de Segurança Pública no ano de 2008.

Escolhemos este ano por ser o ano mais recente para o qual conseguimos obter dados completos e totalmente actualizados. Dentro dos dados criminais que estudámos, iremos



procurar traçar um perfil do criminoso. Não é nossa intenção discriminar as pessoas que se insiram nesse perfil, mas sim fazer uma comparação entre o perfil que os registos criminais nos apontam e o perfil que os investigadores e pessoas, com conhecimento no âmbito da matéria que estamos a tratar, nos apontam.

As entrevistas foram realizadas nas seguintes condições de aplicação e recolha de informação: nos locais de trabalho dos nossos entrevistados, de forma presencial, à excepção da entrevista feita ao nosso Comissário Tito Fernandes, que foi realizada por *e-mail*, em virtude de o mesmo se encontrar no Chade, em missão.

Quando se opta por realizar entrevistas, pretende-se saber aquilo que os entrevistados pensam, procurando que estes acrescentem algo de novo, com o intuito de esclarecer determinados aspectos abordados na revisão bibliográfica. A amostra escolhida foi composta por elementos policiais da PSP que nos deram a conhecer a vertente mais operacional dos grupos em estudo, um elemento da comunidade romena que nos ajudou a conhecer melhor a mesma e um membro da Direcção do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras que nos deu a conhecer tanto a realidade da imigração em Portugal como algumas vertentes da imigração e criminalidade.

De forma a cumprir os objectivos, recorreu-se a uma metodologia que consistiu numa revisão bibliográfica e documental através da qual se procurou enquadrar o tema e evidenciar o estado actual do conhecimento na área.

Posteriormente, efectuou-se uma entrevista aberta sobre a problemática em estudo a peritos na área em questão e analisaram-se dados estatísticos relativos a um ano em particular de ocorrências criminais.

Assim, o presente estudo foi estruturado nos seguintes pontos:

No ponto um, foi realizada uma “introdução” que visou justificar a pertinência do estudo, delimitar o problema e definir os objectivos.

No ponto dois, realizámos uma revisão da literatura relativamente ao tema em estudo, onde procurámos elucidar-nos sobre as realidades vividas nos países em estudo e caracterizar os seus nacionais, quer no seu território nacional quer no nosso.

No terceiro ponto, analisámos e discutimos as entrevistas realizadas junto dos nossos entrevistados, bem como notícias recolhidas na imprensa portuguesa e internacional.

No quarto ponto, analisámos os dados estatísticos recolhidos junto da Direcção Nacional da PSP e presentes nos trabalhos de investigação de Maria João Guia.

Em anexo, juntámos as entrevistas realizadas e os guiões das mesmas, bem como outros gráficos que considerámos pertinentes para este trabalho.



CAPITULO I

1.1 Estado da Arte

Considerámos que o nosso tema seria pertinente, não só por abranger uma área pouco debatida e dissecada na nossa sociedade em geral e na vertente policial, mas também porque verificámos que são poucos os estudos que relacionam a imigração e a criminalidade; vamos procurar verter nesta secção ideias preconizadas em alguns dos estudos que relacionam a imigração e a criminalidade.

Segundo Stowell (2007), são vários os estudos em que se apresentam resultados díspares dos da teoria da Escola Clássica de Chicago, que defende que o aumento da criminalidade violenta está associado ao aumento da imigração. Martinez (2002) afirma que “tanto a teoria criminológica, como a sabedoria convencional consideram que a imigração é um processo que promove o crime”, sendo por isso essencial a realização de estudos profundos sobre o assunto com vista a apurar dados elucidativos. Assim, ao mesmo tempo que as taxas da criminalidade violenta baixaram drasticamente nos EUA, na última década, a imigração tem aumentado, o que poderá evidenciar uma relação directa muito positiva entre a chegada dos imigrantes e a descida do número de registos de crimes violentos (Stowell, 2007). Sampson (2008) afirma que “as cidades com grandes concentrações de imigrantes são alguns dos sítios mais seguros no país”. E que a chegada de imigrantes aos EUA pode baixar a criminalidade, juntamente com a mudança das mentalidades da população americana.

A nível da Europa, Bianchi (2008) alerta-nos para a preocupação existente nos países da OCDE relativamente ao facto de a imigração poder aumentar a taxa da criminalidade, tendo feito um estudo do impacto causal da imigração em Itália em matéria de criminalidade em todas as suas províncias, nos anos compreendidos entre 1990 e 2003. Bianchi conclui que os cidadãos autóctones e os imigrantes têm a mesma propensão para o cometimento de crimes, sendo a variável nacionalidade irrelevante para um maior ou menor número de registo de crimes. Mas julga que seria interessante distinguir a criminalidade cometida entre imigrantes legais ou ilegais.

N que concerne à realidade portuguesa, Maria Ioannis Baganha (1996) defendeu que os estrangeiros em Portugal tendem a ser mais acusados, condenados e presos do que os portugueses, concluindo pela existência de um sistema judicial discriminatório. Esteves e Malheiros (2001) realizaram um estudo sobre os estrangeiros reclusos no sistema prisional



português, bem como Rocha (2001), nesse mesmo ano, caracterizando a população prisional estrangeira e especificando determinados crimes, dos quais salientaram o tráfico de estupefacientes.

Seabra e Santos (2005) afirmaram existir uma “clara desigualdade, entre portugueses e estrangeiros, nas condições de partida para os percursos de vida que poderão, ou não, vir a desembocar no crime”. Os mesmos autores salientam ainda a dificuldade em comparar a criminalidade cometida por cidadãos não nacionais e nacionais, uma vez que os escalões etários não se encontram equitativamente compostos, existindo ainda poucas crianças e idosos não nacionais no nosso país. No mesmo estudo, os autores concluíram que existem diferenças relativamente à tipologia de crime cometido por cidadãos nacionais e não nacionais, mas também algumas semelhanças. Salientaram que os quatro crimes mais cometidos, quer por uns, quer por outros são os mesmos: condução sob o efeito de álcool; a emissão de cheques sem provisão; a condução sem habilitação legal e as ofensas à integridade física simples e privilegiada. Quanto às diferenças, salientaram, por exemplo, que o crime mais cometido é, para os cidadãos não nacionais, o de tráfico de droga e, para os autóctones, o furto qualificado.

Num outro estudo desenvolvido por Seabra e Santos (2006), os autores concluíram que “a presença de população estrangeira no universo de criminosos em Portugal não é alarmante nem se pode considerar anormalmente superior à sua aparente sobre-representação no conjunto dos países europeus”, pelo que também concluíram que “a simplicidade com a qual é usual compararem-se estrangeiros na prisão com estrangeiros na população é uma das proverbiais aparências que iludem”.

Maria João Guia (2008) concluiu no seu trabalho que “os imigrantes, em geral, não cometem hoje mais crimes do que antes”, ou seja é errada a ideia de que os imigrantes têm vindo a cometer mais crimes ao longo do tempo, apesar de terem sido estatuídos crimes que não existiam na nossa sociedade, antes de o número de imigrantes ter aumentado tanto (auxílio à imigração ilegal, angariação de mão-de-obra ilegal, entre outros).

1.2 Considerações sobre Imigração

Segundo o Dicionário Universal (2007), imigração refere-se à acção de imigrar, acção de estabelecer-se num país estrangeiro, para aí viver, seja temporária ou definitivamente.



Para Nuno Marques, o termo “estrangeiro” não se limita, de modo algum, aos imigrantes que escolheram Portugal para residir, legalmente ou clandestinamente. Alguém de outro país que passe apenas uma hora em Portugal, já recebe a denominação de “estrangeiro”. Todavia, a designação também não se refere a meros “turistas””. O mesmo autor confirma a análise, por nós feita, de que na legislação existe a lacuna da definição de estrangeiro, excepção feita ao artigo 1º do Decreto-lei n.º 59/93, onde se encontra plasmado “que estrangeiro é “...todo aquele que não prove possuir a nacionalidade portuguesa” (Marques, 2009). Porém, depois de verificarmos as abordagens à definição do termo existentes nas mais diversas legislações, poderemos entender por estrangeiro, no decorrer da ideia anteriormente transmitida, a “ (...) pessoa que não tem a nacionalidade de um dos Estados-Membros” (artigo 2.º, alínea a), da Directiva 2001/40/CE do Conselho, 28 de Maio de 2001), sendo originária de um país terceiro; por este último entende-se “qualquer Estado que não seja membro da União Europeia nem seja Parte na Convenção da Aplicação ou onde esta não se encontre em aplicação (artigo 3.º da LEI 23/2007, de 4 de Julho). Por residente legal em Portugal entendemos que é “o cidadão estrangeiro habilitado com título de residência em Portugal, de validade igual ou superior a um ano (artigo 3.º, alínea p) da LEI 23/2007, de 4 de Julho)

Como podemos verificar, a acção de emigrar implica o acto de uma pessoa se mover para um país estrangeiro para aí se estabelecer, numa grande parte das vezes, em busca de trabalho ou de melhores condições sociais;

No caso do nosso país, contraposição com o termo emigração que se refere ao mesmo fluxo de pessoas que abandonam o nosso país para se fixarem num outro que se designa de país acolhedor.

Não devemos esquecer que “não há uma teoria geral das migrações internacionais capaz de simultaneamente responder às várias perplexidades que a observação empírica deste processo social nos levanta” (Baganha, 2001). Ainda assim importa, tal como Maria João Guia (2008) afirma, “distinguir os factores principais que estão na base da motivação para as migrações: razões económicas (oferta de empregos mais bem remunerados, recursos económicos e sociais, melhores condições de vida) e razões não económicas (reagrupamento familiar, segurança e defesa dos direitos humanos, fuga a perseguições políticas, religiosas, raciais, etc)”. Desse modo, as condições de vida precárias, a miséria e o desemprego com que vivem os imigrantes nos seus países afiguram-se como motivos para migrarem. Todos estes factores são verdadeiras razões para as pessoas abandonarem os seus países. Mas, como é óbvio, estes factos não são os únicos. E particularizando a



título de exemplo as perseguições políticas, consideramos que é imprescindível reflectir sobre os conflitos político-militares que também provocam tais fluxos migratórios, pois são diárias as notícias de guerras entre países, o que provoca um grande número de refugiados, tal como nos diz Sandra da Cruz (2006) : “a guerra na Europa em países como o Kosovo ou o Afeganistão (...) faz cada vez mais refugiados que fogem da miséria e para o salvamento da sua própria vida tendem a imigrar”.

Sandra da Cruz considera que “a internacionalização da produção como um dos exemplos das causas da imigração: a produção dos bens agrícolas, que são exportados a grande escala leva a que os fluxos de bens dependam de grandes quantidades de mão-de-obra assalariada”, grande parte das vezes mal paga, “com mobilidade sazonal e precária”. O que “traz consequências graves, como a imigração interna e sazonal que daí resulta e que é um grande começo para uma imigração mais radical e mais forte como aquela que vimos hoje” (Cruz, 2006).

No entanto, não podemos esquecer que “a globalização também é um factor primordial no que respeita ao aumento dos fluxos migratórios internacionais” (Baganha *et al* 2002).

A questão da imigração implica obrigatoriamente o problema da integração, visto que a deslocação de população da origem para o destino culmina no estabelecimento efectivo das populações nos vários aspectos da vida. E nem sempre a questão da integração é consensual nos países de destino, o que faz com que a imigração seja encarada com frequência como um problema e não como uma vantagem.

1.2.1 Imigração: uma moeda, duas faces

O antigo Secretário-geral da ONU, Kofi Annan, afirmou que: “um dos maiores testes da União Europeia alargada, nos anos e décadas que vêm, será como encarar o desafio da imigração” (Jandric, 2007). Se o crescimento das sociedades europeias for suportado, com estas mudanças enriquecerão e fortalecerão. Se não conseguirem fazer assim, o resultado pode ser o decréscimo da qualidade de vida e a divisão social (Jandric, 2007). Desta afirmação de Kofi Annan podemos retirar a ideia de que, se houver adaptação por parte das sociedades, a Europa só tem a ganhar com a imigração, porém se tal não acontecer a situação actual tende a agravar-se. Passamos a focar os aspectos positivos inerentes ao acto de imigrar.



Os países desenvolvidos da União Europeia necessitam da imigração para manterem os seus níveis de produção. As sociedades cosmopolitas tendem, nos dias que correm, a serem sociedades envelhecidas, uma vez que a esperança média de vida aumenta (acompanhando os avanços tecnológicos e a evolução da medicina) e a taxa da natalidade tende a decrescer.

Dejan Jandric, baseado em dados do EUROSTAT entre 1995 e projecções para 2025, afirma que a proporção de pessoas na União Europeia com mais de 60 anos vai subir de 15.4 % para 22.4 %; no entanto, parte dessa a população passa a fazer parte da população não activa, mantendo-se nos seus postos de trabalho, pelo que a população não activa com a idade como motivo irá diminuir de 225 a 223 milhões.

Face a isto, é importante que os países europeus garantam a reposição da mão-de-obra, para que desse modo não percam também o seu espaço no mercado mundial.

Por exemplo, o Governo inglês queixa-se que ainda sofre de um défice de 600.000 funcionários em campos como a área da saúde e a construção (Jandric, 2007).

A imigração pode melhorar a economia, não só dos países de acolhimento como dos países de origem. Verificamos tal situação, por exemplo, quando os imigrantes passam a produzir os produtos que o país de acolhimento vai *a posteriori* vender e exportar, aumentando assim a sua economia; por outro lado quando os imigrantes enviam dinheiro para o seu país de origem e desse modo provocam o aumento dos influxos financeiros para o mesmo.

Uma vez que os imigrantes enviam remessas de dinheiro para os seus países de origem, estão desse modo a proporcionar a criação de novos postos de trabalho, em virtude de possibilitarem a constituição de apoios financeiros para a abertura e manutenção de novas empresas.

Quando falamos dos aspectos negativos da imigração temos que imperativamente falar do problema da imigração ilegal. Este problema atinge proporções com certo grau de relevância, sendo alvo, por parte do Governo, do desenvolvimento de estratégias de combate à imigração ilegal, tal como podemos verificar no Relatório Anual de Segurança Interna de 2008 (IASI). Nesse sentido, foi criada uma “Directiva sobre normas e procedimentos comuns nos Estados – membros para o regresso de nacionais de países terceiros em situação irregular” e aumentaram as sanções aos empregadores de imigrantes ilegais, reduzindo assim os factores de atracção de mão-de-obra ilegal (IASI, 2008).



Não poderemos, nunca, esquecer a questão do racismo, xenofobia e problemas de integração dos cidadãos não nacionais. Os principais problemas de racismo e xenofobia começaram a acentuar-se com os episódios do 11 de Setembro de 2001, nos EUA, 11 de Março de 2004, em Madrid, e 7 de Julho de 2005, em Londres. Perante estes episódios, a população começou a exprimir um sentimento generalizado apelidado de “Islamofobismo”, resultante de alguns dos factos constantes em cima terem sido cometidos por indivíduos que seguem ideais religiosos islâmicos, em conjunto com a xenofobia, gera uma situação de instabilidade muito acentuada (Jandric, 2007).

Existe uma classe de trabalhadores, apelidados de «Polish Plumbers», que de certo modo aterroriza a população no que concerne à sua preocupação com os seus postos de trabalho, uma vez que os já mencionados trabalhadores representam a mão-de-obra barata. Os trabalhadores nacionais sentem que os seus postos de trabalho se encontram em perigo face aos preços que os «Polish Plumbers» praticam (Jandric, 2007). Esse receio entende-se pelo facto de os trabalhadores não nacionais se sujeitarem a condições precárias e a baixos salários, o que poderá, associado ao facto de terem os seus postos de trabalho em risco, fazer com que a nível governamental o salário mínimo nacional baixe ou estagne.

Segundo Jandric (2007), as estimativas fazem transparecer que o aumento das actividades criminais e actos do terrorismo está relacionadas com a imigração, o que por sua vez cria uma atmosfera de medo entre cidadãos europeus que vêem a imigração como nova ameaça à segurança. Sem ter a pretensão de querer aprofundar esta questão, devemos referir que várias investigações levadas a cabo nos últimos anos vieram demonstrar que a imigração não faz aumentar a criminalidade.

A forma como os imigrantes estão inseridos na sociedade, as condições de trabalho dos mesmos e o declínio económico do país podem influenciar/determinar a sua intervenção, ou não, na criminalidade (Bianchi, 2008).

A ideia de que os imigrantes são responsáveis pela criminalidade continua presente no seio da sociedade, o que influencia atitudes nacionalistas e movimentos anti-imigração (Stowel, 2007).

A imigração e o facto de as diferentes comunidades se encontrarem em convivência cultural “é motivo de enriquecimento” mas “problemas vários poderão originar-se”; em busca de uma vida melhor e com condições, os “imigrantes sujeitam-se frequentemente a situações inimagináveis” (MJ Guia, 2008). Muitos desses



imigrantes, por serem mais permeáveis a pressões acabam por cair nos meandros das actividades criminosas; são razões passíveis de tal facto, por exemplo, o “desconhecimento da língua, (...) situação ilegal, (...) actividades mais escravizantes e degradadas.” (MJ Guia, 2008).

1.2.2 Imigração em Portugal

Quando falamos de imigração em Portugal, é impossível não recordarmos a nossa História. E de imediato se geram na nossa mente retratos de um povo náutico ligado às Descobertas.

Portugal foi até aos anos 60 um “país de índole predominantemente emigratória” (Relatório de Actividades – 2007, do SEF, 2007; Relatório da Imigração, Fronteiras e Asilo (RIFA) – 2008, do, SEF, 2008), tal como outros países da Europa do sul, como a Espanha, a Itália ou a Grécia, passando a novo «país de imigração» (Esteves, 1991; Baganha, 1996). Esta alteração dá-se essencialmente após o 25 de Abril de 1974 e “subsequente independência dos actuais países africanos de língua oficial portuguesa” (Relatório de Actividades – 2007, SEF, 2007).

Segundo Pedro Góis, no IV Congresso Português de Sociologia, “a transição, de «país de emigração» para «país de imigração» foi, no caso português, o resultado de um conjunto de circunstâncias históricas e de uma conjuntura socioeconómica específica de que se destacam: o início e fim de um ciclo emigratório intra-europeu (a partir dos anos 60); o fim do império colonial português (anos 70) e a entrada de Portugal na Comunidade Europeia (anos 80).”. Tal visão por parte do autor vem confirmar as referências que fazemos anteriormente alusivas ao Relatório de Actividades do SEF (2007). A esses motivos acresce a alteração da Lei da Nacionalidade em 1981 que altera as condições de acesso à nacionalidade portuguesa e faz com que alguns cidadãos, até então considerados nacionais, passassem a ser considerados não nacionais, aumentando de forma “exponencial e atípica” o número de estrangeiros residentes em Portugal (Relatório de Actividades SEF, 2007). O Relatório de Imigração Fronteiras e Asilo (RIFA) - 2008 refere ainda, a este propósito, que “picos positivos estão directamente associados a alterações legislativas”.

Tal como é de conhecimento geral, Portugal é um país que viu muitos dos seus filhos abandonarem as suas terras para partirem para outros países em busca de

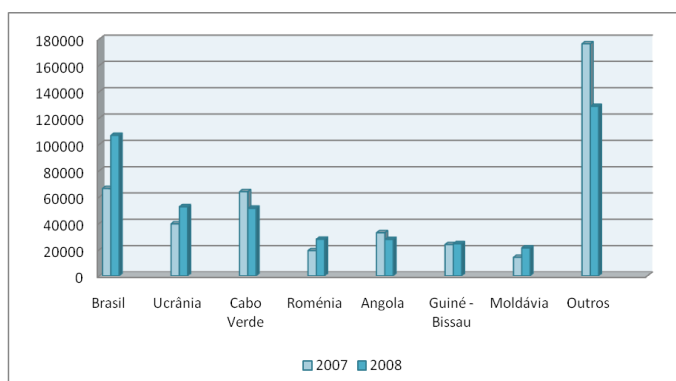


melhores condições económicas, sociais e de uma vida melhor. Porém hoje em dia e ao contrário do que veio a acontecer ao longo dos anos, Portugal vive agora o fenómeno da imigração, que chega muitas vezes ao conhecimento da sociedade através dos meios de comunicação social. Mas ainda está a aprender a lidar com tal facto (M. J. Guia, 2008). E Portugal é hoje um país com as “portas abertas” ao mundo, visto que se tornou num destino de muitos imigrantes (Cruz, 2006).

Os cidadãos não nacionais residentes em Portugal, encontram-se, actualmente, espalhados por todo o território nacional, independentemente de terem focos preferenciais como Lisboa, Faro, Setúbal, Porto, Santarém e Leiria (RIFA, 2008).

Se no final dos anos 90 assistíamos a uma chegada ao nosso país de cidadãos oriundos de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), principalmente de Cabo Verde, vimos mais recentemente chegar a Portugal muitos imigrantes oriundos dos países de Leste. “As nacionalidades mais representativas em Portugal são o Brasil, Ucrânia, Cabo Verde, Angola, Roménia, Guiné - Bissau e Moldávia, as quais, no seu conjunto, representam cerca de 71% da população estrangeira com permanência regular em território nacional” (RIFA, 2008).

Ilustração 1: Evolução da Representatividade das Comunidades Estrangeiras Residentes em Portugal, nos anos de 2007 e 2008



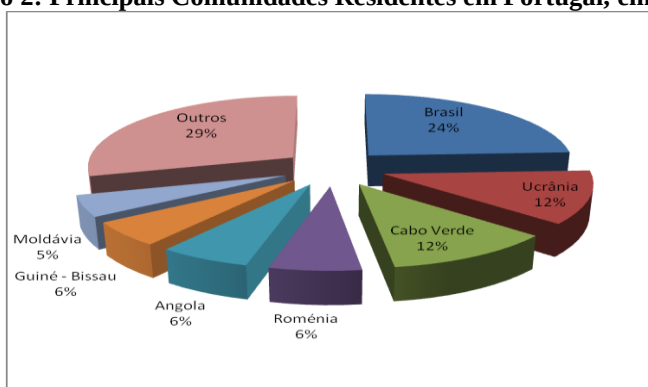
Fonte: RIFA 2008

Verificamos assim alterações significativas, das quais realçamos a cimentação do Brasil como comunidade mais representada no nosso país, crescendo o número de cidadãos originários desse país de 66.354 no ano de 2007, para 106.961 em 2008. Constatamos ainda a passagem da Ucrânia a segundo país mais representativo, com 52.494 cidadãos, o que representa 12% da população estrangeira residente em Portugal e a descida de Cabo Verde para o terceiro lugar do *ranking*. Quanto aos cidadãos romenos, verificamos que houve um crescimento expressivo desses cidadãos em



Portugal, crescendo de 19.155 residentes em 2007 para 27.769 no ano de 2008, passando a ser o país da UE mais representado pelos seus cidadãos residentes em Portugal, ocupando agora o quarto lugar na representatividade das comunidades estrangeiras residentes no nosso país (RASI, 2008). Se falarmos da população da Sérvia, verificamos que de 2007 para 2008 se deu um aumento substancial de imigrantes residentes no nosso país, pelo que passamos de 20 para 287 indivíduos, o que pode ser justificado pelo facto de em 2007 se englobarem na contabilização de imigrantes os da nacionais da Ex-Jugoslávia e da Ex-Sérvia e Montenegro, categorias extintas em 2008 e que podem ter anexados a si essas mesmas comunidades. Contrariamente, a população croata no nosso país decresceu de 149 indivíduos, em 2007, para 80 no ano de 2008.

Ilustração 2: Principais Comunidades Residentes em Portugal, em 2008



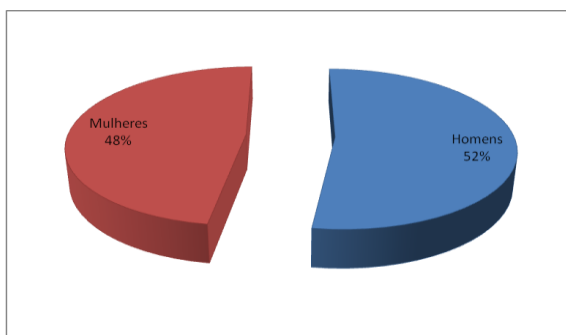
Fonte: RIFA 2008

No que respeita à distribuição percentual dos cidadãos estrangeiros residentes em Portugal, conforme podemos constatar pela análise do gráfico 2, verificamos que, em termos de nacionalidades, o Brasil, a Ucrânia e Cabo Verde são as principais em termos de representatividade, conforme já pudemos constatar pela análise do gráfico 1. Em termos de grandes grupos, verificamos que os cidadãos oriundos do Brasil, da Europa de Leste e dos PALOP se encontram relativamente na mesma percentagem (entre 23% e 24%), sendo os restantes 29% compostos por nacionais das restantes 193 nacionalidades.

Em termos de género, actualmente a população estrangeira residente em Portugal é na sua maioria composta por indivíduos do sexo masculino, ainda que a diferença relativamente ao sexo feminino não seja significativa e tenha diminuído em relação ao ano de 2007, passando dos 45% para os 48% (RIFA, 2007; RIFA, 2008).



Ilustração 3: População Estrangeira Residente em Território Nacional, em 2008, por sexo



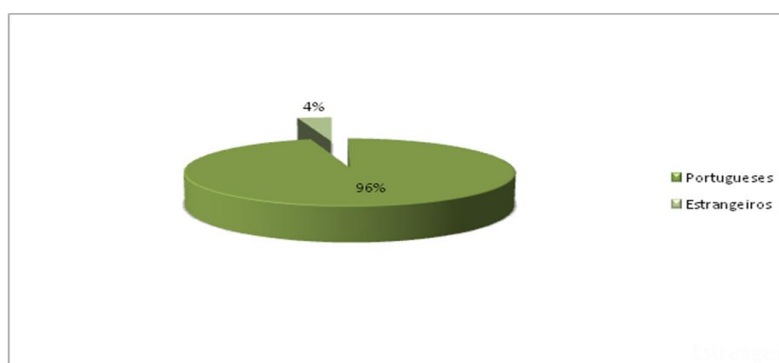
Fonte: RIFA, 2008

1.2.3 População residente em Portugal: cidadãos nacionais e não nacionais

Fazendo uma análise estatística da população residente em Portugal, no ano de 2008, analisámos diversos aspectos. Assim, numa perspectiva de análise geral da população residente em Portugal, verificámos que temos uma população de 10.627.250 habitantes, segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística.

Conjugando estes dados com os do SEF, conseguimos extrair o número de cidadãos nacionais. Assim, em Portugal, residiam 10.185.973 cidadãos nacionais, em 2008. Alcançamos este número atendendo a que no nosso país residiam 440.277 estrangeiros (INE, 2010; RIFA, 2008).

Ilustração 4: População Residente em Portugal, 2008, Portugueses/Estrangeiros



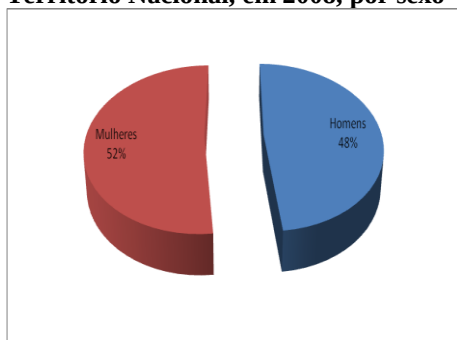
Fonte: INE e SEF

Porém, se pretendermos analisar a distribuição dos residentes mediante o sexo, verificamos que na sua maioria são mulheres ($n=5.484.684$), em contraposição com os 5.141.566 homens residentes em Portugal. Se desagregarmos os dados dos cidadãos nacionais dos residentes não nacionais, verificamos que os portugueses são na sua maioria



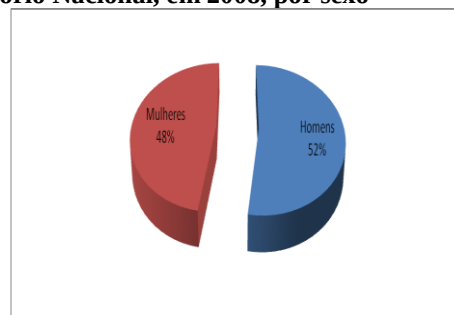
mulheres (5.274.962, face aos 4.911.011 homens), enquanto que os estrangeiros se evidenciam no sexo masculino (230.555, face às 209.722 mulheres), tal como podemos verificar através da observação dos gráficos presentes na ilustração 13. Pretendemos ressaltar que a “imigração masculina tem invariavelmente assinalado índices superiores à feminina, pese embora, nos anos mais recentes, esta tendência tenha sido atenuada por via do reagrupamento familiar” (RIFA, 2008).

Ilustração 5: Nacionais Residentes em Território Nacional, em 2008, por sexo



Fonte: INE e SEF

Ilustração 6: Não Nacionais Residentes em Território Nacional, em 2008, por sexo



Fonte: INE e SEF

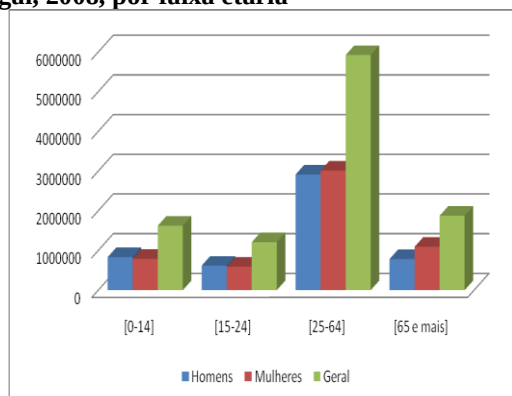
Se nos centrarmos na faixa etária da população residente em Portugal, bem como nos dados relativos aos cidadãos não nacionais, verificamos que existem algumas diferenças a assinalar. Para fazermos esta análise, apoiámo-nos em dados do INE e do SEF (2009), pelo que não poderemos fazer uma comparação precisa entre cidadãos nacionais e não nacionais. Deste modo, as categorias de análise para cidadãos nacionais serão as seguintes: [0-14]; [15-24]; [25-64] e [65 e mais]. Quanto aos cidadãos não nacionais, teremos as seguintes categorias: [0-19]; [20-39]; [40-64] e [65 e mais]. Através da análise dos dados disponíveis, concluímos que, para a população nacional, a faixa que maior destaque alcança é a de 25-64 com 5.922.990 cidadãos, o que perfaz 56% da população total, seguindo-se a de 65 e mais, com 1.874.209 cidadãos, posteriormente a faixa 0-14, com 1.622.991 cidadãos e, por fim, a 15-24 com 1.207.060 cidadãos. De assinalar que, neste número, estão incluídos os estrangeiros residentes em Portugal, afigurando-se esta como uma visão geral da população.

Individualizando agora a população estrangeira residente em Portugal, verificamos que as faixas etárias correspondentes se destacam do seguinte modo: 20-39 com 213.774 cidadãos (48,5% do total), 40-64 com 134.565 cidadãos, 0-19 com 76.809 jovens estrangeiros residentes e, por fim, 15.129 com 65 e mais anos. Desta análise, realçamos o facto de a maioria da população estrangeira residente no nosso país ter idade para se



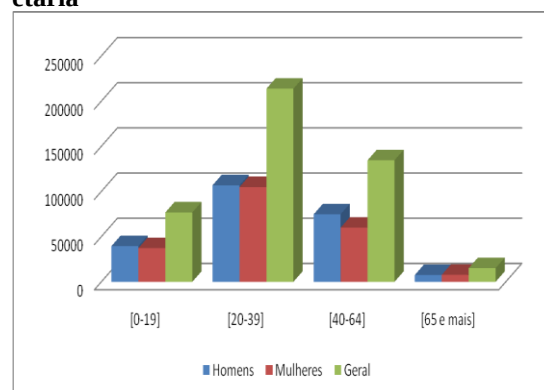
encontrar numa situação activa, o que cremos que vai de encontro ao perfil dos cidadãos estrangeiros migrantes. Constatamos ainda o facto de a faixa menos representativa ser a da população mais idosa, uma vez que o fenómeno da imigração em Portugal é relativamente recente, o que faz com que ainda não seja possível termos números significativos nesse intervalo, bem como colocamos a hipótese de muitos dos imigrantes regressarem aos países de origem quando pensem ter atingido uma reserva económica minimamente satisfatória ou os objectivos a que se tenham proposto, antes de deslocarem as suas vidas para um país diferente. Continuando a análise destes dados, podemos verificar que homens e mulheres se distribuem de modo quase uniforme entre as diferentes faixas etárias, à excepção da faixa dos 40-64, onde os homens alcançam um relativo destaque (74.689 homens, em contraposição com as 59.876 mulheres), provavelmente como resultado dos primeiros períodos de imigração para Portugal, uma vez que eram os homens quem mais se fixava no nosso país (RIFA,2008).

Ilustração 7: População Residente em Portugal, 2008, por faixa etária



Fonte: INE

Ilustração 8: População Não Nacional Residente em Portugal, em 2008, por faixa etária

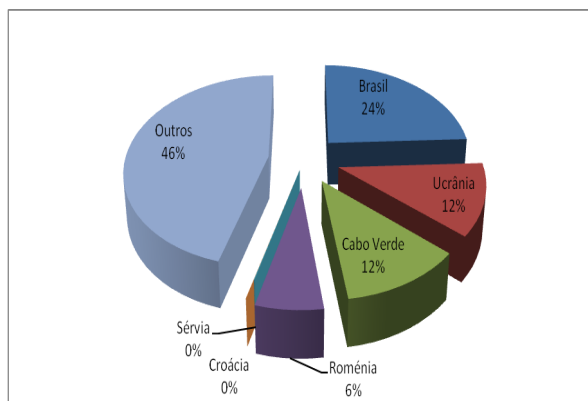


Fonte: SEF

Passamos agora a fazer uma análise da população estrangeira residente em Portugal segundo as nacionalidades dos respectivos cidadãos. Assim, verificamos que no ano de 2008, tal como podemos verificar pela análise do gráfico 9, o Brasil é a comunidade mais representada, seguida da Ucrânia, Cabo Verde, Roménia, Angola entre outras. A comunidade serva e croata, por ordem de representação, não são expressivas na população estrangeira residente em Portugal.



Ilustração 9: Representatividade de Não Nacionais residentes em Portugal



Fonte: SEF



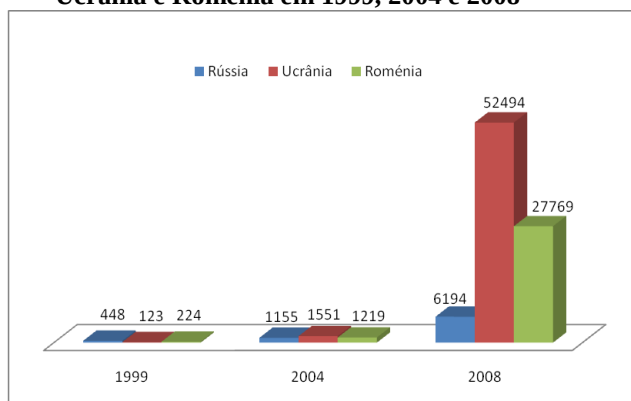
CAPÍTULO II

2.1 Os Imigrantes em Portugal

Nos finais dos anos 90, os imigrantes em Portugal eram provenientes, essencialmente, do continente africano, com especial destaque para os PALOP (Cabo Verde, Angola, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe). O segundo continente mais representativo é a Europa, onde assumem realce países como o Reino Unido, Espanha e Alemanha. Mas se analisarmos os contingentes de população de população oriunda dos países da Europa de Leste nos finais dos anos 90, segundo dados de 1999, verificamos que o maior número de estrangeiros residentes no nosso país seria oriundo da Rússia, Estados da ex – URSS, Bulgária e Roménia (SEF, 1999).

À medida que os anos passaram, porque as migrações se afirmam como um fenómeno não estanque, os fluxos foram sofrendo modificações. Assim, verificámos que desde 1999 até ao ano de 2004, Portugal foi-se afirmando cada vez mais como um país de imigrantes, vendo o número de residentes disparar de 191.143 (em 1999) para 263.322 (em 2004). Ainda que a União Europeia tenha vindo a ser alargada com a entrada de novos países que a compõem, não houve alterações relativamente aos lugares cimeiros de países de origem dos imigrantes do nosso país, bem como não se alteraram os países africanos que maior representatividade tem no nosso país. Porém, quando falamos dos países da Europa de Leste, verificamos diversas alterações, em virtude de a Ucrânia e a Roménia terem superado a Rússia na saída de emigrantes para o nosso país, destacando-se ainda o grande crescimento na chegada de cidadãos oriundos da Moldávia (Estatísticas do SEF, 2004).

Ilustração 10: Representatividade de cidadãos estrangeiros em Portugal oriundos da Rússia, Ucrânia e Roménia em 1999, 2004 e 2008



Fonte: SEF 2000, 2005, 2009



Tal crescimento em Portugal, pode encontrar uma das explicações no facto de outros países da Europa (como é o caso da França) fecharem as fronteiras a estes imigrantes, canalizando-os para países com uma maior abertura à mão-de-obra. Esta carência que Portugal sentia de mão-de-obra no início do século XXI, por se encontrar com grandes obras públicas em curso como a Expo 1998, os Estádios de Futebol em 2004 e um mercado florescente em termos de construção civil (MJ Guia, 2008) levou a que mais facilmente entrasse um maior número de imigrantes do sexo masculino necessários para o desempenho destas tarefas para as quais a mão-de-obra nacional se revelava escassa.

Os imigrantes do Leste europeu ocupam cargos de elevados graus de qualificação profissional, alguns ocupam cargos de cientistas e/ou académicos (Migrações #2, 2008). Estes imigrantes de Leste, em Portugal, muitas vezes não desempenham funções de acordo com os seus níveis de instrução dando-se assim um fenómeno a que se chama de «*deskilling*»¹ (Migrações #2, 2008), que além da “saturação de oferta de altamente qualificados em alguns sectores ou profissões” pode resultar também de dificuldades linguísticas, e também em situação de extrema carência económica, aceitando condições precárias e empregos com baixos níveis de exigência em termos de qualificações (Carlos Teixeira, 2006).

Os imigrantes dos países do Leste europeu dividem-se em categorias distintas: eslavos e latinos, consoante as suas culturas e línguas (sendo certo que hoje em dia a diferença que mais se destaca é a língua, uma vez que até a religião mais característica é a mesma: ortodoxa). Assim, como eslavos, temos os naturais da Ucrânia, Rússia, Bulgária, Bielorrússia, Geórgia, Cazaquistão e Uzbequistão, e como latinos os originários da Roménia e da Moldávia. De salientar que qualquer um destes dois grupos não tem qualquer vínculo cultural com Portugal, mas estes cidadãos procuraram o nosso país porque acreditaram que aqui encontrariam oportunidades de ter uma vida melhor.

Estes imigrantes não se concentraram numa zona/região do país. Disseminaram-se por todo o território nacional com o intuito de encontrar, onde quer que fosse, resposta para as suas necessidades pessoais que, tal como mencionámos na secção referente às motivações das migrações, podem ser as mais diversificadas, variando desde necessidades a fuga ao conflito político-económico ou mesmo a guerra, por exemplo no Kosovo (Cruz, 2006).

¹ Deskilling - Processo de desqualificação profissional.



2.1.1 Roménia: país e ligação a Portugal

O nosso estudo centra-se nos furtos em interior de residência, cuja intervenção tenha sido obra de cidadãos romenos e dos designados servo-croatas, o que não quer dizer que sejam estes os principais responsáveis por este crime; a divulgação nos meios de comunicação social, nos últimos dois anos, destes dois elementos associados, levou-nos a enveredar por esta investigação. Assim, achámos necessário aprofundar um pouco os nossos conhecimentos sobre os povos romeno, sérvio e croata, contextualizando tal pesquisa em termos sociológicos.

A Roménia tem a área de 238.391 km², uma população de cerca de 22.463.077 habitantes, sendo a sua capital Bucareste. No plano político, a Roménia é uma república e a sua moeda é o Leu. A sua língua oficial é o romeno; porém, também se fala húngaro e alemão. O dia oficial da Roménia é o dia 1 de Dezembro, dia em que se comemora a unificação do país, ocorrida em 1918.

Percebemos que, quando falamos na composição dos grupos populacionais da população romena, estamos na presença de uma mescla social em que 89,5% são cidadãos romenos, 6,6% húngaros, 2,5% cidadãos de grupos ciganos e 1,4% de outras nacionalidades, exemplos: alemã e ucraniana (*site do Governo Romeno, 2010 e Institut National de Statistica, 2002*).

Esta divisão é percebida por Gheorghe Florea, da Comunidade Ortodoxa Romena em Portugal, que aí desempenha as funções de Diácono, acrescenta a informação de que actualmente já não existem muitas diferenças entre húngaros, alemães e romenos, até porque já não existe uma luta pelo território (como no passado histórico daquele país) e que a única luta ténue poderá ser relacionada com a crença religiosa, salvaguardando que em nada se compara com a luta do Médio Oriente. Gheorghe Florea refere que a destrição dos cidadãos ciganos ainda se verifica, porém esta última separação não é tão visível como no passado. Refere ainda que nas suas frequentes viagens à Roménia tem constatado que são cada vez em menor número os cidadãos ciganos e que muitos deles se têm sedentarizado e “constroem casas, bonitas e grandes, que alguns romenos teriam dificuldades em pagar”, porém mantêm-se resistentes à mudança e segundo o mesmo “há famílias que mesmo tendo casa, montam a tenda e comem na rua”.

No que respeita à sua religião, 86,8% dos cidadãos romenos são Ortodoxos Romenos, 4,7% são Católicos, 3,2% são Protestantes e 3,8% têm outras religiões como, por exemplo, a Ortodoxa Grega (*site do Governo Romeno, 2010*), contrariamente ao nosso



país, que é maioritariamente católico. Gheorghe Florea fez-nos perceber que não existem diferenças na cultura pessoal de cada indivíduo com base na diferente religião praticada.

Os cidadãos romenos estabelecem-se em vários países europeus, agora com mais facilidade do que há 5 ou 6 anos. Nesse hiato, os mesmos tinham mais dificuldade em arranjar documentos que os habilitasse a permanecer legalmente nos países de acolhimento. Assim, viam-se forçados a recorrer a redes organizadas, algumas italianas (eventualmente pela proximidade), que a troco de dinheiro e outros favores, lhes arranjavam documentação falsa para o ingresso em países europeus (Gheorghe Florea, quando questionado acerca das diferentes cópias e documentos apresentados pelos cidadãos eslavos ou latinos, entende que alguns possam ter resultado destas redes existentes). Segundo Gheorghe Florea, os países mais acolhedores são Itália e Espanha, classificando Portugal como um país acolhedor, mas menos que os anteriores.

Julgamos ser importante perceber se as crianças romenas, na Roménia, são estudantes. Pelo que Gheorghe Florea nos disse que quando falamos das crianças romenas e particularizando as *romà*, verificamos que só estudam as crianças cujas famílias têm dinheiro para lhes pagar os estudos e, dentro dessas, ainda é necessário que os seus progenitores tenham um estilo de vida mais sedentário, que lhes permita estar inscritas num estabelecimento de ensino e frequentá-lo regularmente, tal como nos faz entender Gheorghe Florea. Numa perspectiva mais histórica, os *romà* não se encontram ligados à escolarização, uma vez que ao longo dos tempos foram usados diversos escritos, como “leis, ofícios e as próprias representações literárias” (Soria, 2008) para lhes ser decretadas ordens de expulsão e perseguição; o acesso à escrita era privilégio da Igreja e da nobreza, daí que o povo *romà* mantenha uma certa resistência à escolarização e à escrita, fruto deste alheamento histórico (Soria, 2008). Em Portugal, nas actividades que a Comunidade Ortodoxa Romena (COR) desenvolve com os seus imigrantes, estão incluídas actividades educacionais. Em parceria com o Colégio Camões, conseguem ter um espaço para ao sábado darem aulas de História, Geografia, Língua romena e Religião, entre outras disciplinas. Estas actividades estão abertas a cidadãos que nelas queiram participar, independentemente da sua de religião ser ortodoxa ou não e também da sua nacionalidade.

Os cidadãos romenos que conseguem alcançar algum grau de instrução são de um modo geral reconhecidos no mercado de trabalho, em Portugal. Mas para que tal aconteça, tem que existir vontade e luta da parte dos mesmos, uma vez que inicialmente a entidade empregadora pode ter alguma desconfiança relativamente a eles, passando posteriormente e já numa fase de confiança, a dar-lhe cargos de chefia e de responsabilidade.



Quando falamos dos fluxos migratórios, Gheorghe Florea refere que vivemos uma situação de “movimento”, uma vez que os cidadãos de origem cigana andam de país em país e enquanto uns podem vir, por exemplo, para Portugal, outros vão deste para outros países. Salienta ainda que estas viagens se tornam cada vez mais frequentes, dado que as viagens *low cost* se tornam cada vez mais comuns e “ com 50 euros conseguimos ir para a Roménia”.

Na eventual problematização de que os *Romà* constituam uma ameaça para a UE, o nosso entrevistado julga ser de todo pertinente que exista uma cooperação a nível europeu para a integração do povo cigano. Desse modo, julga que conseguiríamos minimizar o problema da integração e da aceitação pela população autóctone. Contudo, na sua opinião, os modos de resolução e actuação não passam pela obrigatoriedade de os *Romà* mudarem a sua cultura e tradições. Passaria, então, por estratégias de ocupação temporal, em que se procuraria manter os indivíduos absorvidos com actividades lúdicas ou desportivas e integrando-os no mundo laboral. Para ele, é errada a ideia de que, ao proporcionar-lhes alimentação, vestuário e habitação estaríamos a solucionar o problema. A mesma opinião é partilhada pelo Presidente da Associação da Comunidade Imigrante Romena e Moldava do Alentejo (ACIRMA), Danut Bojoaga (2007), que refere a este propósito: "aceitar os imigrantes não é só dar-lhes dinheiro"².

Mas para que as estratégias funcionem, Danut Bojoaga, considera que tem que existir uma aceitação de parte a parte (comunidade cigana e comunidade/instituições europeias). E para Gheorghe Florea esta mudança tem que ser feita “lentamente e passo a passo, para não levar a uma rotura” da abertura do espírito de mudança por parte dos nossos visados.

A Comunidade Ortodoxa Romena (COR) em Portugal, desenvolve trabalho conjunto com a Embaixada Romena, com o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), com o Instituto Cultural Romeno (ICR), entre outros. Neste trabalho conjunto com outras associações e organismos, a COR procura garantir a resposta às necessidades dos imigrantes que lhes batem à porta. Assim, em conjunto, prestam o primeiro auxílio a imigrantes com carências alimentares, habitacionais, legais, entre outras. Como Gheorghe Florea nos disse, “ajudamos em tudo o que podemos”.

O nosso intuito com este trabalho também é o de desmistificar a ideia de que os cidadãos romenos se encontram no nosso país para cometerem crimes. Este estereótipo chegou-nos através de notícias lidas, *blogs* consultados e conversas informais rotineiras

² <http://acirma.no.comunidades.net/index.php?pagina=1195196640>; consultado a 15-01-2010



entre com cidadãos da população em geral e elementos policiais. Considerámos de todo pertinente que o nosso entrevistado nos transmitisse o sentimento da população romena com que contacta.

Relativamente ao assunto em epígrafe, o mesmo autor considera que a população romena, de modo geral, é bem recebida e bem vista em Portugal. Mas refere que a comunidade *Romà* que vagueia pelo nosso país, tal como pela Europa, pode denegrir a imagem geral, dada a sua ausência de regras e propensão para a mendicidade.

O mesmo estudioso referiu não ter conhecimento de crimes específicos cometidos pelos imigrantes romenos. E quando indagado sobre a questão fulcral da nossa dissertação, os furtos a interior de residências, o mesmo lembrou-se de um relato de um imigrante romeno que recorreu à sua ajuda há uns tempos atrás. O imigrante que referimos veio para o nosso país trabalhar na construção civil, mas quando viu o seu contrato de trabalho terminar, ficou numa situação de escassez de recursos financeiros, pelo que acabou por ser aliciado por um grupo de cidadãos ciganos romenos a furtar em lojas de roupa. O imigrante relatou ainda a Gheorghe Florea ainda que cometiam os furtos usando papel de alumínio para forrar os sacos utilizados para trazer os objectos resultantes do furto, sem que os mesmos fossem detectados pelos dispositivos existentes nas lojas.

Na sua opinião, embora se deva ressaltar a “natureza não regradada” dos cidadãos ciganos, não devemos generalizar e referir que apenas estes cometem crimes, pois os cidadãos romenos – não ciganos, à semelhança dos cidadãos portugueses e nacionais de outros países, também o fazem.

Numa tentativa de entender se os cidadãos romenos migram para o nosso país para uma zona determinada, gerando assim um foco de aglomeração romeno, indagámos Gheorghe Florea no respeitante à distribuição dos cidadãos romenos no nosso país, tendo o mesmo referido que estes, cerca de 28 mil cidadãos (SEF, 2008), se espalham por todo o país, sendo natural que exista um número maior em zonas mais urbanas, em virtude de o espaço territorial e as oportunidades de trabalho também serem maiores. Questionado sobre qual seria o escalão etário e o sexo mais representativo dos imigrantes romenos em Portugal, aquele estudioso respondeu que na sua maioria são indivíduos de sexo masculino e de um escalão etário na casa dos 30 anos, que costumam vir acompanhados das suas mulheres e, por vezes, das crianças (algumas vezes deixam as crianças na Roménia, enviando-lhes apenas dinheiro, outras vezes vêm acompanhados delas e não se inibem de aumentar a família no nosso país).



O facto de os cidadãos romenos poderem ser confundidos com ucranianos ou russos não lhes causa grande apreensão, uma vez que já não existe o conflito de culturas eslava e latina referido inicialmente. Os romenos surgem muitas vezes associados a cidadãos ciganos romenos, mas fala-se de duas realidades distintas. Estes imigrantes são, de uma forma geral, considerados um problema, porque de certo modo as comunidades acabam por ser estigmatizadas na sequência de determinadas ocorrências que envolvem elementos das mesmas. São exemplo dessas situações: o crime organizado, o tráfico de seres humanos e a mendicidade.

No crime organizado surgem questões como as das máfias russa e ucraniana, onde se vive “um caos social organizado” que se espelha nos “cartéis de criminalidade transnacional” (Ziegler, 1999), sendo que estes indivíduos são tidos como violentos, actuando sobretudo nas próprias comunidades, explorando “com recurso à coacção e violência os contemporâneos que pretendem trabalhar em Portugal.” (Guia, 2008). Estes indivíduos são.

No tráfico de seres humanos, podemos destacar duas situações distintas: o tráfico para prostituição feminina e a venda de crianças, ocorrida sobretudo nos grupos de cidadãos ciganos da comunidade romena. Associado aos cidadãos ciganos romenos e a indivíduos de outros países pertencentes a blocos ex-comunistas, surge o fenómeno da mendicidade e furtos, sendo que aqueles se encontram organizados e operam em todo o país, usando crianças e deficientes, muitas dessas crianças são enviadas pelos próprios pais³.

Além do mais, há uns anos, eram comuns os problemas dos assaltos aos parquímetros, sobretudo na cidade de Lisboa, associado sobretudo a menores de nacionalidade romena, tal como podemos constatar quando vagueamos nas ruas e junto a semáforos, por exemplo, encontramos romenos que vendem o jornal Borda d’Água e se dedicam à prática da mendicidade, que vendem pensos rápidos e que são espancados se não trazem o dinheiro da venda. Estas crianças não passam muitas vezes de orfãs (abandonadas e que passaram por muito sofrimento), recrutadas, por antigos agentes da polícia secreta de Ceausescu, para os grupos organizados romenos. As mesmas são treinadas com afinco com as mais variadas técnicas, que se tornam impreteríveis para a sua subsistência nesses grupos e para que os mesmos não sejam apanhados pelas autoridades,

³ "Pouco se sabe sobre os ciganos em países ex-comunistas, é do conhecimento geral que os vários estados da Europa Oriental: Roménia, Moldávia, Bielorrússia, entre outros, onde vivem numerosos grupos que procuram forçar os ciganos a falta de moradia e trabalho útil, mesmo para pôr fim às crianças implorando que esfarrapado, sujo e insistente vagando pelas ruas, enviado por seus pais. " (Ercolina Milanesi)-<http://www.ercolinamilanesi.com/storici/zingari.html> ; visitado em 11-03-2010



pelo que o treino destes consiste em “técnicas de sobrevivência, combate corpo-a-corpo, técnicas de homicídio silencioso, sabotagem, transmissões em código, perseguição e despistagem, decodificação de sistemas electrónicos (...)” (Ziegler, 1999)

Passemos agora a caracterizar a população cigana de origem romena.

2.1.2 A questão Romà (Cigana)

Quando falamos no modo de vida dos *Romà*, designação conferida aos cidadãos ciganos, é natural que nos interroguemos: quem são? O que fazem? De onde vieram? E estas são apenas algumas questões. E para que não sejam suscitadas ideias erradas e os conceitos não sejam aplicados negativamente, como por vezes acontece, ao referir-se que vivem à parte da sociedade, segundo Gheorghe Florea, queremos dizer que as suas tradições e regras, ou a falta delas, são tão vincadas e distintas do resto da sociedade que se tornam num grupo extremamente diferenciado, não partilhando quaisquer regras dos restantes. A população cigana, de certo modo preocupa o Estado Romeno, precisamente por viver à margem da restante sociedade, segundo Gheorghe Florea.

O povo nómada composto por cidadãos ciganos teve a sua origem no século XIV quando um grupo de cristãos originários da Índia procurou exílio noutros países por razões religiosas. Estima-se que, em Portugal, haja cerca de cinquenta mil ciganos (Rádio Renascença, 10/04/2010, 23h – Edição da Noite)

Quando nos perguntamos qual é a origem dos *Romà*, verificamos que essa opinião não é consensual, havendo uma hipótese que começa a ser defendida como a mais credível, que nos indica que este povo terá tido origem indo-europeia. Na base de tal hipótese, está a origem do idioma romanês (Avraham, 2007) que em tudo leva a crer que os *romà* sejam originários da Índia, contrariando a ideia de que estes terão vindo do Egipto. Será no entanto destacar que a origem egípcia foi defendida pelos próprios *romà* para que assim fossem aceites em diversos países (Soria, 2008). Gheorghe Florea refere-se precisamente a esse facto: “é preciso ter atenção, porque os cidadãos ciganos não são originários de lá [Roménia]. Eles vieram da Índia, Ásia. Estabeleceram-se lá e acabaram por gerar aquele grupo”.

Assim, o termo *Romà* surge como a designação, ainda que simplista, do povo cigano. Dizemos que é simplista, uma vez que não faz a representação de todos os grupos populacionais, porém é uma designação necessária para fugir à estigmatização que é



atribuída aos cidadãos ciganos (Soria, 2008). Estes podem também ser conhecidos como *gitanos*, *cigány*, *zíngaros*, etc., mas o nome que na sua maioria lhe é reconhecido é *Rom* (derivado de *Rhom*) ou *Sinti* para alguns grupos desse povo (Avraham, 2007). Para o nosso trabalho, entendemos designá-los por *Romà*, por ser a designação comum escolhida por algumas organizações *romà* a partir de 1970 (Soria, 2008).

Se existe uma designação para o povo cigano, é natural que exista uma para os não-ciganos. Estes são conhecidos na cultura *romà* como *gadyè*.

São muitos os grupos em que se divide o povo *romà* e, dadas as suas diferenças, não será de todo correcto generalizar. Mas uma coisa é certa, todos esses grupos em que se dividem são alvo de discriminação e preconceito (Soria, 2008).

Os *romà* são um “povo de cultura oral e residente” que por “terem conservado uma cultura agrafa não foi, a principio, consequência de uma aversão ou de uma incapacidade natural e sim, resultado da resistência à aculturação e ao consequente desaparecimento étnico que esta acarretaria” (Soria, 2008).

Gheorghe Florea revela-nos que a população romena quando emigra procura, essencialmente, países como Itália, Espanha, Portugal e França (Entrevista 5). Um imigrante romeno no nosso país, Danut Bojoaga⁴, salienta que escolheu por Portugal como país de ingresso porque vinha em busca de melhores condições e pelo “espírito de aventura” (Agenda Cultural e Desportiva n.º 28 – Câmara Municipal de Moura, 2009).

Passemos, agora, a resumir os aspectos que depreendemos da entrevista a Gheorghe Florea, da Comunidade Romena.

Os *Romà* têm uma cultura, ideologia e tradição totalmente distintas de todos os outros grupos romenos. Note-se que eles acontece com frequência a venda de crianças, ou a troca das mesmas.

Este povo tem em si tão vincada a sua natureza nómada, que mesmo com todo o apoio financeiro, jurídico e psicológico, e com boas condições habitacionais, nutricionais e de educação, não são, na sua maioria, capazes de se enraizar num local específico. Essa natureza nómada resulta de tradições passadas de geração em geração, mas começa a ser mais comum encontrar grupos *romà* sedentários ou semi-sedentários que, pela “intolerância e exclusão em relação à minoria *romà* (...), os obriga à sedentarização forçada” (Soria, 2008). Mas a sua natureza nómada é ainda um vínculo que só com a passagem do tempo se desvanecerá. Exemplo disso é um casal que a Comunidade Romena

⁴ <http://acirma.no.comunidades.net/index.php?pagina=1195196640>; consultado a 15-01-2010



em Portugal acolheu. A esse casal foi dado todo o apoio jurídico para lutar pela custódia do seu filho, que lhes tinha sido retirado por as autoridades portuguesas considerarem que existia uma situação de exposição ou abandono da criança, uma vez que enquanto “procuravam alimentos” deixaram a criança a dormir, sozinha, no carro (Entrevista 5). Foi-lhes concedido apoio financeiro para arrendarem uma casa, emprego e regularizada a situação de permanência de ambos e do menor no nosso país. Porém, sem que nada o fizesse prever, os mesmos abandonaram o país, levando consigo o filho e todos os objectos do recheio da casa, sem deixarem qualquer indicação de partida ou explicação.

Já mencionámos que em França os cidadãos romenos encontram alguma relutância quanto à entrada naquele território, verificando-se a mesma situação também na Alemanha. Nestes países, bem como no caso Italiano, o Governo cria situações para “encostar os romenos à parede” e assim poder “expulsá-los” (Entrevista 5). Estas relutâncias derivam de estereótipos existentes em todas as comunidades *gadyés* relativamente aos *romà*. Esses estereótipos são gerados através de experiências com esse povo, de uma ideia que nos foi transmitida por outra pessoa, uma notícia que ouvimos ou lemos, podendo até mesmo ter origem na escola, quando consultando um dicionário em busca de um significado para “cigano”, encontramos definições que nos induzem a ideias estereotipadas, como por exemplo “que é aldrabão, trapaceiro, impostor (...) ladino, interesseiro, traficante (...) pessoa que tem uma vida incerta e errante” (Dicionário Verbo, 2006).

2.1.3 A questão Jugoslava (e dos denominados cidadãos “servo-croatas”)

A questão dos cidadãos designados por “servo-croatas” é controversa e não existe uma resposta correcta relativamente à mesma. Referimo-nos ao facto de nos podermos exprimir relativamente a um conjunto de indivíduos designados por “servo-croatas”. Sabemos à partida que a expressão “servo-croata” não se reporta a uma nacionalidade, os cidadãos são sérvios ou croatas, mas este grupo surge muitas vezes designado desta forma na comunicação social, pelo que nesta secção procurámos compreender o porquê de tal situação. Salientamos que não é nossa intenção ferir susceptibilidades no que concerne a esta questão; pretendemos sim que se perceba por que motivo muitas vezes não surgem dissociados uns dos outros e reflectir sobre a realidade social, cultural e económica destas



comunidades nos seus países de origem, para que desse modo possamos contextualizar as comunidades em estudo no nosso trabalho.

Os países do Leste da Europa, à excepção da Albânia, formavam a Jugoslávia⁵. Este país surgiu depois da I Guerra Mundial, baseado no princípio da auto-determinação para as nações que faziam parte dos Impérios decompostos, neste caso o Império Austro-húngaro e Otomano. Com a segunda Guerra Mundial, surgiu a nova Jugoslávia, “a Jugoslávia de Tito”, que proporcionou mais igualdade entre os vários Estados que a compunham⁶ e deu ao partido comunista uma estrutura política única, garantiu ainda prosperidade, muito embora tenha sido encarada com frequência como um regime perigoso. A Constituição de 1974 permitiu a descentralização do poder e deu acesso ao veto por parte dos países constituintes daquela federação de países, como também era conhecida, de tal forma que quase passaram a uma confederação, o que gerou um clima de competição entre estados. No final dos anos 80, deu-se o fim da crise na Jugoslávia e países como a Croácia e a Eslovénia viram o processo de desagregação “de algo” que não satisfazia as suas necessidades, até porque em conjunto estes dois países constituíam quase metade do orçamento da federação. O facto da Sérvia e seus nacionais desejarem viver como um grande Estado influenciou em grande parte a dissolução da Jugoslávia, sendo que este país “mergulhou numa guerra sangrenta, em que reeditou algumas das mais ferozes tendências da Segunda Guerra Mundial: o uso de civis como reféns, a limpeza étnica (de que os muçulmanos foram as maiores vítimas), o bombardeamento deliberado de alvos civis e o assassinato de civis e de prisioneiros de guerra”⁷. As principais alterações na Sérvia surgem após queda do muro de Berlim, onde se torna imperativo para a segurança política e económica dos países a integração da NATO e da UE (Pllana, 2006).

2.1.4 Sérvia: país e ligação a Portugal

Em 1992, quando a República Federal da Jugoslávia era apenas composta pelas repúblicas da Sérvia e Montenegro, com Slobodan Milosevic no comando, a Sérvia fez várias investidas militares, infrutíferas, para que os sérvios dispersos nos países vizinhos regressassem à terra mãe. Em 1999, assistimos a um êxodo em massa dos Albaneses no

⁵ Jugoslávia de Tito, era formada pelos seguintes países: Eslovénia, Croácia, Macedónia, Bósnia e Herzegovina e Sérvia e Montenegro.

⁶ Jugoslávia de Tito, era formada pelos seguintes países: Eslovénia, Croácia, Macedónia, Bósnia e Herzegovina e Sérvia e Montenegro.

⁷ [http://www.infopedia.pt/\\$guerra-na-jugoslavia](http://www.infopedia.pt/$guerra-na-jugoslavia); consultado a 16-04-2010



Kosovo, gerado por intermédio das forças militares e paramilitares da Sérvia, o que preocupou a Comunidade Internacional e levou à intervenção para que não se verificassem situações como as que tinham acontecido na Bósnia, desde a guerra (1992-1995) bem como as crises sociais e políticas. Em 2000, Milosevic perdeu as eleições e foi detido em 2001 pelo International Criminal Tribunal for the former Yugoslávia⁸ (ICTY) (Pillana, 2006) acusado de crimes contra a humanidade.

No início de 2008, a Sérvia vivia uma crise política profunda e ainda não tinha sido dado o primeiro passo para a adesão à UE, ou seja, ainda não tinha sido assinado o Pacto de Estabilidade (AFP, 2008) que viria a ser assinado a 29 de Abril de 2008 (Relatório de Progresso da Sérvia, 2009). A Sérvia passou a colaborar com a UE, reafirmando-se perante esta e passando a colaborar com o ICTY, crucial para a estabilização e adesão à mesma (Füle, 2010).

Uma das grandes preocupações das polícias e da UE em relação ao combate ao crime organizado e ao terrorismo que ainda se vive na Sérvia, recai no tráfico de seres humanos, que se enfatiza pelo facto de a maioria das vítimas serem crianças e pelo número das mesmas ter crescido do ano 2008 para 2009. No entanto, e apesar de se ter reforçado o combate a este crime, o mesmo é classificado no Relatório de Progresso da Sérvia de 2009 como “moderado”.

Em termos gerais, a Sérvia tem 88.361 km² de área, uma população de 7.498.001 habitantes, excluindo a população da região do Kosovo, o que equivale a 92,3% da população da Sérvia (*site do Governo Sérvio*, 2010). Belgrado é a capital da Sérvia (artigo 9.º da Constituição da República da Sérvia – CRS) bem como é a sua cidade mais populosa, seguindo-se Novi Sad, Nis e Kragujevac. A Sérvia ainda tem 2 províncias autónomas: Vojvodina e Kosovo – Methohija. Quando falamos do seu sistema político, estamos na presença de uma democracia (artigos 1.º e 4.º da CRS). A língua oficial é o servo e a escrita o cirílico, conforme o plasmado no artigo 10.º da CRS (*site do Governo da Sérvia*, 2010). Salientamos o facto de 35,2 % da população, com mais de 25 anos, se encontrar desempregada (Relatório de Progresso da Sérvia, 2009), o que, entendemos, que fomenta um movimento de emigração por parte dos cidadãos sérvios, em busca de melhores condições económicas.

Com todas as envolvências históricas deste país, a sua sociedade tornou-se uma mescla de grupos populacionais, sendo que a mais representativa é a de sérvios, seguida de

⁸ Tribunal Penal Internacional para a Antiga Jugoslávia: é um tribunal das Nações Unidas que trata de crimes de guerra que tiveram lugar durante os conflitos nos Balcãs nos anos 90.



húngaros, bósnios, *romà*, jugoslavos, croatas, montenegrinos, albaneses, eslovacos, romenos, macedónios, búlgaros, croatas da Vojvodina, ucranianos, alemães, russos, checos, entre outras. Tal como os romenos, também os sérvios são na sua maioria ortodoxos (*site* do Governo da Sérvia, 2010).

A província do Kosovo é uma área com especial destaque e que deve ser tratada como uma individualidade, tendo declarado de forma unilateral a sua independência.

2.1.5 Croácia: país e ligação a Portugal

A Croácia declarou a sua independência da Jugoslávia no ano de 1991. Todavia esteve afastada do resto do mundo até ao início de 2001, por se ter recusado a colaborar com o ICTY, quando estava sob a governação de Tuxhman Franjo, que morreu antes das eleições (em 2002), o que permitiu que a Croácia tivesse um forte impulso a caminho da integração na UE. Os problemas mais sensíveis na Croácia foram o regresso dos sérvios deslocados durante a Guerra, a reforma judicial e a colaboração com o ICTY. A par da Eslovénia, é uma das repúblicas mais promissoras e industrializada da antiga Jugoslávia. Muito embora a Croácia tivesse problemas políticos, a sua economia cresceu durante esse período e o comércio exportado para a UE tem, hoje em dia por base quase 55% do comércio croata, tendo como maior investidor a Áustria, seguida da Alemanha e da Itália (Pllana, 2006; DRŽAVNI ZAVOD ZA STATISTIKU⁹ - DZS, 2007).

No que respeita às suas relações com a UE, durante 1991 e 1995, a Croácia recebeu ajuda humanitária, na sequência da Guerra. Em 2000, foi assinado o Pacto de Estabilidade com a Alemanha, o que impulsionou as potencialidades de a Croácia integrar a UE. Em 2003, assinou a subscrição para Estado Membro da UE, tendo-se candidatado em Junho de 2004, mas não foi aceite, pelas suas antigas relações de não colaboração com o ICTY, questão solucionada no ano de 2005 (Pllana, 2006). A Croácia continua a aguardar autorização para integrar a UE e está em boas condições de o alcançar já no ano de 2011 (Comissão Europeia, 2009).

Em termos gerais, e no que respeita às suas características únicas, a República da Croácia fica localizada no sudeste da Europa e faz fronteira com o Mar Adriático entre a Bósnia Herzegovina e a Eslovénia, bem como faz fronteira com a Hungria, Sérvia e Montenegro. Com uma área com 56.594 km², a Croácia apresenta, segundo as projecções, para o ano de 2008, do Instituto Nacional de Estatística croata 4.442.629 habitantes (DZS,

⁹ DRŽAVNI ZAVOD ZA STATISTIKU – Instituto Nacional de Estatística da Croácia.

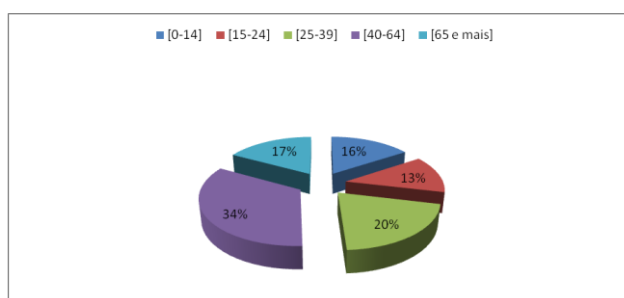


2008) que têm o croata como língua oficial e uma escrita latina. Usam a *Kuna* como moeda corrente e a capital do seu país é Zagreb, onde habitam 779.145 cidadãos. O seu governo tem um regime presidencial democrático (*site do Governo da Croácia*, 2007).

Por um lado, tal como verificamos na Roménia e na Sérvia, também a Croácia apresenta no seu conjunto de população o mais variado leque de origens populacionais: na sua maioria são croatas, mas também sérvios, eslovenos, húngaros, checos, eslovacos, italianos, entre outros marcam presença na sua mescla populacional. Quanto à questão religiosa, são maioritariamente cristãos, seguindo-se os ortodoxos, islâmicos, judeus, protestantes, entre outros (*site do Governo da Croácia*, 2007).

A população da Croácia dividida pelos escalões etários de [0-14], [15-24], [25-39], [40-64] e [65 e mais] apresenta uma maior incidência no escalão etário de 40-64 anos, pelo que consideramos estar na presença de uma população tendencialmente de meia-idade.

Ilustração 11: População da Croácia, em 2008, por escalão etário



Fonte: DZS, 2008

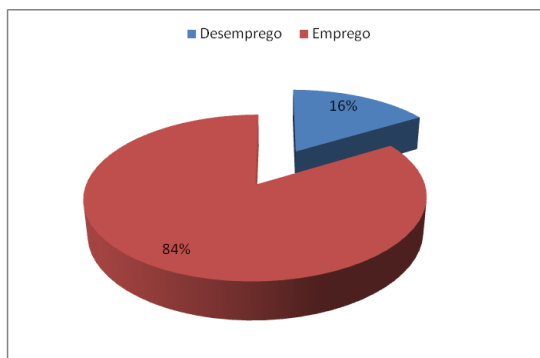
Se analisarmos a distribuição por sexo da população da Croácia, verificamos que na sua maioria é uma população feminina (52%)¹⁰, ainda que não seja muito significativa a diferença.

Com o intuito de percebermos o que levará a população croata a emigrar, verificamos que 16% da população desse país se encontra numa situação de desemprego, o que deverá influenciar esse movimento migratório. E Portugal pode ser um desses destinos, que apesar da sua taxa de desemprego se encontrar nos 9,5% é inferior à croata.

¹⁰ Ver Anexo 2



Ilustração 12: População da Croácia, em 2008, por situação laboral



Fonte: DZS, 2008

Ilustração 13: População de Portugal, em 2008, por situação laboral

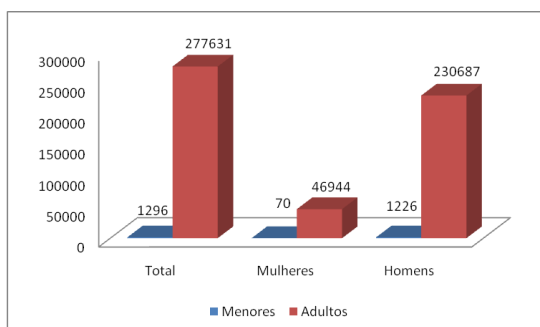


Fonte: INE, 2009

Se analisarmos a estatística referente aos registos criminais dos menores croatas, verificamos que das 278927 acusações, apenas 186452 resultaram em condenações. Ressalvamos a ideia de que os menores apenas têm a intervenção em 0,46% das acusações existente bem como em 0,51% das condenações. E as mulheres têm um peso muito baixo em ambas as situações, conforme depreendemos das observações das ilustrações 14 e 15.

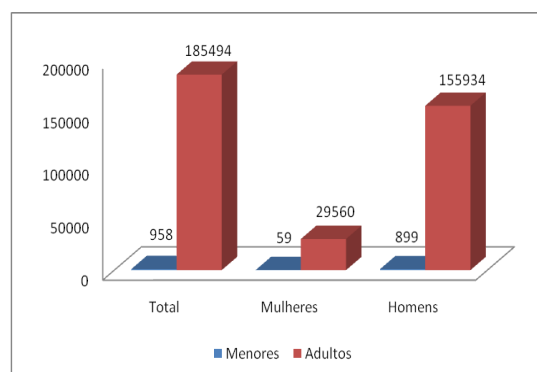
Se os nossos leitores estiverem interessados em saber o resultado das condenações da população croata aconselhamos a consulta do anexo 2 do nosso trabalho.

Ilustração 14: Total de acusações criminais da população croata, 2008, por sexo



Fonte: DZS, 2008

Ilustração 15: Total de condenações criminais da população croata, 2008, por sexo



Fonte: DZS, 2008

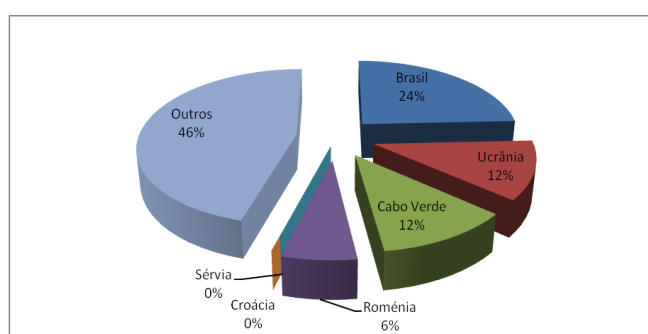
2.1.6 População Romena, Sérvia e Croata – breve caracterização

No presente trabalho, temos o objectivo de analisar em profundidade as nacionalidades referidas, no que concerne aos furtos no interior de residências. No entanto, procurámos obter alguma informação possível acerca destes cidadãos, para melhor compreendermos e enquadrarmos o fenómeno em questão. Assim, recorreremos aos dados



do SEF para fazermos a análise respeitante ao número de cidadãos, cruzando variáveis como sexo, escalão etário e distribuição geográfica. Como verificamos através da análise da ilustração 16. As nacionalidades mais representativas em território nacional são, por ordem decrescente: Brasil (n= 106961), Ucrânia (n=52494), Cabo Verde (n=51352) e Roménia (n=27769), seguidas de todas as outras (n= 201334). Decidimos incluir na nossa análise as nacionalidades Serva e Croata para podermos aferir do seu peso na distribuição da população estrangeira residente em Portugal. Constatámos que, quer uma, quer a outra têm uma representatividade muito baixa (Sérvia: n=287 e Croácia: n=80), conforme verificamos pela análise da ilustração 16.

Ilustração 16: População Estrangeira Residente em Portugal, 2008, por nacionalidades



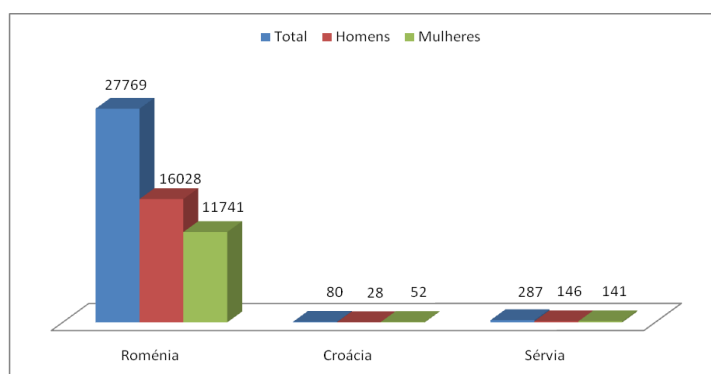
Fonte: SEF

Da análise da ilustração 16, constatamos que os romenos representam 6% da população estrangeira residente em Portugal; sendo a quarta nacionalidade mais representada no território nacional, alcança um peso relativamente importante. Por sua vez, a Sérvia e a Croácia afiguram-se como nacionalidades com peso residual na totalidade dos estrangeiros residentes em Portugal.

Individualizando as três nacionalidades em estudo, iremos proceder a uma análise da população residente no nosso país, fazendo a sua distinção consoante o sexo. Assim, e como podemos ver no gráfico 17, a população romena é na sua maioria do sexo masculino. Por seu lado, a população croata é na sua maioria feminina, encontrando-se a população serva equilibrada quanto à sua distribuição (não sendo significativa a diferença entre sexos).



Ilustração 17: População Romena, Croata e Sérvia Residente em Portugal, 2008, por sexo



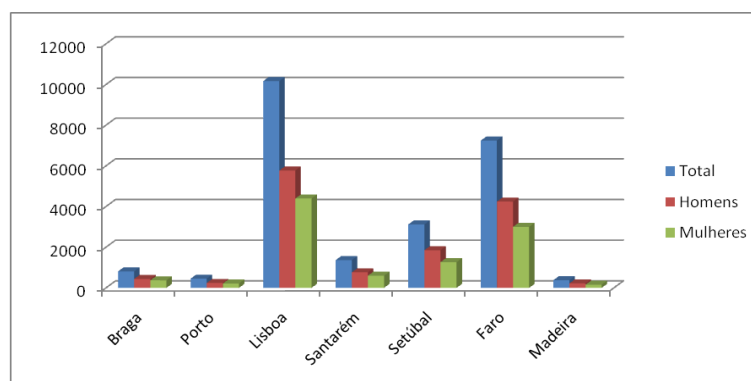
Fonte: SEF

Se agora analisarmos a distribuição das três comunidades em estudo pelo território nacional, verificamos que os focos populacionais destas comunidades são de um modo geral os seguintes: Lisboa (37%), Faro (26%), Setúbal (11%), Santarém (5%) e Braga (3%). Podemos ainda aperceber-nos de que a população romena encontra expressão em todo o território nacional. Já a população croata e serva apenas têm alguns residentes em determinados distritos do território nacional.

Assim nas ilustrações que vos apresentamos de seguida mostramos-vos a distribuição dos cidadãos das já referidas nacionalidades, no nosso país, para tal escolhemos as zonas que maior representatividade manifestavam. Deixando a possibilidade de verem a distribuição total destas comunidades em Portugal no anexo 3.

Como podemos observar na ilustração 18 a População Romena encontra-se essencialmente representada em Lisboa, Faro, Setúbal, Santarém, Braga, Porto e Madeira, que perfazem um total de 85% da população romena residente em Portugal.

Ilustração 18: População Romena em Portugal, em 2008, distribuição por distrito e por sexo

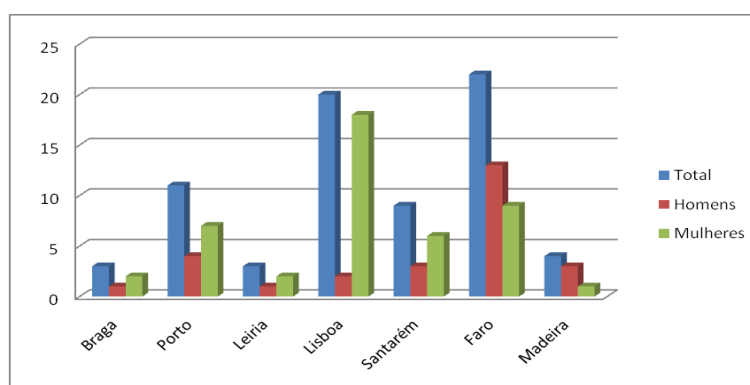


Fonte: SEF



Já para a população croata residente em Portugal, observamos na ilustração 19 que a População Croata encontra-se essencialmente representada em Faro, Lisboa, Porto, Santarém, Madeira, Braga, e Leiria, que perfazem um total de 90% da população croata residente em Portugal.

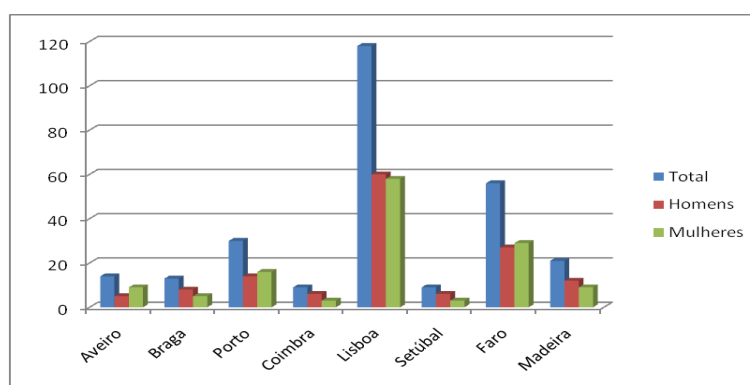
Ilustração 19: População Croata em Portugal, em 2008, distribuição por distrito e por sexo



Fonte: SEF

Por fim, observamos que a população sérvia residente em Portugal, como evidenciado na ilustração 20 se encontra essencialmente representada em Lisboa, Faro, Porto, Madeira, Aveiro, Braga, Setúbal e Coimbra, que perfazem um total de 94% da população sérvia residente em Portugal.

Ilustração 20: População Sérvia em Portugal, em 2008, distribuição por distrito e por sexo



Fonte: SEF

2.1.7 Enquadramento Legal: Furto Qualificado

Para podermos falar de furtos em interior de residências, temos primeiramente que perceber a natureza desse mesmo crime. E fazer o seu respectivo enquadramento legal, tal como a sua análise.



Assim, e desse modo, poderemos compreender se aquilo a que os indivíduos, em análise no nosso estudo, se dedicam, se enquadra na nossa conjectura penal. E se tal se verificar quais os padrões aplicados.

Passemos, então, a fazer essa análise pormenorizada. A situação que retratamos é de indivíduos que se introduzem em residências, que não as deles, para aí furtarem, essencialmente, objectos de valor elevado, ouro e jóias.

Assim, fazendo o devido enquadramento legal da situação, verificamos que se enquadra no Artigo 204.º, n.º 1, alíneas f) e h), ou no n.º 2, alíneas a), e) e g) do já mencionado artigo, do Código Penal (CP), dos respectivos Título II e Capítulo II.

“Artigo 204º¹

1 – Quem furtar coisa móvel alheia:

(...)

- e) Fechada em gaveta, cofre ou outro receptáculo equipados com fechadura ou outro dispositivo especialmente destinado à sua segurança;*
- f) Introduzindo-se ilegitimamente em habitação, ainda que móvel, estabelecimento comercial ou industrial ou espaço fechado, ou aí permanecendo escondido com intenção de furtar;*
- h) Fazendo da prática de furtos modo de vida; ou*

é punido com pena de prisão até cinco anos ou com pena de multa até 600 dias.

(...)

2 – Quem furtar coisa móvel alheia:

- a) De valor consideravelmente elevado;*
- b) Que possua significado importante para o desenvolvimento tecnológico ou económico;*
- c) Que por sua natureza seja altamente perigosa;*
- d) Que possua importante valor científico, artístico ou histórico e se encontre em colecção ou exposição públicas ou de acessíveis ao público;*
- e) Penetrando em habitação, ainda que móvel, estabelecimento comercial ou industrial ou outro espaço fechado, por arrombamento, escalamento ou chaves falsas;*
- f) Trazendo, no momento do crime, arma aparente ou oculta; ou*
- g) Como membro de bando destinado à prática reiterada de crimes contra o património, com colaboração de pelo menos outro membro do bando;*

3 é punido com pena de prisão de dois a oito anos. – Se na mesma conduta concorrerem mais do que um dos requisitos nos números anteriores, só é considerado para determinação da pena aplicável o que tiver efeito agravante mais forte, sendo o outro ou outros valorados na medida da pena.

4 – Não há lugar à qualificação se a coisa furtada for de diminuto valor.”



Estamos perante um crime de furto qualificado, punido com pena de prisão até cinco anos, no caso das situações do n.º1. e de uma pena de prisão de dois a oito anos, no caso do n.º2.

Caso o valor da coisa furtada seja superior a uma Unidade de Conta (UC), o furto cometido nas circunstâncias descritas, anteriormente, será sempre qualificado. Sendo assim um crime de natureza pública, não dependendo de queixa por parte do lesado/ofendido.

E se no caso que estamos a tratar, os suspeitos/arguidos procuram, na maioria das vezes, levar ouro ou objectos de valor é mais que certo que estaremos na presença de crimes contra o património, e numa situação de furto qualificado.

Bianchi (2008) afirma que o furto ocorre quando o autor do crime, se apropria de um objecto, ou valor financeiro no qual ele não possui nem a posse, nem o direito. Esse crime comporta a forma qualificada quando o ladrão precisa ultrapassar barreira ou destreza. Enquanto o roubo é um ilícito do tipo penal, que acontece quando com uso de violência ou grave se ameaça o autor e se apropria de algo que não possui nem a posse nem o direito. Este crime possui sua forma qualificada quando a ameaça é feita com emprego de arma de fogo. Resumindo a ideia que Bianchi (2008) no quis transmitir o furto distingue-se do roubo pelo uso da violência, ou a grave ameaça, traduzindo, o roubo “seria a modalidade violenta do furto”.

Ao longo do nosso trabalho diferenciamos os dados de análise, de crime de furto em interior de residência e interior de estabelecimento comercial, através da diferente notação estatística que lhe é dada nos registos de dados da PSP e não pela diferença na alínea do artigo, uma vez que este artigo engloba ambas as situações.



CAPÍTULO III

3.1 As vozes institucionais: análise de entrevistas

Julgamos que a imagem e a realidade da imigração em Portugal não se encontram afectadas pela ocorrência e conhecimento destes factos criminais, porém na sociedade foram criados alguns estigmas perante determinadas comunidades, como é, por exemplo, o caso dos cidadãos romenos. Salientamos o facto de os nossos entrevistados que responderam a esta questão serem na sua maioria elementos policiais, pelo que se denota uma dificuldade em separar a parte com interesse policial da essência social da mesma.

“ (...) Em relação aos Romenos, falando por mim de um ponto de vista pessoal e fora Polícia, tenho receio e não confio neles. Em relação aos outros eu penso que as pessoas vêm por bem (...).” (Entrevista 1)

“ (...) Comum cidadão não vejo de uma forma negativa (...) Mas lá está, a partir do momento em que entram neste regime de furtos (...) aí já não concordo.” (Entrevista 2)

“Em termos criminais, de facto, é uma coisa que nos preocupa. (...) Os imigrantes de Leste têm-nos provocado algumas preocupações (...).” (Entrevista 3)

“Qualquer resposta a esta questão é de todo incompleta se não forem analisados os diferentes prismas (social, político, económico, entre outros) da realidade da Imigração. Não obstante, considero que nos últimos anos (em especial a partir de 2000) temos assistido a um crescente fluxo de imigrantes do Leste europeu. A própria adesão da Roménia à União Europeia em 2007 potenciou o crescente número de imigrantes romenos em alguns países europeus e Portugal não foi excepção.” (Entrevista 4)

No que concerne ao fenómeno da imigração em Portugal, verificamos, quando questionamos os nossos entrevistados sobre se achariam que os grupos de *romà* romenos estariam relacionados com os furtos a residências, os mesmos foram peremptórios nas suas respostas dizendo que essa comunidade não se dedica aos furtos, mas que estão relacionados com peditórios. E na eventualidade de estarem envolvidos com furtos, será para usufruto próprio.

“Eu julgo que esse grupo Romani está mais envolvido naqueles peditórios (...) E esses, eu acho que são aqueles pequenos furtos que são para eles próprios.”

“ (...) Não são os Romani que fazem os furtos em residências.” (Entrevista 2)

“Os “furtos de dinheiro por simulação de peditórios junto a ATM's” são um bom exemplo de crimes associados a grupos de origem romani-cigano.

Nestes casos, os suspeitos vivem tal e qual os nómadas, sem qualquer residência fixa e habitual e, claro, sem qualquer actividade laboral. Subsistem à custa de falsos peditórios e da prática de alguns tipos de furto.



Os crimes são geralmente praticados pelos menores, devidamente orientados e coordenados pelos adultos, que demonstram assim conhecer a lei portuguesa.

Estes grupos de indivíduos são muito móveis.” (Entrevista 4)

Os cidadãos estrangeiros que cometiam os furtos de residências não se encontram instalados no nosso país, mas deslocam-se a este para os cometer, logo não estamos a falar de cidadãos residentes em território nacional.

“ (...) Os croatas vinham cá, não estavam cá.” (Entrevista 1)

No entender dos nossos entrevistados, deveríamos estudar estas comunidades, para perceber as suas motivações e interesses.

“ (...) Eles deveriam ser estudados, deveríamos saber porque é que vêm (...) é esta gente está cá e ninguém sabe onde estão, como estão e para que estão.” (Entrevista 1)

“Poderíamos estudá-los, mas é assim (...) para conhecermos este meio tivemos que batalhar bastante.” (Entrevista 2)

A opinião dos nossos entrevistados no que respeita à importância de estudos na área da imigração e criminalidade, tem tanto de divergente como de complementar, uma vez que uns consideram que os estudos não têm importância à exceção dos estudos policiais e, por outro lado, há quem os considere importantes.

“Não, daquilo que eu conheço, conheço muito poucos estudos nessa área da imigração e criminalidade. Até porque relativamente a essa temática os estudos que surgem são resultado das investigações. No fundo não nos dão uma visão geral, funcionam como um estudo de caso.” (Entrevista 3)

“ (...) Mas talvez estudos a nível policial fossem pertinentes, para as pessoas, também, terem conhecimento. Mesmo para os outros elementos policiais, porque cada um de nós tem uma maneira de pensar e de ver o crime; já o patrulheiro é capaz de ter uma maneira diferente (...).” (Entrevista 2)

“Não me parece que esta realidade esteja devidamente explorada, principalmente quando nos questionamos acerca do impacto da imigração na criminalidade praticada em território nacional. (...) À semelhança do que sucede em outros países da União Europeia, como é o caso de Espanha, urge perceber até que ponto podemos associar a origem de determinados fenómenos criminais a certas nacionalidades. (...) Ora, parece-me importante equacionar alguns estudos ou análises específicas relativos à criminalidade eventualmente associada a estrangeiros ou a algumas nacionalidades.” (Entrevista 4)

Na nossa óptica, os imigrantes não estão no nosso país para cometer crimes, alguns acabam, sim, por cair nas malhas de redes mafiosas que a troco de dinheiro e promessas de trabalho os aliciam para estas práticas.

“ Penso que não... não! Para mim, a maior parte desses de Leste, que está cá, são enganados. São redes mafiosas, que lhes levam dinheiro, trazem-nos para cá a troco de trabalho e chegam cá e não existe trabalho nenhum.” (Entrevista 1)



“ (...) Existem aqui outras situações que (...) originam ou propiciam o cometimento de crimes. Porque, muitas vezes, as situações, principalmente a um nível mais baixo, são uma questão de subsistência, eles já não tentam o lucro. O caso, muito em concreto da situação que tivemos dos servo-croatas (...). ” (Entrevista 3)

“ (...) Há situações de ameaças para com este grupo mais baixo, para o cometimento de ilícitos.” (Entrevista 3)

Contrariamente ao que muitas vezes foi noticiado, a nacionalidade dos indivíduos estrangeiros envolvidos nos furtos a interiores de residências não era romena, mas também estariam envolvidos cidadãos de outras nacionalidades como: sérvia, croata ou até macedónia. Os cidadãos romenos poderão ser associados a outro tipo de criminalidade.

“ Eu, no meu caso, tinha da Macedónia, Sérvia, e Croatas. As pessoas optavam por dizer que era tudo Romeno, mas não eram Romenos. Romenos são estes que andam aí a fazer outro tipo de furtos. Não é a mesma coisa.” (Entrevista 1)

“Falamos de Croatas, Romenos e começam a aparecer, agora, os Brasileiros.” (Entrevista 2)

“Em termos dos países de Leste estão referenciados e sinalizados indivíduos Romenos, neste momento também Georgianos, da antiga Jugoslávia. Para não dizermos, que praticamente são estes indivíduos servo-croatas. (...) São dos que vieram originariamente da ex-Jugoslávia mas que tiveram uma passagem por Itália, Alemanha, França e Espanha.” (Entrevista 3)

“ (...) Eram croatas. Só faziam assaltos e furtos a interiores de residências. Não faziam mais nada.” (Entrevista 2)

“ (...) Importa esclarecer que este tipo de fenómeno criminal não está associado a cidadãos de nacionalidade romena. Os ilícitos criminais são praticados na sua maioria por indivíduos de origem croata e/ou sérvia.” (Entrevista 4)

“Ultimamente tem sido frequente identificar indivíduos oriundos da zona do Magreb, em especial oriundos da Argélia e de Marrocos. O mesmo sucede em Espanha. Além de servo-croatas, este tipo de fenómeno criminal tem sido habitualmente cometido por albanos-kosovares, marroquinos e romenos.” (Entrevista 4)

Percebemos que existem redes organizadas que se dedicam a esta prática de ilícitos criminais e se podem estabelecer no nosso país, enquanto isso for lucrativo para os mesmos e julgarem que a segurança da rede se mantém intacta, em virtude da actuação policial.

“ É assim: quando são redes organizadas eles ficam. Vão saltando de país em país, porque eles quando vêm já sabem como nós trabalhamos.” (Entrevista 1)

“ (...) Eles se instalam até sentirem pressão por parte das autoridades, e quando sentem pressão deslocam-se para outros pontos da Europa.” (Entrevista 3)



Segundo o que conseguimos apurar, estes grupos funcionam de modo extremamente organizado e planeiam todo o seu modo de actuação, desde o país ao local e a forma como executar o serviço, o mais pormenorizadamente possível.

“Eles chegam cá, mas antes vem alguém da célula fazer o reconhecimento e o estudo do nosso país e das nossas leis (...) Eles já tinham um estudo prévio de como tinham que fazer. E depois eles também já controlavam muito bem o que era Polícia e GNR.” (Entrevista 1)

“Eles quando vêm para cá estudam e sabem perfeitamente qual é o sistema jurídico para onde vão actuar.” (Entrevista 3)

Relativamente às zonas mais fustigadas por estes grupos, depreendemos que eram, essencialmente, as zonas mais ricas do país.

“ (...) Eles atacaram sempre nas zonas mais ricas do país (...).” (Entrevista 1)

“Normalmente, residências de zonas ricas.” (Entrevista 2)

Com base na opinião dos nossos entrevistados, verificamos que existe uma lacuna do que concerne ao trabalho conjunto realizado entre a PSP e a GNR no combate a esta criminalidade.

“Falta isso.” (Entrevista 1)

“A falar com a Procuradora (...) ela diz, todos os processos são da área da Polícia [PSP]. E os da GNR?! (...) Nós não temos uma base de dados, enquanto eu no SEI11 consigo ir buscar os furtos todos, é só uma questão de fazer um estudo. Da GNR não apanhamos nada (...) sem termos que ir ao Gabinete Coordenador de Segurança. Sim, porque eu penso que ao meu nível isso não funciona, primeiro que chegue está o processo concluído.” (Entrevista 1)

“ (...) Todavia, importa ainda melhorar a interligação com e entre os serviços de investigação criminal das restantes Forças e Serviços de Segurança. (...) De entre algumas medidas, considero que as Polícias estão “obrigadas” a dotar as suas estruturas de excelentes serviços de Análise Criminal.” (Entrevista 4)

Quanto à organização destas redes, concluímos que os são fortemente organizadas e estruturadas, poder-se-á dizer que têm uma estrutura em pirâmide, mas na qual os elementos do escalão inferior só sabem quem é o seu superior no escalão imediato.

“ (...) Tinham um núcleo duro que não fazia nada.” (Entrevista 1)

“ (...) Sabem quem é o superior hierárquico, imediatamente acima deles, mas depois não sabem mais.” (Entrevista 1)

“Digamos que é uma pirâmide. Ou seja, tem os líderes, depois tem os que estão abaixo e por último os operacionais (...).” (Entrevista 2)

“Os suspeitos actuam sozinhos ou em grupo, mas sempre devidamente orientados e controlados por outros indivíduos. (...) Os grupos funcionam em pirâmide. Quer isto dizer

¹¹ SEI – Sistema de Estratégia e Informação, é o sistema usado pela PSP para o registo das ocorrências, que pode ser consultado posteriormente, fazendo uma recolha dos dados que se pretendem consultar.



que as tarefas estão perfeitamente definidas e há um “sistema hierárquico” definido. (...)” (Entrevista 4)

Se pensarmos onde é que os grupos se encontram localizados durante a sua estadia no nosso país e quais os seus meios e formas de deslocação, foi-nos possível apurar que as redes se dividiam em dois grupos distintos quanto à sua instalação e função, no nosso país: os grupos operacionais estavam instalados e deslocavam-se em auto-caravanas, que estariam instaladas em locais distintos porém próximos dos alvos de actuação; já os maiores ficavam instalados em hotéis e vivendas luxuosas.

“ (...) Quando faziam furtos aqui no Porto, as auto-caravanas estavam em Ovar ou na Póvoa do Varzim.” (Entrevista 1)

“Em auto-caravanas estavam os operacionais. (...) Os maiores estavam todos em vivendas ou bons hotéis.” (Entrevista 1)

“Há duas hipóteses, em residências ou em auto caravanas (...).” (Entrevista 2)

“ (...) Nessa altura (...) estavam colocados aqui no país. Portanto estamos a falar nas cidades da Póvoa do Varzim, Espinho e depois, lá em baixo, Vilamoura e Quarteira. Neste momento (...) será alguém que estará em Espanha, vem cá e depois vão outra vez para fora.” (Entrevista 2)

“Os grupos estavam instalados em sítios diferentes aos vários níveis. Portanto, aos níveis mais baixos estavam instalados em roulotte, o que lhes permitia muita mobilidade. Nunca sabíamos muito bem onde é que eles estavam. Nos grupos superiores estavam muito bem instalados, em residências muito boas, que eram alugadas, por valores muito elevados, ao ponto de termos situações em que estavam instalados em bons hotéis.” (Entrevista 3)

Consideramos que numa questão que envolve indivíduos estrangeiros, com ligações em vários países, a coordenação e troca de informações a nível internacional, no que respeita aos mesmos, se mostra imperativa. Após alguns relatos verificamos que tal prática, para alguns dos entrevistados, existe e é de todo importante, contudo para outros esta não se encontra implementada da melhor forma, pelo que se dão situações em que de um lado se dá informação, mas não existe retorno da mesma. Mas é opinião conjunta a importância que essa colaboração mútua tem na análise e conexão de crimes.

“ (...) Se houvesse um maior intercâmbio (...) melhorava algo, uma vez que eles já vinham de diversos países para cá. Eu notei que os Espanhóis só quiseram receber informação e depois não quiseram dar. Agora (...) têm o ouro mas não conseguem provar que é proveniente de furtos cá em Portugal.” (Entrevista 1)

“Não, trata-se de uma rede internacional. Tanto que alguns dos que nós detivemos lá em baixo no Algarve foram detidos em Espanha.” (Entrevista 2)



“ (...) Várias identidades e acabamos por na cooperação internacional, nomeadamente a nível da INTERPOL¹², também por ficar sem certezas de quem é que são. E acabamos por ter em alguns casos, mais de 20 identidades relativamente à mesma pessoa.” (Entrevista 3)

*“A PSP colaborou com a Polícia Judicial da Guardia Civil espanhola, que conseguiu relacionar os indivíduos em mais de 40 furtos com semelhante *modus operandi* e em diferentes áreas de Espanha. (...) É de todo importante estreitarmos os laços de cooperação internacional policial e estabelecermos uma coordenação interna efectiva entre as Polícias.” (Entrevista 4)*

“ (...) Importa conhecer o que se passa em alguns países da Europa, como sejam os casos de Espanha, França e Itália, por exemplo.

Não deve ser olvidado a intervenção da EUROPOL e do INTERPOL.” (Entrevista 4)

Consideramos que é importante perceber quais as técnicas utilizadas para cometer estes crimes, não só para destrinçar o *modus operandi* destes grupos, mas também para que possamos alertar e corrigir eventuais fragilidades às quais as vítimas estariam expostas. Nesse sentido verificamos que poderíamos ir do uso de um simples pedaço de plástico até ao recurso de pé-de-cabra e chaves de fenda.

“Inicialmente era com uns pequenos plásticos, recortes de plásticos (...) Desde que há uma comunicação da DN em relação a isso de as portas ficarem só com o trinco, então as pessoas começaram a trancar e eles começaram a utilizar chave de fendas e uns pés de cabra pequeninos.” (Entrevista 1)

“Eles começaram, no princípio, por tocar à campainha das residências e se ninguém estivesse lá e a porta se encontrasse só com o trinco, eles com o cartãozinho de plástico abriam a porta e iam aos quartos, onde as pessoas normalmente guardam o ouro, retiravam o ouro e iam à “vidinha” deles. Ou então, quando estivessem fechadas à chave, estroncavam a porta.” (Entrevista 2)

“Existem várias tácticas. Nomeadamente nas redes de Leste temos detectado os cartões semi-rígidos, para a abertura das portas só com o trinco. Mas utilizam outros, porque eles também conseguem fazer a abertura de portas com fechaduras de alta segurança. (...) Mas também existem situações de arrombamento e escalamento. Mas este grupo, aquilo que essencialmente procurava eram portas só com o trinco (...).” (Entrevista 3)

Julgamos pertinente traçar o perfil destes grupos e nesse sentido conseguimos apurar junto dos nossos entrevistados que na sua maioria os seus intervenientes seriam indivíduos do sexo feminino, jovens com idades entre os 14 e os 30 anos. Falamos de grupos grandes, mas que ao nível operacional se encontram subdivididos em grupos mais pequenos, para assim passarem despercebidos.

“Mulheres, entre os 14 e os 30 anos” (Entrevista 1)

¹² INTERPOL - International Criminal Police Organization.



“Mulheres. Os homens só iam quando era para estroncar as portas.”

“Quem assalta estas residências são miúdas já instruídas para tal (...).” (Entrevista 2)

“A maioria dos suspeitos era do sexo feminino. E um número significativo destas mulheres declarava ser menor de idade (...).” (Entrevista 4)

“A parte mais de base é, essencialmente, constituída por menores e mulheres. Mas essencialmente menores. (...) Eles trabalham (...) em grupos grandes. Vou dar o exemplo do processo dos servo-croatas, eles são um grupo muito grande e tiveram um grupo muito grande cá. Mas eles estavam divididos em pequenos núcleos (...) os grupos operacionais eram grupos pequenos e disseminados. Eles tanto estavam aqui no Norte, como em Lisboa, como no Sul.” (Entrevista 3)

Deparamo-nos com o facto de alguns dos intervenientes neste tipo de criminalidade serem menores de idade e sobre esses factos conseguimos apurar que muitos seriam efectivamente menores, porém outros apenas usavam esse argumento para, segundo a nossa conjectura legal, escaparem à responsabilidade criminal.

“Havia muitos menores, mas também uma grande parte que se identificavam como menores. Mas não eram.” (Entrevista 1)

“ (...) Nós ao princípio tivemos uma certa dificuldade, porque todas se identificavam como menores de idade (...).” (Entrevista 2)

“Alguns não são menores mas dada a base legal que temos apresentavam-se perante as autoridades como tal mas depois vem a comprovar-se que não são. (...)” (Entrevista 3)

Foi possível apurar qual a idade efectiva dos indivíduos que se intitulavam como menores, através de parcerias estabelecidas entre os OPC e outros Organismos Públicos, como é o caso do DIAP ou INML.

“ (...) Conseguiu fazer um protocolo com o DIAP, INML e PSP (...) conseguimos começar a provar que eles não eram menores.” (Entrevista 1)

“ (...) Criámos um protocolo entre nós, o DIAP e o INML, que era para irmos fazer os exames. E aí já conseguíamos determinar a idade. Mas é claro que existiam menores de 16 anos.” (Entrevista 2)

“ (...) Encaminhávamos directamente para o IML. Depois íamos ao Hospital Santo António fazer medições em termos de ossos e pêlos púbicos. De seguida íamos ao IML e depois à Faculdade de Medicina Dentária.” (Entrevista 2)

“ (...) Ficou um magistrado exclusivamente direccionado para esta investigação. Resultou, também, pelo facto de o INML, Delegação do Porto, estar, também, de alguma forma empenhado nesta investigação (...) julgo que o sucesso da nossa operação foi precisamente esse. (...) Resultou no Porto um protocolo relativo a situações desta natureza, que funcionou muito bem. E que neste momento, ainda que eu não tenha dados concretos, estaria a ser utilizado noutros distritos judiciais.” (Entrevista 3)

“ (...) O crescente número de casos em que os indivíduos declaravam ser inimputáveis em razão da idade, levou à celebração de um protocolo entre o



Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP) do Porto e a Delegação do Norte do Instituto Nacional de Medicina Legal (INML), no sentido de determinar a idade dos suspeitos (...).” (Entrevista 4)

Como muitos cidadãos se apresentavam indocumentados ou com documentos falsos, foi necessário recorrer por diversas vezes ao referido protocolo. Gostaríamos ainda de salientar que muitas vezes os documentos falsos apresentados por estes indivíduos eram resultado de furtos em outros países.

“Quanto à documentação apresentada pelos indivíduos, verificava-se que na maioria das vezes consistia em fotocópias de supostos passaportes ou bilhetes de identidade, sem que houvesse apresentação dos originais. Foram apreendidos em várias situações “documentos fantasistas” e, ultimamente, documentos falsos da Moldávia (...) Itália, Espanha, França, Holanda, Roménia, Bélgica e Moldávia.” (Entrevista 4)

A acção dos órgãos de comunicação social é por diversas vezes colocada em causa no que respeita à importância da divulgação de notícias que foquem a questão dos furtos e a relação destes com indivíduos de nacionalidade estrangeira, pelo alarmismo e situações de mal-estar social que as mesmas poderão gerar na sociedade; no entanto, a nosso ver, a actuação dos órgãos de comunicação social pode ser vista até de uma perspectiva positivista, uma vez que poderá alertar a população para os perigos que certos comportamentos poderão acarretar, como é o facto de deixar uma porta fechada apenas com o trinco. A par das suas funções de alerta, a comunicação social pode ainda alcançar um importante papel na divulgação do material recuperado resultante de furtos, para que este possa ser restituído aos seus proprietários.

“ (...) Se estas notícias tivessem saído mais cedo eu penso que não havia furtos como houve.” (Entrevista 1)

“As pessoas deviam ser alertadas de todos os modos operacionais deles, que era para ficarem logo a saber o que poderia acontecer.” (Entrevista 1)

“ (...) Acho que devem informar. (...) as pessoas, que por vezes julgam que por terem uma porta muito cara estão mais seguras e ninguém as assalta. Isto fez com que as pessoas comesçassem a ficar alertadas. (...) passaram a querer câmaras de vigilância em casa e, agora, fecham sempre a porta. Por vezes, acho que esta situação devia ser mais divulgada.” (Entrevista 2)

“Poderá influenciar. (...) É um facto que há alguns grupos a realizarem esses ilícitos criminais, o que pode provocar nalgumas pessoas alguma preocupação e receio.” (Entrevista 3)

“Sem dúvida nenhuma. No início desta vaga e quando nos apercebemos que eles estavam cá tentámos, além da atitude repressiva, tomar uma vertente positiva de prevenção, principalmente para aquela situação de não deixarem as portas só com o



trinco. Julgo que até com bons resultados, porque as pessoas passaram a ter mais cuidado.” (Entrevista 3)

“A comunicação social pode desempenhar um papel importante em apoio ao trabalho das Polícias. (...) motor de alerta ao cidadão para um tipo de criminalidade que estava a causar enorme alarido social. Mesmo a posteriori, foi preponderante na identificação de objectos que haviam sido recuperados.

As Polícias devem pois gerir a informação a disponibilizar à comunicação social, sem prejudicar o sentido da investigação e sem violar os princípios básicos do segredo de justiça. (...)” (Entrevista 4)

Poderemos estar perante uma nova vaga de furtos em interior de residências cometidos por cidadãos estrangeiros, nomeadamente sérvios, croatas ou romenos. Mas o combate a este tipo de criminalidade prevê-se difícil, pela grande capacidade de adaptação dos elementos destas redes.

“Também já tive conhecimento, mas já sabíamos que isso seria possível. (...) A indicação que eu tinha era que eles estavam em Espanha e iam começar a vir cá, faziam os furtos e iam para Espanha. Não ficarão cá tanto tempo como estiveram. Porquê? Porque assim praticamente não temos hipótese, só com uma boa coordenação com Espanha.” (Entrevista 1)

“Eu acho que devemos considerar essa ameaça um bocadinho para o real. Isto porque uma parte da rede que os colegas de Cascais desmantelaram ficou toda solta (...) Lamento mas poderão vir a fazer isso outra vez (...) eles aqui poderão não vir tanto, mas como poderão também vir.” (Entrevista 2)

Muito embora as Forças de Segurança tenham tido algumas dificuldades em lidar com esta criminalidade, as mesmas julgam-se agora preparadas para lidar com possíveis situações futuras, salientando que porém que se o *modus operandi* dos mesmos se alterar, essa situação poderá ganhar novos contornos.

“Eu acho que sim, agora que já sabemos como é que eles fazem. (...) Esta matéria é sempre complicada, porque se eles modificarem ou mudarem um pouco o estratagema e a maneira de actuar deles... agora se continuarem com isto, uma vez que sabemos como é que funcionam, eu penso que não vamos ter grandes dificuldades em resolver este tipo de aspecto.” (Entrevista 2)

Conseguimos diferenciar dois tipos de furtos cometidos por estrangeiros, em interiores de residências e de estabelecimentos comerciais; nestes últimos, salientamos a frequência com que ocorrem furtos em supermercados e lojas de roupa/electrodomésticos, onde são usados sacos forrados com papel de alumínio.

“ (...) Temos dois tipos. Uns que assaltam supermercados, estas senhoras que andam aí vestidas mesmo à ciganas. E temos outra rede de assaltos violentos, que assaltam lojas de marca. (...) ” (Entrevista 1)



“ A título ilustrativo, posso citar alguns fenómenos criminais de impacto nacional, como sejam os “furtos de interior residência” (associados a cidadãos de origem croata e sérvia) e os “furtos no interior de estabelecimentos comerciais com sacos forrados a alumínio” (praticados na sua grande maioria por indivíduos de nacionalidade romena). (...) Existem alguns fenómenos criminais associados quase exclusivamente a cidadãos romenos. São os casos de “furtos de dinheiro por simulação de peditórios junto a ATM’s” e de “furtos no interior de estabelecimentos comerciais com recurso a sacos forrados com alumínio” (...). ” (Entrevista 4)

Estes grupos são extremamente instruídos e têm bem vincado tudo aquilo que têm que fazer, principalmente se forem apanhados.

“ (...) As miúdas já sabiam o que tinham que nos dizer - que eram menores de 16 anos, já sabiam que não davam morada, elas já estavam muito bem preparadas sobre a nossa lei. (...) Eles não abrem nada, estão muito bem preparados. Por exemplo, seguir uma miudinha de 14 anos na rua é quase impossível, ela faz muita manobra de contra-vigilância, sabem muito. Têm uma escola muito boa.” (Entrevista 1)

“Quem assalta estas residências são miúdas já instruídas para tal, disso não tenho dúvida. Têm uma frieza extrema, porque se entram dentro de casa e está lá alguém inventam uma desculpa e saem. Não se preocupam e têm um à-vontade extraordinário. Mesmo connosco, quando lidamos com elas, elas tinham um à-vontade grande. Algumas delas também eram “sabidolas”. ” (Entrevista 2)

Quando falamos do alargamento da UE e consequente abertura das fronteiras do Espaço Schengen, vemos que a opinião é unânime e que se considera que, se aumenta o fluxo da imigrantes e cidadãos estrangeiros no nosso país, ao mesmo tempo se poderão estar a abrir as portas para os crimes cometidos por estes.

“Eu, pessoalmente, penso que facilita os crimes.” (Entrevista 1)

“ (...) Ora, a acção policial ficou (de certa forma) dificultada após a adesão da Roménia à União Europeia, pois os cidadãos até então ilegais passaram a tornar-se legais e a circular livremente em território nacional, independentemente de continuarem indocumentados e de utilizarem falsas identidades. (...) A expulsão (voluntária ou não) do território nacional deixou de ser uma opção, favorecendo eventuais práticas criminosas por alguns cidadãos romenos menos idóneos. (...) A abertura das fronteiras oferece inúmeras vantagens à mobilidade da criminalidade e ao estabelecer de relações entre diferentes redes/grupos criminosos. Os crimes são cada vez mais transnacionais (...). ” (Entrevista 4)

Numa actividade tão organizada, o lucro prevê-se muito e o mesmo é confirmado pelos nossos entrevistados, que ainda acrescentam que o proveito dos objectos furtados, ouro, jóias, dinheiros e objectos de valor de fácil escoamento (no caso dos furtos a residências) e de roupa, relógios e outros artigos (resultado dos furtos em estabelecimentos), é distribuído de acordo com o escalão em que se encontra cada membro



da rede, podendo os elementos de escalão mais baixo do grupo só receber para sobreviver, enquanto os cabecilhas lucram milhões. Quanto ao sítio de destino dos produtos, é habitualmente o local onde o cérebro da célula se encontra instalado.

“ (...) Eles sabem que o ouro vai todo para Itália (...) Eles lucram muito, porque o que eles nos diziam era que se quiséssemos 400 ou 500 mil euros, esse dinheiro vinha na hora. Eles têm muito dinheiro, eles andavam de Audis Q7 e Q5, vivendas com piscinas que alugavam. (...)” (Entrevista 1)

“ (...) É ainda habitual verificarmos que o produto de alguns ilícitos criminais é de imediato escoado para fora do território nacional, talvez com destino ao país de origem do(s) suspeito(s). (...) ” (Entrevista 4)

“Acredito que o destino final não seria Espanha, mas sim os países de origem dos suspeitos. Todavia, não descarto a hipótese de uma parte do ouro ser vendido em Espanha, nos mercados paralelos, permitindo assim a aquisição de imóveis e de viaturas de gama alta. A venda do ouro permite angariar avultadas somas de dinheiro e, consequentemente, facilita a vivência destes grupos que encontram neste tipo de ilícito um negócio extremamente rentável.” (Entrevista 4)

Encontramo-nos perante redes que se têm sofisticado ao longo do tempo, o que em muito dificulta a tarefa da polícia.

Algumas situações de subsistência e a utilização na sua maioria de mulheres e crianças, na opinião dos nossos investigadores, poderá levar a crer que possamos também estar perante uma situação de tráfico de seres humanos. Mas até ao momento isso ainda não se conseguiu provar.

“ (...) Na altura foi equacionada a hipótese de alguns dos menores terem sido vítimas de tráfico de seres humanos e estarem a ser usados na prática dos ilícitos criminais (...)” (Entrevista 4)

“Em alguns casos ficamos com a sensação de que existia uma situação de tráfico de seres humanos, numa fase inicial. (...) Situação não demonstrada no decorrer no inquérito (...) Mas há indícios de situações em que poderão haver casos de tráfico de seres humanos.” (Entrevista 3)

Relativamente às medidas de coação aplicadas aos estrangeiros que se envolvem neste tipo de furtos, elas são na sua maioria de prisão preventiva e no que concerne às medidas de pena, poderão ser de prisão, quer efectiva quer suspensa.

“ (...) Tivemos situações de indivíduos detidos (...) as medidas que são decretadas pelas autoridades judiciais com aquilo que nós apresentamos em matéria probatória.” (Entrevista 3)”

A análise criminal revela-se de toda uma tarefa de cariz fulcral na actividade dos Órgãos de Polícia Criminal, juntamente com a análise de todas as diligências efectuadas pela Polícia.



“ (...) De facto, a análise criminal assume uma importância vital no sucesso da actuação policial, quer ao nível do trabalho de cariz preventivo e/ou repressivo (...) Assim, parece-me que, acima de tudo, a melhor estratégia está na Análise Criminal (vertentes Estratégica e Operacional). Uma estrutura de Análise Criminal de âmbito nacional, com elementos policiais dotados de formação específica e conhecedores da realidade onde trabalham, são uma mais-valia para o sucesso da estratégia preventiva.”
(Entrevista 4)

3.2 A comunicação social: análise de notícias da imprensa

Nestes últimos anos, Portugal tem sido assolado por múltiplos assaltos em todo o território, especialmente em Lisboa e Porto, sendo esses assaltos feitos em locais isolados onde existam moradias de luxo. (notícias 1,2,3,4,5,6,7,8,9, 14...).

Estes assaltos têm sido cometidos por indivíduos de países como a Roménia, Sérvia, Croácia, (notícias 1,2,3,4,5), pertencentes a redes organizadas.

Estas redes eram constituídas por indivíduos entre os 30 e os 40 anos, os quais se designavam como cérebros (notícias 1, 9, 10, 12), sendo a função destes indivíduos a de vigiar as moradias, enquanto as crianças e as mulheres entravam (notícias 1,2,5, 11,13).

As mulheres são alegadamente usadas pelos grupos para entrar nos edifícios, com o pretexto de que vão pedir esmola, o que acontece normalmente de dia. Antes, são distribuídas por carrinhas em zonas escolhidas. (notícias 11,2,5).

A técnica para entrada nas residências é a utilização de cartões em plástico, com os quais as fechaduras são abertas, através das ombreiras. As autoridades acreditam que os alvos sejam inicialmente seleccionado e vigiados. (notícias 1, 2, 5, 11, 13).

Estas pessoas revelam muita organização, evitam impressões digitais e fogem das câmaras de vigilância, actuando sempre à luz do dia. (notícias 1, 2, 3, 11).

Após vários assaltos, foram efectuadas detenções, sendo os menores levados para o Tribunal de Menores, e as mulheres e os chamados cabecilhas postos em prisão preventiva; o tribunal também determinou o Termo de Identidade e Residência e apresentações semanais às autoridades. (notícias 2, 15, 16).

Nestes casos existe uma enorme dificuldade na identificação dos suspeitos, devido a não apresentarem qualquer documentação ou também havendo casos em que forjam identidades, e ainda por vezes por recusarem dizer de que países são, para evitarem a expulsão para o país de origem. (notícia 2).



São grandes grupos, dividem-se e não têm área de actuação fixa, movendo-se pelo país, e escolhendo as tais moradias de luxo como alvos prioritários. (notícia 1, 2,3, 5).

Utilizam como meios de transporte, roulottes, veículos de alta gama, e quando fixam um alvo alugam apartamentos na mesma zona com o intuito de vigiar. (notícias 1, 2, 3, 5, 11).

Estes assaltos foram realizados nos anos de 2008 e 2009, sendo o prejuízo de vários milhões de euros. (notícia 5).

Sobre estes indivíduos recaem acusações de associação criminosa, furto qualificado nas formas consumada e tentada, furto simples, falsificação de documentos e falsas declarações, entre outras. (notícia 5).

Um dos problemas com que as autoridades se têm vindo a deparar, é a identificação destes indivíduos.

Alguns dos suspeitos afirmavam ser menores (face à nossa conjectura legal), o que obrigou à realização de exames periciais. (notícia 5).

Devido a esta situação, os estrangeiros suspeitos de assaltos a residências que apresentem documentos duvidosos ou aleguem ser menores de idade, serão sujeitos a rigorosos exames para averiguar a veracidade das declarações, especialmente no caso de adultos; quando houver consentimento do suspeito, há ainda recolha de amostra de saliva para determinação do ADN. (notícia 6).

Outros casos têm acontecido, cada vez com mais frequência, em relação a furtos realizados por indivíduos de países de Leste Europeu.

Para além das moradias de luxo, os centros comerciais, *shoppings*, prontos-a-vestir e grandes superfícies comerciais, começam a estar na mira destas redes internacionais. (notícias 17, 18, 20, 23). Entram no estabelecimento como vulgares clientes e recorrem a uma técnica cada vez mais frequente: utilizam um saco forrado a alumínio, para tentar iludir os detectores de alarmes.

Nestes locais, o alvo é um pouco de tudo: computadores portáteis, telemóveis, plasmas, leitores de DVD, perfumes e *playstations*, entre outros (notícias 17, 18, 20, 23).

Segundo uma fonte da PSP, há cada vez mais indivíduos que se dedicam "em exclusivo" a este tipo de actividade, de tal forma que já sabem antecipadamente o destino a dar aos produtos roubados, que muitas vezes são novamente colocados no mercado, seja em lojas de artigos usados ou mesmo em feiras, entre outros espaços públicos. Por vezes, os assaltos são mesmo praticados para satisfazer encomendas (notícia 23)



Neste tipo de esquemas, tanto mulheres, como homens são protagonistas; em relação às crianças, elas são utilizadas em outro tipo de furto, o da caixa Multibanco.

Este método tem-se repetido inúmeras vezes -- os menores esperam que as vítimas digitem os códigos, depois distraem-nas fazendo-se passar por pedintes, um deles marca a importância que pretende furtar, fugindo com o dinheiro. Este é um esquema de tal forma eficaz que muitas vezes os lesados não se apercebem do furto, na altura. As investigações têm sido dificultadas pelo facto de os implicados não terem residência fixa, mudarem frequentemente de localidade e morarem em acampamentos. A "migração" é feita quando os romenos sentem que as autoridades policiais da zona estão a apertar o cerco; mudando de local, conseguem ter novos alvos e vítimas para lesar. (notícia 24).

3.3 Dados Criminais da PSP: registo de suspeitos

3.3.1 Furtos em Interior de Residências

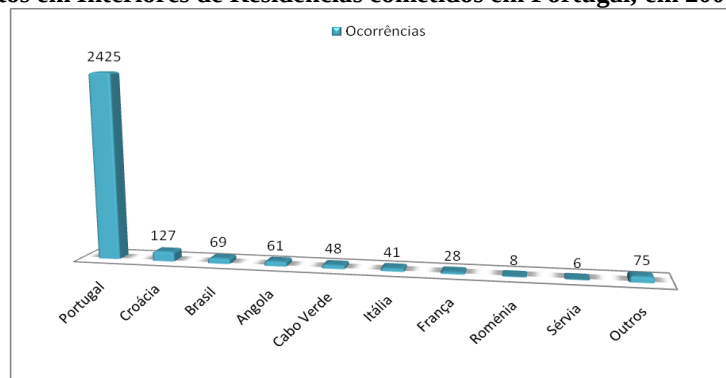
Para estudarmos o número de ocorrências dos crimes por furto em interior de residências, p.p. n.º 1, alínea f) ou n.º 2, alínea e) do artº 204º do Código Penal (furto qualificado), recorremos aos registos criminais da PSP (total n=98556), dos quais extraímos as informações que julgámos mais pertinentes para o nosso trabalho. Com esta análise, tentámos contabilizar as ocorrências registadas por estes crimes, por nacionalidade, por forma a tentar apurar as diferenças entre as nacionalidades dos suspeitos e integrar as nacionalidades em estudo (romena, sérvia e croata) na totalidade das restantes ocorrências por aquele mesmo crime, inclusive contabilizando as ocorrências cujos suspeitos sejam os cidadãos nacionais.

Neste sentido, começámos por analisar a intervenção dos cidadãos nacionais e de diversas nacionalidades que se fazem representar neste crime específico. Numa visão geral, os resultados das ocorrências são os seguintes: Portugal (n=2425); Croácia (n=127); Brasil (n=69); Angola (n=61); Cabo Verde (n=48); Itália (n=41); França (n=28); Roménia (n=8); Sérvia (n=6) e Outros¹³ (n=75).

¹³ São as outras nacionalidades as seguintes: Alemanha, Argentina, Bélgica, Canadá, China, Egipto, Espanha, EUA, Federação Russa, Geórgia, Guiné, Guiné – Bissau, Índia, Letónia, Lituânia, Marrocos, Moçambique, Moldávia, Paquistão, São Tomé e Príncipe, Suíça, Ucrânia e Venezuela.



Ilustração 21: Furtos em Interiores de Residências cometidos em Portugal, em 2008, por nacionalidade



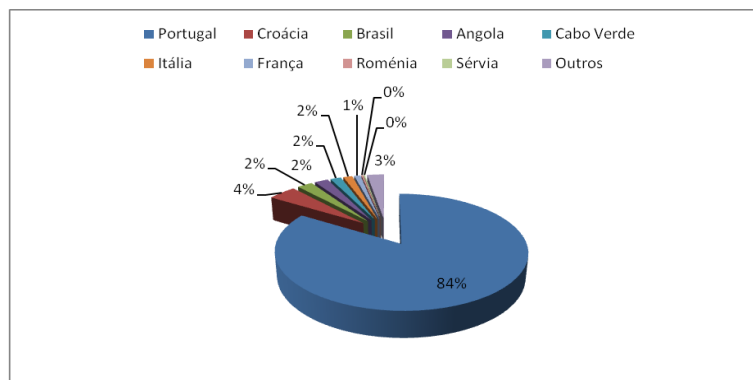
Fonte: PSP

A primeira e mais evidente conclusão que retiramos da análise da ilustração 31 é que os cidadãos nacionais têm uma intervenção de 84,0% no registo de ocorrências por este crime. Estamos cientes, no entanto, de os cidadãos nacionais terem uma representatividade diferente em termos do número de residentes. Por esse facto, decidimos comparar o número de ocorrências do crime de furto em interior de residências com o número de residentes, obtendo para tal resultados bastante díspares. Assim, e segundo os dados constantes nas ilustrações 12, 18 e 30 e respectivas observações, verificamos que a percentagem de incidência de ocorrências de crimes de furtos em interiores de residência dos cidadãos nacionais é de apenas 0,02%, à semelhança dos cidadãos romenos, com 0,03%, ao passo que os cidadãos sérvios apresentam 21% de ocorrências em relação à população de sérvios residentes. Quanto aos cidadãos croatas, em média cada um é suspeito de 1,5 crimes de furtos a interiores de residências, em relação a cidadãos croatas residentes. Deixamos ainda, e mais uma vez, a ressalva de estes dados se reportarem ao número de ocorrências e não de condenações, havendo por isso uma grande margem de erro a considerar. No entanto, os resultados obtidos revelam indicadores dignos de registo no que respeita à investigação em causa.

No que respeita aos cidadãos não nacionais, verificamos que os da Croácia são os que apresentam um maior número de ocorrências, com 4,4% da totalidade. De seguida é o Brasil que encontra maior expressão, com 2,4%, vindo Angola em terceiro lugar (com 2,1%), precedendo Cabo Verde (1,7%), que antecede Itália (1,4%) e França (1,0%). Já a Roménia pertencem 0,3% da totalidade, enquanto a Sérvia tem 0,2% e os restantes países (2,6%) representam o número de ocorrências restantes.



Ilustração 22: Suspeitos de Furtos Interiores de Residências cometidos por Estrangeiros, em 2008, por nacionalidade

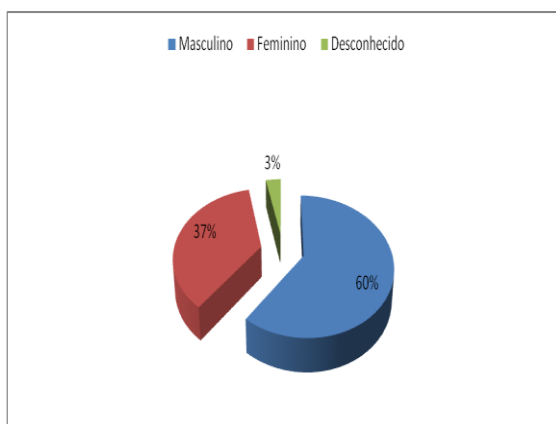


Fonte: PSP

Para o nosso estudo afigura-se de extrema importância fazer uma análise por sexo dos suspeitos, conforme elementos extraídos dos dados das ocorrências. Conseguimos assim apurar e, segundo análise da ilustração 32, que os homens são aqueles que maior destaque alcançam, com 279 suspeitos, enquanto que as mulheres não nacionais suspeitas da prática deste crime são apenas 169, sendo que dos restantes 15 suspeitos não foi possível apurar o sexo, tal como representa a ilustração 23.

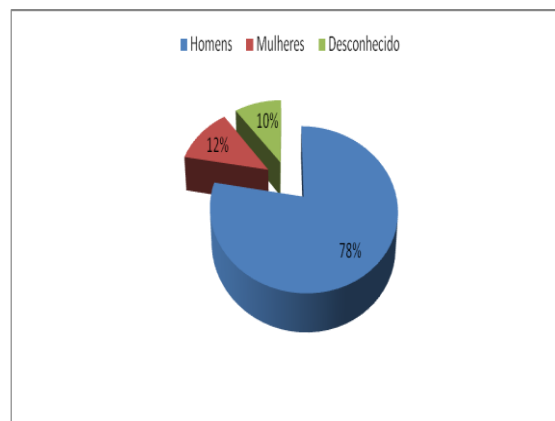
Esta maior representatividade do sexo masculino é ainda mais acentuada se analisarmos as ocorrências que envolvem os cidadãos nacionais (n=1888), ao passo que o sexo feminino apenas apresenta 296 ocorrências, sendo que em situação indeterminada temos 241 indivíduos, conforme depreendemos da observação da ilustração 24.

Ilustração 23: Suspeitos de Furtos em Interiores de Residências cometidos por Estrangeiros, em 2008, por sexo



Fonte: PSP

Ilustração 24: Suspeitos de Furtos em Interiores de Residências cometidos por Nacionais, em 2008, por sexo



Fonte: PSP

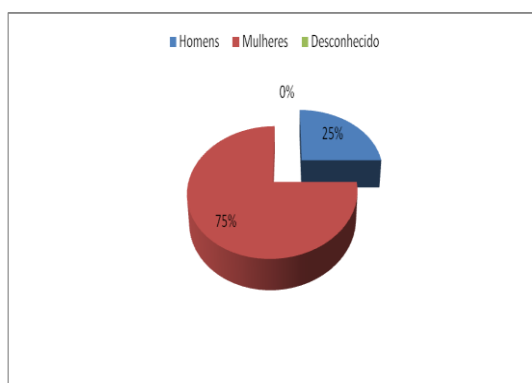


No âmbito do nosso trabalho e tal como já mencionado, analisámos pormenorizadamente três nacionalidades: romena, serva e croata. Nesse sentido, e de encontro com as ilações que fomos construindo ao longo da investigação, verificamos que tanto na nacionalidade croata, como na romena se verifica o predomínio dos suspeitos do sexo feminino. Os suspeitos nacionais da Croácia apresentam a seguinte distribuição: 52% são mulheres (n=66), 41% homens (n=52) e 7% não apresentam menção ao sexo, conforme se depreende da análise da ilustração 26.

Os suspeitos da nacionalidade romena apresentam diferenças menos significativas (6 do sexo feminino e 2 do sexo masculino), segundo a análise da ilustração 25.

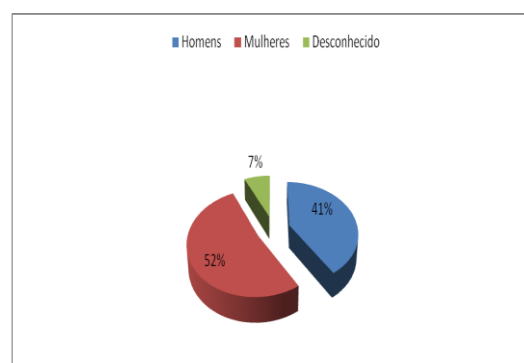
Os suspeitos oriundos da Sérvia apresentam número idêntico: 3 do sexo masculino e 3 do sexo feminino, conforme se depreende da análise da ilustração 27.

Ilustração 25: Suspeitos Romenos de Furtos em Interiores de Residências, em 2008, por sexo



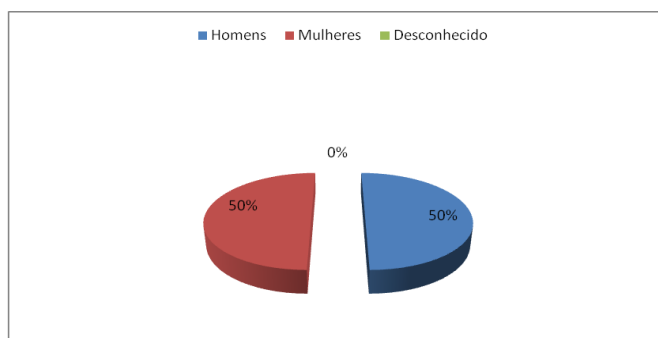
Fonte: PSP

Ilustração 26: Suspeitos Croatas de Furtos em Interiores de Residências, em 2008, por sexo



Fonte: PS

Ilustração 27: Suspeitos Sérvios de Furtos em Interiores de Residências, em 2008, por sexo

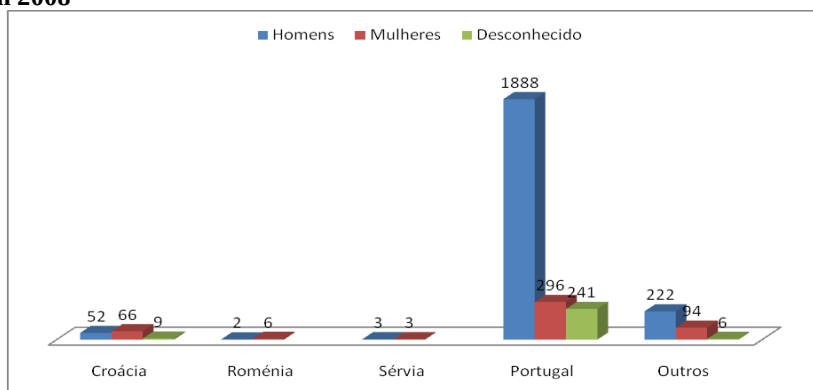


Fonte: PSP

No gráfico presente na ilustração 28, podemos ver abaixo uma visão geral das observações anteriormente realizadas, que passamos a especificar.



Ilustração 28: Suspeitos Portugueses, Romenos, Croatas e Sérvios de Furtos em Interiores de Residências, em 2008

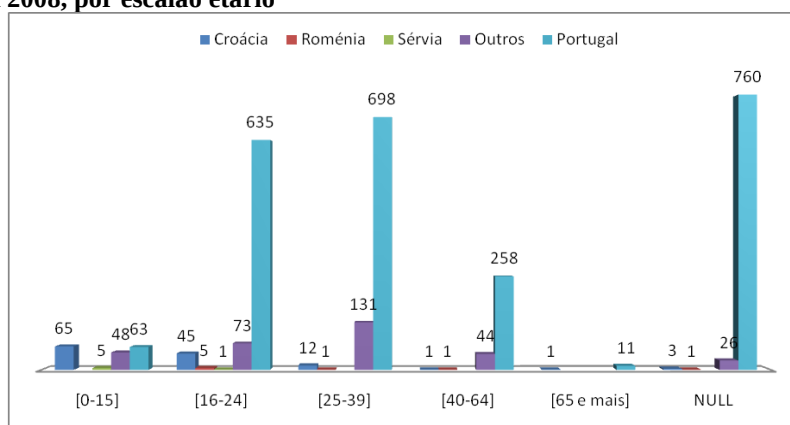


Fonte: PSP

Afigura-se de todo importante que façamos uma análise relativa à idade dos suspeitos pelo crime em apreço. Para este efeito, dividimos os indivíduos em faixas etárias categorizadas do seguinte modo: 0-15, 16-24, 25-39, 40-64 e 65 e mais. Assim, inicialmente realizámos uma análise geral dessa distribuição.

Constatámos, numa primeira linha de observação, que os suspeitos portugueses se destacam mais na faixa etária [25-39], seguida da faixa [16-24]. Verificamos ainda um elevado número de suspeitos de que não se encontra especificada a idade.

Ilustração 29: Suspeitos Nacionais, Croatas, Romenos, Sérvios e Outros de Furtos em Interiores de Residências, em 2008, por escalão etário



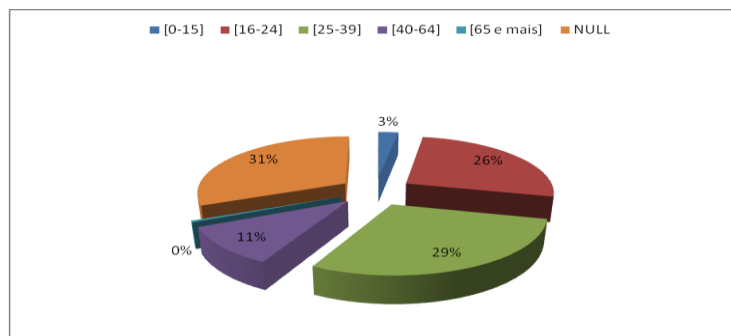
Fonte: PSP

No sentido de enriquecer o nosso estudo, passamos a classificar as nacionalidades em estudo no nosso trabalho por escalões etários. Tal como afirmámos anteriormente, Portugal destaca-se na faixa etária dos 25-39 com 698 suspeitos, seguido da faixa dos 16-24 com 635 suspeitos e da faixa de 40-64 com 258 suspeitos, não mostrando as restantes faixas



valores significativos, o que indicia uma população relativamente jovem a cometer este tipo de ilícitos, conforme se pode depreender da análise da ilustração 30.

Ilustração 30: Suspeitos Nacionais de Furtos em Interior de Residências, em 2008, por escalão etário

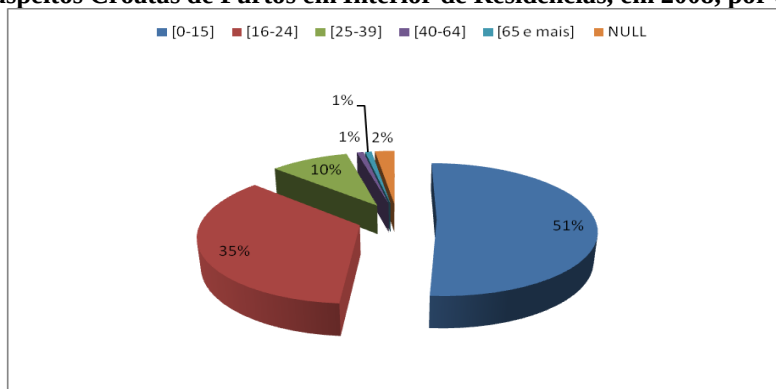


Fonte: PSP

Contrariamente ao que aferimos para a população portuguesa, na comunidade croata a faixa etária que mais se destaca, em mais de metade das ocorrências, (51%), é a dos [0-15] anos de idade, idades que na nossa conjectura legal não respondem criminalmente. Segue-se a faixa dos [16-24] com 35% das ocorrências, e posteriormente englobamos todas as restantes por não terem um peso significativo. Salientamos que na comunidade croata os suspeitos se revelam extremamente jovens, encontrando-se na sua maioria numa idade não activa, conforme observação da ilustração 31.

Tal como indicamos anteriormente, poderão ver a distribuição da criminalidade cometido por cidadãos croatas no seu país de origem no anexo 2, de forma a visualizar que contrariamente ao que acontece no nosso país, na Croácia são os adultos quem maior incidência apresenta na criminalidade.

Ilustração 31: Suspeitos Croatas de Furtos em Interior de Residências, em 2008, por escalão etário



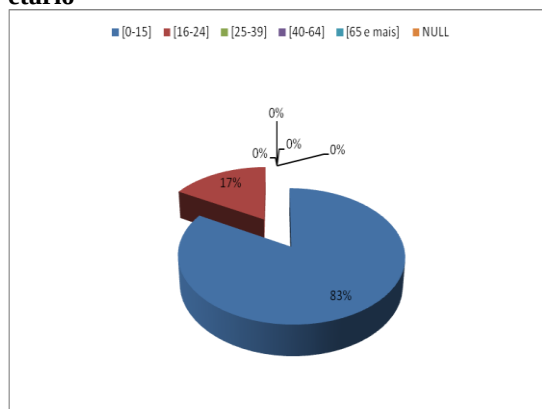
Fonte: PSP



Dos suspeitos oriundos da Sérvia, retiramos as mesmas ilações que para os anteriores, ressaltando que apenas as faixas etárias dos 0-15 e 16-24 encontram expressão, sendo que a primeira atinge os 83% da totalidade dos suspeitos croatas.

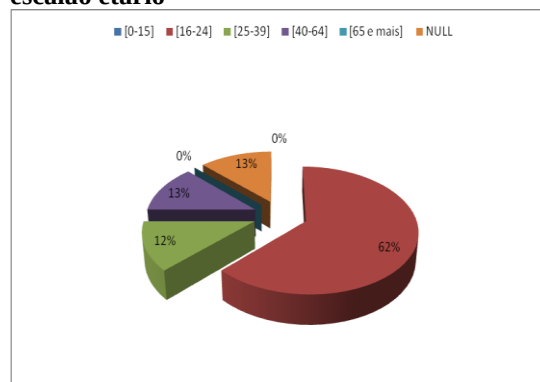
Analisando a distribuição etária dos suspeitos romenos, verificamos que a maioria deles se encontra no escalão etário [16-24] com 62% dos suspeitos romenos, seguindo-se a faixa dos 40-64 (com 13%) e a dos 25-39 (com 12% dos suspeitos romenos) e por fim de referir que o escalão dos [0-15] não tem representado qualquer indivíduo, restando os casos em que não foi possível apurar a idade dos suspeitos. Desta análise, concluímos que na sua maioria os suspeitos são relativamente jovens e se encontram em idade activa, mas não tão jovens quanto os suspeitos sérvios e croatas, conforme podemos concluir da observação da ilustração 42.

Ilustração 32: Suspeitos Sérvios de Furtos em Interior de Residências, em 2008, por escalão etário



Fonte: PSP

Ilustração 33: Suspeitos Romenos de Furtos em Interior de Residências, em 2008, por escalão etário



Fonte: PSP

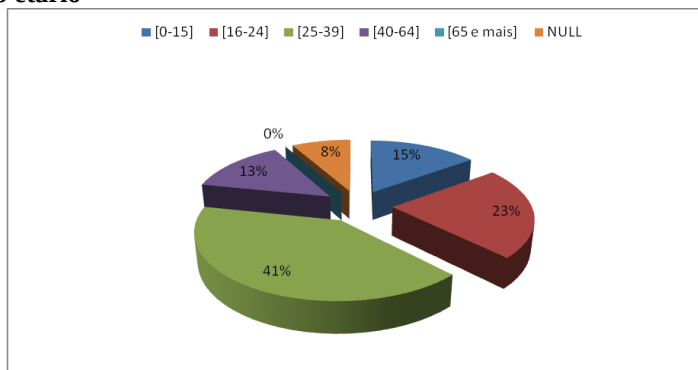
Por fim, juntámos as restantes nacionalidades num só grupo¹⁴ tornando-se explícita uma maior intervenção de suspeitos da faixa etária dos [25-39], com 131 suspeitos. Segue-se o escalão dos 16-24 com 73 suspeitos e o escalão dos [40-46] com 44 suspeitos. No escalão mais jovem [0-15] contámos 48 suspeitos, ficando os restantes associações para os indivíduos cujas idades não foi possível apurar. Desta análise destacamos o facto de, contrariamente aos casos das comunidades sérvia e croata previamente analisados, o escalão dos [0-15] ser o menos representado, excepção feita ao escalão dos [65 e mais] que

¹⁴ São as outras nacionalidades as seguintes: Alemanha, Argentina, Bélgica, Canadá, China, Egipto, Espanha, EUA, Federação Russa, Geórgia, Guiné, Guiné – Bissau, Índia, Letónia, Lituânia, Marrocos, Moçambique, Moldávia, Paquistão, São Tomé e Príncipe, Suíça, Ucrânia e Venezuela.



não regista nenhuma entrada nos dados. Desta feita, estamos na presença de indivíduos de idade jovem.

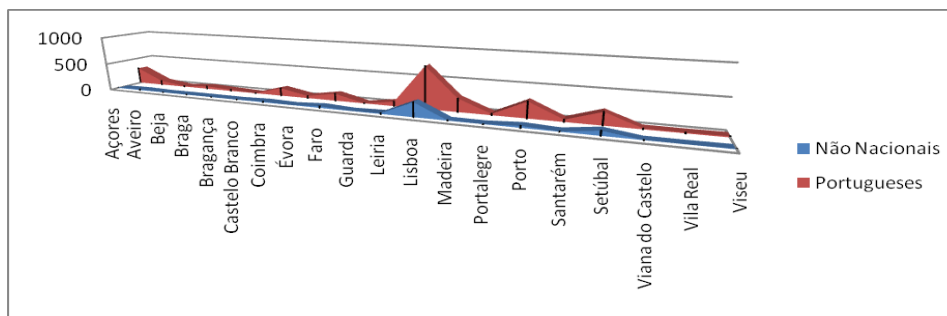
Ilustração 34: Suspeitas de Furtos em Interior de Residências cometidos por “Outros” não nacionais, em 2008, por escalão etário



Fonte: PSP

Se fizermos uma análise dos Comandos onde aconteceram os factos, verificamos que existe um maior número de casos em Lisboa, seguindo-se Setúbal, Porto e Faro, nos casos dos cidadãos não nacionais; em Lisboa, Açores, Porto, Madeira e Setúbal para os cidadãos nacionais, conforme depreendemos da observação da ilustração 35.

Ilustração 35: Número de suspeitos por Furtos em Interiores de Residências, 2008, por Comando da PSP



Fonte: PSP

3.3.2 Furtos em Interior de Estabelecimentos Comerciais

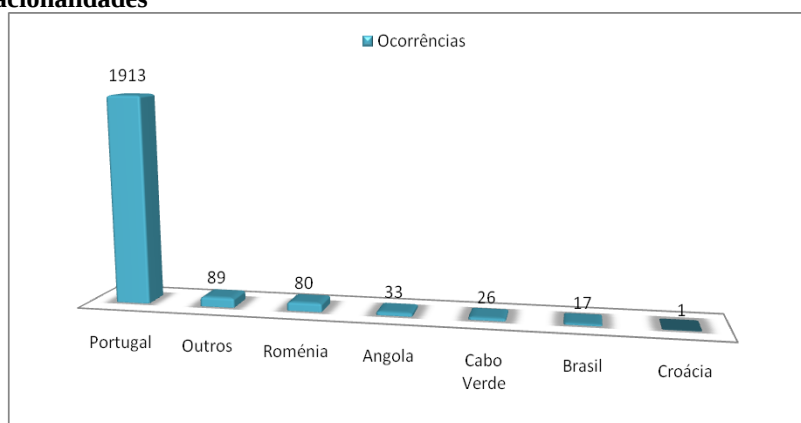
Conforme brevemente referimos na introdução, sentimos necessidade de direccionar o nosso estudo num rumo diferente do inicialmente planeado, uma vez que, sobretudo no decurso da análise estatística e da realização de entrevistas, verificámos haver uma clara diferença entre o número e nacionalidade de suspeitos por crimes de furtos qualificados, distinguindo-se os cidadãos romenos dos cidadãos croatas e sérvios, pelo que decidimos procurar o motivo de tal confusão, procurando encontrar e determinar com a maior



precisão possível onde se verificava a intervenção de uns e de outros. Decidimos por isso inserir este ítem.

Tal como na secção anterior, estudamos aqui o número de ocorrências dos crimes de furto qualificado (Artigo 204.º do Código Penal), neste caso por furto em interior de estabelecimentos, pelo que mantivemos os critérios de análise anteriores. Desta feita, iniciamos a análise das nacionalidades dos suspeitos por este crime específico. Assim, numa visão geral e num total de 2159 registos de suspeitos, englobando os cidadãos nacionais e não nacionais, os resultados das ocorrências são os seguintes: Portugal (n=1913); Roménia (n=80); Angola (n=33); Cabo Verde (n=26); Brasil (n=17); Croácia (n=1); Sérvia (n=0) e Outros¹⁵ (n=89).

Ilustração 36: Suspeitos de Furtos em Interior de Estabelecimentos comerciais cometidos em Portugal, em 2008, por nacionalidades



Fonte: PSP

Em termos de representatividade dos cidadãos nacionais, verificamos que neste crime, o número de suspeitos portugueses é ainda maior do que no furto em interior de residências, com 88,7% d total das ocorrências.

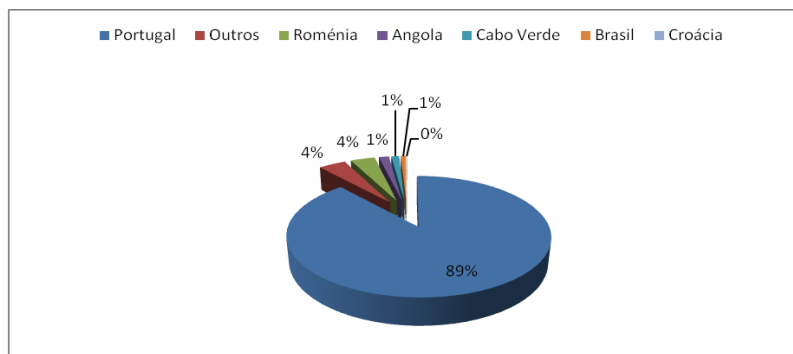
No que respeita as ocorrências que envolvem os cidadãos não nacionais, verificamos que os cidadãos naturais da Roménia são os que apresentam um maior número de suspeitos associados a estes crimes, com 3,7% dos suspeitos. De seguida é Angola que encontra maior expressão com 1,5% de suspeitos, Cabo Verde com 1,2% de suspeitos e o Brasil com 0,8% de suspeitos. A Croácia, por só ter um suspeito, não encontra expressão percentual neste crime, tal como a Sérvia, por não ter qualquer suspeito. Já os restantes

¹⁵ São as outras nacionalidades as seguintes: África do Sul, Alemanha, Argélia, Argentina, Bulgária, China, Espanha, Federação Russa, França, Geórgia, Grécia, Guiné, Guiné – Bissau, Índia, Marrocos, Moçambique, Moldávia, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Suíça, Tunísia, Ucrânia e Venezuela.



países (4,1%) representam os restantes números de ocorrências. Decidimos uma vez mais comparar o número de suspeitos com o número de residentes de forma a apurar a incidência destes crimes. Assim verificamos que, apesar de existirem apenas registos, os cidadãos croatas apresentam 1,25% de incidências e suspeitos, os cidadãos romenos 0,2%, valor bastante mais baixo quando nos centramos nos dados dos cidadãos nacionais (0,002%). Os cidadãos servos não apresentam qualquer registo.

Ilustração 37: Suspeitos de furtos em interiores de estabelecimentos comerciais, em 2008, por nacionalidades

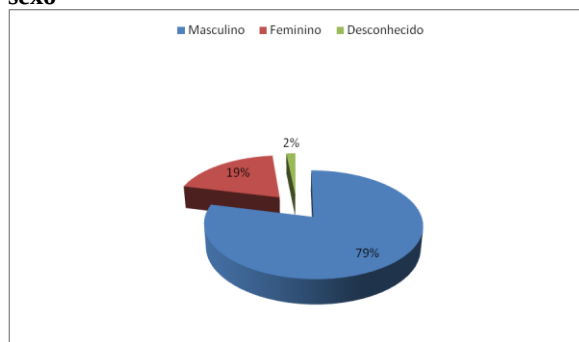


Fonte: PSP

Quanto ao sexo dos suspeitos não nacionais, aferimos a análise dos dados que os homens são em maior número com 194 suspeitos, enquanto que apenas 48 suspeitos são do sexo feminino e 4 não apresentam registo relativamente ao sexo.

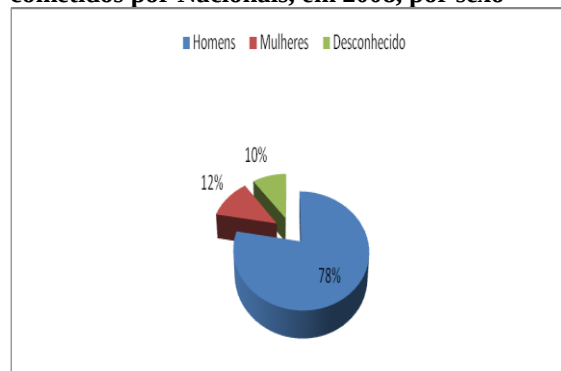
A mesma tendência se verifica se analisarmos as ocorrências que envolvem os cidadãos nacionais, onde 1616 suspeitos são do sexo masculino e apenas 180 suspeitos são do sexo feminino, sendo que em situação indeterminada temos 117 indivíduos, conorme depreendemos da análise da ilustração 48.

Ilustração 38: Suspeitas de Furtos em Interiores de Estabelecimentos Comerciais cometidos por Não Nacionais, em 2008, por sexo



Fonte: PSP

Ilustração 39: Suspeitas de Furtos em Interiores de Estabelecimentos Comerciais cometidos por Nacionais, em 2008, por sexo



Fonte: PSP



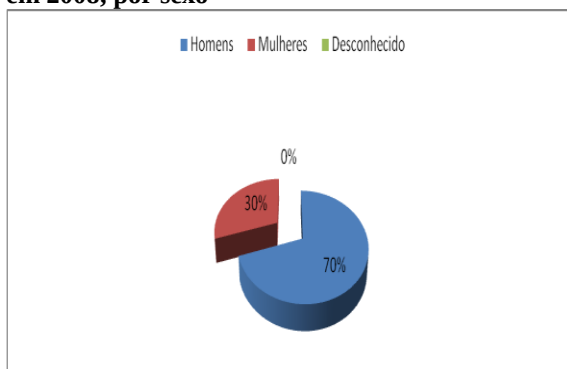
A centrarmos a nossa atenção nas 3 nacionalidades em apreço (romena, croata e serva), verificamos que a Roménia apresenta um maior número de suspeitos, imediatamente depois dos cidadãos nacionais, conforme já tivemos oportunidade de referir.

O cidadão nacional da Croácia suspeito da prática deste tipo de furto é de sexo masculino. Tal como já vimos a Sérvia não tem qualquer representante.

No que respeita os cidadãos romenos, observamos que 54 são do sexo masculino e 23 do sexo feminino, existindo 3 suspeitos dos quais não se apurou o sexo, conforme apresentamos na ilustração 40.

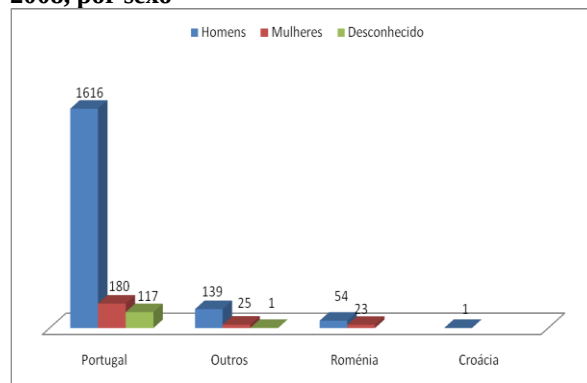
Na ilustração 41 apresentamos uma visão geral das observações anteriormente realizadas.

Ilustração 40: Suspeitos Romenos de Furtos em Interior de Estabelecimentos Comerciais, em 2008, por sexo



Fonte: PSP

Ilustração 41: Suspeitos de Furtos em Interior de Residências cometidos por Portugueses, Romenos, Croatas e restantes nacionalidades, 2008, por sexo



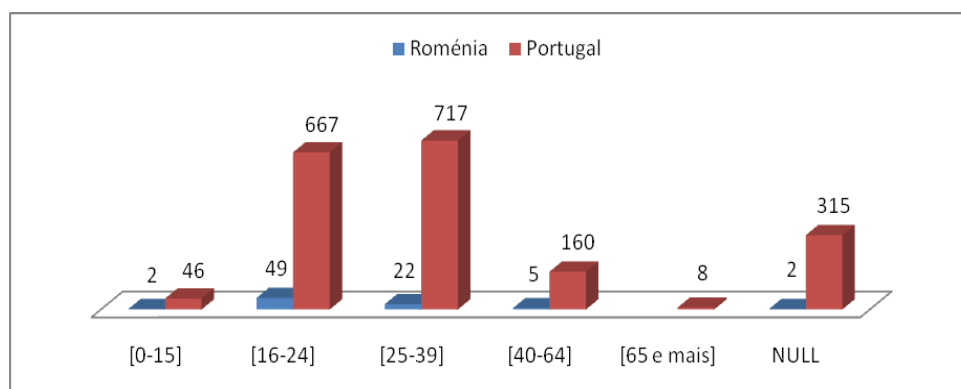
Fonte: PSP

No que respeita as idades dos nossos suspeitos, e restringindo a análise aos cidadãos romenos e aos portugueses, dividimos os suspeitos em faixas etárias categorizadas do seguinte modo: 0-15, 16-24, 25-39, 40-64 e 65 e mais.

Constatámos numa primeira linha de observação que os suspeitos portugueses se destacam mais na faixa etária dos 25-39, seguida da dos 16-24. Verificamos ainda um elevado número de suspeitos cuja idade não se encontra especificada.



Ilustração 42: Suspeitos de Furtos em Interiores de Estabelecimentos cometidos por Portugueses e Romenos, em 2008, por escalão etário



Fonte: PSP

Tal como afirmámos anteriormente, os suspeitos portugueses destacam-se na faixa etária¹⁶ dos 25-39 com 717 suspeitos (37,5%), seguido da 16-24 com 667 suspeitos (34,9%) e da 40-64 com 160 suspeitos, não se mostrando as restantes faixas com valores significativos, o que indicia uma população de idade média-jovem suspeitos deste ilícito.

Contrariamente ao que aferimos para a população portuguesa, na comunidade romena¹⁷ a faixa etária que mais se destaca, em mais de metade das ocorrências (61%), é a dos 16-24 anos de idade, seguindo-se a faixa dos 25-39 com 28% das ocorrências e posteriormente englobamos todas as restantes por não terem um peso significativo. Salientamos que, na comunidade romena, os suspeitos são mais jovens do que os portugueses, encontrando-se na sua maioria em idade activa.

Por fim, as restantes nacionalidades agrupadas num só grupo¹⁸ tornam explícita uma maior intervenção de suspeitos da faixa etária dos [16-24] com 48 casos, seguindo-se o escalão dos 25-39 com 22 suspeitos e que antecede o escalão dos 0-15 com 7 suspeitos e o dos 40-64 onde contabilizamos 5 suspeitos. Desta análise destacamos o facto de, à semelhança do constatado na comunidade romena, o escalão dos 16-24 de idade ser o mais representado. Desta feita, estamos na presença de indivíduos de idade jovem, em situação laboral activa.

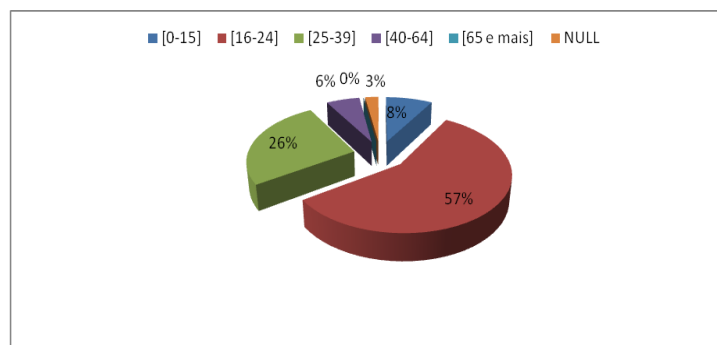
16 Ver Anexo 2

17 Ver Anexo 3

18 São as outras nacionalidades as seguintes: África do Sul, Alemanha, Argélia, Argentina, Bulgária, China, Espanha, Federação Russa, França, Geórgia, Grécia, Guiné, Guiné – Bissau, Índia, Marrocos, Moçambique, Moldávia, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Suíça, Tunísia, Ucrânia e Venezuela.



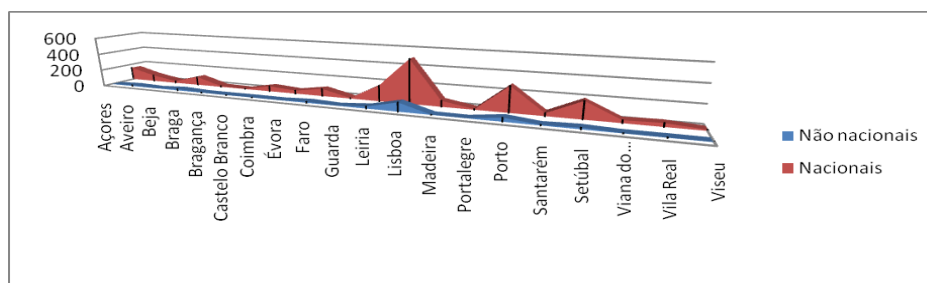
Ilustração 43: Suspeitos não nacionais de furtos em interiores de estabelecimentos comerciais, em 2008, por escalão etário



Fonte: PSP

Se fizermos uma análise dos Comandos da PSP onde foram registados os factos, verificamos que existe um maior número de casos em Lisboa, seguindo Porto, Leiria, Setúbal e Faro no caso dos cidadãos não nacionais e em Lisboa, Porto, Açores, Setúbal, Leiria e Braga, para os cidadãos nacionais, conforme depreendemos da análise da ilustração 55.

Ilustração 44: Número de suspeitos não nacionais por furtos em interiores de estabelecimentos comerciais, em 2008, por Comandos da PSP



Fonte: PSP

3.4 Dados da DSGSP: breves considerações

Esta secção do trabalho foi incluída na tentativa de avaliar o número de ocorrências que resultam em condenações. No entanto, temos consciência de que as condenações constantes nas estatísticas da DGSP relativas a 2008 não corresponderão a crimes registados naquele ano, devido ao lapso temporal necessário para decurso da investigação, acusação e condenação. Tal acontece devido às diligências processuais e ao seguimento dos trâmites legais. Não nos foi possível aceder em tempo aos dados do reclusos de 2010, por exemplo, para tentar fazer essa análise diferenciada e poder, eventualmente e na sequenciados resultados, concluir com mais precisão da maior ou menor intervenção nos crimes de furtos em interiores de residência e em estabelecimentos comerciais. Decidimos,

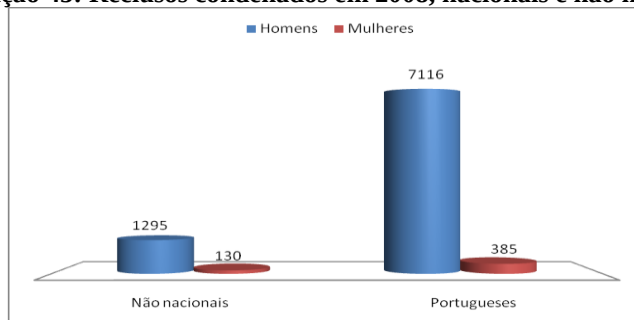


apesar de tudo, analisar os dados disponíveis, tentando retirar as conclusões possíveis acerca do assunto que nos propusemos estudar.

Antes de mais, e de forma a poder ter uma clara percepção das condenações dos reclusos nacionais e dos não nacionais, verificámos que os portugueses atingem números mais elevados de condenações do que os estrangeiros, como seria de esperar, até pela sua maior representação em termos populacionais.

Em termos de representação de género, e segundo a observação da figura 56, verificamos que, tanto no caso dos reclusos nacionais, como dos não nacionais, os do sexo masculino se encontram mais representados (reclusos nacionais do sexo masculino: 7116 – 79,7% do total e reclusos não nacionais do sexo masculino: 1295 – 14,5% do total).

Ilustração 45: Reclusos condenados em 2008, nacionais e não nacionais

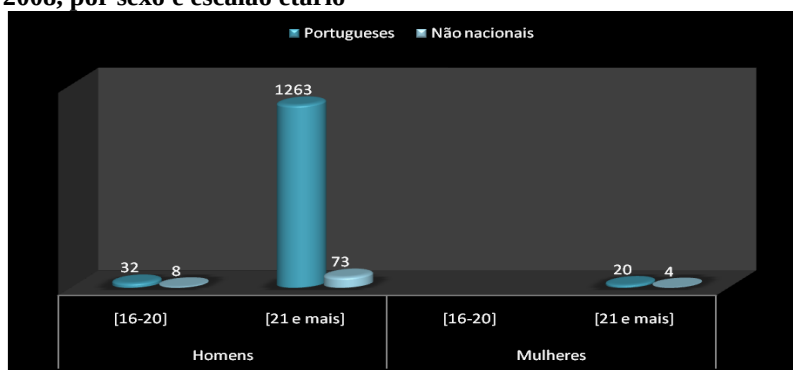


Fonte: DGSP

Se centrarmos a nossa tenção agora nos dados relativos a condenações por furtos, verificamos que nos dados que nos foi possível consultar, a DGSP não especifica as alíneas nos seus registos estatísticos dos o que, consequentemente, não nos permite apurar os dados necessários para contabilizar as condenações por furtos em interiores de residências e em estabelecimentos comerciais. Assim, iremos apenas, com a presente exposição, apresentar uma visão global dos furtos na sua vertente simples e qualificada. Assim, e em termos da classificação dos reclusos pelo escalão etário, dos reclusos condenados por furtos simples e qualificados, dividimos ambos os grupos em duas categorias distintas: 16-20 e 20 e mais. Desse modo, e ao encontro dos nossos objectivos, verificamos que os reclusos nacionais do sexo masculino com mais de 21 anos (n=1263) são os que mais se destacam, conforme observação da ilustração 57, seguindo-se os reclusos não nacionais do mesmo escalão etário (n=73). Destacamos ainda o facto de as reclusas do sexo feminino, quer nacionais quer não nacionais, não apresentarem qualquer condenação na categoria dos 16-20.



Ilustração 46: Número de reclusos condenados nacionais e não nacionais por furtos simples e qualificado, em 2008, por sexo e escalão etário



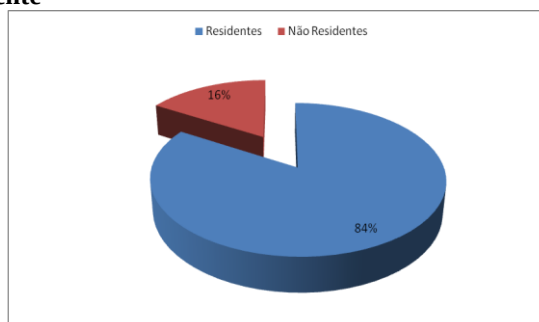
Fonte: DGSP

Analisando em maior pormenor e segundo os dados constantes no livro “Imigração e Criminalidade Violenta” (Guia, no prelo), baseados nos dados oriundos da DGSP, foi possível analisar individualmente determinadas variáveis das condenações dos reclusos romenos, sérvios e croatas: residentes/não residentes, escalão etário, sexo e número de crimes (excluindo os furtos qualificados – Artigo 204.º do CP), número de furtos qualificados – Artigo 204.º do CP.

Se analisarmos os reclusos condenados em Portugal, em 2008, pelas nacionalidades mencionadas e por estatuto de residente (Guia, 2008), verificamos que 118 reclusos não nacionais são residentes no nosso país e 23 não declararam residência em Portugal aquando da sua entrada no estabelecimento prisional.

Quanto às nacionalidades em apreço, constatamos que os reclusos nacionais da Roménia representam 11% da totalidade destas nacionalidades de reclusos condenados em Portugal, no ano de 2008, enquanto que apenas surge um recluso croata no espólio dos reclusos não nacionais, sendo que os restantes 88% da população reclusa corresponde a nacionais de outros países estrangeiros¹⁹.

Ilustração 47: Reclusos não nacionais condenados por furto simples e qualificado em Portugal, em 2008, por estatuto de residente

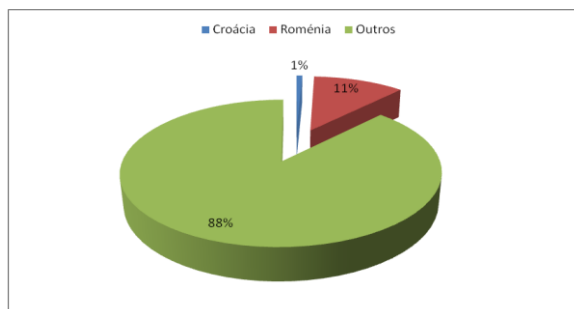


¹⁹ Outras nacionalidades de reclusos: Albânia, Alemanha, Angola, Bósnia Herzegovina, Brasil, Cabo Verde, Colômbia, Espanha, França, Geórgia, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Marrocos, Moçambique, Moldávia, República Democrática do Congo, Rússia, São Tomé e Príncipe e Ucrânia.



Fonte: Guia, no prelo

Ilustração 48: Reclusos condenados por furto simples e qualificado, em Portugal, por nacionalidade em estudo, em 2008

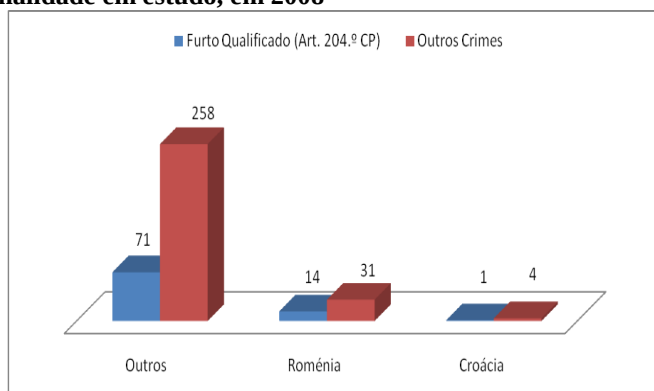


Fonte: MJ Guia, 2008

Se analisarmos distintamente o furto qualificado (Artigo 204.º do CP) dos restantes crimes que resultaram em condenações para os reclusos não nacionais, verificamos que o recluso croata condenado no nosso país foi condenado por 4 crimes, sendo que 1 desses é o de furto qualificado²⁰. Os reclusos romenos (n= 16) foram condenados por 45 crimes, 14 dos quais por furto qualificado. Os reclusos das restantes nacionalidades foram condenados por 329 crimes, dos quais 71 são de furto qualificado.

Analisando a distribuição por escalão etário dos reclusos condenados não nacionais, verificamos que a faixa mais representada nas nacionalidades em estudo é a dos 25-39 anos, com 85 registos, seguindo-se a dos 16-24 com 39 registos e por fim temos a dos 40-64, conforme depreendemos da observação da ilustração 49.

Ilustração 49: Número de crimes que resultaram em condenação, dos quais pelo menos um é de furto qualificado, por nacionalidade em estudo, em 2008

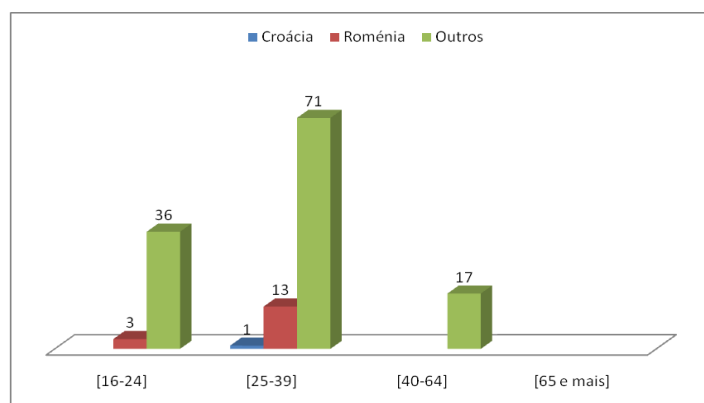


Fonte: MJ Guia, 2008

²⁰ Foi condenado pelos seguintes crimes: Falsificação de Documentos (art.º 256 do Código Penal 95), Associação Criminosa (art.º 299 Código Penal), Furto Simples (art.º 203 Código Penal).



Ilustração 50: Reclusos não nacionais condenados em Portugal, em 2008, por escalão etário

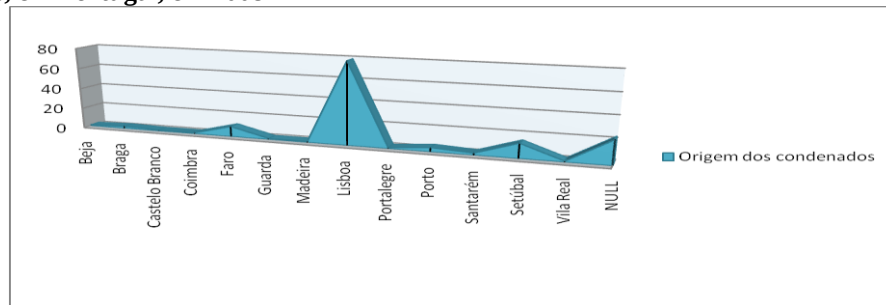


Fonte: MJ Guia, 2008



Analisando os distritos de residência declarados pelos reclusos não nacionais condenados em Portugal, verificamos que se centram sobretudo em Lisboa, Setúbal e Faro. Salientamos que existe um número considerável de reclusos condenados (n=34) que não declararam residência, pelo que foram considerados não residentes (Guia, 2008).

Ilustração 51: Distritos de origem declarados pelos reclusos não nacionais condenados por furtos qualificados, em Portugal, em 2008



Fonte: MJ Guia, 2008



CONCLUSÃO

Pelo facto de se tratar de uma temática pouco estudada e muito específica, iniciámos o presente estudo com várias dúvidas e com a certeza de que teríamos uma tarefa árdua mas extremamente interessante pela frente. Desta forma, agora que terminamos este nosso trabalho, podemos destacar as seguintes conclusões:

Não poderemos dizer que os estrangeiros, independentemente da nacionalidade em estudo, cometem mais crimes do que os portugueses, isto se fizermos uma análise dos números absolutos relativos à criminalidade. Se fizermos a análise comparando dados de registos criminais com dados de residentes não nacionais das populações residentes, nomeadamente as nacionalidades em estudo (romena, croata e sérvia), verificamos que a população croata se destaca no número de registos em furtos em interior de residências. É possível fazer tal afirmação uma vez que encontramos correspondência em 127 ocorrências a cidadãos croatas, sendo que os residentes daquela nacionalidade em Portugal são apenas 80 cidadãos, no ano de 2008 (o que representa que 1,5 cidadão croata apresenta registos por furtos em interiores de residência), o que evidencia um foco de preocupação no que respeita à intervenção dos cidadãos desta nacionalidade neste tipo de crime. Na sua maioria, trata-se de uma população feminina e de idades inferiores a 16 anos.

Já no que respeita aos cidadãos romenos, constatámos que a nossa pergunta de partida para a presente investigação nos levou a outra, verificando, através da análise de toda a informação apresentada na presente investigação, que estes cidadãos se destacam em termos de registos de furtos em interior de estabelecimentos comerciais. Na maioria, estamos na presença de suspeitos do sexo masculino, na sua maioria entre os 16 e os 24 anos. No entanto, e comparando com a análise do registo de cidadãos croatas por este mesmo crime, não nos parece que a intervenção dos cidadãos romenos adquira um relevo digno do alarme social que por vezes se levanta.

Apurámos ainda que o número de condenados, face ao número de registo de ocorrências, é invariavelmente mais baixo, apesar de salientarmos novamente o facto de estes crimes terem começado a ser mais visíveis no ano em estudo e de os dados dos condenados obtidos não espelharem a realidade relativamente a 2008, o que acreditamos que aconteça por não serem obtidos meios de prova, pela morosidade do processo, pela difícil localização dos suspeitos não nacionais sem residência ou por um grande número de outras possibilidades.



Aquando da caracterização do perfil deste tipo de grupos, verificamos que nos furtos em interior de residências, nas nacionalidades em estudo, existe uma maior intervenção de mulheres e crianças. Estes grupos costumam utilizar como *modus operandi*, nos furtos em interior de residências, a utilização de pedaços de plástico, cartões pequenos ou até radiografias, que utilizam para abrir portas que se encontrem apenas com o trinco, ou pés-de-cabra e chaves-de-fendas para abrirem portas que se encontravam fechadas. Já quando falamos nos furtos em interior de estabelecimentos comerciais, salientamos que o *modus operandi* mais utilizado é o uso de sacos forrados com alumínio, para desse modo despistar a activação dos sistemas de alarme.

Estamos na presença de grupos extremamente organizados, em pirâmide, que se distribuem no terreno em grupos operacionais e não operacionais, sendo que os grupos operacionais se encontravam instalados no nosso país em auto-caravanas e os restantes em vivendas ou hotéis luxuosos.

Assim, ao longo do estudo, focámos o nosso interesse nos cidadãos romenos, croatas e sérvios, com vista a apurar verdades objectivas, desvalorizando afirmações de conteúdos passíveis de influenciar a opinião do investigador e, consequentemente, do leitor.

Através da informação que aqui reunimos, concluímos não ser correcto afirmar que os romenos tenham uma maior intervenção nos furtos em interiores de residências, destacando-se no entanto nos furtos em interiores de estabelecimentos comerciais. O mesmo poderemos concluir em relação aos cidadãos croatas, apesar de existir um registo consideravelmente maior de suspeitos daquela nacionalidade por aquele crime. Assim, chegamos à conclusão que a variável nacionalidade não nos parece de relevo neste tipo de crime, sendo que os suspeitos não nacionais são, de uma forma geral, em número inferior aos portugueses (com a excepção de casos pontuais, já referidos).

Verificamos que a forma como os grupos de cidadãos não nacionais se encontram inseridos na realidade do país de acolhimento (e até de origem), com maior ou menor acesso a condições sociais e económicas satisfatórias, poderá impelir alguns cidadãos a envolver-se em actos de criminalidade. Um exemplo disso é o facto de na Roménia existirem muitas crianças abandonadas em orfanatos, que são frequentemente “requisitadas” pelos grupos organizados para participarem em actividades menos lícitas, o que pode ser um bom indicador da utilização de crianças nestes grupos.



Sugestões para Próximos Estudos

A realização de qualquer estudo tanto esclarece questões levantadas, como aponta outras e, sobretudo, suscita sempre a interrogação e a reflexão que nem sempre são passíveis de efectuar em simultâneo.

Desta forma, tendo em conta a escassez de estudos direccionados para a temática, seria interessante aprofundá-la, não só clarificando alguns aspectos que apresentamos, como também levantar e reflectir sobre outras questões com ela relacionadas.

Devemos ainda salientar o facto de termos sentido, ao longo da recolha de informação para analisar, várias dificuldades ao nível do acesso a dados estatísticos. A este propósito, referimos ainda a inexistência de determinados parâmetros nas estatísticas disponíveis, bem como a falta de uniformidade na apresentação dos mesmos.

Quanto aos dados dos condenados que analisámos, por se reportarem ao ano de 2008, verificamos não ter sido possível obter a imagem das condenações por furtos qualificados que correspondesse aos registos dos suspeitos no mesmo ano. Este facto reporta-se sobretudo no que respeita aos cidadãos sérvios e croatas (e até romenos), pela escassez de reclusos em apreço, ficando a dúvida se tal facto se deve a uma menor intervenção dos mesmos naquele tipo de crime ou devido à discrepância de anos em apreço. Assim, esperamos num futuro próximo poder aceder aos dados mais recentes das condenações por este crime, para poder aferir com maior precisão das conclusões que agora apresentamos. Mais uma vez, realçamos o facto de o nosso estudo incidir sobre as três nacionalidades referidas, pelo facto de a comunicação social ter sido tão eloquente nos últimos dois anos, no que respeita a notícias deste crime, associando-as às nacionalidades em estudo. Propomo-nos, igualmente, num estudo mais aprofundado, analisar todas as nacionalidades envolvidas, quer dos suspeitos, quer dos condenados, por este tipo de crime, procurando aprofundar razões para um eventual maior número de ocorrências e condenações de alguma nacionalidade. Para tal, pensamos poder realizar entrevistas a uma amostra de reclusos condenados por estes crimes, bem como a outras entidades envolvidas no combate a esta prática.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- . Almeida, A. C. (2003). *Impacto da Imigração em Portugal nas Contas do Estado*. Observatório da Imigração: ACIME
- Baganha, M. I. (1998). *Immigration in Southern Europe*. Ed. Celta
- Baganha, M. I. (2001). *A cada Sul o seu Norte: Dinâmicas migratórias em Portugal*. Ins Santos, B.S. [ed.] *Globalização, Fatalidade ou Utopia?* Porto: Edições Afrontamento.
- Baganha, M.I. (1996). *Immigrants Insertion in the Informal Market, Deviant Behaviour and The Insertion in the Receiving Country*. 1.º Relatório (mimeo). Coimbra: Centro de Estudos Sociais.
- Bianchi, Milo (2008). *WORKING PAPER N° 2008 – 05 Do immigrants cause crime?*. Paris
- Caderno Informativo (?). *Imigração – Os mitos e os factos*. ACIDI
- Caderno informativo (2008). *Nacionalidade*. ACIDI
- Caderno informativo (2009). *Imigração em Portugal - Informação Útil 2009*. ACIDI
- Dicionário da língua portuguesa contemporânea (2001). Academia das ciências de Lisboa, fundação caslout gulbenkien, 2.º volume, editorial verbo.
- Dicionário Universal (2007). Texto Editores, Lisboa, 8ª Edição, 9.ª tiragem;
- Duro, D. (2006). *O imigrante no contexto policial – Uma proposta de interacção Institucional*. Lisboa: ISCPSI
- EUROPOL (2008). *OCTA 2008 - EU Organised Crime Threat*. Holanda.
- Fonseca, C. (2006). La delincuencia que viene de fuera. *Tiempo*. 5-06-2006
- Franco, J. A. (2000). *Atitudes dos Imigrantes da 2.ª Geração em relação à actuação da Polícia de Segurança Pública*. Lisboa: ISCPSI
- Góis, Pedro (?). *Do «Trabalhador-Convidado» ao Subempreiteiro: a inserção dos (I)migrantes cabo-verdianos num mercado local de trabalho: a área metropolitana de Lisboa*. IV Congresso Português da Sociologia.
- Guia, MJ (2008). *Imigração e Criminalidade – Caleidoscópio de Imigrantes Reclusos*. Coimbra: Almedina.
- Guia, MJ (no prelo). *Imigração e Criminalidade Violenta*. Casa da Moeda.
- Jandric, Dejan (2007). *“Immigration in European Union”*.



- Jornal Público (8 de Novembro de 2009). *Imigração em Portugal “não há dinheiro, mas há sentimentos”*. Lisboa
- Lages, M. e Policarpo, V. (2002). *Análise preliminar de duas sondagens sobre os imigrantes em Portugal*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- Malheiros, J. et al (2007). *Espaços e Expressões de Conflito e Tensão entre Autóctones, Minorias Migrantes e Não Migrantes na Área Metropolitana de Lisboa*. Lisboa: ACIME.
- Marques, N. (2009).
- Rocha, J. (1998). *Ética Profissional: Imigrantes e Minorias Étnicas, Texto de Apoio B*. Lisboa: MAI
- Rocha, J. L. M. (2001). *Reclusos Estrangeiros: Um Estudo exploratório*. Coimbra: Almedina.
- Rumbaut, R.G. (2007). *The Myth of Immigrant Criminality and the Paradox of Assimilation: Incarceration Rates among Native and Foreign-Born Men*
- Sampson, R. J. (2008). *Rethinking crime and immigration*.
- Santos, J. (1999). *Relações PSP – Imigrantes de Origem Africana; A PSP numa sociedade multicultural*. Lisboa: ISCPSI
- Seabra, H. e Santos, T. (2005). *A Criminalidade de Estrangeiros em Portugal – Um Inquérito Científico*. Lisboa: ACIME.
- Seabra, H. e Santos, T. (2006). *Reclusos estrangeiros em Portugal – Esteios de uma problematização*. Lisboa: ACIME.
- Soria, A. P. (2008). *Entre a dor de ser “cigano” e o orgulho de ser romà – Aproximação à literatura romani e a auto-representação dos romà em duas obras de Jorge Nedich*. Brasília: Universidade de Letras.
- Stowell, J. I. (2007). *Immigration and the recent violent crime drop in the U.S.: pooled, cross-sectional time-series analysis of metropolitan areas*. Lowell: University of Massachusetts.
- Ziegler, J. (1999). *Os Senhores do Crime – As novas máfias contra a democracia*. Lisboa: Terramar.



OUTRA BIBLIOGRAFIA:

Código do Procedimento Administrativo (2007). Coimbra: Almedina.

Código Processo Penal (2007). Lisboa: Quid Juris Sociedade Editora.

Constituição da República Portuguesa (2005). Coimbra: Almedina.

Estatísticas da Direcção Geral de Serviços Prisionais (www.dgsp.pt)

Estatísticas do Instituto Nacional de Estatística (www.ine.pt)

Estatísticas do Instituto Nacional de Estatística Croata (<http://www.dzs.hr/>)

Estatísticas do Instituto Nacional de Estatística Romeno

(<http://www.insse.ro/cms/rw/pages/index.ro.do>)

Estatísticas do Núcleo de Planeamento e Formação do SEF (www.sef.pt)

Lei 23/07, de 04 de Julho

Relatórios Anuais de Segurança Interna

Relatórios de Imigração, Fronteiras e Asilo (www.sef.pt)

Relatórios de Progresso da EU (<http://www.europarl.europa.eu>)

<http://acirma.no.comunidades.net/index.php?pagina=1195196640>

<http://imigrantes.no.sapo.pt/page2Leste.html>

<http://imigrantes.no.sapo.pt/page2Leste.html>

<http://supersocial.blogs.sapo.pt/1568.html?thread=10272>

<http://supersocial.blogs.sapo.pt/1568.html?thread=10272>

<http://www.cm-loures.pt/doc/garse/ImigLeste.pdf>

<http://www.ercolinamilanesi.com/storici/zingari.html> ; visitado em 11-03-2010

[http://www.infopedia.pt/\\$guerra-na-jugoslavia](http://www.infopedia.pt/$guerra-na-jugoslavia)

http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos%20OI/Estudo_OI_21.pdf

http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Revista_2/migracoes2_art3.pdf

<http://www.rr.pt/pesquisa.aspx?q=ciganos>

<http://www.slideshare.net/dmpa/notcias-em-russo-para-imigrantes-influncias-no-processo-de-integrao>

<http://www.slideshare.net/dmpa/notcias-em-russo-para-imigrantes-influncias-no-processo-de-integrao>

<http://www.starnews2001.com.br/povo-cigano.html>

<http://www.starnews2001.com.br/povo-cigano.html>



ANEXOS



Anexo 1

“Entrevistas”



Entrevista 1

Realizada na Divisão de Investigação Criminal do Porto

Agente – Principal Martinho Santos

SM - Como é que vê a realidade da imigração em Portugal, nomeadamente os Imigrantes de Leste (especificamente de nacionalidade Romena)?

- Como é que vejo?

SM - Sim, como vê a vinda dos imigrantes para o nosso país, se estão cá em grande número ou não....

- Em relação ao meu processo [crime], os croatas vinham cá, não estavam cá.

SM - Exacto, mas fale de um modo mais geral.

- É assim, a minha ideia é que eles deveriam ser estudados, deveríamos saber porque é que vêm e por que é que estão. Por exemplo, no caso dos romenos que andam aí a fazer os furtos de supermercados, com sacos forrados a papel de alumínio. É que esta gente está cá e ninguém sabe onde estão, como estão e para que estão.

SM - Julga que a maior parte dos imigrantes que está no nosso país é para cometer crimes?

- Penso que não... não! Para mim, a maior parte desses de Leste, que está cá, são enganados. São redes mafiosas, que lhes levam dinheiro, trazem-nos para cá a troco de trabalho e chegam cá e não existe trabalho nenhum.

SM - E é então por não existir trabalho que eles, depois, se dedicam a estes crimes? Ou crê que há, também, redes organizadas que vêm ao nosso país para cometer alguns crimes?

- Também, por exemplo no caso dos croatas era assim.

SM - Fala em croatas?!? Nas notícias, por vezes, referem Romenos. Qual é então a nacionalidade deles?



- Eu, no meu caso, tinha da Macedónia, Sérvia, e Croatas. As pessoas optavam por dizer que era tudo Romeno, mas não eram Romenos. Romenos são estes que andam aí a fazer outro tipo de furtos. Não é a mesma coisa.

Temos dois tipos. Uns que assaltam supermercados, estas senhoras que andam aí vestidas mesmo à ciganas. E temos outra rede de assaltos violentos, que assaltam lojas de marca. Estavam cá e agora estão a vir cá esporadicamente. Eles quando se apercebem que estão a ser muito controlados, por exemplo, ficam em Espanha, vêm cá, fazem os furtos e vão-se embora.

SM - Era outra das perguntas que eu tinha para lhe fazer: julga que eles ficam e cometem cá os crimes todos ou vêm e vão, como se de um arrastão se tratasse? Correm países?! Como é que fazem?

- É assim: quando são redes organizadas eles ficam. Vão saltando de país em país, porque eles quando vêm já sabem como nós trabalhamos. Neste caso da “operação anzol” eles já sabiam como nós trabalhávamos, as miúdas já sabiam o que tinham que nos dizer - que eram menores de 16 anos, já sabiam que não davam morada, elas já estavam muito bem preparadas sobre a nossa lei.

SM - Quanto a isso, então, que estratégias é que eles usam para fugir às autoridades?

- Eles chegam cá, mas antes vem alguém da célula fazer o reconhecimento e o estudo do nosso país e das nossas leis, porque inclusive estava um advogado muito metido com eles, tinham uma relação muito íntima. Eles fazem um estudo das nossas leis, por exemplo, nesse caso “Anzol”, eles atacaram sempre nas zonas mais ricas do país. Foi na Foz, na Quinta da Marinha em Cascais, eles foi tudo as zonas mais ricas só depois foram para as outras. Eles já tinham um estudo prévio de como tinham que fazer. E depois eles também já controlavam muito bem o que era Polícia e GNR.

SM - Então, algumas estratégias da PSP e da GNR para combater essa criminalidade?

- Falta isso.

SM - O que considera que falta? O que acha que poderíamos fazer?



- Ainda na semana passada estava a falar com a Procuradora, em relação a isso, porque nós ficamos com os processos todos a nível nacional com a exceção de Lisboa. E então é como ela diz, todos os processos são da área da Polícia [PSP]. E os da GNR?! Porquê?! Nós não temos uma base de dados, enquanto eu no SEI²¹ consigo ir buscar os furtos todos, é só uma questão de fazer um estudo. Da GNR não apanhamos nada, faltou muita coisa ainda. Por acaso na semana passada comentámos isso e ela ficou um bocado espantada, porque é que não temos uma base de dados que nos ligue a todos, sem termos que ir ao Gabinete Coordenador de Segurança. Sim, porque eu penso que ao meu nível isso não funciona, primeiro que chegue está o processo concluído.

SM - E quanto às estratégias utilizadas por eles para cometerem os furtos?

- É assim, nesse processo eu acho que nós não estávamos preparados para isso.

SM - Que tipo de meios utilizavam?

- Eles estavam a trabalhar muito bem, tinham um núcleo duro que não fazia nada. Depois era tudo com auto-caravanas. Só que eles quando faziam furtos aqui no Porto, as auto-caravanas estavam em Ovar ou na Póvoa do Varzim. E as miúdas se estivessem em Ovar fugiam para cima, para o Norte. Nunca denunciavam nada. E nós, eu acho que não estávamos muito preparados para isso, para a rede que foi. Porque se houvesse um maior intercâmbio, até ao nível do Gabinete SIRENE²², melhorava algo, uma vez que eles já vinham de diversos países para cá. Eu notei que os Espanhóis só quiseram receber informação e depois não quiseram dar. Agora na parte final, quando souberam que o processo estava concluído é que eles estavam dispostos a tudo e mais alguma coisa. Porquê? Porque eles têm lá muito ouro nosso e não têm conhecimento dos furtos. Eles têm o ouro mas não conseguem provar que é proveniente de furtos cá em Portugal, mas agora é que eles se lembraram disso.

SM - E o que é que eles utilizavam para se introduzirem nas residências?

²¹ SEI – Sistema de Estratégia e Informação, é o sistema usado pela PSP para o registo das ocorrências, que pode ser consultado posteriormente, fazendo uma recolha dos dados que se pretendem consultar.

²² SIRENE - Supplementary Information Requested at National Entries.



- Inicialmente era com uns pequenos plásticos, recortes de plásticos. Elas vinham limpinhas, quando vinham para o Porto, mas chegavam cá e iam aí ao supermercado e compravam uma garrafa de sumo das grandes, a uma loja e compravam umas tesouras, recortavam e abriam. Desde que há uma comunicação da DN²³ em relação a isso de as portas ficarem só com o trinco, então as pessoas começaram a trancar e eles começaram a utilizar chave de fendas e uns pés de cabra pequeninos.

SM – Fala em elas por alguma razão em especial?

- Sim, 90% eram elas. Mulheres, entre 14 e 30 anos.

SM – A comunicação social faz, também, referência a menores. A sua maioria seria menor?

- Havia muitos menores, mas também uma grande parte que se identificavam como menores. Mas não eram.

SM – Existia alguma forma de saber que não eram menores?

- Houve, mais ou menos a partir de metade. Na segunda parte da investigação do processo. Quando o Comandante conseguiu fazer um protocolo com o DIAP²⁴, INML²⁵ e a PSP, então conseguimos começar a provar que eles não eram menores.

SM – Além de esses acordos, foi-me transmitido que também existiam acordos com a Faculdade de Medicina Dentária, isso verifica-se?

- Sim, para fazermos os exames.

SM – Eles eram imediatamente encaminhados para lá?

- Éramos nós que os levávamos.

SM – Como é que julga que os Órgãos de Comunicação Social fazem chegar estas notícias aos ouvidos da população? De forma alarmista ou realista?

²³ DN – Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública.

²⁴ DIAP - Direcção de Investigação e Acção Penal.

²⁵ INML – Instituto Nacional de Medicina Legal.



- Eu penso que não, até porque se estas notícias tivessem saído mais cedo eu penso que não havia furtos como houve.

SM – Ou seja, acha que os Órgãos de Comunicação Social não interferem na opinião das pessoas?

- Eu penso que se as pessoas soubessem desde o início o que se estava a passar, já que o forte deles foi entre Setembro de 2008 e Janeiro de 2009, se reduzia o número de acontecimentos.

SM – Julga que por serem reveladas nacionalidades de suspeitos/arguidos, as pessoas da mesma nacionalidade e que em nada se relacionam com estes casos são, de algum modo, marginalizadas?

- As pessoas que vêm por bem e que vêm para trabalhar são uma coisa, as redes organizadas são outra. Estamos a falar de uma rede que era preparada em Itália e que fazia diversos países, inclusive agora, estão em França e na Suíça.

SM – Como vê a imagem deles em Portugal?

- É assim, em relação aos Romenos, falando por mim de um ponto de vista pessoal e fora Polícia, tenho receio e não confio neles. Em relação aos outros eu penso que as pessoas vêm por bem, até porque se formos ver as habilitações literárias deles são superiores, só que chegam cá não conhecem ninguém, não têm trabalho, nem dinheiro, as pessoas com quem fizeram os contratos não aparecem ou não existem. Depois, também, a personalidade deles é violenta, são indivíduos quase todos de guerra.

SM – Julga que de algum modo, a livre circulação no Espaço Schengen pode influenciar estes crimes?

- Eu, pessoalmente, penso que facilita os crimes.

SM – Dada a sua experiência profissional com aquilo que vivenciou na operação anzol ou outras do género, que aspectos considera serem importantes para o conhecimento das pessoas e seria necessário transmitir?

- As pessoas deviam ser alertadas de todos os modos operacionais deles, que era para ficarem logo a saber o que poderia acontecer. Quanto ao nível de Polícia,



quanto à troca de informação, nós fizemos uma reunião lá em baixo, em Lisboa, no Departamento, e correu muito bem, porque como isto estava a ser uma coisa fora do normal, a DN também quis fazer alguma coisa para ver o que se estava a passar. Noutros deveria haver ligação, principalmente com a GNR, uma vez que esta não existe.

SM – Tenho que conhecimento de que poderemos estar na iminência de uma nova vaga de furtos. Acha que esta informação pode ser real?

- Também já tive conhecimento, mas já sabíamos que isso seria possível. Porque a célula Ibérica deles tem uma pessoa. Isto é uma rede mafiosa. Inclusive temos os advogados deles, que renunciam agora ao processo, porque o indivíduo que está preso começou a dar-lhes muitas indicações de como queria as coisas, e ele não gostou e disse que não estão para ser “o pau mandado da máfia” nem para o aturar. Eu acho que prendemos muita gente sem saberem quem eram. Isto tem tudo a ver com a máfia italiana. E isto não acaba, agora falta saber o que fazer, se ficam nos outros países ou vêm cá. A indicação que eu tinha era que eles estavam em Espanha e iam começar a vir cá, faziam os furtos e iam para Espanha. Não ficarão cá tanto tempo como estiveram. Porquê? Porque assim praticamente não temos hipótese, só com uma boa coordenação com Espanha.

SM – Falou em rede mafiosa italiana. Eu tenho conhecimento de que há alguns grupos designados Romani – Ciganos, sendo que eles se movem pela sua natureza nómada e percorrem certos países. Acha que isso faz com que eles, no próprio grupo, tenham nacionalidades distintas e que percorram os países, pois vão sendo expulsos de país em país, pela população residente?

- Os que nasceram cá vão ter nacionalidade portuguesa. Estiveram aí mulheres grávidas, que tiveram os filhos cá.

SM – Isso torna, de futuro, mais difícil aceder à nacionalidade deles?

- Todas as identidades que temos deles não sabemos se são identidades. Mais de 90% das identidades já provámos que eram falsas. Outras eram falsificadas, eram resultado de furtos na Eslovénia e depois utilizavam esses documentos para se identificarem a eles. Daí que falamos em Croatas e Sérvios, mas poderão não ser. O que tínhamos era que eles eram recrutados, algumas das miúdas até eram



compradas em pequenas e trazidas para Itália onde eram preparadas para isto. Eles são muito obedientes. Eles não abrem nada, estão muito bem preparados. Por exemplo, seguir uma miudinha de 14 anos na rua é quase impossível, ela faz muita manobra de contra-vigilância, sabem muito. Têm uma escola muito boa.

SM – Num grupo tão organizado, os lucros revertem a favor de quem?

- Em conversa que eu tive aqui, depois de um interrogatório com um Maioral²⁶, assim em *off-record*, eles pensam que conseguem comprar tudo. Só queriam saber o número das contas, para nos comprarem. O que eles dizem é que era tudo escuro, nem eles sabem bem para eles sabem que o ouro vai todo para Itália, mas não sabem mais. Sabem quem é o superior hierárquico, imediatamente acima deles, mas depois não sabem mais.

SM – Quer então dizer que os operacionais cometem os crimes por uma questão de sobrevivência e os lucros maiores são para os cabecilhas?

- Eles lucram muitos, porque o que eles nos diziam era que se quiséssemos 400 ou 500 mil euros, esse dinheiro vinha na hora. Eles têm muito dinheiro, eles andavam de Audis Q7 e Q5, vivendas com piscinas que alugavam. Aquilo rola muito dinheiro, só que também vai muito para lá.

SM – Vejamos se compreendemos, os meios de deslocação deles eram as auto caravanas, mas estavam cá instalado em vivendas luxuosas?

- Em auto-caravanas estavam os operacionais. Havia umas fulanas que se designavam por “Tias”, que eram mulheres de mais idade e eram as Chefes de cada caravana, sendo que cada uma tinha cerca de 6/7 operacionais (miudinhas). Esses é que andavam de auto-caravanas, porque os maiorais estavam todos em vivendas ou bons hotéis. O papel dos maiorais era andar a visionar e passavam grande parte do tempo em casinos.

SM – É tudo, muito obrigada.

- De nada. Obrigada.

²⁶ Maioral – por este termo entendesse um elemento que faz parte das partes cimeiras da rede, é um Chefe.



Entrevista 2

Realizada na Divisão de Investigação Criminal do Porto, a 10 de Março de 2010

Chefe Fonseca

SM – Como é que vê a realidade da Imigração em Portugal, mais particularmente dos imigrantes de Leste?

C.F. - Como é que vejo em que aspecto? É que é assim, há o aspecto em que nós vemos e pensamos em termos policiais e aí é mais complicado.

SM – Numa primeira abordagem, como cidadão.

É assim, eu como comum cidadão não vejo de uma forma negativa. Mas lá está, eu como comum cidadão, também, vou levar para o lado policial. Se eles não fizeram nada de especial, mantiverem a “vidinha” deles, não há problema. Mas lá está, a partir do momento em que entram neste regime de furtos, ou até os outros Romenos que andam aí a fazer os supermercados, aí já não concordo.

SM – Julga, então, que há alguns que vêm cá para cometer crimes?

- Sim. Grande parte, se calhar sim.

SM – E que nacionalidades estão mais relacionadas com essas situações?

- Falamos de Croatas, Romenos e começam a aparecer, agora, os Brasileiros.

SM – E que crimes em específico cometem?

- Estamos a falar de furtos.

SM – Que tipo de furtos?

- Furtos qualificados.

SM – Dos furtos em interiores de residências, há alguma relação privilegiada com algum tipo de nacionalidade?



- Sim, há a situação que desmantelámos no ano passado, que eram croatas. Só faziam assaltos e furtos a interiores de residências. Não faziam mais nada.

SM – Que tipo de residências é que eles furtavam?

- Normalmente, residências de zonas ricas.

SM – Pretendiam, então, retirar grande lucro com as suas intervenções?

- Sim.

SM – Que tácticas, técnicas e estratégias é que eles utilizavam?

- Eles começaram, no princípio, por tocar à campanha das residências e se ninguém estivesse lá e a porta se encontrasse só com o trinque, eles com o cartãozinho de plástico abriam a porta e iam aos quartos, onde as pessoas normalmente guardam o ouro, retiravam o ouro e iam à “vidinha” deles. Ou então, quando estivessem fechadas à chave, estroncavam a porta.

SM – Qual é o perfil do criminoso de que estamos a falar? São homens, mulheres, jovens?

Mulheres. Os homens só iam quando era para estroncar as portas.

SM – Crianças também estariam envolvidas?

- Sim. E é assim, nós ao princípio tivemos uma certa dificuldade, porque todas se identificavam como menores de idade. Mas depois criámos um protocolo entre nós, o DIAP e o IML, que era para irmos fazer os exames. E aí já conseguíamos determinar a idade. Mas é claro que existiam menores de 16 anos.

SM – Como é que funcionavam essas parcerias? Vocês recolhiam-nos, contactavam o DIAP e encaminhavam-nos ao IML?

- Não, nós ao início tivemos alguma dificuldade, porque sempre que tentávamos fazer logo os testes o Tribunal de Família e Menores nunca queria. Então foi feito o protocolo. E aí, desde o momento em que nós apanhássemos alguém, encaminhávamos directamente para o IML. Depois íamos ao Hospital Santo António fazer medições em termos de ossos e pêlos púbicos. De seguida íamos ao IML e depois à Faculdade de Medicina Dentária.



SM – Que estratégias de Policiamento é que nós utilizamos ou poderíamos utilizar? Tanto a nível da PSP como da GNR?

- Para este caso específico?

SM – Sim.

- Foram feitas vigilâncias e seguimentos. Que é o normal e o que se pode fazer nestes casos. Tivemos, também, escutas. Mas é impossível perceber, porque eles utilizam dialecto. E nunca conseguimos entender nada.

SM – Considera que há mais alguma estratégia que devíamos utilizar e não utilizámos? Julga que poderia ser feita mais alguma coisa?

- Sinceramente, na minha opinião, acho um bocado complicado. Face aos nossos meios, fazemos aquilo que podemos. Na realidade tivemos alguns carros com, como o que chamamos aqui, um “escaravelho”, que é um localizador, só para saber onde estavam os carros. Porque não dava para mais nada.

SM – Neste caso onde é que eles ficam localizados? Instalam-se no nosso país, ficando cá para cometer esses furtos?

- Isto é assim, nessa altura e estamos a falar a partir de Novembro de 2008, eles estavam colocados aqui no país. Portanto estamos a falar nas cidades da Póvoa do Varzim, Espinho e depois, lá em baixo, Vilamoura e Quarteira.

Neste momento, também, temos conhecimento que poderá haver alguém a realizar furtos, mas que será alguém que estará em Espanha, vem cá e depois vão outra vez para fora.

SM – Para si, quais são mais relevantes, os que ficam cá instalados ou outros?

- A última situação só se verifica agora. Na anterior, eles fixavam-se aqui e andam pelo país. E de relevância para esse facto é que eles só utilizavam cidades que tivessem casinos.

SM – Como é que eles se organizam?

- Digamos que é uma pirâmide. Ou seja, tem os líderes, depois tem os que estão abaixo e por último os operacionais. Portanto, as miúdas andavam a assaltar e



passavam a mercadoria para as outras senhoras, que por sua vez passavam para os outros, esses escoavam para Espanha.

SM – Como é que eles estavam instalados no nosso país?

- Há duas hipóteses, em residências ou em auto caravanas. Eram essas as duas situações.

SM – Essa diferença verificava-se consoante a sua posição hierárquica?

- Sim, sem dúvida.

SM – Como é que os Órgãos de Comunicação Social fazem transparecer estas notícias para o público? De forma alarmante ou real?

- Eu acho que sim, acho que devem informar. E foi uma das questões que fizemos, foi em conjunto com os Órgãos de Comunicação Social, foi informar as pessoas, que por vezes julgam que por terem uma porta muito cara estão mais seguras e ninguém as assalta. Isto fez com que as pessoas comessem a ficar alertadas. E as pessoas depois de verem as outras serem assaltadas, passaram a querer câmaras de vigilância em casa e, agora, fecham sempre a porta. Por vezes, acho que esta situação devia ser mais divulgada.

SM – Foram desmantelados muito casos, relativos a estes furtos?

- Neste caso, foi desmantelada a rede total. Julgo que no dia 18 de Março do ano passado, ou seja 2009, lá em baixo, na Quarteira.

SM – Existe um grupo designado Romani – Cigano; julga que por serem marginalizados e expulsos de alguns países, faz com que venham para Portugal cometerem estes crimes? Por se sentirem mais seguros, ou por considerarem que têm mais garantias aqui?

- Eu julgo que esse grupo Romani está mais envolvido naqueles peditórios, andam por aí a fazer esses peditórios. Depois vão canalizar esse dinheiro para alguém que há-de servir para alguma coisa, também. E esses, eu acho que são aqueles pequenos furtos que são para eles próprios.

SM – Por uma questão de sobrevivência?



- Sim, eu penso que sim. Não são os Romani que fazem os furtos em residências.

SM – Qual é o perfil do criminoso que faz furtos em interiores de residências?

- Quem assalta estas residências são miúdas já instruídas para tal, disso não tenho dúvida. Têm uma frieza extrema, porque se entram dentro de casa e está lá alguém inventam uma desculpa e saem. Não se preocupam e têm um à-vontade extraordinário. Mesmo connosco, quando lidamos com elas, elas tinham um à-vontade grande. Algumas delas também eram “sabidolas”.

SM – Estes grupos têm relações com grupos nacionais?

- Não, trata-se de uma rede internacional. Tanto que alguns dos que nós detivemos lá em baixo no Algarve foram detidos em Espanha.

SM – Considera que a livre circulação no Espaço Schengen facilita a fuga deste tipo de criminosos?

- Facilita, claro que facilita. No caso dos Romenos, facilitou bastante, eles agora têm livre acesso.

SM – Julga que deveriam ser criados mecanismos de restrição?

- Eu acho que sim, mas é complicado. Estamos a falar da Europa e é complicado, agora, estarem a fazer restrições.

SM – Que nível de intervenção, na opinião profissional em primeiro lugar e numa opinião pessoal em segundo lugar, acha que deveríamos ter para com estes cidadãos?

- Poderíamos estudá-los, mas é assim, quando nós nos apercebemos da situação em si, no caso dos croatas, já foi um bocado tarde. Neste momento, devemos estar a falar de cerca de 239 pessoas lesadas mas pode haver milhares. E só falamos a nível da PSP, dos processos de que temos conhecimento. E para conhecermos este meio tivemos que batalhar bastante.

SM – Tenho conhecimento de que poderemos estar na iminência de um nova vaga de furtos a residências. Considera que isto é uma ameaça real?



- Eu acho que devemos considerar essa ameaça um bocadinho para o real. Isto porque uma parte da rede que os colegas de Cascais desmantelaram ficou toda solta. E em conversa com colegas de Faro, esses disseram que aqueles indivíduos andavam também em Faro e pelo Algarve. Lamento, mas poderão vir a fazer isso outra vez.

Nós a nível comunitário, daquilo que nós temos acesso, fomos a primeira polícia a conseguir desmantelar este tipo de redes, por exemplo, é que nem Espanha... Por isso, eles aqui poderão não vir tanto, mas como poderão também vir.

SM – E nós, estaremos preparados para o combate a este tipo de criminalidade?

- Eu acho que sim, agora que já sabemos como é que eles fazem.

SM – Gostaria de ressaltar mais algum aspecto, no que concerne a esta temática?

- Esta matéria é sempre complicada, porque se eles modificarem ou mudarem um pouco o estratagema e a maneira de actuar deles... agora se continuarem com isto, uma vez que sabemos como é que funcionam, eu penso que não vamos ter grandes dificuldades em resolver este tipo de aspecto.

SM – Tem conhecimento de estudos neste âmbito?

- Por acaso não tenho conhecimento de nenhum estudo.

SM – E acha que seriam importantes?

- Não, porque quem está no meio policial sabe como é que isto funciona. E o estudo às vezes pode não ser a ideia real que a gente tem. Mas talvez estudos a nível policial fossem pertinentes, para as pessoas, também, terem conhecimento. Mesmo para os outros elementos policiais, porque cada um de nós tem uma maneira de pensar e de ver o crime; já o patrulheiro é capaz de ter uma maneira diferente, pois vai às ocorrências e só se vir muitas ocorrências naquela área é que vai dar conta, agora se eles andarem de um lado para o outro poderão não ter a percepção do que se está a passar.

SM – Obrigada.



Entrevista 3

Realizada na Divisão de Investigação Criminal do Porto, a 10 de Março de 2010

Comissário Rui Mendes

SM – Como é que vê a realidade da imigração em Portugal?

R.M. - Em termos criminais, de facto, é uma coisa que nos preocupa. Sobretudo, não pelo facto da quantidade dos crimes cometidos mas, essencialmente, pelas dificuldades que coloca às investigações. São indivíduos com grande mobilidade e cuja descoberta pela autoria dos crimes é mais difícil.

SM – E em particular os Imigrantes de Leste?

- Os imigrantes de Leste têm-nos provocado algumas preocupações, essencialmente em crimes relacionados com o património mas também relacionados com as pessoas. Porque há algumas situações de exposição e abandono, também algumas situações que indiciarão tráfico de seres humanos. Portanto não é só na parte do património. Embora os volumes maiores estejam relacionados com os crimes contra o património.

SM – Julga que há estudos suficientes na área da imigração e criminalidade. Ou considera que seria relevante existirem outros estudos?

- Não, daquilo que eu conheço, conheço muito poucos estudos nessa área da imigração e criminalidade. Até porque relativamente a essa temática os estudos que surgem são resultado das investigações. No fundo não nos dão uma visão geral, funcionam como um estudo de caso.

SM – Para um estudo mais incisivo, qual é então o caminho que devemos seguir?

- É um bocado difícil responder a isso, porque estamos a falar num plano mais científico e académico, e aí certamente haverá pessoas mais bem colocadas para responder a essa situação. Aquilo que nós acabamos por fazer na investigação criminal, e era a isso que gostaria de me cingir, é que de facto temos sinalizado várias situações organizadas de criminalidade onde são englobadas pessoas de



Leste. E aí é como refiro, a maioria dos crimes não são cometidos pelos estrangeiros. Mas temos alguns focos preocupantes, pela dificuldade da investigação, de crimes cometidos por indivíduos de Leste.

SM – Julga que a criminalidade cometida pelos indivíduos de Leste e estrangeiros em geral está a mudar? Será que anteriormente era diferente? E agora vêm para cometer outro tipo de crimes?

- Aquilo que eu posso dizer, da minha experiencia, é que estamos, neste momento, a notar uma maior sofisticação e organização, por parte de redes. Começamos com um tipo de criminalidade não muito sofisticada, mas agora já estamos a investigar crimes praticados por indivíduos de Leste com grande grau de organização e mobilidade, não só a nível nacional como a nível Europeu.

SM – Qual são então as principais diferenças?

- A primeira é a organização. Anteriormente, as situações de organização eram muito mais esporádicas do que a maioria das outras situações. Acabavam por não ter grande sofisticação, passamos de situações mais concretas para situações de pequenos furtos em interiores de estabelecimentos, na maioria a lojas de roupa de marca... que inclusivamente deu origem a situações de indivíduos de leste que andavam com sacos forrados com alumínio, que a única organização era de facto encontrar material que inviabilizasse a detecção dos alarmes electrónicos à saída dos estabelecimentos; e agora não, já temos individualizado os patamares em que cada um está e já sabem exactamente o que tem que fazer, que fazem o escoamento do produto e que garantem o patrocínio judiciário, caso os de nível mais baixo sejam apanhados; e depois um nível muito mais acima, que são indivíduos que praticamente acabam só por receber os proventos. E em que a matéria probatória acaba só por ser conseguida através de proventos, neste caso verificar qual a movimentação de dinheiros provenientes da actividade ilícita.

SM – Então dada essa organização que têm, desde cabecilhas a grupos operacionais, qual será o interesse de cada parte em cometer os crimes?

- O lucro no fundo até ao fim é o objectivo principal. Agora é verdade, que nestes vários níveis, para além do lucro existem aqui outras situações que eu não diria que são objectivos mas são meios que originam ou propiciam o cometimento de crimes.



Porque, muitas vezes, as situações, principalmente a um nível mais baixo, são uma questão de subsistência, eles já não tentam o lucro. O caso, muito em concreto da situação que tivemos dos servo-croatas, a um nível mais baixo havia ali uma situação de subsistência, praticamente eles não viam grande lucro. Estamos num caso, que neste momento é público, dado que já foi proferida acusação, e estamos a falar de um total de mais de 6 milhões de euros, e dificilmente podemos dizer que o grupo mais operacional sequer viu o lucro desta actividade. Para além disso há aqui, nitidamente, uma situação de ameaças perante o grupo mais baixo para cometimento dos crimes. Não poderemos dizer que o lucro é o objectivo de todas estas camadas, que não é. O lucro é o objectivo final dos estratos mais altos.

SM – Estamos, então, perante um caso de recrutamento das pessoas do nível mais baixo?

- Exactamente. Em alguns casos ficamos com a sensação de que existia uma situação de tráfico de seres humanos, numa fase inicial. Situação não demonstrada no decorrer no inquérito, porque o inquérito, da investigação, foi sempre direccionado para os furtos e assaltos a residências. Mas há indícios de situações em que poderão haver casos de tráfico de seres humanos. E depois, também, há situações de ameaças para com este grupo mais baixo, para o cometimento de ilícitos.

SM – Quais as nacionalidades que ressalva nesse âmbito?

- Em termos dos países de Leste estão referenciados e sinalizados indivíduos Romenos, neste momento também Georgianos, da antiga Jugoslávia. Para não dizermos, que praticamente são estes indivíduos servo-croatas. Até nisso tivemos uma certa dificuldade e a conclusão a que chegamos é que praticamente estes indivíduos são apátridas. São dos que vieram originariamente da ex-Jugoslávia mas que tiveram uma passagem por Itália, Alemanha, França e Espanha. Portanto, até nisso nós temos dificuldade, em saber qual é a origem deles.

SM – Como é então os conseguimos identificar, ou chegar à identificação pessoal deles?

- Estas investigações, e trazendo para o caso em concreto o dos servo-croatas, aquele mais complexo que tivemos pela dimensão e complexidade que teve, a



sensação que temos no final do processo é que é preciso uma forte coordenação, neste caso internacional. Ou então acabamos por não saber quem é que são estas pessoas, porque estão indocumentadas, acabam por nos dar, durante a permanência delas em Portugal, várias identidades e acabamos por na cooperação internacional, nomeadamente a nível da INTERPOL²⁷, também por ficar sem certezas de quem é que são. E acabamos por ter em alguns casos, mais de 20 identidades relativamente à mesma pessoa.

SM – Considera que há uma boa cooperação internacional para chegar a esses documentos?

- Em termos da INTERPOL e da capacidade de nos fazerem chegar a informação, a informação até acabava por chegar, e chegou. Nós acabámos por ter informação de vários países da Europa relativamente à passagem deste grupo que foi detectado em Portugal. Na maioria, a grande dificuldade que passámos a sentir no processo, é que a partir de determinado momento e depois de se ter feito alguma pressão em termos de investigação e resultados operacionais aqui no grupo em Portugal, o grupo tinha mais ramificações em outros países, por exemplo em Espanha, o que desencadeou a operação *Yuguslávica*. Na cooperação, já depois no âmbito dos inquéritos e com matéria, é que surgem algumas dificuldades nesta colaboração, já não ao nível de informação dos vários países da Europa mas ao nível da investigação. Quando quisemos colaborar, já no âmbito de inquéritos quando já tínhamos muita matéria, houve alguma dificuldade em contactar, neste caso com Espanha.

SM – O que falta? Boas relações a nível de Comandos, vontade por parte dos investigadores?

- Numa opinião, muito pessoal, as coisas não funcionam ao nível das boas relações. As coisas têm que funcionar quando estão devidamente instituídas. Cada um sabe precisamente aquilo que tem a fazer; havendo já neste caso um processo, devia ser ao nível da EUROJUST²⁸ e devia chegar cá muita informação do processo Espanhol, como devia chegar do processo português. Mas isto são também questões que ultrapassam a própria polícia que já está no domínio do próprio

²⁷ INTERPOL - International Criminal Police Organization.

²⁸ EUROJUST – The European Union’s Judicial Cooperation Unit (Agência da União Europeia para a Cooperação da Justiça)



inquérito. Mas nem sempre isso aconteceu. E aquilo que eu acho que devia acontecer é que os pontos de ligação têm que funcionar e efectivamente tem que se dar cumprimento àquilo que está instituído. E as coisas que estão instituídas nem sempre funcionam, principalmente dentro dos *timings* que gostaríamos que existissem. Não podemos esquecer que estes processos são processos de arguido preso e estes processos de arguido preso têm prazos muito limitados para a investigação. Há, também dificuldades na investigação de indivíduos. Há pressão da parte dos advogados. E às vezes as coisas até podem funcionar mas não funcionam é no *timing* que nós gostaríamos, porque nós temos que concluir o inquérito naqueles prazos.

SM – Todos os indivíduos ficam presos?

- No nosso processo tivemos situações de indivíduos detidos. No inquérito principal, aquele que nós achamos que são os indivíduos mais importantes da estrutura, tivemos indivíduos detidos. Tivemos outros grupos de detidos mas ao nível dos grupos mais operacionais, até porque não estão neste inquérito.

SM – A prisão ou prisão preventiva é a medida de coacção mais aplicada? Ou há outras? E considera que resultam?

- Isto é um bocadinho complicado nós falarmos, ou eu dizer. As medidas de coacção são aquelas que estão estipuladas no Código de Processo Penal. É evidente que as medidas que são decretadas pelas autoridades judiciais com aquilo que nós apresentamos em matéria probatória. Uma coisa que é certa é que nós tivemos uma certa dificuldade em adaptarmo-nos a esta nova modalidade de criminalidade, porque eles apresentaram-se indocumentados, sempre como sendo pessoas menores e nós não estávamos preparados para esta realidade. A verdade é que depois do período de adaptação, e eu queria sobretudo sublinhar se é que isso é importante para o trabalho que vai realizar, as coisas resultaram, sobretudo aqui no Porto, sobretudo porque as várias instituições que estão englobadas acabaram por funcionar muito bem interligadas entre si. Portanto o sucesso da operação não resultou só do empenhamento da polícia. Resultou do empenhamento da polícia, na medida que constituiu um grupo grande e apostou fortemente nesta operação, o que permitiu pegar neles em Vila do Conde e acompanhá-los, por exemplo, até ao Algarve. Mas dependeu também o sucesso, tendo em conta que ficou um



magistrado exclusivamente direccionado para esta investigação. Resultou, também, pelo facto de o INML, Delegação do Porto, estar, também, de alguma forma empenhado nesta investigação na medida em que no dia da operação permitiu fazer, quase em tempo recorde os exames médico-legais que permitiam provar que eram imputáveis e não estavam numa situação de inimputabilidade. Ou seja, pelo conjunto de várias instituições, todas interligadas, julgo que o sucesso da nossa operação foi precisamente esse.

SM – Esse protocolos foram criados a nível nacional? Ou só ao nível do Porto?

- Resultou no Porto um protocolo relativo a situações desta natureza, que funcionou muito bem. E que neste momento, ainda que eu não tenha dados concretos, estaria a ser utilizado noutros distritos judiciais. Disseram-me que em termos de funcionamento estavam a aproveitar esta boa prática noutros pontos do país.

SM – Estes imigrantes de que falamos, instalam-se no nosso país para cometer os crimes e ficam cá? Ou passam vários países?

- Passam por vários países. E a sensação com que ficamos depois da operação *Yugoslávia* é que eles se instalam até sentirem pressão por parte das autoridades, e quando sentem pressão deslocam-se para outros pontos da Europa.

SM – Utilizam um seguimento lógico nas suas deslocações?

- Não. Não julgo que tenham um seguimento lógico. A única coisa, depois de termos feito esta operação, que notámos é que há sinais deles da presença deles em França e em Espanha, ou seja, já se deslocaram e não é racional, pelo menos não conseguimos encontrar nenhuma racionalidade. Parte do grupo fica em Espanha e parte vai para França. Portanto acabam por se dividir e não encontramos nenhuma racionalidade, será mais uma situação de oportunidade, eles acabam por ir para outros países onde julgam que as autoridades não estão tão atentas à presença ou chegada deles.

SM – Fala-se que poderemos estar prestes a receber outra vaga deste tipo de criminalidade. Julga que isto é verídico e que, caso se verifique, estaremos preparados para a situação?



- O que eu diria é que nós temos que estar preparados e cientes que agora tivemos uma vaga muito concreta de indivíduos servo-croatas a dedicarem-se a assaltos a residências. Mas outras haverá e virão certamente com outros métodos de actuação. Aqui o que é que temos? Temos que a componente da análise de informação tem que ser muito forte para que possamos detectar novos *modus operandi* para que, neste caso, as unidades de investigação, desde logo ao início possam desencadear situações de investigação criminal. A análise não pode ser uma análise local, tem que ser uma análise a nível nacional, com fortes processos de coordenação a nível nacional. Só assim poderemos detectar uma situação no Porto e relacioná-la, passado uma semana, com uma no Algarve, que foi aquilo que aconteceu neste inquérito. Eu quando dizia que houve um grande interesse por parte da investigação criminal, não estava a dizer que só havia um interesse por parte do Porto, houve por Lisboa, Faro, por parte da DN. Aliás, este trabalho de análise numa primeira fase, de correlação e coordenação processual é o ideal para conseguirmos fazer face aos novos desafios.

SM – Em primeiro lugar a análise, depois a correlação e de seguida a coordenação, será a estratégia utilizada por parte da PSP? Ou no terreno existirão outro tipo de estratégias?

- Sim, a estratégia numa fase de consolidação da prova passará não só por aí, a partir do momento em que os localizamos no Norte nunca mais os largamos até chegarem ao Algarve. Numa fase final nunca mais os podemos perder. Aquilo que eu gostaria de sublinhar era o seguinte: ou nós sinalizamos estas redes numa fase muito primária ou então quando nos apercebemos delas já é tarde e elas já estão em fase de mudança para outros países e acabamos por ficar com os factos sem os suspeitos. Portanto, aquilo que resultou cá, foi que nós sinalizámos muito cedo este grupo de servo-croatas e isso permitiu-nos acompanhar durante alguns meses a actividade deles cá.

SM – Esses grupos têm ligações a grupos nacionais?

- Neste caso em concreto não tinham ligações a grupos nacionais.

SM – Mas existem casos em que essas ligações se verificam?



- Nacionais não. São redes que eu caracterizaria como muito fechadas, acabam por funcionar só com eles.

SM – Como é que vê o perfil destas redes?

- São fortemente organizadas, têm praticamente uma coisa formal, um código de ética instituído. Porque o padrão que vemos quando nós interceptamos um indivíduo ao nível da base, praticamente, é que aquilo que tem para nos dizer é sempre a mesma coisa, ou seja, vêm muito bem instruídos; o único contacto que trazem ao nível do telemóvel é um único contacto só, para um nível intermédio. As manobras de contravigilância por parte destes menores são sempre as mesmas. Os advogados também são sempre os mesmos, mesmo sem ninguém lhes dizer nada. Diria que há aqui um código de procedimentos, não é de ética, instalado e uma organização muito bem delineada.

SM – Falou em menores. Parte activa da rede será composta por menores?

- Sim, são menores. A parte mais de base é, essencialmente, constituída por menores e mulheres. Mas essencialmente menores. Alguns não são menores mas dada a base legal que temos apresentam-se perante as autoridades como tal mas depois vem a comprovar-se que não são. Sendo certo que uma parte da rede é composta por menores. No fundo é mais um dado que nos permite ter a certeza de que é uma rede organizada. Eles quando vêm para cá estudam e sabem perfeitamente qual é o sistema jurídico para onde vão actuar. E aí sabem perfeitamente que a idade da imputabilidade é a partir dos 16. Eles tinham perfeita consciência que quando nos indicavam a idade era sempre para baixo dos 16. Ou era 15 ou 14.

SM – Percebemos que se diziam e usavam menores por uma questão de direito. E as mulheres eram usadas por alguma questão específica?

- Não tenho nenhum dado que me permita afirmar com certeza o porquê disso. Isso exigiria alguma colaboração da parte deles, para que se pudesse perceber.

SM – Diga, então, o que pensa baseando-se na sua experiencia profissional?

- Da minha experiência, essencialmente são pessoas que poderão não dar tanta visibilidade ao cometimento, nem levantar tantas suspeitas. Por outro lado poderá



estar aqui uma situação de fragilidade. E quando digo fragilidade é no bom sentido, no aspecto físico e no controlo através da violência por parte dos homens. Poderá ser por isso que eles apostam mais nas mulheres, em detrimento dos homens.

SM – Que tácticas é que eles utilizam para cometer os furtos nos interiores das residências?

- Existem várias tácticas. Nomeadamente nas redes de Leste temos detectado os cartões semi-rígidos, para a abertura das portas só com o trinco. Mas utilizam outros, porque eles também conseguem fazer a abertura de portas com fechaduras de alta segurança. São grupos mais especializados. Mas também existem situações de arrombamento e escalamento. Mas este grupo, aquilo que essencialmente procurava eram portas só com o trinco com uma técnica de facto rudimentar mas muito eficaz, conseguiam abrir as portas.

SM – O que procuravam no interior das residências?

- Ouro e dinheiro. Essencialmente era isso.

SM – Objectos de valor, também?

- Sim. Essencialmente, objectos facilmente escoáveis. Não se querem comprometer com muitos artigos.

SM – De que número são os grupos operacionais?

- Eles trabalham, daquilo que percebemos, ainda que nem todos os grupos sejam iguais, em grupos grandes. Vou dar o exemplo do processo dos servo-croatas, eles são um grupo muito grande e tiveram um grupo muito grande cá. Mas eles estavam divididos em pequenos núcleos, sendo que respondiam sempre a um nível intermédio e a um nível superior. Mas os grupos operacionais eram grupos pequenos e disseminados. Eles tanto estavam aqui no Norte, como em Lisboa, como no Sul. E não eram todos com ligações comuns, intermédias e superiores.

SM – Onde é que eles se encontravam instalados?

- Neste caso em concreto, os grupos estavam instalados em sítios diferentes aos vários níveis. Portanto, aos níveis mais baixos estavam instalados em *roulottes*, o que lhes permitia muita mobilidade. Nunca sabíamos muito bem onde é que eles



estavam. Nos grupos superiores estavam muito bem instalados, em residências muito boas, que eram alugadas, por valores muito elevados, ao ponto de termos situações em que estavam instalados em bons hotéis.

SM – Não querendo marginalizar, podemos dizer que estes indivíduos agem como cidadãos ciganos?

- Sim, eles têm uma actividade nómada.

SM – Há conhecimento de alguma sentença que tenha saído para estes indivíduos?

- Neste caso em concreto não há. Neste momento só foi feita a acusação. Agora há outros grupos de Leste que já tiveram algumas condenações.

SM – E esses grupos que condenações tiveram?

- Depende do tipo de prova que conseguimos fornecer. Normalmente, e isso tem haver um bocado com as medidas de coacção. Os indivíduos ficam presos e se efectivamente ficarem presos em preventiva é porque há uma prova já suficientemente rica que permite decretar a situação de prisão preventiva. E aí são sentenças, normalmente, privativas, ou seja, de prisão. Nas outras situações em que eles não ficam presos preventivos, geralmente, são indivíduos que acabam por fugir.

SM – Onde é que eles cumprem a pena? No nosso país, no país de origem ou noutro?

- Desconheço. Não sei o que tem acontecido.

SM – Julga que a abertura das fronteiras Schengen e o seu alargamento impulsiona a vinda destes grupos para o nosso país?

- Claro, a abertura das fronteiras e do Espaço Schengen foi um desafio para as autoridades e Órgãos de Polícia Criminal, porque de facto terá que haver muito e melhor coordenação internacional para sabermos a localização destas pessoas, porque no fundo elas circulam livremente pela União Europeia. Agora isso tem que ser encarado como um desafio e arranjar novos métodos de cooperação



internacional que permitam, de alguma forma, que nós consigamos fazer a localização e a investigação destas redes ao nível da Europa.

SM – Quer focar mais algum ponto no que concerne a este tipo de crimes e de pessoas?

- Essencialmente, acho que é importante termos presente que estamos a associar este tipo a indivíduos especialmente de Leste e a verdade é que não temos só indivíduos de Leste. Na realidade temos indivíduos nacionais que ultrapassam em muito o volume que é feito pelas redes de Leste. Se formos para o caso de assaltos a residências há mais assaltos cometidos por cidadãos nacionais do que por indivíduos de Leste. E essa é a premissa de partida. Há outras nacionalidades estrangeiras a cometer, também este tipo de ilícitos. Agora aquilo que gostaria de referir é que de facto para as entidades com competência com investigação criminal consigam fazer investigações de sucesso para estes indivíduos de Leste tem que se adaptar a esta nova realidade e usar mecanismos de análise, correlação e coordenação mais elaborados. E essencialmente, é isso e é isso que nos permite ter sucesso nas investigações e a responsabilizar estas redes por estes factos ilícitos.

SM – Julga que a comunicação social influencia a opinião da pessoas no que respeita a serem os estrangeiros a cometerem mais crimes?

- Poderá influenciar. Mas aí não serão só os órgãos de comunicação que serão os responsáveis. É evidente, e é a realidade, quando damos à comunicação social e não falo só dos casos portugueses, falo, por exemplo na operação *Yugoslávia* em Espanha que teve grande repercussão não só a nível da imprensa espanhola como internacional. No fundo quando dão essa informação à comunicação social reflectem a verdade daquilo que se faz e o desgaste que provoca na Instituição Policial na procura de resultados. E naturalmente a comunicação social acaba por reproduzir aquilo que nós, Polícia/órgãos de Polícia Criminal lhes damos. É um facto de há alguns grupos a realizarem esses ilícitos criminais, o que pode provocar nalgumas pessoas alguma preocupação e receio.

SM – Acha que por outro lado, faz com que as pessoas se previnam?

- Sem dúvida nenhuma. No início desta vaga e quando nos apercebemos que eles estavam cá tentámos, além da atitude repressiva, tomar uma vertente positiva de



prevenção, principalmente para aquela situação de não deixarem as portas só com o trinco. Julgo que até com bons resultados, porque as pessoas passaram a ter mais cuidado.

SM – Os imigrantes que vêm para cá por bem e para trabalhar acabam por ser marginalizados de acordo com estes factos?

- Tenho alguma dificuldade em responder a isso. O importante era que não fossem, porque as pessoas quando vêm para cá para trabalhar não deveriam ser marginalizadas. Admito que possa haver fenómenos esporádicos de associação, de que as pessoas cometem ilícitos só porque serem da mesma nacionalidade e acabam por ser alvos. Mas aquilo que nós, autoridades, gostaríamos e pretendíamos era que não fossem e que não se fizesse essa relação. Temos a consciência de que cá, e na cidade, pessoas da mesma nacionalidade que estão cá para trabalhar. Só que é um sentimento tão subjectivo que é difícil respondermos, mas é possível que existam fenómenos esporádicos de discriminação. Era importante que não acontecessem mas é difícil fazer o contrário. Às vezes, é um bocado difícil dizer que são só cidadãos de Leste mas também temos cá Brasileiros, temos uma rede de Argelinos cá a fazer residências, se calhar mais organizados do que estes. É difícil dizermos que são indivíduos de Leste, agora que eles estão cá estão e é uma realidade. Mas temos outros, se calhar mais violentos.

SM – Os cidadãos de Leste são de algum modo violentos?

- Não.

Obrigada.



Entrevista 4

Enviada via email, em virtude de o nosso entrevistado se encontrar em missão no Chade

Comissário Tito Fernandes

SM - Como vê a realidade da Imigração, nomeadamente imigrantes de Leste/cidadãos de nacionalidade Romena, em Portugal?

- Qualquer resposta a esta questão é de todo incompleta se não forem analisados os diferentes prismas (social, político, económico, entre outros) da realidade da Imigração.

Não obstante, considero que nos últimos anos (em especial a partir de 2000) temos assistido a um crescente fluxo de imigrantes do leste europeu.

A própria adesão da Roménia à União Europeia em 2007 potenciou o crescente número de imigrantes romenos em alguns países europeus e Portugal não foi excepção.

Se direccionarmos a resposta apenas para uma vertente policial, não podemos deixar de referir que alguns dos principais problemas que envolviam cidadãos romenos continuam a subsistir, mormente no que concerne à identificação cabal dos mesmos:

- A inexistência de documentos de identificação e/ou a utilização de identidades falsas era e continua a ser uma das principais preocupações com que as forças policiais se deparam;
- A utilização de “documentos fantasistas” é também usual, e condiciona o célere apuramento da verdadeira identidade dos indivíduos.

Ora, a acção policial ficou (de certa forma) dificultada após a adesão da Roménia à União Europeia, pois os cidadãos até então ilegais passaram a tornar-se legais e a circular livremente em território nacional, independentemente de continuarem indocumentados e de utilizarem falsas identidades.

A expulsão (voluntária ou não) do território nacional deixou de ser uma opção, favorecendo eventuais práticas criminosas por alguns cidadãos romenos menos idóneos.

SM - Julga que há estudos suficientes neste âmbito? Que estudos poderiam ajudar-nos a compreender melhor esta realidade?



Não me parece que esta realidade esteja devidamente explorada, principalmente quando nos questionamos acerca do **impacto da imigração na criminalidade praticada em território nacional**.

À semelhança do que sucede em outros países da União Europeia, como é o caso de Espanha, urge perceber até que ponto podemos associar a origem de determinados fenómenos criminais a certas nacionalidades.

A abertura das fronteiras oferece inúmeras vantagens à mobilidade da criminalidade e ao estabelecer de relações entre diferentes redes/grupos criminosos. Os crimes são cada vez mais transnacionais, complexos e devidamente organizados/planeados.

Ora, parece-me importante equacionar alguns estudos ou análises específicas relativos à criminalidade eventualmente associada a estrangeiros ou a algumas nacionalidades.

SM - Será Portugal um país em mudança na temática da criminalidade praticada por estrangeiros, nomeadamente os furtos ao interior de residências por cidadãos romenos?

O nosso país sofre necessariamente o impacto da criminalidade na Europa e, em especial, dos países “vizinhos” ou mais próximos, como são os casos de Espanha e de França. O papel da Justiça e as acções preventivas e repressivas das forças policiais nestes países potenciam a mutação da criminalidade no território português.

Alguns dos fenómenos criminais que ocorreram em Espanha e em França, por exemplo, tiveram posterior destaque e evolução em Portugal. A título ilustrativo, posso citar alguns fenómenos criminais de impacto nacional, como sejam os “*furtos de interior residência*” (associados a cidadãos de origem croata e sérvia) e os “*furtos no interior de estabelecimentos comerciais com sacos forrados a alumínio*” (praticados na sua grande maioria por indivíduos de nacionalidade romena).

É muito importante estar atento ao desenvolvimento da criminalidade nos restantes países da Europa, de modo a podermos acompanhar e monitorar determinados fenómenos criminais, que poderão mais cedo ou mais tarde surgir em território nacional.

A constante mutação e mobilidade da criminalidade, a destreza e experiência dos suspeitos, “obriga” a um trabalho contínuo de recolha de informação e à preparação/colaboração das (e entre as) diferentes Forças e Serviços de Segurança.



Foi o que sucedeu, por exemplo, com a “*Operação Anzol*” (furtos de interior residência).

SM - Acredita que existam crimes específicos cometidos por cidadãos romenos? Acha que as nossas polícias estão preparados para lidar com essa criminalidade?

Existem alguns fenómenos criminais associados quase exclusivamente a cidadãos romenos. São os casos de “*furtos de dinheiro por simulação de peditórios junto a ATM’s*” e de “*furtos no interior de estabelecimentos comerciais com recurso a sacos forrados com alumínio*”.

Em ambos os casos, os suspeitos actuam em grupo, primam pela mobilidade geográfica e pela prática reiterada do furto, dificultando assim a actuação policial e consequente aplicação da justiça.

As Polícias, em especial a PSP, tem feito um enorme esforço para tentar acompanhar os novos fenómenos criminais que vão surgindo:

- A estrutura de Investigação Criminal da PSP conta agora com **Analistas Criminais** que procuram diariamente monitorar e estudar os fenómenos criminais de maior impacto, no intuito de auxiliar directamente as investigações em curso e de promover e difundir algumas recomendações operacionais ao efectivo policial.
- O **SEI** é hoje em dia um instrumento de trabalho fundamental à percepção e ao conhecimento sistemático (e quase imediato) da criminalidade praticada, facilitando a conexão de dados e de crimes, por mais dispersos que sejam.
- Existe uma maior e melhor coordenação da informação criminal. A criação do Departamento de Investigação Criminal ajudou à intensificação e promoção da comunicação entre as diversas Subunidades de Investigação Criminal.

Todavia, importa ainda melhorar a interligação com e entre os serviços de investigação criminal das restantes Forças e Serviços de Segurança.

Não se pode esperar que os crimes sejam praticados para depois se poder actuar. As Polícias devem procurar perceber os “sinais” da evolução da criminalidade. Daí a importância (cada vez maior) de um bom serviço de Análise Criminal.



SM - Que estratégias ou policiamento, agora neste caso, a nível sobretudo da PSP e da GNR, poderiam ser adoptadas para evitar e combater este tipo de crime?

- A resposta a esta questão tem por base o último parágrafo da resposta à pergunta anterior.

De entre algumas medidas, considero que as Polícias estão “obrigadas” a dotar as suas estruturas de excelentes serviços de **Análise Criminal**.

Para se “combater” alguns fenómenos criminais é preciso conhecê-los a fundo. Um simples furto de residência num determinado local pode não significar absolutamente nada, mas se conjugado com largas dezenas de outros furtos com idêntico *modus operandi* pode conduzir à percepção de uma verdadeira organização criminosa.

De facto, **a análise criminal assume uma importância vital no sucesso da actuação policial**, quer ao nível do trabalho de cariz preventivo e/ou repressivo (passa a haver um conhecimento sistemático da realidade criminal de zona de jurisdição; facilita a gestão dos meios aos dispor e a aplicação dos mesmos em intervenções, por exemplo) quer ao nível das investigações (permite estabelecer conexões entre investigações, entre indivíduos, entre locais, etc.).

Assim, parece-me que, acima de tudo, a melhor estratégia está na **Análise Criminal** (vertentes Estratégica e Operacional).

Uma estrutura de Análise Criminal de âmbito nacional, com elementos policiais dotados de formação específica e conhecedores da realidade onde trabalham, são uma mais-valia para o sucesso da estratégia preventiva.

SM - Na sua opinião os cidadãos romenos, que cometem ilícitos criminais, deslocam-se ao nosso país exclusivamente para cometer esse tipo de crime, regressando posteriormente ao seu país de origem, ou estabelecem-se no nosso país?

- Há efectivamente alguns casos em que a deslocação a Portugal é pura e simplesmente com o objectivo da prática de um ou vários ilícitos criminais, como sucedeu por exemplo em 2007 aquando de uma vaga de furtos (com arrombamento) de estabelecimentos comerciais “Worten”.

Os suspeitos, todos de nacionalidade romena, orientavam a sua actuação para estabelecimentos comerciais próximos da fronteira com Espanha. A PSP colaborou



com a Polícia Judicial da Guardia Civil espanhola, que conseguiu relacionar os indivíduos em mais de 40 furtos com semelhante *modus operandi* e em diferentes áreas de Espanha.

É ainda habitual verificarmos que o produto de alguns ilícitos criminais é de imediato escoado para fora do território nacional, talvez com destino ao país de origem do(s) suspeito(s). Exemplos disso são os casos de perfumes, de ouro e de óculos de sol, furtados de estabelecimentos comerciais pelo método de arrombamento.

Os exemplos anteriores são uma realidade para a qual devemos estar preparados, **mas não possibilitam, só por si, afirmar que os cidadãos romenos se deslocam a Portugal com único objectivo de cometer um crime. É muito natural que alguns cidadãos se estabeleçam em território nacional e prossigam as suas vidas de forma idónea.**

SM - Agora falando um pouco sobre a livre circulação de pessoas no Espaço Schengen, julga que tem influência neste tipo de criminalidade? Considera que deve ser a lei revista?

A abertura das fronteiras possibilita a livre circulação de pessoas e, claramente, pode potenciar a prática de crimes que outrora não vislumbrávamos!

Importa adaptarmos a nossa forma de actuação a esta realidade, modernizando procedimentos que permitam acompanhar (sempre que possível) a evolução da criminalidade.

É de todo importante estreitarmos os laços de cooperação internacional policial e estabelecermos uma coordenação interna efectiva entre as Polícias.

A fiscalização e a análise de fenómenos criminais são instrumentos policiais a utilizar regularmente.

SM - Qual o papel dos meios de comunicação social em torno do processo de divulgação deste tipo de criminalidade conhecida em Portugal? Divulgam, por vezes, a nacionalidade de autores de ilícitos criminais, acha que isso deve ser feito ou pode desfavorecer a imagem dos imigrantes dessa nacionalidade?

- A comunicação social pode desempenhar um papel importante em apoio ao trabalho das Polícias. Recordo-me que na “Operação Anzol” funcionou como um



verdadeiro motor de alerta ao cidadão para um tipo de criminalidade que estava a causar enorme alarido social. Mesmo *a posteriori*, foi preponderante na identificação de objectos que haviam sido recuperados.

As Polícias devem pois gerir a informação a disponibilizar à comunicação social, sem prejudicar o sentido da investigação e sem violar os princípios básicos do segredo de justiça.

Quanto à restante parte da questão, não disponho de dados que me permitam responder.

SM - Julga que os órgãos de comunicação social influenciam a opinião pública, negativamente, em relação à temática em questão?

- Não disponho de dados para poder responder a esta questão. A minha experiência profissional também não me dá uma resposta suficientemente esclarecedora.

SM - Acha que os cidadãos romenos são marginalizados pelos portugueses? Porquê?

- Não disponho de dados para poder responder a esta questão. A minha experiência profissional também não me dá uma resposta suficientemente esclarecedora.

SM - Na sua opinião, quais são as táticas e estratégias mais utilizadas, pelos imigrantes, para cometerem os furtos em interiores de residências?

- Em primeiro lugar, importa esclarecer que este tipo de fenómeno criminal não está associado a cidadãos de nacionalidade romena. Os ilícitos criminais são praticados na sua maioria por indivíduos de origem croata e/ou sérvia.

Da análise que realizámos, por exemplo, no âmbito da “Operação Anzol”, sobressaíram alguns aspectos característicos inovadores:

- A maioria dos suspeitos era do sexo feminino. E um número significativo destas mulheres declarava ser menor de idade (aquando da abordagem por parte de elementos policiais identificam-se como inimputáveis em razão da idade, o que revelava aparente conhecimento da lei portuguesa, para impedir a sua detenção). O crescente número de casos em que os indivíduos declaravam ser inimputáveis em razão da idade, levou à celebração de um protocolo entre o Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP) do Porto e a Delegação do Norte do Instituto Nacional de Medicina Legal



(INML), no sentido de determinar a idade dos suspeitos. Para tal, eram realizados diversos Exames Periciais que permitiam avaliar do dano corporal. As suspeitas eram ainda submetidas a zaragatoas bocais, com vista a permitir comparações por ADN e, por consequência, estabelecer/verificar laços familiares de sangue (na altura foi equacionada a hipótese de alguns dos menores terem sido vítimas de tráfico de seres humanos e estarem a ser usados na prática dos ilícitos criminais);

- Era frequente verificar que as suspeitas tinham na sua posse telemóveis, a fim de contactar e serem contactados por outros membros do grupo não presentes nos locais dos ilícitos;
- Quanto à documentação apresentada pelos indivíduos, verificava-se que na maioria das vezes consistia em fotocópias de supostos passaportes ou bilhetes de identidade, sem que houvesse apresentação dos originais. Foram apreendidos em várias situações “*documentos fantasistas*” e, ultimamente, documentos falsos da Moldávia.
- Os suspeitos utilizavam viaturas de matrícula portuguesa e/ou estrangeira. Os veículos portugueses eram maioritariamente utilitários com mais de dez anos, adquiridos sem realizar o devido registo de propriedade e sem concretizar seguro obrigatório, o que dificultava a identificação dos seus proprietários. As viaturas estrangeiras eram de matrícula croata, italiana e espanhola e variavam entre a utilização de viaturas topo de gama e de autocaravanas.

SM - Do conhecimento que tem, que casos foram desmantelados que tenham trazido novas formas de actuação por esta nacionalidade neste tipo de criminalidade?

- Tal como referido anteriormente, a “*Operação Anzol*” é talvez o melhor exemplo de inovação na actuação criminal.

SM - Pensa que este tipo de crime, cometido por cidadãos romenos, tem alguma relação com a eventual pertença a um grupo de origem romani-cigano?

- Os “*furtos de dinheiro por simulação de peditórios junto a ATM’s*” são um bom exemplo de crimes associados a grupos de origem romani-cigano.



Nestes casos, os suspeitos vivem tal e qual os nómadas, sem qualquer residência fixa e habitual e, claro, sem qualquer actividade laboral. Subsistem à custa de falsos peditórios e da prática de alguns tipos de furto.

Os crimes são geralmente praticados pelos menores, devidamente orientados e coordenados pelos adultos, que demonstram assim conhecer a lei portuguesa.

Estes grupos de indivíduos são muito móveis.

SM - Qual o perfil do criminoso romeno que assalta residências? Trabalha sozinho ou em grupo? Como se organiza o grupo? Para quem revertem os lucros? Que ligação têm estes cidadãos com grupos nacionais?

- Importa mais uma vez esclarecer que este tipo de fenómeno criminal não está associado a cidadãos de nacionalidade romena. Os ilícitos criminais são praticados na sua maioria por indivíduos de origem croata e/ou sérvia.

No caso da “Operação Anzol”:

- A maioria dos suspeitos é do sexo feminino. E um número significativo destas mulheres declara ser menor de idade (aquando da abordagem por parte de elementos policiais identificam-se como inimputáveis em razão da idade, o que revelava aparente conhecimento da lei portuguesa, para impedir a sua detenção).
- Alguns dos indivíduos (de ambos os sexos) identificam-se com fotocópias de supostos passaportes ou bilhetes de identidade e “*documentos fantasistas*” de Itália, Espanha, França, Holanda, Roménia, Bélgica e Moldávia.
- Os suspeitos actuam sozinhos ou em grupo, mas sempre devidamente orientados e controlados por outros indivíduos. Estes últimos não estão habitualmente visíveis nos locais do crime, fazendo uso de telemóveis para comunicar eventuais instruções.
- Os grupos funcionam em pirâmide. Quer isto dizer que as tarefas estão perfeitamente definidas e há um “sistema hierárquico” definido. Exemplo disso eram os maus tratos aplicados a algumas menores que tinham como função apenas furtar ouro e dinheiro das residências.
- Não há conhecimento de ligações com grupos nacionais ou simplesmente com alguns cidadãos portugueses menos idóneos.



SM - Que outra(s) nacionalidade(s) de imigrantes/estrangeiros tem intervenção neste tipo de crime?

- Ultimamente tem sido frequente identificar indivíduos oriundos da zona do Magreb, em especial oriundos da Argélia e de Marrocos.

O mesmo sucede em Espanha. Além de servo-croatas, este tipo de fenómeno criminal tem sido habitualmente cometido por albano-kosovares, marroquinos e romenos.

SM - Em relação aos portugueses ou a outra nacionalidade de estrangeiros/Imigrantes, acha que os cidadãos romenos se destacam neste tipo de crime? Qual será a razão para tal facto?

- Os romenos não se destacam neste tipo de crime, mas sim noutros ilícitos criminais. Não disponho de dados suficientes para responder à segunda parte da questão.

SM - Dada a sua experiência profissional, que aspectos considera relevantes e dignos de conhecimento, no âmbito desta temática?

- Acima de tudo, importa conhecer o que se passa em alguns países da Europa, como sejam os casos de Espanha, França e Itália, por exemplo.

Não deve ser olvidado a intervenção da EUROPOL e do INTERPOL.

SM - Fala-se que poderemos estar perante uma nova vaga de furtos a interiores de residências, julga que essa informação é verdadeira? A Polícia estará preparada para lhe fazer face?

- O nosso país sofre necessariamente o impacto da criminalidade na Europa e, em especial, dos países “vizinhos” ou mais próximos, como são os casos de Espanha e de França. O papel da Justiça e as acções preventivas e repressivas das forças policiais nestes países potenciam deslocações de fenómenos criminais e a mutação da criminalidade no território português.

Alguns dos fenómenos criminais que ocorreram em Espanha e em França, por exemplo, tiveram posterior destaque e evolução em Portugal.

É muito importante estar atento ao desenvolvimento da criminalidade nos restantes países da Europa, de modo a podermos acompanhar e monitorar determinados fenómenos criminais, que poderão mais cedo ou mais tarde surgir em território



nacional. **Os furtos de residência não são excepção e pode sempre voltar a haver uma nova “vaga” que se estenda por todo o território nacional e que obrigue a um maior esforço de actuação policial.**

De momento, não disponho de dados suficientes que me permitam dizer se estamos ou não perante uma nova vaga de furtos de residência. Todavia, é natural que ocorram mais ilícitos com o aproximar do verão, no qual muitas famílias viajam para gozar as respectivas férias.

Neste sentido, a constante mutação e mobilidade da criminalidade, a destreza e a experiência dos suspeitos, “obriga” a um trabalho contínuo de recolha de informação e à preparação/colaboração das (e entre as) diferentes Forças e Serviços de Segurança.

As Polícias, em especial a PSP, tem feito e continuará certamente a fazer um enorme esforço para tentar acompanhar os novos fenómenos criminais que vão surgindo

É importante perceber os “sinais” da evolução da criminalidade. E quanto a isto, a PSP dispõe de manancial humano (com competências técnicas e experiência profissional) para fazer frente a quaisquer fenómenos criminais do género que possam surgir.

SM - Relativamente ao *modus operandi* dos indivíduos de Leste, que cometem os furtos em interiores de residências quais são as técnicas por eles utilizadas?

- Esta questão já tinha sido respondida (de certa forma) no questionário recebido anteriormente (*Na sua opinião, quais são as tácticas e estratégias mais utilizadas, pelos imigrantes, para cometerem os furtos em interiores de residências?*)

De qualquer forma, posso dizer o seguinte:

Da análise que realizámos, por exemplo, no âmbito da “Operação Anzol”, sobressaíram alguns aspectos característicos inovadores:

- A maioria dos suspeitos era do sexo feminino. E um número significativo destas mulheres declarava ser menor de idade (aquando da abordagem por parte de elementos policiais identificam-se como inimputáveis em razão da idade, o que revelava aparente conhecimento da lei portuguesa, para impedir a sua detenção). O crescente número de casos em que os indivíduos declaravam ser inimputáveis em razão da idade, levou à celebração de um protocolo entre o Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP) do Porto e a Delegação do Norte do Instituto



Nacional de Medicina Legal (INML), no sentido de determinar a idade dos suspeitos. Para tal, eram realizados diversos Exames Periciais que permitiam avaliar do dano corporal. As suspeitas eram ainda submetidas a zaragatoas bucais, com vista a permitir comparações por ADN e, por consequência, estabelecer/verificar laços familiares de sangue (na altura foi equacionada a hipótese de alguns dos menores terem sido vítimas de tráfico de seres humanos e estarem a ser usados na prática dos ilícitos criminais);

- Era frequente verificar que as suspeitas tinham na sua posse telemóveis, a fim de contactar e serem contactados por outros membros do grupo não presentes nos locais dos ilícitos;
- Quanto à documentação apresentada pelos indivíduos, verificava-se que na maioria das vezes consistia em fotocópias de supostos passaportes ou bilhetes de identidade, sem que houvesse apresentação dos originais. Foram apreendidos em várias situações “*documentos fantasistas*” e, ultimamente, documentos falsos da Moldávia.
- Os suspeitos utilizavam viaturas de matrícula portuguesa e/ou estrangeira. Os veículos portugueses eram maioritariamente utilitários com mais de dez anos, adquiridos sem realizar o devido registo de propriedade e sem concretizar seguro obrigatório, o que dificultava a identificação dos seus proprietários. As viaturas estrangeiras eram de matrícula croata, italiana e espanhola e variavam entre a utilização de viaturas topo de gama e de autocaravanas.
- A ocultação de jóias e de ouro em algumas nas partes genitais é uma constante por parte das mulheres.

SM - Quais são as zonas que habitualmente são escolhidas para a consumação dos ilícitos criminais?

- Os suspeitos procuravam zonas residenciais conotadas como sendo “áreas de luxo”, com padrões de nível de vida elevados, perspectivando a posse de bens (ouro, jóias e dinheiro).

A título de exemplo, na área metropolitana de Lisboa a maioria dos furtos ocorreu em Cascais, Sintra, Telheiras, Olivais e zona da Expo.

Os indivíduos realizavam certamente um “estudo de mercado” para perceber onde deveriam cingir a sua actuação e, por consequência, onde obteriam mais lucros.



Procuravam pois zonas tidas como mais “ricas”, menosprezando de certa forma os meios securitários adoptados nas mesmas.

SM - Estes indivíduos ficam durante muito tempo no nosso país?

- Os indivíduos analisados nas investigações delegadas na PSP procuravam arrendar casas por curtos períodos, permitindo assim saírem a qualquer momento sem que isso lhes trouxesse elevados prejuízos financeiros.

Ora, tinha como preocupação manter-se nos locais dos arrendamentos o tempo estritamente necessário a consumação dos furtos. Logo que considerassem que a zona já não era rentável, passariam para outros locais.

Estes tipos de fenómenos criminais são transitórios. Quer isto dizer que, os indivíduos só permaneceriam em território nacional enquanto a sua actividade criminal permitisse lucros ou que não fossem alvo de acções judiciais.

Basta ver que a maior parte dos indivíduos (sejam eles mais velhos ou mais novos) já possuem cadastro criminal numa grande parte dos países europeus, como é o caso de Espanha, França, Alemanha, Itália, entre outros.

SM - Para quem revertem os lucros dos furtos? E qual o seu destino?

- Os grupos de indivíduos analisados (Operação Anzol, por exemplo) e que se dedicavam a este tipo de criminalidade, funcionavam em pirâmide. Quer isto dizer que as tarefas estavam perfeitamente definidas e havia um “sistema hierárquico” definido. As menores e algumas mulheres tinham como função apenas furtar ouro e dinheiro das residências.

O ouro era entregue aos líderes dos grupos, que procuravam levá-lo o mais rapidamente possível para fora do território nacional. As apreensões realizadas pela Polícia Espanhola (operação Yugoslavia) são apenas um exemplo do destino dado ao ouro furtado em Portugal.

Acredito que o destino final não seria Espanha, mas sim os países de origem dos suspeitos. Todavia, não descarto a hipótese de uma parte do ouro ser vendido em Espanha, nos mercados paralelos, permitindo assim a aquisição de imóveis e de viaturas de gama alta.

A venda do ouro permite angariar avultadas somas de dinheiro e, conseqüentemente, facilita a vivência destes grupos que encontram neste tipo de ilícito um negócio extremamente rentável.



SM - O que procuram estes indivíduos nas residências que furtam?

Acima de tudo, procuram ouro, jóias e dinheiro. Eventualmente, alguns objectos facilmente transportáveis e que possam ser facilmente ocultados no vestuário ou, em alguns casos, no corpo.

Obrigada pela atenção dispensada,

Samanta Lopes Martins

Aspirante a Oficial de Polícia n.ºs 179/152229



Entrevista 5

Realizada no Edifício da Comunidade Ortodoxa Romena

Diácono da Igreja Ortodoxa Romena – Gheorghe Florea

SM - Como vê a realidade do povo Romà?

- Neste sentido ainda há muitos (...) na Roménia, mas muitos foram embora para outros países mais desenvolvidos, para França Itália, aqui em Portugal, também há muitos não sei, também não há (...) não sabe quantos há ao certo, porque eles vão e vêm, exactamente.

Agora também há os cursos de avião que são muito baratos, por 50€ consegue, e têm o em e é fácil para viajar.

SM - Consegue saber o número certo se são muitos ou se são poucos?

- O ano passado, não era um número certo, mas creio que 14mil.

SM - Não se conseguem diferenciar os tais “ciganos”, é possível saber quem e quantos são?

- Não, não é, mas o número de ciganos é mínimo.

SM - é uma cota parte muito pequena, é uma parte mínima. Mas quantos, consegue ter ideia?

– Talvez...não sei quantos por cento.

SM - Na Roménia há uma grande comunidade cigana ou não é muito significativa?

– Existem em alguns sítios, casas, sítios assim numa parte da Roménia. Exactamente, casas, são espalhados por outros sítios e todo o país, mas não como antigamente, eles começam a juntar-se e fazem grupos grandes.

SM - Deixaram d ser nómadas de andar de sitio em sitio e começaram a fixar-se.

- Sim mas mesmo aqui têm uma cultura mesmo própria porque, porque costumam ter casas mas durante o dia ficam fora de casa. E mesmo em casa não têm muitos



móveis, é estranho... Porque a cultural deles é mais libertina, não têm regras, alguns costumam comer fora, mesmo quando têm casa que nem cá em Portugal conseguimos encontrar. Mas não são todos, há outros também não têm casa nem dinheiro.

SM - Como é que eles são vistos pela comunidade?

- Bem, ainda temos que ver temos uma luta de mentalidade, porque é difícil ajudar, porque as pessoas/entidades não querem empregar os ciganos, porque não têm muita confiança. É muito difícil ter um cigano como trabalhador porque não têm muita confiança nele. E não querem ter um cigano como trabalhador porque não confiam nele.

SM - Não querem ter porque não confiam neles.

- Mas há algumas novas leis para os integrar, se tiverem um trabalhador cigano têm alguns benefícios. Assim fazem com que as empresas os integrem.

E também as igrejas, ainda ontem ouvi uma conversa, tentam integrar mais. Por exemplo, tinha uma família de ciganos em Portugal que tinha 5 crianças e eles costumavam andar na rua a pedir e o Estado decidiu que poderia exigir o direito de levar as crianças. E então uma familiar ligou-me para perguntar como poderíamos ajudar. A mãe e o pai deles não querem trabalhar, porque através das crianças conseguiam obter dinheiro, uns mil e tal euros, logo não precisam de trabalhar.

SM - Os peditórios que eles fazem é uma técnica utilizada por eles para obter dinheiro, utilizando as crianças?

- Sim costuma ser, mas neste caso não andavam muito na rua, nem os pais ao início não deixavam, mas como as crianças vão para fora para brincar, acaba por acontecer. Esta senhora queria mesmo ajudar, mas não tinha bem ideia de como fazer-lo e perguntou-me como. Eles tinham casa, que não era muito grande, mas estavam num apartamento. E as crianças andavam na escola, mas não podia deixar assim a situação. Mas a solução não é levarem as crianças da mãe e do pai, então a minha proposta para ajudar foi aos sábados e domingos, leva-los à piscina e a outras actividades, para os integrar mais.

SM – É aquela cultura que esta instituída no seio da comunidade deles?



- É mesmo próprio deles, talvez não porque precisem ou porque sejam obrigados, mas sim porque viram isso e vêem isso de geração em geração.

Num outro caso, estou aqui a quatro anos que para a igreja e para a comunidade, e outro caso com que lidei foi quando chegaram a nossa porta uns ciganos, que tinha 2 raparigas, eles ficavam na rua, tinham um carro e deixaram a criança no carro a dormir, a policia viu a criança e levou-a.

Acho que Portugal não tem o direito de levar a criança sem dizer nada, neste caso depois foi aberto um processo com o nosso advogado, que ate foi à Roménia com um advogado português, e ganhou o processo, finalmente.

Mas nós entretanto ajudamos, o processo demorou um ano e tal, e nós para este cigano tivemos apoio da ACIDI, e ajudamos. Alugamos-lhe um apartamento, entretanto apareceu outra criança, e nós até fomos com eles às finanças, tiramos-lhe o número de contribuinte, e tentamos arranjar-lhes trabalho, ganhamos o processo, e eles estavam na casa, no dia a ser internado, eles foram embora para Espanha levaram tudo que tinham no apartamento e tentamos desde sempre tratá-los de uma maneira normal.

SM - De uma maneira normal e eles no final, acabaram se calhar por ser, se fosse aos nossos olhos “ingratos”, mas no fundo são eles e a cultura deles.

- Chegamos à conclusão que sim, nós fizemos aquilo que normalmente fazemos para os outro, mas eles mantiveram a posição social deles, a posição de ciganos, nós damos tudo, para mudar a mentalidade.

SM - Na Roménia a população divide-se em mais 3 grupos étnicos principais, têm os húngaros, os alemães e os romenos, certo? Dão-se bem as comunidades, não sei se é assim que se pode chamar?

- Sim, não são muitos os húngaros, mas dão-se, temos uma parte da Roménia que se chama Transilvânia, fica a meio da Roménia, e antigamente esta parte pertencia à Hungria, e nesse sítio ainda há alguns conflitos, mas já ta tudo a dar certo. Porque as fronteiras já estão as delineadas.

SM – As minorias étnicas estão representadas no governo?

- Estão sim.



SM - E que diferenças há nível religioso, a maioria é ortodoxa Romena?!

– Sim, alguns são católicos, não sei quantos, mas a maioria é ortodoxa.

SM - Têm outras religiões representadas?

- Há também, católicos, protestantes, católicos gregos.

SM - Não sei se há diferença a nível de ideologias que leve a diferenças a nível de formas de estar, e maneiras de ser na sociedade, que sejam provocadas a nível religioso.

– Não, são poucas. Nem podemos falar em situações como há em Israel, como isso podemos dizer que estejam perto desse nível.

SM - Não há algumas religiões que sejam totalmente diferentes?

- Não, como são mais ortodoxos, a influência é maior.

SM - Aqui vocês oferecem apoio a que nível, aos romenos, judiciário pelo que percebi? E de que outro tipo?

- Judiciário, até tivemos um projecto com a ACIDI, e o projecto integrava 3 eixos, apoio social imediato, porque por vezes a família não tem comida, apoio jurídico, em relação a papéis.

SM - Papéis para tratarem da legalidade?

- Agora a esse nível já é uma ajuda menor porque antigamente não conseguiam obter a nacionalidade, agora é mais fácil porque já pertencem à EU. E o outro foi cultural, com jornais para a comunidade.

E temos também uma escola romena, todos os sábados, desde as 9h as 17h, alugamos o espaço da Colégio de Camões, e todos os sábados a escola tem a volta de 100 inscritos, damos a possibilidade de aprendem tudo em língua romena, desde o pré-escolar até ao 8º ano, geografia, literatura, história e até religião. Mas naquela escola temos crianças que não estão inscritas e não são romenas, mas vão.

SM - No seio da comunidade cigana, as crianças vão a escola? É porque eu sei que os nossos ciganos portugueses há aquela parte que frequenta, mas o resto não.



- É a mesma coisa, aqueles que têm dinheiro, e que conseguiram ter uma casa e estabelecer-se sim. Até porque a criança deve fazer os trabalhos de casa, e se os pais ajudam, conseguem ficar na escola, se não a própria escola, lhes exige que fiquem “na linha” se não têm que sair. Mas isso depende da família.

SM - Fala-se que há muitos cidadãos romenos que têm outras nacionalidades, italiana, francesa, esse grupo é um grupo dos ciganos ou mesmo a outro nível ao nível de romenos?

- Mas onde, cá em Portugal?

SM - Para o trabalho que estou a fazer, através dos dados que recolhi, fala-se que sejam muitos dos cidadãos que ao início que se pensavam que fossem romenos, mas quando lhes foram pedidas as identificações as informações através do SEF e das identificações dos mesmos foi que teriam nacionalidades: romena, croata, sérvia, italiana, etc.. Julga que é a parte cigana que está estabelecida pela Europa!?

- Não sei bem, lembro-me que chegaram pessoas que estavam Itália, temos um rapaz, que vinha da Inglaterra, porque ficou sem trabalho, e um amigo dele chamou-o para cá, para não ficar na rua.

SM - Eu gostava de perceber um pouco isto. Será que isso acontecia antes de a Roménia pertencer à comunidade europeia, quando eles se fixavam lá e pediam os papéis para se naturalizarem naquele país?!

- Isso é muito importante, porque já mudou muito. As coisas mudaram muito, e tem que ser ver bem as coisas e isso talvez seja um trabalho mais difícil, porque tendo em vista esta mudança e este movimento de pessoas. Mas chegaram aqui pessoas que tinham documento italiano, são muitos romenos, e são muitos ciganos na maioria, muitos deles estão em Itália.

Também em França, mas lá há menos. A França é um bocado mais fechada e a Alemanha também.

SM - Que Países os acolhem mais?

- Itália e Espanha. Mais a Itália em primeiro lugar, já há muito tempo que vão para a Itália, mas agora em Espanha com esta crise, estão a ir embora. Portugal também



tem uma política muito aberta em relação a isto, só que não tem uma economia muito estável onde possam ganhar muito.

SM - Apesar de não haver números certos, nota que com a abertura das fronteiras, há uma maior vinda de romenos para Portugal, ou mantêm-se.

- Sim, quando foram abertas as fronteiras, muitos vieram para Portugal, Inglaterra e Irlanda.

Se calhar vêm mas também vão mais rápido embora, porque há uma maior facilidade, se calhar havia alguns que vinham e ficavam, porque tratavam dos papéis, e ficavam por cá, não pensavam em ir para mais nenhum sítio, e agora há uma maior interligação entre os países. Por isso é que eu digo, neste período, a palavra-chave é movimento, até eles conseguirem ficar cá.

Temos que pensar que um apartamento é muito caro, e só quando eles conseguem dinheiro ficam. Há muitos que gostam de estar cá, e nós aconselhamos a comprar um apartamento, do que pagar uma renda, com 300/400 euros, conseguem mesmo para pagar um apartamento, mas nem todos conseguem obter um empréstimo.

SM - Em Portugal que zonas é que escolhem mais para ficar?

- Estão espalhados por todo lado. Em relação à igreja vamos abrir uma nova em Lisboa, depois em Setúbal temos uma, Alcochete também, Estremoz e vamos abrir uma paróquia também em Santarém e Aveiro, eu conheço porque tenho a minha família lá. Agora temos o nosso bispo cá que veio de Espanha para abrir uma paróquia no Porto.

(CORTE DA GRAVAÇÃO)

Por motivos alheios a nossa vontade a restante gravação não ficou gravada na fita, pelo que se mostrou impossível fazer a transcrição da mesma.



Entrevista 6

Realizada no Edifício Sede do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Director Nacional Adjunto do SEF – Joaquim Pedro Oliveira

SM – como vê a realidade da imigração em Portugal?

– Da imigração só imigração mesmo?

SM – Primeiro num âmbito geral da imigração?

– Eu não traço um panorama muito negro da imigração em Portugal, sobretudo quando comparada com os países vizinhos sobretudo do contexto Europeu da UE, sobretudo o caso Português não é um caso dramático... nós não tínhamos de facto grandes fluxos migratórios, fosse de que origem fosse para Portugal, antes de entrarmos na União Europeia... no período de Adesão à União Europeia (antiga Comunidade Económica Europeia) e a entrada em vigor dos Acordos de Schengen houve ali um período de, enfim... os números eram um bocadinho cinzentos, um bocadinhos fracos... também a partir do momento em que aderimos a Schenguen as coisas começaram a alterar-se substancialmente, por força também da quebra das fronteiras ou da abolição das fronteiras internas entre os países que fazem parte dos Acordos de Schenguen, mas sobretudo pela dinâmica a nível mundial de uma perspectiva cada vez mais global que é a corrente de hoje em dia de todos os países, a nível mundial, e que na prática empurra também as pessoas para uma prática de circulação entre os países e entre fronteiras, quando elas existem, e menos ainda quando elas não existem. Portanto Portugal acaba por surgir no contexto exactamente igual a todos os outros países, está na União Europeia, torna-se um país de certo modo atraente, tem os seus núcleos ou tem as suas bases de imigração já estabelecidas no país, sobretudo países que falam Língua Portuguesa, não é? Os que normalmente chamamos PALOP, no caso Português, no caso Africano, o Brasil do outro lado do Atlântico uma ou outra nacionalidade que depois começam a surgir independentemente de não terem a mesma língua, mas começaram pelo factores vários a surgir como é o caso de Países de Leste, de alguns países Asiáticos, mas também nada dramático, digamos assim... em termos de percentagem e comparando com a população portuguesa mesmo nós temos um número que não



chega a 5% o que é um número dentro da média ou quem sabe um bocadinho abaixo da generalidade dos países da União Europeia.

SM – E relativamente aos imigrantes de Leste? Eles têm vindo mais para o nosso país? Julga que há uma quebra na chegada deles ao nosso país como vê a realidade da parte da imigração do Leste?

DNA SEF, Inspector Joaquim Pedro Oliveira – Há claramente, talvez por vários factores (aliás em termos estatísticos, e eu recomendo uma avaliação estatística neste trabalho que está a fazer), é perfeitamente perceptível quando se verificou o *boom* dos estrangeiros provenientes de países de Leste da Europa, estou a falar de países de Leste da Europa fora do contexto da União Europeia, sendo certo que há uns anos atrás (97, 98), quando esses países começaram a procurar também Portugal, para além de outros países por onde já tinham comunidades estabelecidas e procuram também chegar a Portugal (incluindo nessa altura a Roménia, a Bulgária, com muito pouca expressão no nosso país - a Roménia com alguma expressão no nosso país), mas neste momento não podemos olhar as coisas da mesma maneira porque estes dois países já estão de facto na União Europeia, já é um contexto relativamente diferente... da forma como podemos olhar, digamos assim, quando falamos de países do Leste da Europa. Na prática, o que eu esta a dizer é que, ou o que eu queria dizer era, houve de facto esse início, esse crescendo, a força do crescimento dos países de Leste da Europa começa a verificar-se no início da década de 90 século passado, há uns anos atrás, mas não foi assim há tanto tempo e há ali um período de crescimento de três, quatro anos, e de estabelecimento forte de raízes disseminados por todo o país e, ao contrário de outras nacionalidades, se fixavam mais em outras áreas, sobretudo em áreas urbanas (no caso dos Africanos de Língua Oficial Portuguesa e no caso dos Brasileiros), no caso dos países do Leste da Europa houve uma dispersão por todo o território de modo mais equilibrado, embora obviamente com mais incidência nas grandes cidades: cidades como Lisboa, Faro, como Porto, como Braga, como Leiria também, Santarém, são cidades que têm expressão ao nível das comunidades do leste da Europa. Entretanto também houve alguns factores a nível interno que levaram a que se verificasse uma certa quebra nessa vinda de estrangeiros dessa origem, dessa origem muito em concreto. Eventualmente nós tivemos no início do fluxo migratório em Portugal. Acompanhando os imigrantes que estavam a vir no início, e que não eram muitos, mas acompanhando esses imigrantes, começaram a



estabelecer-se regras de auxílio à imigração ilegal que estabeleceram canais, digamos, de alguma facilidade de acesso a Portugal para os imigrantes que queriam vir para alguns países da Europa e, eventualmente, até mesmo para Portugal. E o que acontecia é que essas mesmas redes começaram a trabalhar desde a origem, desde a Ucrânia, desde a Moldávia, no caso Holandês, da Rússia, agora com menor expressão, desde a Roménia, na altura porque ainda não era da União Europeia, com falsas..... desde a origem, na angariação de imigrantes que pretendem sair do país e trabalhar em países da União Europeia, arranjando transporte pagos pelos imigrantes, arranjado documentação paga pelos imigrantes e, enfim, trazê-los, fazendo-os deslocar então através de canais estabelecidos para esse efeito. Ora o que acontece é que muitas dessas redes de auxílio à imigração ilegal, digamos assim, acabavam por ser desmanteladas pela actividade policial e pelos julgamentos que foram feitos depois, do decurso dessa actividade policial. Mudando imediatamente a seguir, nós começámos a assistir logo no final dessa década de 90, 99, 2000, 2001 e 2002 foi a uma série de processos a chegar a tribunal com conotações fortes porque as redes de auxílio à imigração ilegal, que exploravam precisamente esse fluxo de imigração do leste da Europa para Portugal, trabalhavam com muita violência, com força e com o exercício da violência, inclusive violência física e psicológica, mas violência física que chegou mesmo em alguns casos ao homicídio. E isso permitiu que, quer o SEF, mas também a PJ, também a PSP, a GNR, muita gente em conjunto, também os próprios sistemas de comunicações, serviços de comunicações a trocar informações com os polícias e tudo isso, permitiu desmantelar uma série de grupos organizados que, na prática, eram constituídos por muitos elementos, eram verdadeiras organizações hierarquizadas que se dedicavam a essa actividade e depois à exploração dos imigrantes nos países de destino, fosse em Portugal, fosse em Espanha, Itália, fosse na Alemanha, fosse em vários países por onde eles passavam. Houve uma série deles que foram condenados e, dessas condenações e da actividade policial, portanto, da prevenção que se iniciou logo na altura, da repressão subsequente... isso teve um efeito prático, na minha opinião, que foi bastante dissuasor como trabalho dessas redes. E estamos a falar de condenações fortes, de condenações, eu não vou dizer exemplares, mas mesmo fortes por parte da justiça portuguesa, de outros países da União Europeia também onde eles eram apanhados. Foi por aí que, eventualmente, se começou a desenvolver bastante trabalho de cooperação



internacional porque, na prática, tínhamos a verdadeira criminalidade transnacional, atravessando vários países, e isto potenciou troca de informação muito importante entre países, dos diversos países da UE por onde eles iam passando. Mas esse foi de facto um dos motivos fortes, se calhar, para que eles tivessem deixado de procurar o nosso país. Mas não é só pelo facto de não haver os canais de exploração ou de imigração ilegal que eles deixam de vir: a própria crise económica, o próprio facto de o crescente se ter verificado até próximo do euro 2004 e, uma vez depois do euro 2004, logo a seguir começámos a olhar a um decréscimo do número de imigrantes porque a mão-de-obra já não era tão procurada, portanto já não havia tanta necessidade de mão-de-obra para as grandes obras no nosso país e, na prática, o que acontece em Portugal, na minha leitura, depois do euro 2004, acaba por ser já o prenúncio da crise, da tão falada crise económica, que se fala desde o ano passado, desde há dois anos, se quisermos, desde o início da crise que já se vinha, se calhar, antecipando ou prevendo, desde o final do euro 2004, em que a oferta de trabalho caiu abruptamente e os grupos de estrangeiros, designadamente do leste da Europa que estavam a chegar em grande força. Passamos automaticamente de zero indivíduos dessas nacionalidades para nulos da casa das dezenas de milhares. A Ucrânia teve um ano que foi o número um, esteve no top das nacionalidades estrangeiras do país. Neste momento já não está outra vez, já não está, já começou a cair e, enfim, tem vindo aqui e acolá, com algum variação, a subir e a diminuir em termos do global dos países desse tal leste da Europa, já descontando a Roménia, obviamente. Sendo certo que o crescimento se verifica mais por outros factores como propriamente o reagrupamento familiar que, de algum modo, atrai os familiares dos estrangeiros destas nacionalidades que se fixaram de facto no nosso país e que agora se chamam família, têm vindo a chamar família aos poucos, e se calhar o aumento dessa comunidade estrangeira advém mais daí do que, propriamente, da chegada em força de grande número de imigrantes que já não se tem verificado. Chegam alguns mas já não é em grande força.

SM - E se falarmos numa realidade de imigração e criminalidade, julga que é possível conciliar os dois ou eles não estão associados? Não falando exactamente de auxílio à imigração ilegal?

- Todo o tipo de criminalidade?



SM - Sim.

- É assim: nós obviamente que não podemos dissociar a partir do momento que nós próprios, no terreno, verificamos, no período que eu ainda há pouco referi, que houve uma alteração substancial da criminalidade praticada por este tipo de redes de grupos organizados. Como eu dizia, para além do auxílio à imigração ilegal, verificamos uma disparidade de outros tipos de crime que é muito mais abrangente e não poderei, se calhar, dizer mais grave, que é no caso extremo do homicídio, onde há de facto morte de pessoas mas com muito complexo de investigação, de grande complexidade sobretudo na perspectiva depois da dificuldade na detecção dos indivíduos no terreno e falamos, na altura, em “n” situações de extorsão, crimes por extorsão, de lenocínio, angariação de mão-de-obra ilegal, de todo o tipo de coacção exercida sobre os imigrantes e, enfim, de “n” tipos de crimes que eram cometidos por os indivíduos desses grupos organizados. Estabelecer uma relação directa, ela só pode ser estabelecida na medida em que houve condenações. E se não tivesse havido, de facto, as condenações que se verificaram depois em tribunal com penas elevadas em alguns casos e inclusivamente até há pouco tempo ainda aparecem algumas situações destas, embora não no número que se verificava nessa altura. Portanto isso é o resultado, o espelho lógico de que alguma coisa se verificou nessa altura. Mas era uma criminalidade sobretudo virada para dentro, não era uma criminalidade que tingia, digamos assim, o cidadão português. Ainda hoje em dia, a criminalidade desse novo núcleo do leste, não da Roménia, porque aí já é um bocado diferente, mas desse núcleo de países do leste, era uma criminalidade sobretudo que incidia sobre os próprios nacionais desse país. Eram os imigrantes que eram explorados, eram os imigrantes que eram violados na sua integridade física, na sua integridade psicológica. Eram eles que eram vítimas de homicídio, de extorsão, que trabalhavam muitas vezes clandestinamente ou muitas vezes, mesmo que fosse legalmente, eram explorados por via do exercício do medo que essas redes impunham. Portanto era uma realidade que incidia essencialmente sobre a própria comunidade. Na prática, este tipo de criminalidade acabou por nunca se virar contra o próprio cidadão português. Aquilo a que nós assistimos agora é um bocadinho distinto do que está a acontecer com alguns dos grupos romenos, com alguns dos grupos chamados Balcãs, da zona Balcã. E isso é um crime diferente e aí é já quem recorre e está à frente de toda a comunidade, toda ela, e é praticada por



indivíduos que têm essas origens, mas buscam, efectivamente, o que existe nos países, não é só cá para Portugal, mas em todos os países, Península Ibérica é um exemplo, (Portugal, Espanha, aqui ao lado), mas outros países também, do que estes grupos criminosos fazem, crimes do que se passava naquela altura. Portanto eu acho que era credível, alterou um pouco o panorama da criminalidade em Portugal, não eram números da ordem dos milhares que verificamos neste tipo de criminalidade praticada nesta altura por indivíduos de nacionalidade ucraniana, Geórgia inclusivamente, Moldávia, etc, etc. Não eram números da ordem das centenas ou milhares, estamos a falar de situações bastante localizadas, bastante individualizadas em que os processos normalmente depois geravam as investigações, os processos acabavam por identificar todos os indivíduos que compunham determinada organização e atingiam números bastante elevados, bem como as vítimas de toda essa actuação que atingiam números bastante elevados, mas não deixava de ser uma só, um só processo.

SM - Um núcleo?

- Exactamente! Não havia um grande número de processos de trabalho. Como não há normalmente nestas matérias, então há uma coisa que é preciso ter noção... Este tipo de criminalidade que normalmente incide sobre estas pessoas não chegava a “vias de facto”, digamos assim... se não aparecerem resultados palpáveis, como se fez no caso de homicídio, o corpo de vítima de um homicídio, uma arma... Sei lá! Qualquer tipo de equipamento que nos permita a nós desenvolver uma investigação mais incisiva sobre aquilo e a prova acaba por estar em grande parte ali. No caso deste tipo de situação, de auxílio à imigração ilegal e agora também no tráfico de pessoas que começámos a ter nos últimos anos, que já começámos nos últimos anos a desenvolver em termos de trabalho já com resultados. Tudo isto aguenta à base do próprio testemunho das vítimas. São tipos de crime em que o que há sobretudo é pessoas a ser exploradas e o testemunho dessas pessoas é fundamental para o exercício da acção penal. Não havendo esse testemunho, a maior parte das vezes não há prova. Pode haver prova documental que permite de algum modo apanhar de modo fugaz os criminosos com uma falsificação, ou mais qualquer coisa, mas essa não é a base do crime, essa é a instrumentalidade, muitas vezes, para chegar ao crime que é, de facto, o principal. Na altura, o de imigração ilegal, o tráfico de pessoas e tudo isso. Portanto é preciso perceber um bocado toda esta lógica.



S: E o que difere então da realidade da criminalidade dos romenos, dos antigos Balcãs, dessa zona dos Balcãs?

E: Eu punha isto em três níveis diferentes, se quiser. Dos países que chamamos mesmo de leis bloco soviético, da antiga União Soviética, o que nós assistimos foi àquele tipo de criminalidade que ainda há pouco identificava, que eram indivíduos que a própria comunidade explorava... Aliás, a informação que nós, na altura, obtivemos no terreno foi que as próprias vítimas deste tipo de criminalidade já sabiam que iam ser alvo deste tipo de exploração porque é um pouco cultural. Ou seja, já lhe estava... já lhes era incutida no próprio país de origem que essa exploração era existente por força de situações de corrupção muito visíveis, muito latentes nos países de origem que levam a que este tipo de criminalidade seja fácil de exploração, de extorsão de indivíduos que trabalham. Isso é um tipo de criminalidade com mais ou menos violência que estava a ser praticada. Acessoriamente ou instrumentalmente apareciam crimes como a falsificação de documentos, falsificação de vistos, falsificação de contratos de trabalho, nas prorrogações, muitas vezes, também dos vistos, etc, etc. Aí sim, parecia toda essa criminalidade instrumental, mas sempre virada para o seio da comunidade, da própria comunidade imigrante que se encontrava em Portugal ou em outro país da União Europeia. Os outros grupos que agora... há cerca de dois, três anos, nesta fase que começaram a aparecer são ligeiramente diferentes. Os romenos têm a vantagem de já estar na União Europeia e, quando aparecem grupos de nacionalidade romena, dedicam-se a uma criminalidade com muita visibilidade e com muita violência, ao mesmo tempo. É uma criminalidade que é visível, que é praticada na maior parte das vezes em casas comerciais, em joalharias, em relojoarias, em farmácias, em supermercados, em zonas comerciais, etc, etc. Portanto, ela é muito visível e muitas vezes é praticada com violência. Não existe um grande receio se for necessário recorrer à agressão física com bastante violência e em alguns casos está documentada com imagens das câmaras de segurança, etc. e aí com indivíduos de nacionalidade romena, de facto, a praticarem esse tipo de criminalidade. Portanto ela não incide particularmente, aliás, ela não incide mesmo nos indivíduos da própria comunidade, mas é um tipo muito específico de criminalidade também. É criminalidade que atinge a sociedade em geral, porque depois há outra praticada por romenos, em que nós já temos vindo a trabalhar, e com resultados práticos que, eu ainda há pouco dizia, já no âmbito do tráfico de



peessoas, tendo em vista a exploração pessoal, portanto através da prostituição de rua, de indivíduos de nacionalidade romena com características muito particulares. São indivíduos da mesma localidade, muitas vezes com laços familiares já constituídos, mas é que as raparigas novas, de tenra idade mesmo, nós tivemos de uma investigação há uns tempos atrás, com quinze, dezasseis anos, já são exploradas da prostituição cá. Sem meios de identificação nem nada, e depois com um círculo, com um grupo organizado, explorando essa mesma actividade de prostituição de rua aqui em Lisboa, mas também já foi detectado um grupo no Porto, já posteriormente em trabalho que foi investigado pela polícia judiciária, explorando-a no âmbito do tráfico de pessoas e, aqui, a criminalidade volta a ser virada para dentro. Portanto, eles não vão buscar mulheres de outras nacionalidades, não vão buscar brasileiras, africanas, não vão buscar nada... Eles exploram as mulheres que conhecem e que são da mesma nacionalidade, da mesma terra, da mesma localidade, da Roménia, uma província muito específica. E nalguns casos com laços familiares e não deixa de ser bastante estranho ver para nós, que temos outro tipo de atitude e que vemos isto de outra maneira. Portanto virado aqui para dentro também, para a própria comunidade de exploração violenta, de forma bastante violenta, deste tipo de negócio, digamos assim, da prostituição. Na prostituição, no caso dos romenos que atinge a sociedade em geral, ou atinge muito especificamente para determinado tipo de crime, atinge a própria **comunidade desses romenos**. Mais ainda também, em termos de exploração de menores da mesma cidade, é um fenómeno que ocasionalmente se vê nas ruas, quer através dos chamados pedintes nas grandes cidades sobretudo, onde há carros a parar, etc, etc. com tentativas de furto muitas vezes também. E aí crianças de tenra idade, que é também noutro tipo de exploração com trabalhos e, por exemplo, aqui há uns tempos atrás, houve um trabalho que estava a ser desenvolvido pela Polícia de Segurança Pública, pela PSP, que era com menores não de tenra idade, mas na casa entre os oito, nove anos e os doze, treze anos, para furtos, pequenos furtos de rua, em zonas comerciais, casas, tudo o que estivesse à mão, digamos assim. Os parquímetros também: houve uma onda muito grande há cerca de dois anos atrás, com varrimento sistemático de parquímetros, em que eles chegavam, partiam-nos, tiravam o dinheiro e desapareciam. E depois obviamente que não eram os menores que ficavam com o dinheiro: havia sempre alguém na rectaguarda a controlar toda essa movimentação que lhes retirava o dinheiro, portanto, aqui a criminalidade é



sobre a sociedade em geral, mas dentro da própria nacionalidade. Também a criminalidade se verifica de uns para outros, é que os maiores, os adultos exploram, claramente, os menores nessa actividade.

SM - Se me permite, pretendia que me traçasse o perfil dessa organização. Está-me a parecer que é algo estruturado...

- É estruturado e sempre com núcleos que, como lhe disse há pouco, na exploração da prostituição no âmbito do tráfico, é basicamente sempre com o mesmo tipo de exploração. Digamos que para nós é crime e posso-lhe dizer que no caso do tráfico onde eles foram julgados e condenados com penas bastante elevadas. O chefe do grupo apanhou catorze anos de prisão por tráfico de associação criminal, etc, etc. ou outros apanharam doze e onze anos. As raparigas, grande parte do grupo, aceitava essa exploração, aceitava a própria violência de que era alvo, o controlo, a violência, a privação de liberdade, aceitavam isso, aceitavam mesmo. Porquê? Porque aí está, nós temos uma interpretação diferente e uma maneira diferente de vermos as coisas, temos uma cultura diferente. Para eles não. Para eles, aquilo já quase que está incutido na maneira de ser deles e não quero dizer com isso que se não lhes for dado uma maneira diferente de vida melhor, fora daquilo, elas não possam aproveitar. Mas a verdade é que algumas tiveram essa oportunidade e não quiseram aceitar, pura e simplesmente. Preferiram voltar para a rua e preferiram continuar em contacto com os presos e, volto a dizer, que há ali laços familiares entre alguns deles, e de familiares que pode não chegar ao casamento, mas de vivência em comunhão entre eles com elas e em que elas estão cá fora e pretendem agora ser controladas na prostituição de rua e algumas delas ganham dinheiro para sustentar os advogados dos próprios indivíduos que estão presos. Portanto, isto é complexo de entender, tendo-lhe ser dada a hipótese que outras aproveitaram de sair daquela vida, de voltarem a casa se quisessem, de fazerem outro tipo de vida. A própria lei, hoje em dia, tem mecanismos que facilitam a concessão da autorização de residência. Portanto, a pessoa pode seguir a sua vida cá sem ter necessidade sequer de regressar ao seu país, se não o quiser. Aliás, como toda a construção do desmontar do crime do tráfico de pessoas está feito nesse sentido, para dar uma nova oportunidade de vida às pessoas, porque, enfim, a violência psicológica é considerada bastante forte e as pessoas muitas vezes têm medo, pois não querem voltar à terra natal porque sabem porque é que elas saíram e não vão ser aceites



porque se prostituíram noutro país, não vão ser aceites nunca porque se prostituíram, enfim... são questões culturais, religiosas muito profundas e neste caso que eu estava a falar é exactamente a mesma coisa, os miúdos, esta juventude cresce neste meio, eles não sabem fazer outra coisa, eles são explorados e são violados fisicamente, portanto batem-lhes e quando eles não ganham o dinheiro que eles querem, quando eles não roubam o volume de dinheiro que eles pretendem num determinado dia, eles eram castigados ao fim do dia, são castigados, apanham por isso e sei lá mais que tipo de violações podem sofrer. E isto é uma realidade, que para nós, não deixa de ser crime mas que, para eles, não é entendido como tal e ao subir na idade, ao crescer digamos assim, eles vão se vendo na hierarquia também. Eles sabem que um dia vai chegar a vez deles, dos miúdos. Que um dia vão ser eles a explorar os mais novos e vão ser eles a ter dinheiro e vão ser eles a poderem fazer coisas. Mas até lá eles sabem que vão ter de percorrer aquele percurso. Não sei se está a perceber bem aquilo que eu estou a dizer, que é uma filosofia de vida muito complexa de nós entendermos isto, para aquelas cabeças é mais ou menos neste círculo de vida que as coisas funcionam... Desde que são bebés e estão no colo e vão servindo para pedir, até que vão crescendo um bocadinho mais e vão lavando vidros de carros e vão roubando umas coisas aqui e acolá, até que começam a fazer ouro tipo de assaltos, até que partem para a violência digamos assim propriamente dita, os tais assaltos a outro nível e tudo isso. Portanto tudo isto é um processo bastante complexo. E depois tem outra, a mesma dificuldade que nós verificamos sempre ao nível deste tipo de indivíduos que vem, seja do leste, seja de onde for, que é a facilidade, a mobilidade digamos assim, a ausência de identidades, de raízes e a facilidade da deslocação e da mobilidade que dificulta sobre uma grande diversidade de qualquer polícia.

S: Que mecanismos há, nesse sentido, de conseguir identificá-los, de saberem donde é que eles vêm? Até porque muitos deles possuem documentos falsos, fantasistas...

E: Exactamente! Posso-lhe dizer que do terceiro grupo não falámos ainda, que era da parte chamada balcânica. Só para dar uma ideia e já chegamos exactamente à ideia que está a fazer, foi há cerca de dois, três anos que se começaram a verificar, pontualmente precisamente aqui e acolá, indivíduos que não seriam propriamente das nacionalidades que nós pensávamos porque já estávamos precisamente habituados a elas, diria eu. Mas não era: era gente nova, com determinados tipo de



características novas, independentemente de ter a mesma mobilidade, a mesma facilidade em desaparecer quando fosse preciso. E grupos também relativamente pequenos, mas a falar nestes casos de grupo de trinta, quarenta pessoas que se deslocam em conjunto ou que depois fraccionam e espalham-se pelo território e que facilmente se reúnem facilmente em outro ponto qualquer mas na prática todas acabam por se conhecer. E neste terceiro grupo em que, mais uma vez a criminalidade sobretudo é para fora, é para a sociedade em geral, aqui não é tanto para dentro, não há tanto essa exploração como foi identificada no caso dos romenos. Aqui não, aqui é mesmo virada para o furto, roubo a residências, a viaturas digamos assim. Houve, na altura, que até foi bastante noticiado, um processo muito grande na PSP.

SM - A operação ilegal!

- Exactamente! Que começou no Porto e se estendeu a todo o país, inclusivamente, no Algarve, em que nós participámos nessa operação, mas sobretudo mais para baixo, no Algarve, e fomos acompanhando na troca de informação que é a tal parte que estava a questionar agora e já vamos lá um bocadinho mais. Mas só para ficar com a ideia, sobretudo aqueles que se dedicam é também em subgrupos da rede, formam-se subgrupos, espalham-se e vão tentando fazer, não com grande visibilidade, nem com violência, mas de forma mais sub-reptícia, com furtos, fazer os assaltos digamos de forma mais selectiva, sobretudo tentando não fazer esses assaltos, quando essas pessoas estão em casa. Verificou-se recorrentemente. E outras formas de criminalidade também, que depois acabam por não ter tanta visibilidade, nem violência, como tem sobretudo a dos romenos. Neste caso, nós começámos a trocar informação com a PSP, com um dossier enorme que depois foi remetido à EUROPOL , até no âmbito da cooperação internacional com outros países. Na primeira parte, trocámos sempre informação com os espanhóis e depois quando chegámos à conclusão que isto já vinha ultrapassando muitos países, países como a Itália, França, etc, fomos mesmo para a Europa com esta informação e havia indivíduos identificados cá com três, quatro assaltos, em “n” situações, sempre com identidades diferentes. Eu lembro-me que houve um caso, pelo menos, de uma mulher que tinha cinquenta e quatro identidades diferentes já recolhidas em uma série de países da União Europeia e, inclusivamente, algumas dessas identidades, meia dúzia que fosse, já não me lembro de quantas, mas que eram só



de cá de Portugal e esta prática é útil para eles, porque é tremendamente dificultadora da actividade e da acção policial, como facilmente compreenderá. Portanto, nós, sobretudo, como estava a falar no final da década de 90, quando começamos com a investigação dos grupos que vinham do leste, uma coisa que aprendemos muito a sério foi a trocar informação, a dar e a receber informação mas isto nem sempre resulta, mas quando este tipo de fenómenos começam a ser transfronteiriços, numa perspectiva quase que global no âmbito da União Europeia, nós acabamos por perceber e foi o caso deste terceiro grupo que estávamos a falar agora, também do primeiro grupo, os romenos nem tanto, (os romenos é sobretudo uma associação localizada mais na Península), a informação que se estabelece com os espanhóis... Mas destes dois grupos não, quer dos Ucranianos, tudo isso começou a perceber-se que havia percursos, rotas definidas ao longo de uma série de países da Europa com os quais sobretudo fomos buscar informação, dos quais houve processos que foram desenvolvidos e, por exemplo, ainda neste momento há um processo ainda em julgamento, que já saiu na comunicação social que é . . . , que é também da origem ucraniana. Há duas vertentes: uma ucraniana e uma moldava que é mais forte e está a ser julgada agora em que na prática o que se verificava foi exactamente isso: foi uma operação desencadeada em conjunto com uma série de países da EU, com a articulação da EUROPOL e EUROJUST. EUROPOL é a vertente policial, digamos assim, para a EU e a EUROJUST é a vertente judicial para a EU. Portanto todos os países em conjunto, mais estas duas organizações uniram-se para fazer uma operação que resultou em Portugal, em Espanha, em Itália, em França, numa série de países, que resultou em detenções de grandes grupos de indivíduos, quer imigrantes que tinham sido utilizados por essas redes, quer pelos próprios elementos que estavam nas redes criminosas e que estão agora a chegar a tribunal. Basicamente nós aprendemos, isso não foi agora, já naquela altura, há cerca de dez anos atrás, aliás o SEF tem essa perspectiva muito forte de cooperação internacional. Nós não só somos totalmente abertos à cooperação cá dentro, e damo-nos à PSP em “n” situações que temos de trabalhar em conjunto com eles, com a GNR, também com a PJ, embora esta, nesta fase de investigação seja muito parecida connosco, acaba por ser mais autónoma na actuação. E nós trabalhamos mais com as forças MAI, até porque somos do MAI, é mais natural que este trabalho decorra com mais facilidade no nosso campo. Mas também sobretudo porque, como eu estava a dizer, a PSP tem o seu determinado



estilo, a GNR tem outro, a PJ tem outro. O nosso é muito parecido com o da Judiciária e então acaba por resultar numa maior facilidade de articulação com a GNR e a PSP. É fundamental. Fundamental hoje em dia esta criminalidade e se nós não trocamos informação para fora, tentar perceber por onde andaram, por onde já passaram, tentar perceber no fundo, construir, fazer o histórico da situação, menos probabilidades temos de ter sucesso cá dentro.

SM - Considera que há boas relações na troca de informações?

- Considero! Ao nível do SEF há, não temos grandes problemas com ninguém, mas como eu disse há bocado, estamos sempre abertos à troca de informação com os outros, aliás é uma regra que eu sempre pretendi quando estava na Direcção Central, no Departamento, quer agora aqui, que eu estimulo sempre a troca de informação.

S: Às vezes nós, pelo menos eu ao longo deste trabalho, falei com alguns investigadores do processo da Operação Anzol e transmitiram que sentiram um bocado de dificuldade na troca de informação por exemplo com a polícia espanhola, porque há aquela situação em que chegou a Espanha o ouro proveniente de Portugal e eles agora não conseguem relacionar esse ouro com os furtos cá.

E: Pode haver aí várias situações ao nível da cooperação internacional. Nós, e eu não posso responder pela PSP, mas no nosso lado temos tido, não vou dizer uma tremenda facilidade, mas temos os canais abertos que podemos aproveitá-los. Quando não os temos, e estou-me a lembrar, por exemplo, nos processos de casamento por conveniência que é uma situação que começa agora regularmente a aparecer, em que nós tivemos que ir à procura de países para trabalhar connosco e que não é uma situação particular de Portugal, aliás começou no centro da Europa e no norte da Europa e depois é que desceu até ao sul da Europa e nós tivemos que ir à procura deles, fazer contactos, fazer reuniões na AIA, na sede da Europol, levar este problema lá, fazer apresentações, explicar. O que é que isto poderá dizer? Mesmo que não diga no imediato, poderá querer dizer para o futuro. Mesmo quando nós não temos um contacto de um polícia em França, temos oficiais de ligação, não somos só nós que temos oficiais de ligação, como outros países têm oficiais de ligação cá, nós não temos em França, mas temos um excelente contacto com o oficial de ligação da polícia francesa cá e portanto temos imensa facilidade em arranjar contactos lá. Quando temos os nossos próprios oficiais de ligação, sei



lá, aqui há alguns anos atrás, em algumas situações onde foi possível desbloquear contactos em Espanha, tínhamos um oficial do MAI em Madrid, portanto, havia sempre uma tremenda facilidade em estabelecer contactos. Se quiser ir para outro lado do Atlântico, na troca de informação e na cooperação, Portugal com a polícia brasileira, com o departamento de polícia federal, nós temos lá o nosso oficial de ligação que vai fazer seis anos que lá está, que tem sido utilíssimo na troca rápida de informação ao nível policial. Tudo isto ajuda mais para a abertura dos canais, para uma rápida e eficiente troca de informação. Quando às vezes há barreiras e às vezes, eu vou mais por aí, que não será tanto na parte da cooperação policial, mas mais na cooperação judiciária, onde o formalismo é muito mais exigente na produção de prova que é feita muitas vezes em sistemas diferentes, de país para país. Eu posso-lhe dar um caso, nós temos regras muito rígidas para as escutas telefónicas. Aqui ao lado os espanhóis têm uma facilidade muito maior em por escutas de um momento para outro do que propriamente nós temos. E a pergunta é: se nós quisermos de um país para outro beneficiar se calhar as escutas de cá podem ser utilizadas desde validadas judicialmente no âmbito de transferência de um processo. Estou-me a lembrar agora dos processos dos detidos ligados à ETA e que os espanhóis querem julgá-los lá inclusivamente pelos crimes que os espanhóis possam ter cometido cá, na transferência de processos cá, mas possivelmente o processo judicial português não irá autorizar e vai julgá-los mesmo cá. Mas isso pode acontecer e o mesmo é se o processo for para lá. Para lá não sei qual é o entendimento deles, porque nós somos mais rígidos, se calhar aceitam e a pergunta é: e se nós de lá para cá aceitamos facilmente a mesma escuta quando não temos a mesma obrigatoriedade? E isso pode muitas vezes criar mais barreiras do que propriamente na troca de informação policial. Não nos podemos esquecer de que uma coisa é a troca de informação policial para uma acção, outra coisa é no âmbito de intervenção judicial, onde a troca de informação visa a documentação de um determinado processo e ela tem que ser feita em determinadas circunstâncias sob pena de não ter validade, de não ter qualquer validade judicial.

SM - Que nacionalidades é que poderíamos associar a alguns crimes, isto é se alguma se destaca no contimento de algum crime? Falamos à bocado dos romenos nessa criminalidade mais voltada para as outras pessoas como furtos



dos parquímetros, dos Balcãs nas residências. Conseguimos associar nacionalidades a criminalidades ou estaremos a ir por um caminho errado?

- Obviamente estaremos a ir por um caminho errado na perspectiva que estes crimes serem só cometidos por essas nacionalidades. Pelo contrário se estas nacionalidades se dedicarem basicamente a este tipo de criminalidade já o podemos fazer. O grupo de nacionalidades oriundas da zona balcânica, com sérvios, com croatas, aliás eu tenho esta teoria que este tipo de criminalidade nasce sobretudo naquilo que, ao nível policial internacional se denomina a criminalidade de origem étnica albanesa. Portanto, não é de nacionalidade especificamente albanesa, não é por as pessoas virem da Albânia, mas os albaneses espalharam-se muito por aquela região e há muitos indivíduos de etnia albanesa que estão precisamente em toda, que circulam por toda a zona balcânica. E eu acho que este tipo de criminalidade teve muito a ver com essa forma de agir, do tal chamado o crime de origem étnico-albanesa. A EUROPOL tem relatórios sobre isso. Passe lá na EUROPOL e talvez consiga chegar lá pois alguns são relatórios abertos da chamada criminalidade de origem étnico-albanesa. Aliás isto aconteceu o ano passado quando a polícia estava em força a investigar estes grupos e eu estava na altura a receber uns relatórios e eu próprio vi uns relatórios da EUROPOL onde se recebia exactamente o *modus operandi* daquela gente e que era exactamente aquilo que se estava a receber cá. Indivíduos que se identificavam como croatas, sérvios, fosse o que fosse. Mas o tipo de criminalidade era exactamente aquilo que estava ali descrito por peritos policiais de países que já tinham passado por aquele problema e já tinham aquele problema há um, dois, três anos que tinham aquele tipo de criminalidade portanto. E eles sabem que aquele tipo, aquela maneira de ser da forma de actuar tem muito a ver com a forma de actuar tem muito a ver com a etnia albanesa. Portanto, independentemente, das nacionalidades eu dou bastante realço a este facto. Agora pode-se dizer que eles se dedicam muito a este tipo de criminalidade, se calhar os outros nem por isso. Ou os de leste continuam quando aparecem crimes para identificar os grupos de leste são muito virados para os grupos deles, para os imigrantes deles. Os romenos nem tanto dedicam-se a muitas coisas. O caso dos brasileiros é muito mais geral, não se pode dizer que só cometem determinado tipo de crimes. Portanto eu acho que tem de haver algum cuidado quando se faz este tipo de avaliação e aquilo que eu dizia ainda à pouco é basicamente verdade, não se pode dizer que este conjunto de crimes só são cometidos por estes, há mais gente e



há portugueses obviamente, pois a criminalidade em Portugal também é cometida por portugueses, mas ao contrário se calhar já é verdade. Se calhar Há determinadas nacionalidades que basicamente comentem este ou aquele tipo de crime na maior parte dos casos.

SM - Ontem falavamos na relação dos oficiais de ligação e na sua importância na articulação de informação relativa às diferentes nacionalidades e aos crimes por elas cometidos.

– Quer de do lado interno quer do lado externo, os oficiais de ligação podem ser vistos na dupla perspectiva dos que estão cá e dos nossos que estão fora, o SEF tem um bolsa de Oficiais de Ligação em alguns países considerados problemáticos sobretudo algures na complexidade dos fluxos migratórios, Brasil, Senegal sediados em Dakar, Brasil em Brasília, neste momento também tem Moscovo em Kiev na Ucrânia, interessa dizer também é importante dizer que para além do país onde estão cobrem também áreas, regiões digamos assim, inclusivamente dar cobertura a outros países como é o caso de Kiev que estava agora a lembrar, em Dakar também acontece com alguma frequência, São Tomé, em Moçambique, em Angola, deixou de ter teve agora até à pouco tempo, mas também se beneficia. Depois também dos próprios oficiais do MAI que estão colocados em diversos outros países, e no caso do MAI até há colocação mesmo ao nível de em países da EU por exemplo, por exemplo mais próximo aqui em Madrid não é Oficiais de Ligação do SEF, mas é Oficias de Ligação do MAI, de uma força de segurança, teve da GNR acho que ainda continua ainda da GNR ou da PSP, teve agora uma mudança á pouco tempo, e com os quais temos um óptimo contacto e mesmo com os da Policia Judiciária sempre que é necessário, Oficiais de Ligação pontos de contacto ou Oficiais de Ligação em fim a outro nível como de organizações é o caso da Europol onde a Judiciária lá tem desde à bastantes anos já sediados, mas onde o SEF também tem um elemento recrutado para trabalhar lá, mesmo para trabalhar na Europol portanto, foi contratado pela Europol para trabalhar lá não estando a exercer funções do SEF Europol foi contratado pela Europol para trabalhar lá e tem agora a possibilidade que decorre da nova lei da organização de investigação criminal, exactamente que possibilita ao nível da cooperação internacional não só a colocação de Oficiais de Ligação nas unidade de organização internacional, Europol e Interpol já temos um Oficiais de Ligação nosso cá, aqui em Lisboa, como também OL nas sedes mesmo em Haia, no caso da Europol, e em Lyon como é o caso da Interpol, como a



Judiciária tem e a PSP tal e qual é o caso da Interpol é o caso de Madrid o sistema está montado e resulta, na Interpol da mesmo digamos assim não é do GNR com os quais nós temos um óptimo contacto e mesmo com os da Policia Judiciária PSP e GNR já podem passar a ter desde a nova lei da organização investigação criminal, o sistema está montado e resulta é excelente, não é novidade para ninguém e se não fosse assim o governo português não avançava nessa perspectiva com Oficiais de Ligação, em pontos onde se considera que estrategicamente eles fazem falta, não é novidade para ninguém a importância deles e o contrário também é uma realidade, Oficiais de Ligação de outros países sediados em no nosso país, designadamente aqui em Lisboa, Oficiais de Ligação, Oficiais de Ligação de policias de segurança, mas sobretudo de serviços de policias, é o caso de Espanha também é o caso do Brasil à um ano atrás, é o caso de países mais..., de França penso que ontem já tinha referido também, Francês, o caso Holandês, o caso Alemão com quem nós temos com muita regularidade trocamos informação nos dois sentidos, porque nós precisamos porque eles precisam as coisas vão fluindo bem. São peças fundamentais mesmo no que respeita à troca de informação.

SM - Relativamente às comunidades gostaria de perceber um bocado, a realidade da comunidade mais romena Servia da Croata, tanto no país deles, como é que eles são no país, e como eles são cá? No país e como eles são cá? Não sei se é possível? Se me consegue ajudar?

- No país deles é complicado, das nacionalidades que referiu só mesmo da romena é que temos alguma informação só conhecemos informação sobre os indivíduos que vem das nacionalidades dos países situados na região balcânica por intermédio de informação que nos chega através de relatórios oficiais das policias da Europol seja o que for, inclusivamente de organizações internacionais dos problemas locais, regionais, que derivam da guerra que assolaram esses países que levaram à cisão da forma como toda a gente sabe, e que durou muito tempo e ainda hoje em dia há algumas bolsas problemáticas na região, mas passar daí para tratar um cenário sobre os problemas, o que pode estar na origem depois, no tipo de imigração, o tipo específico de imigração, da forma de criminalidade a que eles se dedicam, não me sinto minimamente legitimado a fazê-lo. A Roménia é um bocadinho diferente, a Roménia uma dupla realidade, que nós já conhecemos melhor, é uma comunidade que de facto está sediada em Portugal tem indivíduos que estão cá sediados, nós



trabalhamos com interpretes de nacionalidade romena, que nos falam do seu país que nos contam coisas do seu país à uma serie de anos a esta parte desde a década de noventa, pouco tempo depois de termos iniciado a investigação criminal, sei lá quando isto começou a agravar-se um bocadinho mais no que respeita a estes países 97/98 foi necessário recrutar interpretes, logo à cabeça vieram interpretes romenos, trabalhar connosco nós temos mais informação sobre o que poderá acontecer, temos boa troca de informação com a policia romena, sobre tudo decorrendo dos últimos anos por causa dos processos que começaram a ocorrer, e a serem abertos e das situações que íamos encontrando no terreno, do tráfico de pessoas e aí sim a policia romena aproximou-se, enfim quando nós solicitamos a sua ajuda na altura nós tínhamos um OL em Bucareste, isto já foi efectivamente à 3 anos a trás, ele entretanto já não está lá saiu, acabou a comissão e entretanto já não temos lá nenhum OL em Bucareste, ele fez alguns contactos lá que permitiram desbloquear digamos assim o conhecimento depois a ponto de terem vindo cá OL onde a policia romena já trabalhar connosco nas investigação, um deles chegou mesmo a depor em audiência de julgamento, num processo que foi julgado e condenado já no ano passado (2009), portanto temos mais alguma informação sabemos que há uma dupla realidade, entre a comunidade romena propriamente dita, o que nós podemos dizer embora não sejam deturpadas as minhas palavras, o romeno normal, o cidadão romeno normal e depois existe uma outra realidade bastante distinta que é a comunidade roman ou romani como eles lhe chamam!

SM – Ciganos!

- Exactamente, normalmente apelidada também cigana, comunidade cigana de origem romena, que é bastante distinta, que ela própria dentro do seu país, se isola, se separa e vive de forma distinta da comunidade romena normal, isso também se verifica muito cá, o que acontece cá em Portugal, e a comunidade romena em Portugal começa a ter alguma expressão em termos numéricos ronda neste momento a casa dos vinte mil, vinte e tal mil indivíduos, tem vindo a subir e claramente vai subir mais, porque a Roménia ao nível da circulação de pessoas no contexto da Europa embora seja um país também com um grande força migratório eles circulam muito dentro da Europa e já perceberam que Portugal um país agradável, para eles também, bom para se situarem, são bem recebidos bem acolhidos e nessa medida já estão a criar raízes também cá com alguns locais onde



conseguem localizar-se melhor que em outros, normalmente junto também às grandes cidades, e atraindo depois agrupamento familiar e atraem outros romenos a vir para cá, depois aparecem também à parte ou paralelamente a esta situação aparecem indivíduos da comunidade romena, da comunidade romani e esses sim dedicam a determinadas franjas da marginalidade que ontem falávamos, como a mendicância que utilizam menores para o efeito, o pequeno furto, situações incomodas, que incomodam a sociedade que são visíveis que causam choque pela imagem que transmitem, que são completamente, eles são completamente descontextualizados, tem uma cultura completamente diferente, tem um estilo de vida completamente distinto e não se coíbem de praticar digamos assim, quer no país de origem quer cá. Eu recordo que para quem conhece parte da história da Roménia e antes e na sequência da queda do muro de Berlim, todas as situações na altura em diferentes países que levaram à ruptura com sistemas políticos anteriores e à alteração com esses mesmos sistemas políticos, a Roménia foi um dos mais conturbados na altura e não quero estar em erro mas penso que terá sido o último mesmo a virar, porque na altura sobre a força do regime do presidente do Ceausescu durante uma série de anos, o regime imposto, musculado digamos assim nesses mesmo país o que acontece é que já naquela altura e dentro da própria Roménia havia uma perseguição eles não gostavam da comunidade romani e perseguiam mesmo ao nível há quem diga, uma tentativa de extermínio mesmo da comunidade cigana, era um problema na altura eu lembro-me de ver muitos documentários e havia muita informação na comunicação social sobre essa situação de colégios, de casas, de abrigos que começaram a ser detectadas em zonas rurais, ou nos locais mais recônditos da Roménia onde começaram a ser descobertos locais para acantonamento de pessoas e de crianças que eram para lá levadas desde de tenra idade e ali ficavam e algumas delas nunca devem ter saído dessas casas e acabavam por morrer mesmo lá. Tentavam tira-las do circuito normal da Roménia, o que acontece é que isto não passou e não vai passar obviamente para a Europa e se calhar já nem neste momento na Roménia haverá de certeza absoluta, não existe nenhum sistema destes mas a verdade é que a comunidade romani acaba por ter pontualmente alguns casos de integração com sucesso na comunidade da Roménia a nível interno mas a grande maioria não acontece, eles são de facto diferentes praticam essa cultura de diferença, tem um estilo de vida que é completamente diferente do nosso e como lhe disse há pouco continuam de facto a ser assim,



transferiram-se do espaço Roménia, transferidos do leste da Europa onde deambulavam na própria Rússia, etc., etc., transferiram-se para o ocidente chegaram ao último país que é o nosso na Europa ocidental e chegaram a Portugal a alguns anos atrás isto cria de facto uma dupla visão que devemos ter sobre a comunidade romena, esse tipo de criminalidade com impacto sobre tudo visual, sobretudo na forma como eles se apresentam é uma coisa, mas depois existe a outra criminalidade que temos vindo a assistir cometida por romenos e aí é que aparecem romenos a comunidade romani e aparecem também dos outros romenos a cometer crimes com alguma violência e para os quais as outras polícias estão particularmente atentas, PSP, GNR e Polícia Judiciária, até porque são áreas de investigação dessas polícias e tem a ver com os assaltos que estão a ser cometidos em determinado tipo de meios farmácias, ourivesarias, sei lá, e aí de facto com bastante violência, não aparecem só indivíduos desta etnia cigana dos romani, são indivíduos claramente romenos normais, como ainda há bocado lhe dizia embora volte a dizer para não perceberem isto no sentido errado, há que perceber que de facto é uma realidade com que nós nos confrontamos neste momento, é preciso desmistificar isto tudo, estamos a falar de bolsas de grupos de situações muito pontuais de indivíduos que aparecem no seio de uma comunidade que tem mais de vinte mil indivíduos que vai chegar aos trinta mil e vai ultrapassar este número nos próximos anos vai crescer, continuar a crescer. São números menores e que não podem dar a imagem errada de que não, não os romenos são um grupo de risco porque chegam cá e fazem isto, aquilo e aquele outro, cá e no resto da Europa, não será bem assim, é preciso distinguir as coisas, e ver que em todas as comunidades brasileira e de outros países do leste da Europa da comunidade africana, etc., há situações pontuais da prática de criminal e que obviamente levam depois, quando são detectadas julgadas, etc., levam condenações, mas são realidades que tem quer ser observadas com algum cuidado, para não cairmos no exagero de alguma xenofobia de dizer, não, não, não podemos deixar esta gente vir para cá, porque se não a criminalidade vai aumentar, porventura há pontos onde essa criminalidade acaba por se tornar mais conhecida porque a comunicação tem cada vez mais a dar espelho de isso, mas há que observar com algum cuidado, como ontem referimos também, não estigmatizar a prática de crimes a determinadas comunidades de imigrantes, embora muitas vezes, aquelas comunidades de imigrantes ou indivíduos oriundos daquelas comunidades dediquem-se sobre tudo aquele tipo de crimes por



exemplo no caso de algumas comunidades ao nível de dos países africanos de língua oficial portuguesa o que nós vamos vendo é também a pratica de algum tipo de bandidagem, de assaltos, etc., etc., mas também entra aqui alguma prática criminal que nós não vimos tanto nos países do leste da Europa, que é tráfico de estupefacientes que acontece com algumas nacionalidades mais específicas dos africanos e sul-americanos também, naturalmente e imigrantes de leste que começa também a se verificar.

SM - Falou também na comunicação social! Era outra das perguntas que tinha para lhe fazer! Julga que a comunicação social tem importância na maneira como a nossa comunidade vê os imigrantes e de alguma forma as notícias que saem relativamente aos crimes, pode de alguma forma contribuir para que a sociedade sai estigmatizada e que ocorram situações de xenofobia, por exemplo?

– Eu acho aí é uma opinião muito particular, que eu tenho vindo a observar ao longo do tempo e fazendo uma análise no mesmo sentido, acho que a comunicação social vista no seu todo tem vindo a trabalhar com algum cuidado, independentemente de haver situações pontuais, não vou dizer sistematicamente, ocorrendo sempre as mesmas, mas há situações pontuais de menor cuidado na apresentação de determinado tipo de matérias e isso às vezes tem dado azo a que possa haver um pouco quando lêem, que vêem os cabeçalhos das noticias etc., estabelecer rapidamente pontes ligando o tal raciocínio a tal lógica que é preciso ter algum cuidado quando fazemos essa tal avaliação entre a prática criminal e o facto de haver cada vez mais estrangeiros no nosso país, tendo em conta que os estrangeiros ao longo dos últimos anos é um crescimento perfeitamente mais económico perfeitamente sustentável não há nada de grande alteração em termos numéricos no que respeita aos últimos anos, houve de facto digamos um crescimento abrupto de um ano para o outro no final da década de noventa e início deste século dois mil, estamos a falar portanto 99/2000/2001 aí há de facto um crescimento abrupto mas que se verificou portanto a condições que levaram à legalização de uma série de indivíduos de bolsas ilegais que estariam cá e quem diz cá em Portugal diz porventura e na Europa e que se aproveitaram dessa possibilidade legal para se legalizarem a verdade é que é que houve aí um crescimento que passou em termos percentuais aquilo do que é a media normal de



resto o que é a curva de crescimento aliás não se tem verificado de um modo muito acentuado tem vindo quase em zig-zag nos últimos três, quatro anos, entre o crescimento e o decrescimento anualmente o número de estrangeiros de um ano para o outro, agora a verdade é que em termos da prática criminal nós assistimos também a um crescimento ou a decrescimento depende da estatísticas como são apresentadas, ainda agora tivemos o relatório de segurança interna que nos veio dizer que este ano sobre tudo ao nível da prática de criminalidade violenta à quase que estagnação, digamos assim, fala-se menos de 0,6 para mim isso corresponde á quase estagnação digamos assim dos números sem prejuízo de ser positivo olhar para aquilo que vinha a acontecer nos últimos anos e de repente perceber que houve qualquer coisa que parou, mas isso são interpretações, ou coisas que não interessam para este trabalho. Associar as duas coisas é o que muitas vezes tentam fazer algumas notícias eu volto a dizer, não é o trabalho global, não se apresenta nesse sentido o trabalho global, aliás cada vez há jornalistas que consultam e pedem informação por exemplo ao SEF e com certeza a outras policias para construírem de modo mais sólido a sua informação para passarem a sua informação e essa mesma informação, mas isso nem sempre acontece. Às vezes as notícias saem falhadas, olhe por exemplo, estou-me a lembrar sem qualquer tipo de propósito nesse sentido, mas às vezes um jornalista quando transmite uma determinada informação não o faz de um modo correcto e por ventura pode não ter culpa diria eu, a não ser no facto de não se ter preocupado a ir a fundo perceber se seria mesmo assim, a revista Foco desta semana lança uma pequena tabela onde estabelece a comparação nos últimos de apresentarem um trabalho dez anos de 2000 a 2009, contabilizando este conjunto de dez anos, faz um gráfico com os números dos afastamentos ou expulsões, acho que é mesmo expulsas como eles falam, neste período de dez anos e a realidade é que o ano passado de 2009 apontando o número de quatrocentos e qualquer coisa, houve um decréscimo brutal, relativamente ao ano anterior e comparando com todos os anos anteriores, ora bem eu olhei para o gráfico de facto andávamos na cada dois mil e tal, dois mil e tal mil e muitos, de repente caio em mim, isto não está bem, porque obviamente porque tenho a noção de que aquilo não está bem, dentro daquilo que estava a ser dito e pedi ontem, isto foi ontem, pedi imediatamente, ao departamento de planeamento e informação que faz a compilação destes dados e eles responderam o gráfico está todo mal, porque os números que são apontados resultam de somas diferentes de dados diferentes que



tem a ver com as diferentes formas de afastamento, sejam processos administrativos de expulsão, sejam afastamentos de facto executados sejam os processos de expulsão instaurados, mas não executados, há ali uma grande confusão, a verdade é que fazendo a conta exactamente com a mesma tipologia de dados, permitimos perceber que há uma curva muito mais equilibrada e valores muito próximos neste últimos dez anos não há grandes balanços como a jornalista quer fazer querer sobre tudo relativamente ao último, não o jornalista, sobretudo quem fez a tabela, olhou para um número leu aquele número e foi á procura se calhar em artigos anteriores de números similares de afastamentos e concluiu aquilo. Está mal está completamente mal isso aliás já dei indicação de preparar uma nota para enviar à revista e ver até que ponto eles podem retomar o assunto, para a semana que vem ou seja quando for e dizer devem-se enganado, mas os números são estes, porque na prática o cidadão acaba por ler aquilo e acaba por tirar seguinte conclusão o SEF sobre tudo as autoridades estão a trabalhar mal, então todos os anos foram dois mil, mais mil e novecentos, mais mil e duzentos mais não sei que e o ano passado só quatrocentos e setenta e três, que é que se passa aqui? Por isso é que há mais crime, por isso é que os estrangeiros não são tão expulsos por isso é que há mais crime! Está a ver as associações que imediatamente se podem gerar!

SM - Causa-se aí uma situação de alarmismo.

- Exactamente.

SM – E de alguma forma a comunicação social, pode também contribuir, já noutra vertente para prevenir o acontecimento de alguns crimes?

– Pode e muito bem tem feito, na construção de alguns artigos sobre determinadas matérias, não me parece que a perspectiva aí sim é muito mais correcta, estou a falar as questões propriamente ditas de imigração e sobre tudo os crimes de tráfico de pessoas e etc., onde tem havido um balanço, é preciso ter em conta que Portugal não é nenhum paraíso de tráfico, nós não somos um país de destino de tráfico de pessoas, os chamados países de tráfico ou paraísos sexuais quando se fala na vertente de exploração sexual, Portugal não é! Não é, temos que desmitificar isso, fala-se muito de trafico, há grandes notícias de tráfico, às vezes as forças trabalham no terreno e as noticias saem “o tráfico de pessoas não sei onde, tráfico de mulheres e tal” e não são situações de tráfico verdadeiramente, embora o chavão



utilizado pela comunicação social venda mais do que se disse-se situações de imigração ilegal ou seja o que for, então falasse mais facilmente de tráfico, mas a verdade nós da preparação que já fizemos internamente, para este fenómeno que é grave ao nível legislativo, as coisas estão bastante mais adequadas ao que pode acontecer tratar de uma criminalidade em que cresça nós temos capacidade de reacção quer ao nível da própria repressão do fenómeno, penas elevadas, a tipologia do crime para cobrir todos os pormenores que podem acontecer e depois o apoio dado às vítimas desse crime, já está tudo muito mais consagrado em termos de diplomas legais, e os jornalistas tem um pouco feito passar essa mensagem, eu tenho notando que neste como noutros crimes também, mas nesta situação o cidadão comum já vai tendo uma ideia do que já é o tráfico de pessoas, onde se pode verificar mais o tráfico de pessoas, quem pode envolver, que nacionalidades, etc., etc. Isso é uma forma em que o jornalismo pode alertar, sobre tudo alertar as para a existência desse tipo de fenómenos, que nos passam muitas vezes ao lado nós nem nos preocupamos, não é uma realidade que nos incomode, não são os assaltos, os assaltos incomodam a cidade “o roubo no metro e metropolitano, nos transportes públicos, incomoda as pessoas, isso é muito mais incomodativo, as pessoas tendem a reagir e a falar disso, o tráfico de pessoas não, o tráfico de pessoas não se fala a não ser que haja uma situação um processo, etc., etc., que haja uma reportagem de fundo e quando há essas reportagens de fundo de alguma modo vão contribuindo para alertar as pessoas para esse fenómeno, estou a lembrar-me de um grupo romeno que foi detectado que saíram numa série de reportagens da Expresso na Sábado noutros jornais diários que publicaram que quando depois foram condenados, etc., etc., mas das reportagens que saíram com mais profundidade quem as lia ficava com ideia de como cidadão daqui da cidade de Lisboa, ficava logo com uma ideia alterada, quer dizer quando passo em determinada localidade e vejo as pessoas assim assado e penso aquilo é prostituição de rua as mulheres andam ali, naquele caso não era claramente assim, era prostituição de rua, fortemente controlada, com um grande índice de violência, lucros a serem desviados à conta da actividade sexual das mulheres para a bolsa dos indivíduos, etc., etc., etc., isso é que importa passar essa mensagem.

SM – Nas situações dos furtos e dos roubos que se calhar não preocupam, ou melhor, as pessoas não estão voltadas para isso mas é aquilo que em primeira mão os preocupa mais porque podem sofrer com isso, falo principalmente com os furtos



a interiores de residências que a comunicação social começou a divulgar modos operantes, acha que e algum modo as pessoas se começaram a prevenir mais, colocar o trinco à porta?

SEF – acho, tivemos por exemplo ao nível do SEF, tivemos uma pessoa não interessa dizer quem, mas ouve na altura do Natal do ano passado, não foi de 2009, foi de 2008, houve um, assim de repente no período do Natal assim em dois dias, houve uma série de casas assaltadas, alguns bairros aqui na zona de Lisboa, e uma das pessoas foi precisamente aqui do SEF, que estivemos a falar depois do período do Natal, estive a falar e tal, imediatamente, o que ele afirmou logo foi que tinha deixado a porta no trinco como sempre deixava, e que nunca mais o faria. Quer ele, quer o circulo de amigos dele com quem já tinham falado e etc., etc.. A quantidade de informação que foi na altura disponibilizada pela comunicação social a alertando para a forma como eles utilizavam determinado tipo de material de plásticos de radiografias, fosse o que fosse, etc, etc, eu acho que claramente levou a que as pessoas comesçassem a alterar os seus procedimentos no que respeita e eu falo com muitas pessoas que diziam eu utilizava assim porque pensava que, as pessoas até comentavam que antigamente era como na aldeia as pessoas deixavam tudo aberto, e agora tinham que trancar mesmo, alteraram esses procedimento, não vou dizer todas, mas muita gente alteou esse procedimento e alteram outros procedimentos também, aliás tanto alteram que isso tem levado, e nem estou a falar do SEF, estou levado ao nível de outras policias e utilizando sistemas como a internet para a apresentação de denúncias, etc, as pessoas cada vez mais tendem a denunciar crimes de que possam ser vítimas ou de que testemunharam, seja como for, uma realidade que não é tanto do SEF a violência doméstica nós assistimos a que cada vez mais as pessoas se chegam à frente e denunciam casos de violência doméstica de que são vítimas, isso não acontecia, mas tanto se preparou ao nível legislativo por um lado em termos das autoridades e das próprias policias ao nível formativo e tudo isso, como cada vez mais se foi divulgando na comunicação social e explicando, e alertando para este problema que as pessoas tomaram consciência, o caso de violência doméstica, situações de pedofilia, etc, etc, dada vez mais as pessoas tomaram consciência porque a comunicação social teve um papel forte, activo e interventivo, já que falamos de pedofilia nem sempre Nem sempre a comunicação social lá está surgem peças que nem sempre deveriam surgir, podem



insurgir as pessoas em erro porque se pretende o espectáculo mais que outra coisa qualquer.

SM – Há bocado falou das condenações! Julga que as condenações dadas a estrangeiros e o apoio dado até no caso de serem vítimas são iguais ao dado aos cidadãos Portugueses? Ou de alguma forma...?

– Creio que sim, nem de propósito ontem tive oportunidade de estar com um cidadão que já é Português, mas de origem estrangeira, que vive cá em Portugal à uma serie de anos e está ligado a uma associação de imigrantes da sua nacionalidade de origem e um dos assuntos que falamos foi precisamente esse, ele estava a dizer que não é a mesma coisa ser português e ser estrangeiro, porque os portugueses quer se queira quer não conhecem o seu sistema judicial e tem outras ferramentas para se defenderem em quanto que o estrangeiro tem muitas vezes, encontra-se numa posição indefesa, etc., etc. Eu por acaso na altura não quis comentar ou não quis de algum modo contrapor o poder de argumentação, mas eu acho que esse podia ser um vício de alguns anos a trás neste momento não é. Quando nós começamos a perceber que tínhamos um fluxo migratório com diversas origens a chegar a Portugal no inicio da década de noventa a questão que falei ontem a adesão à Comunidade Europeia depois a União Europeia a adesão a Schengen a vinda de um número cada vez maior de imigrantes procurando Portugal para além dos outros países da união europeia tudo isso, a verdade é que isso obviamente que levou também a que se cada vez mais começa-se a haver crimes cometidos por estrangeiros, isto é lógico não estou e não vale a pena dramatizar e dizer não agora é que só há crimes cometidos por estrangeiros, é lógico que se há mais imigrantes obviamente também há mais crimes cometidos por imigrantes, o número de portugueses é estável e também aumenta número da criminalidade cometida por portugueses. É preciso perceber estas coisas de modo equilibrado, na realidade é que isso inicialmente podia acontecer, existiam dificuldades aos mais diversos níveis e começaram a aparecer nacionalidades estranhíssimas para as quais não estávamos preparados e havia dificuldades em encontrar advogados que quisessem fazer esse tipo de defesa porque havia dificuldades na obtenção de pagamentos, muitas vezes se calhar os defensores eram sempre retirados de uma bolsa de estagiários, fazendo defesas officiosas etc., etc., e aí pode-se pensar que as defesas não seriam tão sólidas como um cidadão português podia na altura sustentar



porque estava cá e podia pagar e tudo isso, mas isto podia nos levar a vários tipos de conversa, mas enfim... uma defesa é uma defesa não quer dizer que um advogado em início de carreira não possa ser tão bom ou até melhor que um advogado há mais tempo na praça não quer dizer que um estrangeiro, não possa pagar a um advogado que lhe fizesse o dever, havia falta de interpretes também, a própria linguagem, houve situações eu lembro-me em que, em se podia passar à fase de julgamento e os processos arrastavam-se porque não havia interpretes de determinado tipo de idiomas, africanos sobretudo idiomas asiáticos inclusivamente, isso criava dificuldades varias depois na aplicação da justiça, e repare que não se podia o nosso sistema não permite a aplicação de penas de prisão de justiça etc., sem dar o mínimo de garantias de defesa ao arguido ou arguidos entre os quais também a própria compreensão daquilo que lhe está a acontecer, quer dizer não se pode julgar e condenar uma pessoa que não percebe, sem lhe ser nomeado interprete e ele estar completamente aliado do que lhe está a acontecer, ora isso pode ter sido uma situação do início dificuldades digamos assim, pouca sensibilidade da parte das autoridades dos tribunais para este novo fenómeno, passados vinte, quase vinte anos isto já não é uma realidade, a realidade neste momento é que está tudo preparado e está tudo feito na perspectiva de seja qual for a nacionalidade do arguido isso está previsto na lei ele ter os mesmos direitos e as garantias, o mesmo tipo de defesa para o mesmo tipo de penas, para a aplicação do mesmo tipo de sanções, etc., etc., portanto não há distinção o crime é cometido por um individuo por uma pessoa tenha ela que origem tenha que nacionalidade tenha etc., etc., e repare noutra coisa, o argumento que há não, mas o estrangeiro tem menos hipóteses, porque não se consegue defender, não conhece o sistema judicial do país, não tem conhecimentos, etc., isso já não será bem assim e até podemos pensar de outra maneira, grande parte dos cidadãos portugueses que cometem crimes vem de bolsas económicas bastantes fragilidades e pobres e Se calhar o raciocínio é exactamente a mesma, com falta de educação, de nível escolar inclusivamente ausente não conhecem o sistemas, não conhecem as leis, não conhecem ninguém que os possa ajudar muitas vezes, não tem dinheiro para pagar a advogados tem de recorrer ao apoio judiciário, etc., etc., exactamente como os estrangeiros que se pretende dizer que não conseguem ter a mesma defesa que os portugueses tem, acho que isso já não existe, basta pensar nestes dois casos estrangeiros que possam estar numa situação fragilizada, mas portugueses que vem



de camadas sociais mais empobrecidas, sem educação, sem cultura etc., etc., a verdade é que eles estão quase na mesma posição e a lei terá que ser sempre a mesma a aplicar, eu não me parece que isto aconteça podem vir estrangeiros dizer que isso acontece, etc., etc., podem vir dizer que na aplicação de penas a redes de crime organizado, tráfico de pessoas etc., etc., mas também são porque a prática de crimes são feitas em massa, as redes que exploram emigração ilegal não tem uma ou duas vitimas tem duzentas vitimas tem trezentas vitimas tem uma série de crimes que tem uma panóplia de crimes bastante grande e não apenas um crime ou outro por mais duro que seja esse crime que possa ter sido cometido, depois há que aplicar os critérios que estão previstos na lei processual penal, há os cúmulos de penas, há uma serie de situações a que as penas de facto a este tipo de indivíduos sejam elevadas, mas normalmente é a estes indivíduos não é ao imigrante que pratica crime isolado, não é ao imigrante que pratica falsificação de documentos ou furto aí normalmente as penas são exactamente as mesma que são aplicadas aos outros indivíduos, ora nestes casos não, criminalidade organizada, associações criminosas, criminalidade que tenha molduras penais elevadas como tráfico de pessoas que agora a aparecer com punições em tribunais, etc., etc., obviamente que aplicam penas elevadas e isso tem que ser mesmo assim, acho eu.

SM – a nível da polícia falo mais GNR e PSP não sei se terá conhecimento a dificuldade da língua num primeiro impacto, julga que poderia ser combatida de alguma forma com formação aos agentes ou julga que essa nem tem dificuldade mesmo ao nível da investigação de redes organizadas, falei com um investigador que me disse que tinha dificuldade por exemplo “conseguimos fazer-lhes escutas, fazíamos as escutas, mas não percebíamos o que eles diziam porque eles falavam no idioma deles.

– Há aí duas situações na minha opinião, ao nível operacional é sempre bom termos dentro das nossas estruturas quem consiga perceber alguma coisa, mas por uma questão prática digamos assim, ao nível da investigação propriamente diga eu não concordo mesmo coma utilização de intérpretes dentro das forças, eu não concordo acho que os interpretes devem ser como os peritos, devem ser nomeados devem ser autónomos, devem ser isentos e independentemente de poderem trabalhar com as policias com os tribunais, etc., devem ser pessoas, figuras isentas tal e qual como são os peritos de engenharia de balística seja o que for, quando são nomeados de



fora para os tribunais para se conseguir fazer a prova, repare que um interprete isso já aconteceu com interpretes no caso do SEF no trabalho do SEF e nós recorremos sistematicamente a interpretes já aconteceu com independentes nomeados indicados por nós e que são nomeados pelo tribunal e que depois os arguidos vem por em causa, independentemente de nem serem funcionários do SEF nem nada, mas eles mesmo assim só porque sabem que aquele interprete já trabalhou noutros processos com o SEF ou que foi o SEF que o indicou colocam em a nomeação daquele interprete, que dizem que ele não está a trabalhar bem, que não está a dizer ao tribunal aquilo que eles próprios querem dizer e nem nada disso, por isso olhe imagine um policia a fazer este papel, eu acho que a policia é para fazer tempo, os crimes são cometidos e estão lá, a policia tem que investigar esses crimes tem que trabalhar tem que fazer o seu trabalho produção de prova esse é outro lado, interpretes peritos advogados tudo isso é uma terceira parte digamos assim, tem que estar fora deste contexto não podem estar ligados, não podem fazer parte nem de uns nem de outros, repare que a contraria também é verdadeira quando eles próprios às vezes, não acontece sempre quando põem em causas os interpretes que nós indicamos nós próprios quando são eles a indicar também utilizamos na mesma os nossos interpretes para ver se a coisa está a ser bem trabalhada, já aconteceu em processos haver mais do que um interprete, cada um a indicar o seu para ver se o trabalho estava a ser bem feito.

SM - A outra pergunta era relativamente ao conhecimento das nossas leis! Julga que há grupos que vem ao nosso pai, mas já vem com conhecimento prévio, que fazem esses estudo anteriormente aprofundado para de melhor forma poderem cometer os crimes e saber como agir com a nossa lei? No fundo falo especificamente do caso dos menores de eles chegarem e dizerem que eram menores até porque tínhamos dificuldade de apura a idade deles devido à dificuldade pela documentação? Isso poderá indiciar um estudo prévio da nossa legislação ou...?

– Eu não me parece! O que me parece é que eles trabalham sobre tudo de acordo com hábitos digamos assim no terreno, ainda há pouco falávamos dos grupos de leste, enfim pode haver mais ou menos organização, há quem defenda de facto que isso acontece, mas isso será a um nível de muita organização mesmo, e sobre tudo quem trabalha com advogados da praça, ai sim poderá haver, caso concreto de



quem já teve experiências anteriores ou consulta advogados numa determinada perspectiva e trabalha com advogados que podem executar o seu trabalho com maior ou menor legitimidade nem todos o fazem a coberto de legitimidade legal, diga-se de passagem, mas eu aí posso acreditar que quando há uma situação direccionada para trabalhar com este advogado ou com aquele ou com aquele ou com um conjunto de advogados recorrentemente que isso lhes permitirá a eles algumas armas nessa perspectiva que está a querer dizer conhecer a lei e saber como a podem contornar, para chegar aos objectivos que querem chegar, agora por norma não me parece que isso aconteça, acho que o tipo de criminalidade de que estávamos a falar ainda há pouco dos grupos que vem de leste da Europa percorrem Europa toda, repare que isso pode-se indiciar algum tipo de fragilidade da nossa lei isto é do caso português, nós estávamos invadidos neste momento, e não estamos nós como não estão os espanhóis como não estão os franceses, quer dizer todos nós temos os nossos problemas, mas é que eles giram, este tipo de grupos giram à volta de uma serie de países e ai se quiser a arma que eles já utilizam bem porque já conhecem são as regras de Schengen e eles sabem que passando de fronteira para fronteira podem ocasionalmente ser apanhados porque há momentos de controlo, chamada fiscalização que é feita em transportes públicos, comboios autocarros, portanto, mas não há aquele controle de fronteira feito como era feito de modo sistemático como estamos a falar quando se vem de fora de Schengen para dentro ou vice-versa, ai há memo controle de fronteira pela via aérea, na via terrestre não temos esse tipo de acção, mas a leste dos países tem por exemplo a Alemanha tinha com a Polónia antes de a Polónia entrar na UE neste momento a Polónia tem com a Ucrânia e tem com os países do Báltico, com o Báltico já não tem porque já estão na UE, mas tem com a Rússia portanto com a Bielorrússia aliás, mas há uma serie, temos que imaginar as coisas também com outro tipo de fronteiras nesses países, nós não temos esse tipo de problema, quando eles andam na Península Ibérica, eu costumo dizer com algumas comunidades de estrangeiros eles sobretudo identificam tudo por áreas geográficas, sobretudo a Península Ibérica, não é Portugal e Espanha, Para eles será mais a Península Ibérica, porque desde que entraram em vigor as regras de Schengen em 95, com a abolição do controle da fronteira terrestre eles conseguem movimentar-se com algum à vontade e sabem também que podem ser apanhados em altura em que ocasionalmente sejam feitos e são feito com alguma regularidade obviamente, mas será só de forma ocasional é



que eles podem ser apanhados, regra geral não é isso que acontece é a ausência de controlo e a liberdade de circulação, ora ao fazerem-no aí eu posso dizer sim senhor que eles reconhecem essa aparente fragilidade do sistema que existe neste momento na Europa Schengen, mas não vou dizer que eles conhecem rigorosamente o que existe na legislação Portuguesa, sobre isto, sobre o Código Penal, sobre a lei de estrangeiros, sobre o Código de Processo Penal isso não me parecem que com rigor eles conheçam, podem fazê-lo é chegando a um determinado nível de organização e trabalhando directamente com advogados, mas isso será já a um nível de organização que não estava aqui, normalmente o que me parece e quando muito podem fazer outra coisa ao serem, acontece se calhar com os grupos que vieram e que estiveram cá de origem Balcânica em que eles foram roubando em determinadas localidades sabiam que a ausência de documentos era importante para despistar as autoridades, sabiam que os crimes que lhes interessava cometer, são crimes de baixa moldura penal e se calhar eles tem essa convicção, porque eram agarrados, eram perseguidos eram postos em tribunal e saiam em liberdade. Depois passados quinze dias um mês eram agarrados, perseguidos eram presentes a tribunal e eram novamente postos em liberdade já com outros nomes com novas identidades, etc., etc., por aí de um modo empírico diria eu eles foram se percebendo isso, agora um conhecimento rigoroso da lei de tudo não me parece, era um outro tipo de criminalidade já em que pode acontecer isso.

SM – eu fiz-lhe a pergunta porque numa outra entrevista eles mesmo, os investigadores mencionavam que geralmente o advogado que aparecia que era sempre o mesmo.

- Em muitos casos comunidades estrangeiras, comunidades de origens aparecem sistematicamente, não diria mesmo mas os mesmos.

SM- Ele diz que era praticamente aquele grupo de advogados que aparecia, que eles já sabiam e mesmo chegavam a perguntar o que é preciso mais porque eles iam a tribunal e que iam sair em liberdade.

Quer saber também o que é que acha disso deles percorrerem por exemplo a Península Ibérica e acabam por se fixar durante algum tempo em Portugal ou em Espanha ou percorrem-na como de um país único se tratasse tendo ramificações noutras terras, Itália, França.



– Eu gostaria de dizer que eles vão cometendo crimes nas localidades onde até ao momento em que sentem que conseguem cometer esses crimes, quando começam a perceber que estão a ser pressionados eles saem, mudam de localidade e vão para outro local e depois mudam outra vez e etc., nessa perspectiva eu não tenho a mínima dúvida que eles vêem a Península Ibérica como uma única região, agora há outra perspectiva de ver as coisas eles também quando são apanhados pela policia, e nós em alguns casos tivemos indivíduos que foram indicados pelo tribunal para o SEF promover o processo de expulsão e efectivar o afastamento deles do país e em alguns casos o SEF não teve sucesso nessa diligência, porque não havia forma de identificar as pessoas e muito menos a nacionalidade das pessoas também, então eles pura e simplesmente eram postos em liberdade, tiveram que ser postos em liberdade porque a lei de estrangeiros só permite um período máximo de 60 dias para colocação, para privação de liberdade e durante esses 60 dias tem que ser instruído o processo de expulsão e tem que ser concretizado o afastamento, porque se não for eles tem que ser postos em liberdade, houve pontualmente situações destas e voltamos à origem Balcânica, indivíduos que se dedicavam aos pequenos furtos etc., etc., indivíduos que eram apanhados o tribunal entregava-os ao SEF, o processo promovia o processo de expulsão, não havia referências a troca de informação não permitia nem com fotografias nem com impressões digitais nem nada, não permitia chegar à conclusão de uma identidade propriamente dita e então os indivíduos iam embora. Então quando eram postos em liberdade nós tentávamos controlar obviamente a movimentação dessas pessoas, para onde é que eles vão? Quem é que está por detrás disto? Que contactos é que há? Recorrentemente iam para Espanha saíam da Unidade de Habitacional Santo António que temos no Porto chamado Centro de Instalação Temporária para Estrangeiros em processo de afastamento e ao fim de 60 dias, postos em liberdade, nós íamos a trás deles e o movimento era recorrentemente o mesmo, Espanha, comunicávamos às autoridades Espanholas, eles obviamente referenciavam a situação, mas também pouco podiam fazer, que é que isto quer dizer na minha perspectiva, quer dizer que a promiscuidade de movimentação, digamos assim de liberdade de movimentação por toda esta região é uma realidade, quando tem dificuldades de um lado da fronteira ou a policia no caso concreto apanhou, as indicações que eles tem, é para cruzarem a fronteira, repare que não há controlo de fronteira, mas a fronteira existe as policias são diferentes, e então eles passam para o outro lado da fronteira,



procurando eventualmente chegar a contactos do outro lado da fronteira e aí percorrendo mais para leste entrando em França e eventualmente em Itália de onde muitos deles elas originários tal como chegamos à conclusão.

Ontem falamos de uma coisa que não sei se estará muito bem assente da cooperação internacional, e pegando num exemplo do processo da PSP lá do Porto e do dossiê que fizemos aqui em Lisboa em colaboração com a DIC aqui em Lisboa, a conclusão a que chegamos e que foi enviado para a Europol, das respostas que chegaram é que os outros países viviam exactamente as mesmas dificuldades que nós tínhamos, eles tinham as pessoas identificadas fotograficamente muitas delas em termos de lofoscópicos, impressões digitais e mais nada, do que isso, algumas tinham alguns documentos de origem Italiana muitos deles não eram documentos bons legíveis até, muitos deles eram porque eram de pessoas que já viam em Itália à uma serie de anos, e que o que objectivamente pretendiam também era regressar a Itália sem prejuízo das autoridades Italianas estarem de olhos em cima deles por força da politica, que nos últimos anos tem vindo a ser incrementada cada vez com maior credibilidade por parte das autoridades Italianas pelo governo do primeiro-ministro Berlusconi, tem criado condições para afastamento deste tipo de pessoas criando legislação interna mais forte.

SM- Que tipo de legislação?

– Legislação que criminaliza mesmo a imigração ilegal, que persegue de facto pessoas, podem estar relacionadas com o mundo do crime mas que não conseguindo pegar-lhes por essa via, pegam-lhes pela via da imigração ilegal da imigração clandestina, ouve saída de indivíduos de Itália sobretudo da comunidade Balcânica, Albanesa, procuram outros pontos da Europa, saíram mesmo de Itália, e depois andam pela Europa, o termo correcto é mesmo andam, não se ficam em lado nenhum e vão ficando, e vão continuando, vão cometendo crimes aqui e acolá para arranjarem dinheiro com certeza para sobreviver e não vão para lado nenhum, essa é um bolsa quem sabe mais problemática e uma bolsa sem referências sem laços de fixação sem nada, sem identidades a não ser as que são declaradas de boca do que propriamente do que pode acontecer com outras nacionalidades de países oriundos de África e de toda a Europa que nós temos os nossos Africanos os Espanhóis aqui ao lado tem outras comunidades Africanas, os Franceses tem outras os Belgas tem outras os Italianos tem outras todos nós sabemos que a proximidade cultural e



histórica dos países da Europa, alguns países de África fazem com que eles procurem essas nacionalidades e o que acontece que aí há sempre referências há documentos há identidades há possibilidade de contactos com os países de origem e com gente que vem daquele lado isso não acontece, com a América Latina é a mesma coisa nós temos muito mais facilidade, os Espanhóis aqui ao lado nos contactos que tem com os países que falam Castelhana, a América do Sul tem muito mais facilidade do que propriamente com essa gente, que navega, que deambula pela Europa sem se fixar em lado nenhum, vão avançando, avançando e vão pequenos crimes.

SM – Itália teria sido então um primeiro destino deles onde eles se fixaram, dadas as medidas começaram a ser implementadas

– Itália historicamente é o primeiro destino dos países, Itália é um pouco mais para Norte, subindo um pouco Áustria, também como ponto de passagem a Alemanha como destino da Europa, é preciso lembrar que há uns anos atrás havia recorrentemente a tentativa de passagem de, na altura da guerra, quando havia a guerra percebe que lá em volta daqueles países todos havia recorrentemente a tentativa de passagem através do Adriático de gente que vinhas desses países da costa, que chegava à costa desses países inclusive da Albânia vieram, vários, houve deslocação de muita gente também de barcas, de navios de carga, etc., até às costas Italianas do lado da costa de leste do lado do Mar Adriático, isso levou a que fosse muita gente para lá e que ficasse lá em Itália, eles não tinham condições de reagir a tudo aquilo que estava a acontecer, depois conseguiram criar-se condições para algum modo estancar esta realidade, mas a verdade é que as pessoas já lá estavam, depois há os movimentos por terra também, entradas clandestinas, pontos clandestinos de entrada, tráfico de pessoas, etc., etc., redes clandestinas que metem as pessoas para o lado da União Europeia e normalmente o que acontecia nesses casos como o que acontece noutras comunidades estrangeiras eles vão à procura de outras pessoas onde já estão outras pessoas da mesma nacionalidade e vão-se fixando lá, o que aconteceu no últimos tempos um ou dois anos para cá, é que eles sentiram o aperto das autoridades Italianas e começaram a sair não regressam aos países de origem, pode ter havido muito afastamento, ainda pode haver muitas expulsões, mas a maioria não é por aí, ou foge por Itália e mantêm-se ilegal por lá



ou vem para a Europa procurando outros países onde possa continuar a exercer essa actividade ilegal, é uma situação problemática essa.

SM – Para terminar tinha uma pergunta relativamente aos estudos que existem e relacionam imigração e criminalidade, julga que há estudos suficientes que são importantes e que tipo de estudos é que poderia haver?

– O que há mais conhecido é o da Maria João Guia, é o mais recente e que ela já está a trabalhar na perspectiva de dar continuidade ao trabalho e de desenvolver e achamos muito bem! Achamos todos muito bem! Alguns estudos mais numa perspectiva mais sociológica por ventura que tem sido elaborados por outros autores, Boaventura Sousa Santos que tem algumas coisas também no âmbito da imigração e que por ventura não estarão tão colados, não estabelecem a relação imigração/criminalidade, mas enfim dá para ver algumas coisas, existe um outro autor que eu esta a tentar lembrar-me agora, que também tem uns escritos interessantes, é mais novo ele, não me lembro, ele costuma entrar em conferências e seminários connosco fazemos.

SM – Pedro Góis?

– Não, não é o Pedro Góis, mas se tiver interesse saber isso, eu posso ver a um nível mais documentado, através aqui no do nosso Centro de Documentação, e depois digo-lhe, eles vêm isso, eles recolhem a parte mais gráfica, eu depois digo-lhe alguma coisa.

SM – Salienta algum estudo, que achasse importante?

– O da Maria João é interessante por um lado e complementado por outro, vai buscar a população prisional, a prática de crimes, ela agora está a fazer a coisa virada sobre tudo para o que julgo saber, para a questão da participação na prática de crimes, a criminalidade participada, o que acaba por ser uma perspectiva interessante e complementada por outro relativamente ao da população prisional, são distintas mas, são complementadas e é por ventura mais interessante até, naquela perspectiva até, tentar ver até que ponto do volume dos milhares de crimes, num determinado período com certeza são participados, existe alguma rácio os que chegam à prisão ou não os que são participados e são cometidos por imigrantes tudo isso é capaz de ser mais interessante.



SM – Lembrei-me agora, uma parte é os imigrantes outra é os estrangeiros, provavelmente até se calhar a criminalidade que é cometida no nosso país por cidadão estrangeiros é apenas por estrangeiros não residentes em Portugal? Presumo, não sei! Por exemplo fala-se os cidadãos Brasileiros estão mais ligados a este crime, mas aí falemos mais até dos Sérvios e dos Croatas são mais pessoas que vem ao nosso país que não estão legais e que os imigrantes que estão cá residentes, presumo eu que esses venham com aquele intuito do reagrupamento familiar de trabalho?

– Tem acontecido, mas também já verificamos que alguns imigrantes já residentes no país estão envolvidos no cometimento de crimes, já se verificou e já tem havido condenações desses indivíduos que estão devidamente documentados no país, mas perfeitamente documentados, existe alguma tendência óbvia na minha opinião para, quando as pessoas estão de acto interessadas em cometer crimes as pessoas tendencialmente não vão de facto se legalizarem, a perspectiva de se poder chegar a um determinado país onde não tem referências escolher alvos, definir alvos, fazer cirurgicamente sobre esses alvos, agir e depois regressar, repare que é muito mais dramática para quem investiga do que ter um individuo referenciado, eu lembro-me que aqui a uns anos atrás nós nessa matéria estamos a fazer algum trabalho, algum, estamos a fazer o nosso trabalho diria eu com os prisionais, a à uns anos atrás bons anos atrás uns dos dramas que tínhamos precisamente no nosso trabalho era a identidade das pessoas precisamente que cometiam os crimes, esse desconhecimento advinha precisamente das dificuldades da legalização das pessoas e então o que nós de certo modo e alguns de nós e eu próprio defendia era que quando há indivíduos que são estrangeiros que são detectados, agarramos, metemos, são levados a tribunal e são condenados pela prática de crimes e vão para a prisão e estão ilegais no país, tudo isto demora e mesmo que eles pudessem estar numa posição de turismo, salvo seja não é, mas dentro de períodos legais permitidos por lei, rapidamente ultrapassavam esses períodos legais e em particular quando ficavam na prisão ficavam, numa situação de permanência ilegal, ora nesses casos mais-valia a pena legalizar as pessoas para um determinado período, nem que fosse para o comprimento da pena só para nós sabermos quem eram, porque repare nem todos os comprimentos de pena implicam afastamento do território nacional, por exemplo um Brasileiro ou um Angolano seja o que for que é condenado numa pena de dois anos, três anos de prisão num crime qualquer, três anos quatro anos às



vezes até mais acessoriamente pode ser condenado ou não depende da interpretação do tribunal e aquilo que o tribunal entender que é mais correcto ser-lhe aplicado uma pena de expulsão judicial, se for o que acontece, é ele cumpre até que ao momento em que o tribunal de execução de penas ele deve ser posto em liberdade ou até ele pedir que a pena seja cumprida nos países de origem, há diversas formas assim, assim, mas a verdade é que a partir de determinado momento em que o SEF é contactado para efectivar o afastamento daquela pessoa e se ela vai ser afastada, o afastamento é executado e ele vai-se embora, ponto final. Agora há outros casos em que isso não acontece os tribunais nem sempre aplicam as penas judiciais de expulsão às vezes não o estão a fazer, e aqui o SEF das duas uma ou tem forma de agir em termos administrativos e aplicar a expulsão administrativa e o que nós fazemos com os prisionais é a identificação dos estrangeiros que estão nas prisões e saber quais estão legais, quais estão ilegais qual é a situação se afastamos ou não afastamos, mas existe uma última hipótese ainda os romenos, os romenos são comunitários, então o que fazer com o cidadão romeno que foi condenado, o tribunal não aplicou uma pena de expulsão judicial e que o SEF não pode expulsar pela via administrativa. O tribunal não aplicou a expulsão o SEF não pode aplicar e ele vai para a rua! Então o que fazer nestes casos? Ter a documentação das pessoas, saber quem são os indivíduos e eles vão ficar cá e mesmo que não fiquem cá eles tem a possibilidade de quando quiserem de vir cá, por isso, tem que haver forma de ter aquelas pessoas identificadas, elas podem estar identificadas só pelo facto de serem romenos e terem vindo cá cometer crimes e etc., se eles quiserem ficar cá, mais documenta-los, e ainda para mais sendo cidadãos da União Europeia neste momento, mais vale dar-lhes condições para ficarem, do que se manterem numa posição cinzenta digamos assim, não voltar para a terra deles, vão continuar a fazer o mesmo tipo de coisas e nós vamos ter dificuldades novamente na identificação desta gente, a não ser com recursos que cada vez há mais graças a Deus, através de inovação tecnológica e tudo, fanada documentação electrónica chamada dados biográficos, biométricos.



Anexo 2

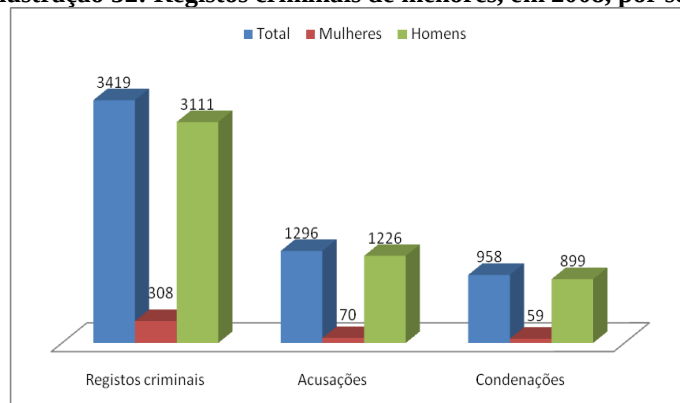
“Registos Criminais da População Croata”



Tal como referimos ao longo do trabalho damos a conhecer-vos a análise dos registos criminais aos cidadãos croatas no seu país de origem.

Assim, se analisarmos os registos criminais dos menores croatas, verificamos que das 3419 ocorrências registadas, apenas 1296 resultaram em acusação e dessas só 958 deram lugar a condenação. Ressalvamos a ideia de que as mulheres têm um peso muito baixo em ambas as situações, conforme depreendemos da observação da ilustração 8.

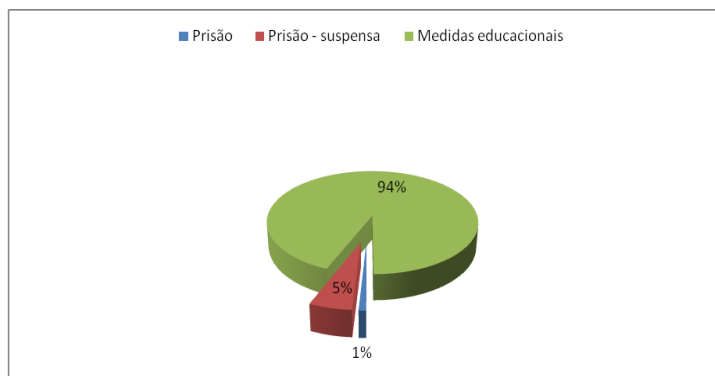
Ilustração 52: Registos criminais de menores, em 2008, por sexo



Fonte: DZS, 2008

Das condenações dos menores, e como seria de esperar, a maioria destas resulta em medidas educacionais, seguindo-se a pena de prisão suspensa e apenas uma margem para a prisão efectiva.

Ilustração 53: Resultado das condenações a menores croatas, em 2008, por Pena

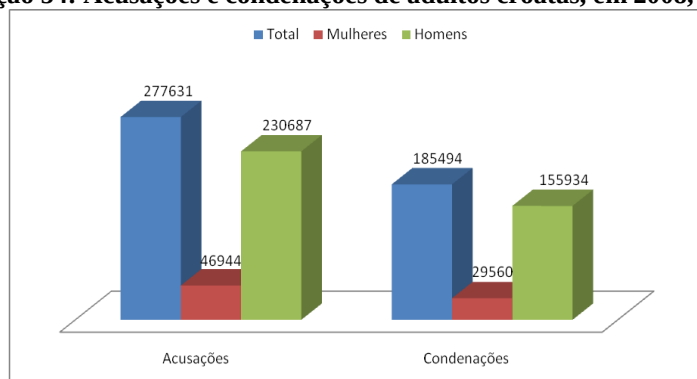


Fonte: DZS, 2008

O mesmo se verifica quando falamos nas acusações e condenações de indivíduos adultos, conforme resulta da análise de ilustração 10.



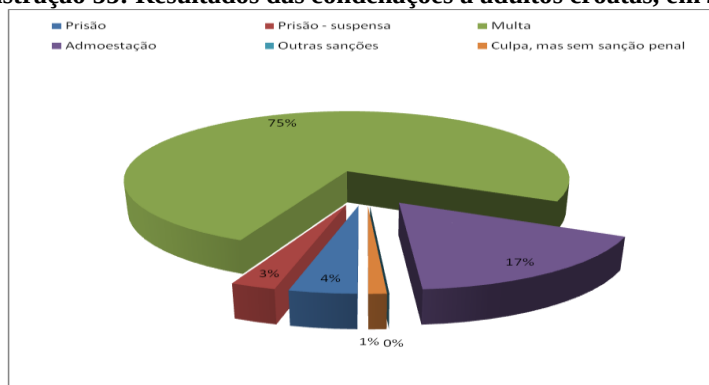
Ilustração 54: Acusações e condenações de adultos croatas, em 2008, por sexo



Fonte: DZS, 2008

Se observarmos a ilustração 11, verificamos que a pena de multa é a mais aplicada, seguindo-se a admoestação, pena de prisão, prisão suspensa, e por fim, a determinação de culpa, mas sem resultado em sanção penal (DZS, 2009).

Ilustração 55: Resultados das condenações a adultos croatas, em 2008



Fonte: DZS



Anexo 3

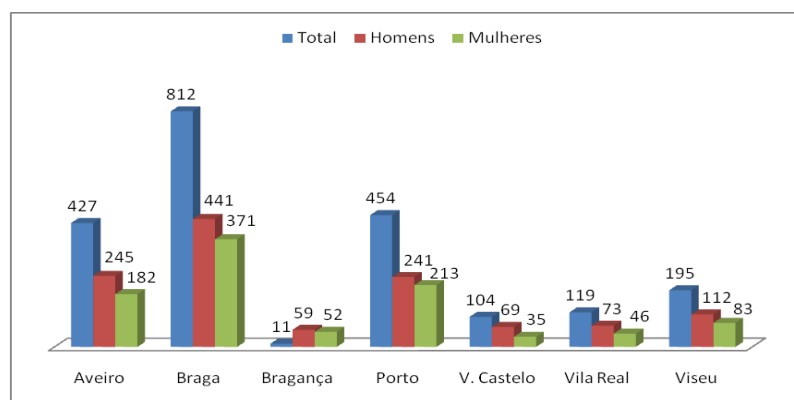
**“População Romena, Croata e Sérvia – Distribuição em
Território Nacional”**



Ao longo do nosso trabalho fizemos a análise da distribuição da população romena, croata e sérvia no nosso país, ao longo das mais variadas zonas do país. Análise esta que passamos a descrever.

Se analisarmos a repartição dos cidadãos romenos pelo território nacional, conforme se depreende da análise da ilustração 56 encontramos os seguintes resultados: no Norte de Portugal, verificamos que a população romena encontra maior expressão nos distritos de Braga, Porto e Aveiro, sendo que a população masculina é aquela que revela uma maior representação.

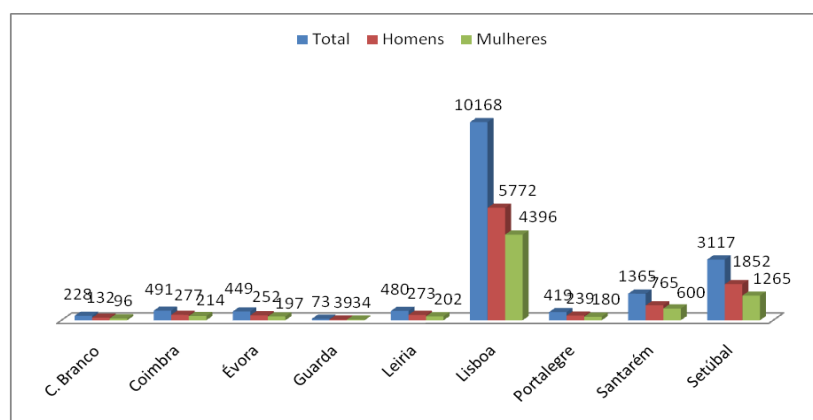
Ilustração 56: População Romena Residente no Norte de Portugal, em 2008, por sexo



Fonte: SEF

Já na zona Centro de Portugal, verificamos que os focos populacionais são: Lisboa, Setúbal e Santarém, mantendo-se um número mais elevado de residentes de sexo masculino em toda a zona, conforme verificamos pela observação da ilustração 57.

Ilustração 57: População Romena Residente no Centro de Portugal, em 2008, por sexo

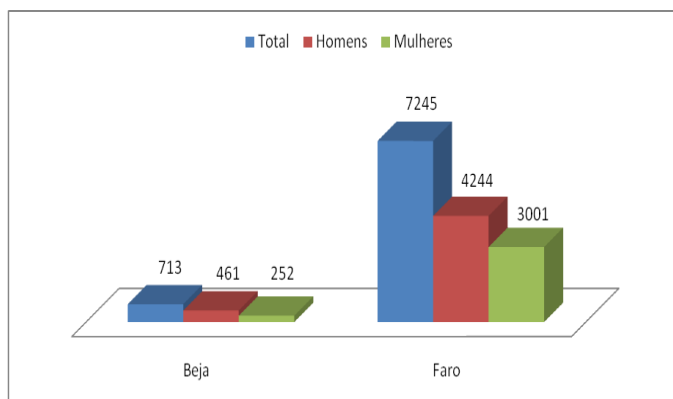


Fonte: SEF



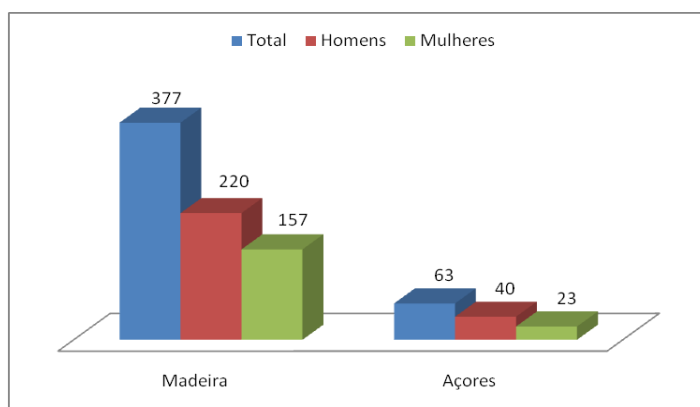
Quanto ao Sul do país, o grande foco populacional é Faro e, conforme padrão já verificado, constatamos o predomínio da população masculina, segundo a análise da ilustração 58.

Ilustração 58: População Romena Residente no Sul de Portugal, em 2008, por sexo



Fonte: SEF

Ilustração 59: População Romena Residente nas Regiões Autónomas de Portugal, em 2008, por sexo

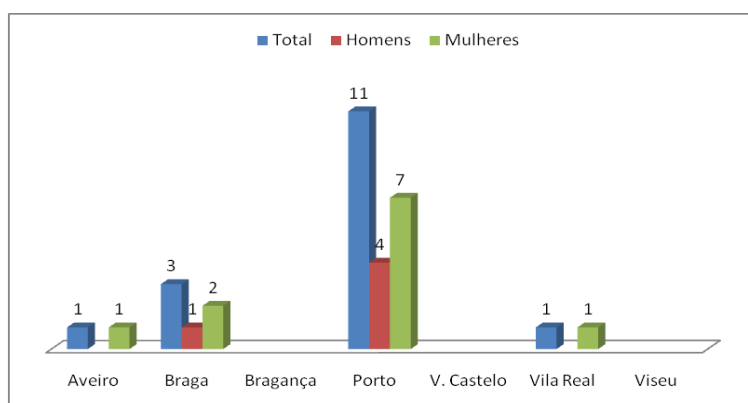


Fonte: SEF

Passamos agora a analisar a população croata que, apesar de não ter grande expressão relativamente à totalidade das comunidades estrangeiras residentes no nosso país, apresenta extrema importância no nosso estudo, uma vez que, sendo em número tão reduzido, apresenta percentagens de registos de ocorrências por furtos bastante altas. Realçamos que nesta comunidade, ao contrário do que acontece na população romena, é o sexo feminino que maior expressão manifesta. Se analisarmos a população croata no Norte do país, o foco populacional principal encontra-se no Porto e com uma predominância do sexo feminino, conforme se pode verificar pela análise da ilustração 60.



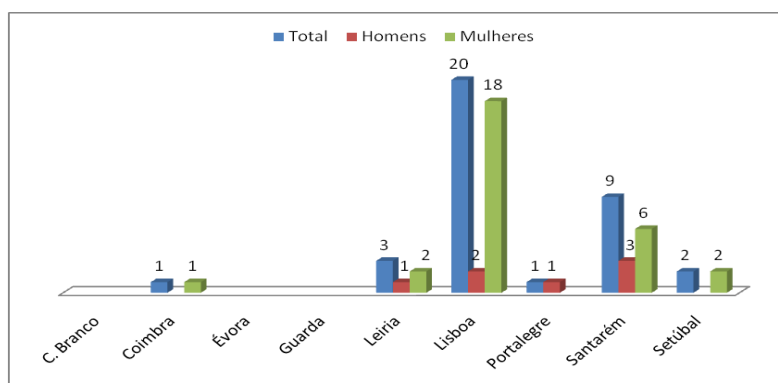
Ilustração 60: População Croata Residente no Norte de Portugal, em 2008, por sexo



Fonte: SEF

Já no centro do país, Lisboa afirma-se como o maior foco populacional para os cidadãos croatas. Também no centro do país a população feminina apresenta maior destaque, segundo depreendemos da observação da ilustração 61.

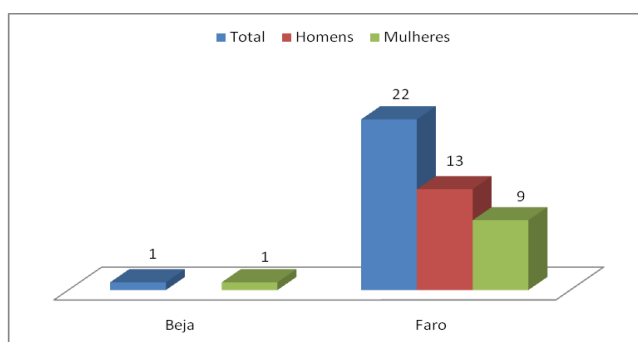
Ilustração 61: População Croata Residente no Centro de Portugal, 2008, por sexo



Fonte: SEF

Por seu lado, no Sul do país, encontramos o maior foco populacional da população croata em Portugal: Faro. Porém, aqui é a população masculina que se afirma em maior número, conforme análise da ilustração 62.

Ilustração 62: População Croata Residente no Sul de Portugal, 2008, por sexo

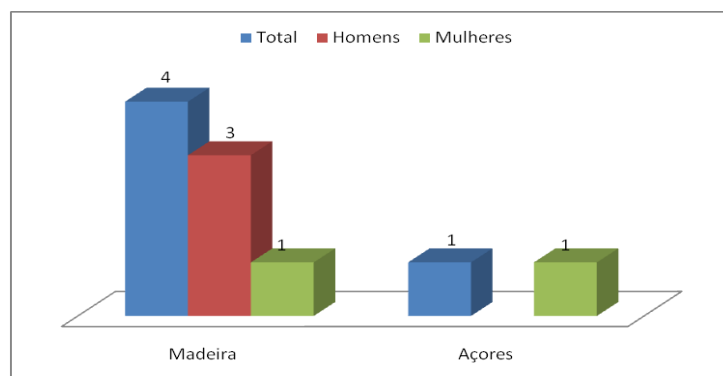


Fonte: SEF



Nas Regiões Autónomas, é na Madeira que encontramos mais cidadãos croatas e estes, na sua maioria, são homens.

Ilustração 63: População Croata nas Regiões Autónomas do País, em 2008, por sexo

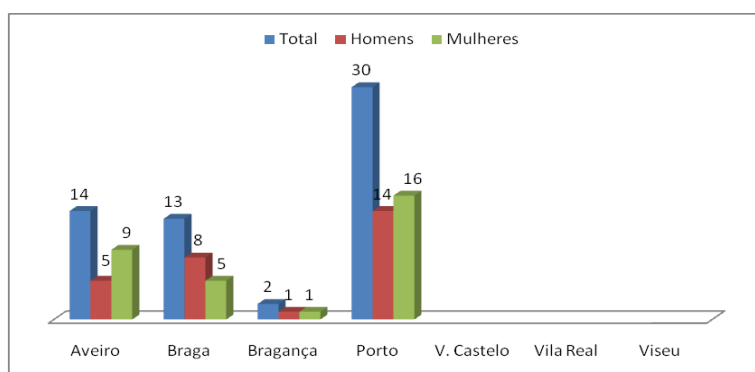


Fonte: SEF

Falemos agora da comunidade oriunda da Sérvia, que a nível de distribuição por sexo se mostra muito equilibrada, tanto nas diferentes zonas do país, como de um modo geral, com 146 homens e 141 mulheres residentes no nosso país.

No Norte do país, o foco populacional dos cidadãos sérvios encontra-se mais concentrado no Porto, conforme podemos verificar da análise da ilustração 64.

Ilustração 64: População Sérvia no Norte do País, em 2008, por sexo

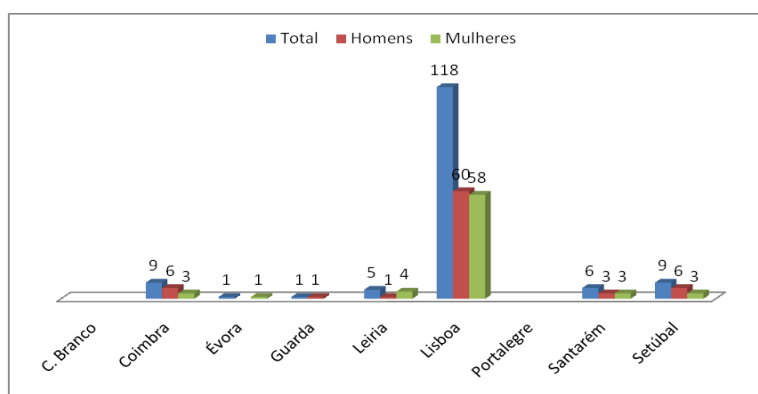


Fonte: SEF

No que respeita à Zona Centro do país, a cidade que mais evidencia o número de residentes servos é Lisboa, conforme se pode verificar da análise da ilustração 65.



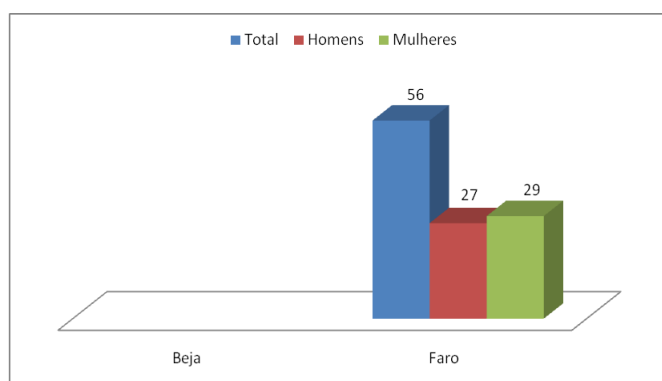
Ilustração 65: População Sérvia no Centro do País, em 2008, por sexo



Fonte: SEF

Já no Sul do país, Faro é o distrito que encontra mais representação desta comunidade, sendo o segundo foco populacional a nível nacional.

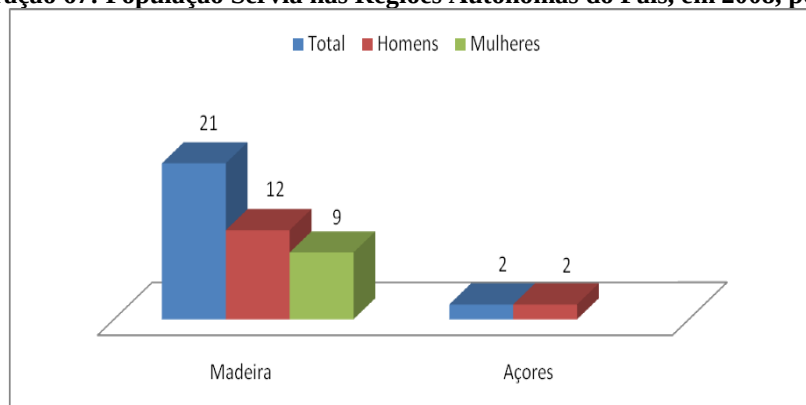
Ilustração 66: População Sérvia no Sul do País, em 2008, por sexo



Fonte: SEF

Os cidadãos naturais da Sérvia encontram-se representados na sua maioria na Madeira, quando falamos da distribuição a nível das Regiões Autónomas e são também em maior número, conforme podemos verificar da observação da ilustração 67.

Ilustração 67: População Sérvia nas Regiões Autónomas do País, em 2008, por sexo



Fonte: SEF



Anexo 4

“Notícias”



Notícia 1

“Rede internacional usava crianças para assaltos - Cérebros croatas do grupo detidos por furtos em residências de Norte a Sul”

2009-02-07 NUNO SILVA

http://jn.sapo.pt/PaginaInicial/Desporto/Interior.aspx?content_id=1134869; consultado a 15-12-2010

Eles eram os "cérebros" e usavam mulheres e crianças como operacionais. A PSP do Porto foi esta sexta-feira à Nazaré deter dois croatas suspeitos de liderar uma rede que assaltava casas em todo o país. Foram identificados 11 menores.

O desmantelamento do grupo, apontado como uma das "células" de indivíduos do Leste que têm protagonizado uma preocupante vaga de furtos, começou, em Dezembro, após a detenção de três mulheres croatas, apanhadas com 250 mil euros em ouro furtado de uma casa, na Foz do Douro, no Porto. Aquela zona da cidade e Nevogilde seriam os principais alvos, pelo facto de possuir várias moradias de luxo.

As mulheres ficaram em prisão preventiva e a Divisão de Investigação Criminal (DIC) da PSP do Porto tentou ir mais longe e chegar ao "topo" da organização. Os dois homens, de 35 e 39 anos, acabariam por ser detidos, ontem, na Nazaré, onde tinham uma casa alugada.

As seis buscas domiciliárias, que se estenderam a Lisboa, culminaram na apreensão de cerca de 25 mil euros, diversas peças de valor, que serão agora analisadas para se apurar se têm relação com os assaltos, e duas viaturas: um jipe Audi Q7 e um Opel Zafira, ambos com matrícula croata.

A DIC aponta os dois indivíduos como os mentores do esquema. Não eram eles que se introduziam nas residências para furtar sobretudo dinheiro e ouro, delegando essas funções em mulheres e menores (entre os 10 e os 15 anos), seus familiares.

Por norma, dividiam-se em grupos, com tarefas definidas: uns "sinalizavam" as residências - principalmente as que tinham as portas fechadas com o trinco -, outros entravam. Por vezes, para se certificarem de que os moradores não estavam, tocavam às campainhas. Sempre durante o dia. Recorriam a cartões e até a partes de garrafas de plástico para forçar a abertura das portas. A mobilidade era uma das características.



Nos últimos meses, a rede terá actuado no Porto, Pombal, Nazaré, Lisboa, Almada e Faro. Suspeita-se, para já, que tenha consumado "largas dezenas de assaltos". As investigações vão continuar.

Notícia 2

“Redes internacionais usam crianças no crime”

2009-05-07 NUNO SILVA

http://jn.sapo.pt/PaginaInicial/Policia/interior.aspx?content_id=1223877; consultado a 15-02-2010

As polícias perceberam cedo que a vaga de assaltos a casas, de Norte a Sul do país, tinha a marca de redes "nómadas", oriundas do Leste. Os métodos altamente organizados chegam a passar pelo recurso a crianças como operacionais.

O fenómeno foi ganhando força ao longo do ano passado e atingiu o pico no último trimestre, com incidência nas zonas metropolitanas de Lisboa e do Porto. A um ritmo pouco vulgar - diário, por vezes - as autoridades registavam centenas de casos de assaltos a residências por arrombamento, em que desapareciam sobretudo peças em ouro e jóias.

Na Porto, as freguesias da Foz do Douro e de Nevogilde foram particularmente fustigadas, ou não fossem zonas da cidade com várias moradias de luxo. A PSP começou a apertar a vigilância nos locais de risco e foram-se sucedendo as detenções de indivíduos de nacionalidades sérvia, croata e romena. Numa das situações, foram apanhadas três mulheres com artigos em ouro avaliados em 250 mil euros...

As investigações apontaram para grupos numerosos que se movimentavam por todo o país e iam-se subdividindo. Lisboa, Porto, Setúbal, Faro, Aveiro, Leiria, Coimbra, Santarém, Évora, Viana do Castelo e Braga foram alguns pontos de passagem. Deslocavam-se em rútes e viaturas de gama alta e alugavam apartamentos nas zonas escolhidas para os assaltos. Um estilo nómada que trocou as voltas às forças policiais.

Foram detectadas situações em que eram crianças - com idades entre 10 e 15 anos - as executantes dos furtos, tal como mulheres, sempre sob orientação dos cabecilhas das diversas "células" e responsáveis pelo recrutamento. As autoridades admitem mesmo, entre outras linhas de investigação, um cenário de tráfico de pessoas.

Em Março passado, a "Operação Anzol", desencadeada pela PSP a nível nacional, culminou na detenção de 23 suspeitos, sendo considerada um importante golpe nas redes de assaltantes. A força policial revelou que, desde o início do ano, já tinham sido



identificados 93 indivíduos, maioritariamente mulheres e menores. Muitos dos suspeitos já estavam referenciados em países como Espanha e Itália.

Notícia 3

“Algarve: Romenos em preventiva”

2010-02-11 CORREIO DA MANHÃ

<http://www.cmjornal.xl.pt/noticia.aspx?contentID=DB23AE38-6A8B-462B-82C1-444BB493DBD4&channelID=00000021-0000-0000-0000-000000000021>; consultado a 13-02-2010

Os dois romenos detidos anteontem em Almancil por suspeitas de vários roubos a casas vão aguardar julgamento em prisão preventiva, ordenou ontem o Tribunal Judicial de Loulé. Os dois imigrantes, de 21 e 22 anos, foram surpreendidos em casa com vários artigos em ouro e outros objectos furtados nas residências.

Notícia 4

“Máfia de Leste assaltou 239 casas em Portugal - Organização criminosa causou prejuízo de 6,4 milhões, de Norte a Sul. Usaram crianças e identidades falsas”

2010-02-11 NUNO MIGUEL MAIA E NUNO SILVA

http://jn.sapo.pt/PaginaInicial/Policia/Interior.aspx?content_id=1491691; consultado 13-02-2010

A passagem por Portugal de uma organização internacional de assaltantes de casas provocou um "rombo" de 6,4 milhões de euros em bens furtados. Foram acusados 21 elementos, provenientes de países da antiga Jugoslávia, que terão efectuado 239 investidas.

Os oito homens e 13 mulheres terão integrado uma rede que protagonizou, entre Outubro de 2008 e Março de 2009, uma das maiores vagas de assaltos a casas de que há memória em Portugal. Com ramificações a Espanha, Itália e França, onde foram cometidos crimes semelhantes, chegava a utilizar crianças como operacionais, incumbindo-lhes a tarefa de se introduzirem nas residências e de procurarem todo o ouro, jóias e dinheiro.



A acusação, deduzida pelo Ministério Público (MP) do Porto, no âmbito de um megaprocesso liderado pela Divisão de Investigação Criminal da PSP do Porto, sublinha a organização do grupo. Os seus membros tinham funções bem definidas, numa "estrutura em pirâmide", ao nível de escolha dos locais a assaltar, selecção e troca dos executantes dos crimes, apoio logístico, fornecimento de identificações falsas, concretização dos assaltos e escoamento, para o estrangeiro, do material obtido.

Os assaltantes - por norma as mulheres e os menores - actuavam durante o período diurno, aproveitando a ausência dos moradores. Na maior parte dos casos, tocavam às campainhas das residências (apartamentos ou moradias) e, na falta de resposta, recorriam a cartões ou outras estruturas em plástico para franquearem as portas. Este método era a imagem de marca, mas também houve situações em que os intrusos utilizaram ferramentas, como chaves de fendas ou chave-inglesa nos arrombamentos.

Durante a estadia no nosso país, os suspeitos foram montando vários "quartéis-generais" (na Póvoa de Varzim, Costa da Caparica, Espinho e Algarve, entre outras zonas) de onde se movimentavam, depois, para os diversos pontos do território, em autocaravanas e viaturas de gama alta, que pagavam em dinheiro vivo.

MP pede mais preventivas

A identificação dos arguidos, que ou não tinham documentos ou apresentavam-nos falsos, revelou-se uma das tarefas mais complexas. Mesmo o apuramento através das impressões digitais levou a casos de indivíduos com registos de pelo menos 20 nomes diferentes, em vários países europeus.

Houve também situações de suspeitos que alegaram ser menores de idade, para escapar às detenções, obrigando à realização de exames periciais. Tudo aponta para que sejam todos naturais de países da antiga Jugoslávia, sobretudo Croácia, Sérvia ou Macedónia.

Seis dos acusados estão em prisão preventiva. No despacho da acusação, o MP pede a mesma medida de coacção para os restantes arguidos, que após interrogatório judicial, foram colocados em liberdade. A procuradora alerta para o perigo de continuação da actividade criminosa e para o facto de tratar-se de pessoas sem paradeiro fixo, deambulando pela Europa.

O MP ressalva que a acusação, com quase mil páginas, se reporta a uma "ínfima parte" dos crimes que terão sido praticados pela organização. Ficaram de fora, por exemplo, os casos registados na área da GNR, devido à "(ainda) inexistente articulação dos sistemas de informação e registo", conforme refere o documento.



Associação criminosa; furto qualificado nas formas consumada (218 crimes) e tentada (17); furto simples (quatro); falsificação de documentos (43) e falsas declarações (15) são os principais crimes imputados.

Notícia 5

“Perícias médicas travam fuga de máfias de Leste - Procuradoria-Geral Distrital do Porto lança iniciativa para detectar verdadeira identidade de assaltantes estrangeiros.”

2009-05-07 NUNO MIGUEL MAIA

http://jn.sapo.pt/PaginaInicial/Policia/interior.aspx?content_id=1223876; consultada 13-02-2010

A partir de agora, todos os estrangeiros suspeitos de assaltos a residências que apresentem documentos duvidosos ou aleguem ser menores de idade serão sujeitos a rigorosos exames para averiguar veracidade de declarações.

A iniciativa resulta de um plano de ataque delineado pela Procuradoria-Geral Distrital do Porto contra recentes incursões de grupos de indivíduos de países de Leste especializados em furtos no interior de casas e que têm fustigado várias cidades do país, em especial a zona do Porto.

O plano envolve ainda a PSP do Porto e a Delegação do Norte do Instituto de Medicina Legal e prevê combater as estratégias de fuga à Justiça portuguesa adoptadas por aqueles grupos. Estas passam pela utilização, nos crimes, de pessoas que, quando detidas, alegam ser menores de idade - sabendo que em Portugal só os maiores de 16 anos são passíveis de responsabilidade penal.

Por outro lado, aquando da identificação policial, apresentam identidades que as autoridades vêm a constatar serem falsas. Esta situação verifica-se mesmo no caso de indivíduos maiores de idade, o que tem levantado vários problemas às autoridades, incluindo casos em que um mesmo suspeito é identificado em distintas ocasiões declarando diferentes identidades.

As dúvidas chegam a incidir sobre a verdadeira nacionalidade dos suspeitos - há casos de servo-croatas ou romenos que se apresentam com documentos italianos. De acordo com fonte policial, deverá chegar a 100 o número de suspeitos com estas características.



Farão parte de um grupo muito vasto, com registos de passagem por outros países europeus, mas subdividem-se em células mais pequenas, disseminando-se pelo país. Vários deles - cerca de dez - estão em prisão preventiva (ver página ao lado).

"O Estado possui meios científicos de identificação de suspeitos, designadamente da determinação exacta da respectiva idade, pelo que se vislumbra inútil a ocultação ou o falseamento dos dados reais de identificação", explica, ao JN, o procurador-geral distrital do Porto, Alberto Pinto Nogueira.

O responsável do Ministério Público - que inclui também no plano o Tribunal de Menores, uma vez que os suspeitos podem ser, efectivamente, crianças - crê que a iniciativa será um "meio dissuasor", além de "meio essencial de investigação".

Todos os exames a efectuar têm já uma sequência descrita em protocolo, em que todas as perícias são catalogadas como "urgentes". Começam com fotografias e recolha de impressões digitais, pela PSP - por ser a força policial a quem cabe a investigação do furto.

Nos casos em que é necessária a estimativa da idade, passam pela transporte até ao Instituto de Medicina Legal do Porto ou ao Hospital de Santo António, Porto, para realização de exames físicos e radiografias às mãos. E ainda transporte até às instalações da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade do Porto, a fim de ser efectuada radiografia dentária completa.

Especialmente no caso de adultos, quando houver consentimento do suspeito, há ainda recolha de amostra de saliva para determinação do ADN.

De acordo com informações recolhidas pelo JN, a dificuldade de identificação dos vários indivíduos envolvidos nas designadas redes de Leste chegam ao ponto de o Ministério Público estar a ponderar, nas acusações a proferir, não dar como assente a identidade dos arguidos, baseando-se, antes, nas fotografias e impressões digitais como elementos identificativos.

Notícia 6

“Cidadão croata morre durante fuga à GNR”

2008-07-25 TEIXEIRA CORREIA

http://jn.sapo.pt/PaginaInicial/Policia/interior.aspx?content_id=971411; consultado em 13-02-2010



Um cidadão croata , de 30 anos, morreu quando era procurado pela GNR de Ourique, que investigava assaltos a comerciantes chineses em Mértola e Almodôvar. Doença súbita pode ter sido a causa, mas o caso não é claro.

O suspeito era um dos quatro homens que foram apontados como os autores de um assalto em casa de um comerciante chinês, no início da semana, no qual foram furtados 26 mil euros.

Na passada terça-feira, também, um grupo de quatro indivíduos tornaram-se suspeitos pelo seu interesse numa loja de produtos asiáticos. Ainda chegou a temer-se um assalto, mas os homens acabaram por deixar a localidade. Em assaltos anteriores as autoridades tinham estabelecido um padrão. Os estabelecimentos eram vigiados, os proprietários seguidos até casa e assaltados.

Anteontem, em Ourique, as movimentações dos quatro homens "levantou suspeitas" e foi alertada a GNR. Sentindo-se "vigiados" pelos populares, os quatro apanharam um táxi com destino a Faro.

Joaquim Brito confirmou ao JN que aceitou o serviço cerca das 19.30 horas. Os clientes perguntaram o custo do transporte até à capital algarvia. "Achei-os estranhos. Pedi-lhes 100 euros, mostraram-me o dinheiro e decidi fazer a viagem", contou o taxista ouriquense ao JN.

Em Portela do Lobo, a cerca de 20 quilómetros de Ourique, em pleno IC1, Joaquim Brito recebeu uma chamada da GNR. Perguntaram-lhe se levava "quatro turistas". Disse que sim e eles mandaram-me parar. Os clientes acharam tudo estranho e quiseram saber insistentemente quem tinha telefonado. "Sozinho, perante quatro indivíduos, estranhos e desconhecidos, tive medo. E contei a verdade", recorda. Foi o suficiente para os clientes deixarem a viatura e fugirem para a serra. "sobrou para mim, porque acabei por não receber o frete", queixa-se.

Quando a GNR chegou ao local já não encontrou os fugitivos, mas não demorou até que estes regressassem ao IC 1, desta feita para p pedir ajuda, uma vez que um deles "tinha sido acometido de doença súbita", disse o taxista.

A GNR chamou o INEM, que chegou ao local cerca das 23.30 horas, acabando a tripulação por encontrar o homem já morto. O corpo. foi levado para o hospital de Beja pelos Bombeiros de Ourique, onde será autopsiado.

O capitão Manuel Jorge, porta-voz da GNR disse ao JN que "a Embaixada da Croácia foi informada", acrescentando que não foi possível cruzar os dados no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), "em virtude do sistema estar em baixo".



Os três homens foram identificados no posto de Ourique, e, "não tendo sido ligados às ocorrências de Mértola e Almodôvar, ficaram em liberdade", disse o oficial.

Y Ping Chow, líder da comunidade chinesa, confirmou a existência de alguns assaltos isolados. "Existe a mania de guardarem o dinheiro em casa", justificou.

Notícia 7

“Imigrantes croatas detidos na Maia”

25-03-2010 CÁTIA MENDES

<http://www.maiahoje.pt/noticia.php?id=3338>; consultado 5-04-2010

Na semana passada, a GNR da Maia juntamente com o SEF deteve dez imigrantes ilegais. Os suspeitos de nacionalidade croata, o pai e os seus dois filhos com a idade de 20 e 21 anos, terão sido detidos depois de, no fim-de-semana anterior, executarem cinco assaltos na zona de Barcelos. Um dos últimos alvos terá sido a moradia da família Falcão, cujo material roubado ascenderia os 40 mil euros.

Segundo, o MaiaHoje conseguiu apurar, os indivíduos escalavam os muros para entrarem nas moradias, depois estroncavam a fechadura de uma das portas e entravam nas casas.

Para além do homejacking, a rede à qual pertenciam os três indivíduos de nacionalidade croata dedicava-se, também, ao roubo de ouro. Segundo a investigação das autoridades policiais, esta rede tinha inclusive ligações com um comprador italiano, que garantia aos croatas o escoamento dos produtos roubados, a venda de dois relógios de luxo terá sido um dos últimos negócios levado a cabo pelos detidos. A rede actuava a nível Europeu, e neste momento estaria sediada na zona Norte de Portugal.

Os suspeitos acabaram por ser detidos junto ao aeroporto Francisco Sá Carneiro, num stand de automóveis, onde a família de nacionalidade croata iria adquirir uma viatura. Os dois jovens já foram ouvidos no Tribunal da Maia, a decisão final da magistrada resultou na expulsão dos imigrantes ilegais. O pai dos jovens, com a idade de 44 anos, ainda não foi ouvido, uma vez que se encontra no Hospital de Matosinhos, por sofrer de diabetes. Contudo, tudo indica que este terá a mesma pena que os seus dois filhos.

No dia seguinte, foram detidos mais sete suspeitos, todos familiares dos primeiros detidos. A GNR e a SEF acabaram por deter os suspeitos no Norteshopping, numa acção rápida e eficaz que acabou por apanhar os suspeitos desprevenidos.



Jovem assaltava pessoas através da Internet

Esta semana o concelho da Maia volta a ser palco para mais uma detenção.

A Polícia Judiciária do Norte deteve esta terça-feira um suspeito da autoria de dois crimes de roubo com recurso a uma pistola de ar comprimido.

O suspeito com 19 anos, colocava anúncios de venda de televisores e computadores a um preço convidativo na internet.

O jovem marcava encontro em locais discretos e depois ameaçava as pessoas com a arma para que estas lhe entregassem os seus bens materiais.

No dia 11 e 12 deste mês duas pessoas acabaram por ser vítimas deste estratagema, no concelho da Maia. Uma das vítimas ficou sem o computador e cerca de 500 euros, a outra vítima acabou por perder dois telemóveis e a quantia de 450 euros.

A Polícia Judiciária apreendeu a arma e conseguiu recuperar o computador e os dois telemóveis.

O suspeito será agora presente a interrogatório judicial para aplicação das medidas de coacção tidas por adequadas.

Polícia detém menores

Mais uma vez, ocorreu uma detenção no concelho da Maia, mas desta vez a dois menores.

No domingo passado, as autoridades da freguesia de Vila Nova da Telha detiveram dois menores com um extenso cadastro.

Os dois menores, um com 16 e outro com 15 anos dedicavam-se a vários furtos de veículos e também de residências.

Segundo, o MaiaHoje conseguiu apurar, os jovens pernoitavam num veículo que teriam furtado quando as autoridades os detiveram.

Na posse dos dois menores foi encontrado uma «gazua», que se trata de um objecto usado para a abertura de portas, ou seja, para furtar os veículos. Na posse dos jovens foi, ainda, encontrada a chave de um automóvel de marca AUDI. Contudo, as autoridades, ainda, não conseguiram apurar se o veículo foi realmente furtado ou se os detidos apenas roubaram as chaves.

O menor de 16 anos já foi presente a Tribunal e acabou por ser condenado a pena de multa ou alternativos de 100 dias de prisão. Já a menor foi entregue sob termo de identidade a uma instituição.

Maioria das reclusas cumpre pena por tráfico de droga



O concelho da Maia foi, ainda, o local escolhido para a apresentação de um estudo, que, segundo dados preliminares, indica que a maioria das reclusas estrangeiras no Norte de Portugal (85 por cento) cumpre pena por envolvimento em tráfico de droga e 40,4 por cento tem estudos secundários.

O estudo levado a cabo por Raquel Matos, responsável pela área de Psicologia da Justiça, na Universidade Católica do Porto, apoia-se numa amostra de 54 reclusas, de origem estrangeira, detidas em cadeias nortenhas. Com uma média de idade 36,5 anos, a amostra concluiu ainda que 29,6 por cento beneficia de apoio psicoterapêutico.

Notícia 7

“Dois quilos em ouro furtados na Foz”

2009-01-01 VÍTOR PINTO BASTO

http://jn.sapo.pt/PaginaInicial/Policia/interior.aspx?content_id=1065437; consultado a 13-02-2010

Três mulheres croatas foram detidas pela PSP, suspeitas de vários assaltos a residências na Foz do Douro (Porto).

Numa delas, terão furtado vários objectos em ouro, que pesam cerca de dois quilos, avaliados em 250 mil euros.

O alvo da rede de assaltantes de residências na Foz do Douro e em Nevogilde está claramente definido. Os seus moradores pertencem à classe alta e média-alta, explica o comissário Marco Teixeira, da Divisão de Investigação Criminal (DIC) da PSP, que ontem apresentou o resultado de mais uma investigação policial para combater a onda de assaltos que tem assolado, nas últimas semanas, os moradores daquelas duas freguesias portuenses.

Os alegados membros da rede de assaltantes são nómadas, sem residência, explica Marco Teixeira, escolhem o alvo e actuam tocando normalmente à campainha da residência visada. Se ninguém responder, usam cartões de plástico (desta vez, usaram metade de uma garrafa de plástico) para afastar o trinco e, se a porta não estiver fechada à chave, entrar.

A detenção das três mulheres, de 26, 32 e 35 anos, ocorreu pouco depois do assalto a uma residência num edifício na Avenida do Brasil, na Foz. Nela, as mulheres furtaram vários objectos em ouro, avaliados em cerca de 250 mil euros, e 12 678 euros. Entre os objectos recuperados estão vários relógios, colares, gargantilhas, pulseiras, anéis, alfinetes e brincos.



Ao trio, a PSP apreendeu, também, 37 libras em ouro, 2 dólares, 212 iénes, um automóvel ligeiro e material utilizado para assaltar as residências. Há dias, a PSP fez mais 11 detenções, na sua maioria mulheres, relacionadas com assaltos a casas na Foz e em Nevogilde.

Notícia 8

“Crime: PSP do Porto deteve dois jovens, com 12 e 13 anos, suspeitos de vários furtos em residências”

2009-01-16 PF, Lusa/Fim

http://jn.sapo.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1072885; consultado a 15-02-2010

Porto, 16 Jan (Lusa) - A PSP do Porto deteve dois adolescentes, com 12 e 13 anos, suspeitos da prática de vários crimes de furtos no interior de residências, disse hoje à Lusa fonte do Comando Metropolitano do Porto.

A fonte referiu que as detenções foram efectuadas por elementos da Divisão de Investigação Criminal (DIC), da PSP do Porto, na sequência de investigações relacionadas com o combate ao crime contra o património.

Os dois jovens detidos são um rapaz de 12 anos e uma rapariga de 13, ambos sem residência fixa no território nacional.

Aos dois adolescentes foram ainda apreendidos diversos objectos e instrumentos utilizados para a consumação da entrada em residências, nomeadamente chaves de fendas, chaves inglesas, luvas, uma touca e dois artefactos em material plástico.

Os jovens foram ontem, presentes junto do Tribunal de Família e Menores do Porto.

A fonte da PSP referiu também que tem verificado que, frequentemente, os proprietários das residências não tomam as precauções devidas, de forma a dificultar a prática de roubos no interior das respectivas residências.

A mesma fonte aconselhou a utilização de fechaduras de segurança, que não devem ficar fechadas apenas no trinco, sendo necessário dar sempre pelo menos uma volta à fechadura.

Recomendou ainda a leitura dos conselhos disponíveis no sítio da Intertet - www.psp.pt - da PSP.

Notícia 9



“Grupos nómadas suspeitos de vaga de furtos em residências”

2007-02-26 CARLOS VARELA

http://jn.sapo.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=691396; consultado a 15-02-2010

Dezenas de residências têm vindo a ser alvo de assaltos nas zonas dos distritos de Leiria, Santarém, Lisboa e Setúbal, tudo levando a crer que a origem dos crimes sejam grupos nómadas romenos, mas as autoridades estão com dificuldade em fazer parar os suspeitos, soube o JN. Há, no entanto, a suspeita de que possam também ter actuado no Norte, onde a PSP tem tomado algumas medidas preventivas, proibindo recentemente em Gaia o estacionamento de nómadas romenos, obrigando-os a sair.

O móbil dos crimes é o furto de dinheiro, jóias e também telemóveis, tudo artigos de rápido escoamento e que podem ser facilmente escondidos, mas nas residências não têm sido deixados quaisquer vestígios que associem directamente aos autores, para efeitos de acusação.

É mais uma situação a envolver estes grupos étnicos, depois dos casos dos menores que eram usados para furtar dinheiro nas caixas multibanco, tal como o JN noticiou em edição anterior (ver texto em baixo).

PSP, GNR, SEF e PJ estão a par das várias situações, decorrendo investigações, mas há dificuldade em as autoridades reconhecerem oficialmente o fenómeno, receando acusações de discriminação. "Claro que podíamos alertar as populações para os riscos, mas isso significaria associar alguns tipos de crime a determinados perfis étnicos e isso é-nos vedado", apontou ao JN um responsável policial.

A preocupação, no entanto, é grande, pela instabilidade que o problema cria junto das populações, tanto assim que o assunto já foi abordado numa das últimas reuniões da Unidade de Coordenação Antiterrorista (UCAT). "O caso não está nem de perto nem de longe ligado ao terrorismo, mas uma vez que na UCAT se sentam à mesma mesa as várias forças policiais, a reunião foi aproveitado para trocar informações", apontou ao JN uma fonte policial.

Há processos abertos em várias comarcas e os últimos casos conhecidos foram registados há duas semanas no Montijo e no Barreiro, mas as próprias autoridades têm dificuldade em combater os vários grupos de suspeitos. "A informação não corre entre as várias forças de segurança e de investigação e assim torna-se difícil estabelecer um trabalho coordenado", foi-nos salientado.



Da parte da PSP, no entanto, foi já decidido envolver a DEPIPOL (Departamento de Informações Policiais), através da Unidade Central de Pesquisa, que tem vindo a operar no apoio à investigação criminal, no âmbito dos inquéritos já abertos, para vigilâncias e recolha e tratamento de informação.

Detenções, no entanto, ainda são escassas. Há duas semanas a PSP de Lisboa deteve duas mulheres romenas em Miraflores que tinham acabado de assaltar uma casa, apanhando-as ainda com o produto do furto.

As detidas tinham documentos que as identificavam como menores e ficaram retidas num centro de acolhimento de Peniche, mas poucos dias depois as instalações fora arrombadas. Fugiram, não voltando a ser vistas pelas autoridades.

Técnica

A técnica para entrada nas residências é a utilização de cartões em plástico, com os quais as fechaduras são abertas, através das ombreiras. No entanto, as autoridades acreditam que os alvos sejam inicialmente seleccionado e vigiados.

Autores

As mulheres são alegadamente usadas pelos grupos para entrar nos edifícios, com o pretexto de que vão pedir esmola, o que acontece normalmente de dia. Antes são distribuídas por carrinhas em zonas escolhidas.

Organização

Os vários grupos - que chegam a ter 500 elementos - estão dispersos pelo país e operam de forma organizada, mas não têm contactos entre si. As tarefas estão distribuídas entre os elementos familiares, que habitam em acampamentos e casas degradadas.

Vigilância

As autoridades estão a reunir provas para efeitos judiciais e já recolheram abundante informação, nomeadamente através de testemunhos e vigilâncias vídeo e audio que apontam para os suspeitos.

Notícia 10

“Ouro furtado de 20 casas foi levado para Espanha - Portugueses reconheceram várias peças apreendidas a rede internacional”

2010-02-07 NUNO SILVA

http://jn.sapo.pt/PaginaInicial/Policia/interior.aspx?content_id=1488562; consultado a 15-02-2010



Uma quantidade significativa de ouro e jóias apreendida pela Polícia espanhola a uma rede internacional de assaltantes foi furtada de, pelo menos, 20 residências em Portugal. A PSP adiantou que muitas peças já foram reconhecidas pelos donos.

As suspeitas confirmaram-se e uma boa parte dos 22 quilos de objectos apreendidos na "Operación Yugoslavia", em Junho do ano passado, em Madrid, tem proprietários portugueses. Foram detidos, na altura, 50 indivíduos, naturais da Sérvia, Croácia e Montenegro e alegados membros de uma organização que praticou centenas de assaltos a casas, em vários países da União Europeia.

A complexa tarefa de reconhecimento do material recuperado originou um alerta público para que as vítimas daquele tipo de crime consultem o site www.policia.es ("Exposición Virtual de Joyas"), onde são exibidas, uma a uma, as peças furtadas. O aviso destina-se a lesados no período entre Junho do 2008 e Junho de 2009, que coincidiu precisamente com a passagem por Portugal da referida rede, cujas ramificações se estenderão, também, a países como Itália, França e Bélgica.

A Direcção Nacional da PSP revelou, ao JN, que o apelo tem dado frutos e que cerca de duas dezenas de cidadãos nacionais já identificaram artigos que lhes pertenciam. "Temos mantido um contacto permanente com as autoridades espanholas, para uma maior facilidade em identificar e deter todos os elementos da rede", sublinhou fonte da instituição.

Muitos dos objectos apreendidos, entre jóias, relógios valiosos e peças em ouro, estavam enterrados em jardins e escondidos em fundos falsos de autocaravanas usadas pelos detidos nas deslocações.

Método semelhante

O "modus operandi" do grupo no território espanhol foi em tudo idêntico ao que foi posto em prática numa invulgar escalada de assaltos a casas, de Norte a Sul de Portugal, a partir de meados de 2008, que levou a PSP a desencadear, em Março de 2009, a Operação Anzol, em que foram desmanteladas outras "células" da rede.

Os assaltantes atacavam durante o dia, por norma no período em que os moradores se ausentavam, e aproveitavam quase sempre o facto de as portas apenas estarem fechadas com o trinco.

Eram mulheres e crianças que se introduziam nas casas, forçando a abertura das portas com cartões de plástico, radiografias e até pedaços de garrafas. Apoderavam-se de todos os objectos de valor, provocando rombos de milhares de euros. Aquela actuação era controlada de perto por elementos masculinos, designados pela Polícia como os "cérebros",



a quem caberia o transporte dos operacionais para os locais dos assaltos, a vigilância da zona e a posterior venda dos bens furtados no mercado negro.

No âmbito da Operação Anzol, houve cerca de 30 detenções e foram identificados mais de 90 indivíduos, muitos deles menores, por envolvimento em várias dezenas de assaltos no nosso país, com incidência na faixa litoral. Os principais elementos foram apanhados em Vilamoura (Algarve), após passagens pelo Norte. São também originários de países de Leste, como Croácia, Sérvia e Roménia, e alguns têm ligações ao grupo desmantelado em Madrid. Seis estão em prisão preventiva.

Segundo o JN apurou, o processo, classificado como de "excepcional complexidade", está a ser ultimado, sob a orientação da Divisão de Investigação Criminal da PSP do Porto.

Notícia 11

“Jóias portuguesas na posse de rede internacional de furtos - Polícia lança apelo para identificar donos de milhares de peças recuperadas em Espanha”

2009-11-03 NUNO SILVA

http://jn.sapo.pt/PaginaInicial/Policia/interior.aspx?content_id=1408497; consultado a 15-02-2010

A Polícia espanhola suspeita que uma parte das milhares de jóias apreendidas a uma rede internacional de assaltos a casas tenha sido furtada em Portugal. Foi lançado um apelo para descobrir os donos, através da Internet.

As ramificações do grupo a Portugal são investigadas pelas autoridades espanholas desde Junho, quando foi desencadeada, em Madrid e províncias vizinhas, uma megaoperação que levou a cerca de 50 detenções, de indivíduos de Leste, oriundos da ex-Jugoslávia. A mobilidade era, aliás, uma imagem de marca dos assaltantes - terão passado por vários países da União Europeia, onde se dedicavam, sobretudo, ao furto em residências, usando, quase sempre, mulheres e crianças como operacionais.

É precisamente aquela faceta "nómada" que está na origem das dificuldades na identificação dos proprietários das cerca de 20 quilos de peças de valor apreendidas aos detidos. A situação chegou ao ponto de ter sido colocado no site www.policia.es um mostruário com mais de 4000 artigos furtados (designado "Exposición Virtual de Joyas"), para possibilitar um mais fácil reconhecimento.

A PSP também está a alertar os portugueses para a forte probabilidade de alguns dos objectos terem sido resultantes de assaltos no nosso país. O aviso destina-se aos cidadãos



que tenham sido vítimas daquele tipo de crime, principalmente entre os meses de Janeiro e Junho deste ano.

Nesse sentido, os visados são aconselhados a consultarem a referida página da Internet, e, no caso de encontrarem algum artigo que lhes pertença, a dirigirem-se à esquadra da área de residência. Deverão ir munidos de um documento referente à queixa que formalizaram, e, se possível, de fotografias da(s) jóia(s).

A rede em causa actuou no país vizinho com um método muito semelhante ao que foi posto em prática de Norte a Sul de Portugal, a partir de finais de 2008.

Os assaltantes estudavam as vulnerabilidades de segurança das residências e operavam quase sempre durante o dia, aproveitando a ausência dos moradores. Quando as portas estavam fechadas apenas com o trinco, usavam cartões de plástico e radiografias para forçar a sua abertura.

Às mulheres e às crianças cabia a tarefa de entrar nas casas, apoderando-se das jóias, enquanto os homens vigiavam na rua.

Notícia 12

“PSP acusa menores de Leste de furtos”

2009-02-28 JOÃO PAULO COSTA

http://jn.sapo.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1156214; consultado 15-02-2010

A criminalidade violenta na área da PSP do distrito de Aveiro diminuiu em 2008, mas os crimes contra o património têm aumentado, nomeadamente o furto a residências. Menores de países do Leste são os responsáveis.

"Menores provenientes dos novos países da União Europeia" estão na base do crescente aumento de furtos no interior de residências no distrito de Aveiro, afirmou, ontem, o comandante da PSP de Aveiro, Manuel Vale, durante as comemorações dos 122 anos do Comando Distrital, que contou com a presença do secretário de Estado da Administração Interna, Rui Sá Gomes.

Em causa, sabe o JN, estão jovens dos 12 aos 14 anos, maioritariamente provenientes da Roménia e Croácia, que durante o dia entram em casas usando cartões. Este fenómeno "tem percorrido o resto da Europa", acrescenta a mesma fonte.

Em 2008, as detenções por crimes de furto e roubo aumentaram 31%, registando-se cerca de 1460 por vários ilícitos criminais. O aumento de furtos em residências é um dos aspectos que actualmente mais preocupam a PSP.



Nos crimes contra pessoas, a PSP registou, em 2008, 1795 casos, "um aumento relativamente a 2007". Esta subida, não especificada, afirmou o comandante, "é resultante, em larga medida, de um acréscimo de 97% de denúncias de violência doméstica".

A criminalidade violenta e grave registou uma diminuição nas denúncias, não quantificada por Manuel Vale.

Relativamente à sinistralidade rodoviárias, em 2008, foram registados 2742 acidentes, que provocaram 519 feridos, 32 graves e seis mortos (40% menos relativamente a 2007). Durante o ano, a PSP levantou 33500 autos de contra-ordenação. As comemorações terminaram com uma demonstração de actividades da Unidade Especial de Polícia.

Notícia 13

“Bragança: Tribunal mandou em liberdade grupo detido junto à fronteira por suspeita de furtos”

2008-09-25 HFI, Lusa/fim

http://jn.sapo.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1017855

Bragança, 25 Set (Lusa) - O Tribunal de Bragança mandou em liberdade o grupo de cinco romenos detidos terça-feira pela Brigada de Trânsito da GNR junto à fronteira por suspeita de vários furtos, divulgou hoje fonte ligada ao processo.

De acordo com a fonte, os indivíduos ficam a aguardar julgamento em liberdade, indiciados pelo crime de furto e mediante as medidas de coacção mais leves.

O tribunal determinou o Termo de Identidade e Residência e apresentações semanais às autoridades, no caso do Porto, cidade onde têm residência.

Os suspeitos foram interceptados no IP4, entre Bragança e Quintanilha, quando seguiram em direcção à fronteira com Espanha, numa viatura roubada no mesmo dia no Porto.

Os indivíduos com idades entre os 20 e os 30 anos transportavam vários materiais furtados, cuja origem as autoridades ainda não conseguiram apurar.

Entre os artigos encontram-se três telemóveis, um GPS, seis blusões de cabedal, 47 pares de calças de várias marcas, 68 polos, 21 camisolas, 80 t-shirts e 33 camisas.

Todo o material estava etiquetado, embalado, e em preço, pelo que suspeitasse que tenha sido furtado das respectivas lojas, não se sabendo quais ou quando.



Um dos elementos tem um mandado de captura em Espanha, por motivos que as autoridades portuguesas desconhecem.

Outro elemento já cumpriu pena de prisão em Espanha por furto e um terceiro, por agressão, na Roménia.

Notícia 14

Suspeitos de furtos colocados em liberdade

2008-09-25

http://jn.sapo.pt/PaginaInicial/Policia/interior.aspx?content_id=1017862; consultado a 16-02-2010

O Tribunal de Bragança mandou em liberdade o grupo de cinco romenos detidos terça-feira pela Brigada de Trânsito da GNR junto à fronteira por suspeita de vários furtos, divulgou fonte ligada ao processo.

De acordo com a fonte, os indivíduos ficam a aguardar julgamento em liberdade, indiciados pelo crime de furto e mediante as medidas de coacção mais leves.

O tribunal determinou o Termo de Identidade e Residência e apresentações semanais às autoridades, no caso do Porto, cidade onde têm residência.

Os suspeitos foram interceptados no IP4, entre Bragança e Quintanilha, quando seguiram em direcção à fronteira com Espanha, numa viatura roubada no mesmo dia no Porto.

Os indivíduos com idades entre os 20 e os 30 anos transportavam vários materiais furtados, cuja origem as autoridades ainda não conseguiram apurar.

Entre os artigos encontram-se três telemóveis, um GPS, seis blusões de cabedal, 47 pares de calças de várias marcas, 68 polos, 21 camisolas, 80 t-shirts e 33 camisas.

Todo o material estava etiquetado, embalado, e em preço, pelo que suspeitasse que tenha sido furtado das respectivas lojas, não se sabendo quais ou quando.

Um dos elementos tem um mandado de captura em Espanha, por motivos que as autoridades portuguesas desconhecem.

Outro elemento já cumpriu pena de prisão em Espanha por furto e um terceiro, por agressão, na Roménia.

Notícia 15



“Estrangeira detida por furtos em shopping”

2008-10-05 L.H.O.

http://jn.sapo.pt/PaginaInicial/Policia/interior.aspx?content_id=1022321; consultado a 16-02-2010

A PSP de Viana do Castelo deteve, sexta-feira, uma cidadã de estrangeira, de 20 anos, por suspeita de furto em três estabelecimentos de pronto-a-vestir situados no "Estação Viana Shopping", naquela cidade.

Segundo aquela força policial, os furtos - nos quais terão estado envolvidos duas mulheres e um homem, presume-se que todos de nacionalidade romena - ocorreram por volta das 16 horas, tendo sido um dos seguranças da superfície comercial a alertar as autoridades para o caso, uma vez que os alarmes não terão sido accionados, apesar de muitas peças de roupa disporem do respectivo dispositivo electrónico.

Ao todo, a mercadoria furtada e, posteriormente, apreendida pela Polícia, totaliza cerca de dois mil euros. Apreendido viria, ainda, a ser o VW Golf onde a jovem, com residência em Gaia, foi detida, numa altura em que se preparava para deixar o shopping.

Notícia 16

“Apanhadas na loja a furtar relógios de 57 mil euros”

2008-12-14 NUNO SILVA

http://jn.sapo.pt/PaginaInicial/Policia/interior.aspx?content_id=1058701; consultado a 17-02-2010

Uma loja do centro comercial NorteShopping, em Matosinhos, esteve prestes a sofrer um rombo de 57 mil euros. Duas mulheres de nacionalidade romena tentaram furtar dois relógios naquele valor, mas foram interceptadas pelos funcionários do estabelecimento e detidas pela PSP.

O flagrante aconteceu por volta das 23.30 horas de anteontem, numa das lojas do shopping, situado na Senhora da Hora. As duas mulheres - de 32 e 19 anos - entraram no estabelecimento como vulgares clientes e deitaram o olho a dois relógios valiosos. Ainda conseguiram abrir o expositor e escondê-los no vestuário, mas os funcionários aperceberam-se e retiveram-nas até à chegada da PSP. As mulheres, que apresentaram Sintra como zona de residência, foram revistadas e estavam na posse dos artigos furtados. Foram presentes, ontem, a um juiz de turno.



Também anteontem, mas durante a tarde, um cidadão espanhol foi apanhado a furtar artigos no El Corte Inglés, em Gaia. Para o efeito, recorria a uma técnica cada vez mais frequente: utilizava um saco forrado a alumínio para tentar iludir os detectores de alarmes.

Os planos do indivíduo, de 35 anos e residente na Corunha, em Espanha, foram gorados ao ser interceptado por seguranças, quando tentava passar as caixas. Estava na posse de alguns jogos de computador, um DVD e um rato de computador, que tentava levar sem pagar (250 euros). Foi detido e presente ontem a tribunal.

Nos últimos tempos, têm sido interceptados, um pouco por todo o país, vários indivíduos, na sua maioria originários de países do Leste europeu, que usam sacos "blindados" para o furto de artigos em lojas de centros comerciais.

Notícia 17

“Suspeito de 124 assaltos a residências no Norte”

2006-01-13

http://jn.sapo.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=531387

Um "especialista" em assaltos a residências foi detido pela Divisão de Investigação Criminal (DIC) da PSP do Porto. É suspeito de ter praticado pelo menos 124 furtos, em conjunto com outros indivíduos, ainda a monte. Apesar do extenso currículo, o indivíduo, de 39 anos, foi posto em liberdade pelo Tribunal de Vila do Conde, sendo sujeito ao regime de apresentações às autoridades policiais, três vezes por semana.

Desde finais de 2004, o homem - que já tinha sido detido várias vezes por crimes semelhantes - terá protagonizado com o seu grupo uma onda de assaltos a habitações, um pouco por toda a região Norte. Porto, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Gaia, Valongo, Santo Tirso, Gondomar, Espinho, Trofa, Valença e Caminha terão sido pontos de passagem.

De acordo com fonte policial, os assaltantes tinham grande "cuidado" na preparação das investidas. Começavam por fazer o reconhecimento das casas, avaliando as suas vulnerabilidades em termos de segurança. Chegavam a tocar às campainhas para se certificarem de que não se encontrava ninguém.

Receptação preocupa

Para se introduzirem nas residências, muitas vezes durante o dia, estroncavam os canhões das fechaduras, com recurso a um alicate de pressão.



Furtavam, de seguida, diversos artigos de valor, entre os quais peças em ouro, assim como dinheiro e outro material de fácil transporte. A operação desencadeada pela DIC permitiu a apreensão de alguns dos artigos resultantes dos furtos, através de buscas domiciliárias levadas a efeito no Porto, em Gaia e em Gondomar.

O aumento de furtos no interior das residências na Área Metropolitana do Porto e a coincidência do "modus operandi" levaram à intervenção da Polícia. A DIC acredita que foi detido "um dos principais mentores" do grupo e procura agora os restantes elementos. O facto de o suspeito mudar constantemente de cúmplices dificultou as investigações. As diligências prosseguem para a captura dos restantes envolvidos.

De qualquer forma, o grande número de furtos atribuídos ao indivíduo detido surpreendeu as próprias autoridades. Entre o material recuperado pela PSP, contam-se peças em ouro, relógios, telemóveis e vídeos, cujo valor ascende a milhares de euros. Foram ainda identificados três alegados receptadores do material furtado, que procediam ao escoamento do mesmo, na cidade do Porto.

Segundo uma fonte da PSP, há cada vez mais indivíduos que se dedicam "em exclusivo" àquele tipo de actividade. De tal forma que os assaltantes já sabem antecipadamente o destino a dar aos produtos roubados, que muitas vezes são novamente colocados no mercado, seja em lojas de artigos usados ou mesmo em feiras, entre outros espaços públicos.

Por vezes, os assaltos são mesmo praticados para satisfazer encomendas.

Números

4 buscas domiciliárias foram efectuadas pela PSP, nos concelhos do Porto, Gaia e Gondomar. Foi recuperado diverso material presumivelmente resultantes dos furtos.

11 concelhos terão sido pontos de passagem dos assaltantes Porto, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Gaia, Valongo, Santo Tirso, Gondomar, Espinho, Trofa, Valença e Caminha.

Notícia 18

Mulher detida por furto num hipermercado

2005-11-25 JOSÉ C. MAXIMINO

http://jn.sapo.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=524024; consultado a 17-02-2010



Uma jovem de nacionalidade romena, de 17 anos, foi entregue, anteontem, sob prisão, à Polícia de Segurança Pública de Aveiro, por suspeita de furto num hipermercado da cidade.

A mulher, desempregada e com residência na Póvoa de Santa Iria, foi interceptada, ao princípio da tarde, segundo fontes policiais, quando saía do hipermercado "Jumbo", no Centro Comercial Glicínias, onde teria furtado, momentos antes, quatro máquinas fotográficas e uma saia.

Os artigos furtados, avaliados em 945,90 euros, foram recuperados e devolvidos ao responsável do estabelecimento comercial, adiantou fonte da PSP .

Depois de ouvida em Tribunal, ontem de manhã, a arguida foi mandada para casa. Vai aguardar o desenrolar do processo em liberdade, mediante prestação de termo de identidade e residência.

A detenção da jovem romena, anteontem, à saída do "Jumbo", acontece um dia depois de uma Brigada de Intervenção Criminal da PSP também ter detido um casal, da mesma nacionalidade, por suspeita de vários furtos em vários estabelecimentos comerciais, entre os quais outro hipermercado da cidade - o "Feira Nova".

Notícia 19

“Em prisão preventiva há meio ano por furto”

2004-12-06 NUNO SILVA

http://jn.sapo.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=471187

Dois imigrantes polacos estão há meio ano em prisão preventiva (medida de coacção máxima), por terem furtado de uma residência um fio, uma pulseira e um par de brincos, cujo valor não ultrapassou os 175 euros. Daniel Bartkiewicz, de 27 anos, e Cirka Arkadiusz, de 41, começam a ser julgados, hoje de manhã, no Tribunal de Santa Maria da Feira.

As detenções aconteceram no passado dia 8 de Junho, na sequência do assalto, levado a cabo em S. João de Ver. De acordo com a acusação deduzida pelo Ministério Público, os arguidos, na companhia de um terceiro indivíduo, que seguia ao volante de uma viatura e não foi localizado, deslocaram-se, pelas 11.50 horas, a uma residência na Rua da Azenha, para consumarem um "plano conjunto e previamente elaborado". Munidos de uma chave de fendas, Daniel e Cirka estroncaram de seguida a fechadura da porta de entrada da casa e dirigiram-se a um dos quartos, retirando do interior de um guarda-jóias



que se encontrava em cima de uma cómoda um fio e uma pulseira em ouro e um par de brincos.

Tentaram fugir

Alertados pelo barulho de alguns populares que se aperceberam das movimentações, os dois polacos saíram da habitação através de uma janela, saltando de uma altura de cerca de dois metros e meio. Daniel acabou por ser interceptado quando escalava o portão de uma residência contígua e Cirka, que conseguiu fugir para uma mata das proximidades, foi detido pelas autoridades algumas horas mais tarde.

O terceiro indivíduo, alegadamente também do Leste europeu, e que os terá conduzido à referida casa, porque a mesma tinha "dinheiro e ouro", conseguiu a fuga, não sendo localizado. A acusação do Ministério Público acrescenta que os estragos na fechadura da casa causaram um prejuízo de 638,46 euros. Os dois polacos respondem por um crime de furto qualificado (pode dar pena de prisão até cinco anos). Há seis meses que aguardam julgamento na cadeia de Custódias, em Matosinhos.

O que diz a lei:

Prisão preventiva

O artigo 202º do Código de Processo Penal dá conta que a medida de coacção pode ser aplicada quando há "fortes indícios" da prática de crime doloso punível com uma pena de prisão superior a três anos. O outro ponto do artigo refere que tal também pode acontecer se se tratar de uma pessoa que "tiver penetrado ou permaneça irregularmente em território nacional, ou contra a qual estiver em curso um processo de extradição ou de expulsão".

Condições de aplicação Segundo o artigo 204º do Código do Processo Penal, nenhuma medida de coacção, excepto Termo de Identidade e Residência, pode ser aplicada se não se verificarem os seguintes pressupostos fuga ou perigo de fuga; perigo de perturbação do decurso do inquérito ou da instrução do processo; "perigo, em razão da natureza e das circunstâncias do crime ou da personalidade do arguido, de perturbação da ordem e da tranquilidade públicas ou de continuação da actividade criminosa".

Notícia 20

“Duas raparigas suspeitas de assaltar residências”

2009-02-03 ALEXANDRA SERÔDIO

http://jn.sapo.pt/PaginaInicial/Policia/interior.aspx?content_id=1126820; consultado a 20-02-2010



Têm 13 e 15 anos, têm nacionalidade romena, e são suspeitas de assaltos a residências na região de Leiria. Foram "apanhadas" pela PSP por duas vezes, entregues a um centro de acolhimento de onde sempre fugiram.

As menores foram identificadas pela primeira vez no sábado. Por volta das 12 horas, os agentes deslocaram-se a um estabelecimento comercial, a pedido da proprietária, e ficaram a saber que as duas meninas adquiriram um frasco de líquido e no exterior da loja e com o auxílio de uma tesoura, cortaram o recipiente e deitaram fora o líquido. O frasco de plástico foi depois cortado em pedaços.

Logo a seguir, as menores entraram num prédio, em Leiria, e saíram cinco minutos depois. Refere a PSP que os pedaços de plástico podem ter sido utilizados para abrir as portas que se encontrem apenas fechadas no trinco.

Uma prática que "tem sido frequente na cidade", refere a Polícia que tinha já referência de duas "menores estrangeiras" que estariam a praticar este tipo de furtos.

As meninas acabariam por ser interceptadas e levadas para a esquadra. Na sua posse tinham uma tesoura e três pedaços de plástico. Por determinação do Ministério Público de Leiria, as raparigas foram entregues num centro de acolhimento, que tem regime aberto, pelo que fugiram pouco tempo depois.

No domingo, cerca das 9 horas, viriam a ser detectadas novamente a vaguear na cidade. Foram de novo interceptadas e levadas para o centro de acolhimento, em virtude de não poderem ser entregues aos pais.

Três horas depois, a PSP foi alertada para uma nova fuga das menores. Ontem, ao início da tarde, a Polícia desconhecia o seu paradeiro.

Notícia 21

“Usaram saco em alumínio para furtar - Valongo”

2010-02-27

http://jn.sapo.pt/PaginaInicial/Policia/interior.aspx?content_id=1506112; consultado a 11-04-2010

Computadores portáteis, telemóveis, plasmas, leitores de DVD, perfumes e playstation, entre outro material furtado, foram apreendidos pelo Núcleo de Investigação Criminal da GNR de Cantanhede, em buscas em Lisboa, Sintra, Feijó e Montijo. Foram identificados seis indivíduos.



Três homens de nacionalidade romena foram apanhados a tentar furtar uma consola de jogos, numa loja da Worten, em Valongo, com recurso a um saco forrado a alumínio.

O alerta para a PSP ocorreu cerca das 18 horas de anteontem. Os três imigrantes, de 19, 25 e 29 anos e sem residência fixa, levantaram suspeitas e foram interceptados quando passavam as linhas das caixas registadoras. No interior do saco levavam uma consola, no valor de 299 euros. Estavam na posse de um outro saco "blindado", pelo que as autoridades suspeitam que se dedicassem a este tipo de crime. A técnica tem sido posta em prática um pouco por todo o país.

Os romenos já tinham sido vistos várias vezes a entrar e a sair do estabelecimento, situado na Rua Julião Sarmiento. Foi formalizada queixa e eles acabaram detidos e presentes ao Tribunal de Valongo.

Notícia 22

“Menores romenos usados em furtos no multibanco”

2006-11-07 NUNO SILVA

http://jn.sapo.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=577844; consultado a 20-02-2010

Crianças romenas estão a ser usadas para a prática de assaltos a pessoas que se encontram em caixas de multibanco. O método tem-se repetido os menores esperam que as vítimas digitem os códigos, depois distraem-nas fazendo-se passar por pedintes, um deles marca a importância que pretende furtar (entre 200 e 300 euros), fugindo com o dinheiro. Um esquema de tal forma eficaz que muitas vezes os lesados não se apercebem do furto, na altura.

Segundo o JN apurou junto de fonte policial, têm sido registadas várias denúncias de casos do género, em diferentes pontos do país, sendo que a PSP do Porto já identificou entre 20 e 30 indivíduos, entre adultos e menores por eles "usados". Os cenários de actuação são as caixas de multibanco instaladas nas ruas e no interior de dependências bancárias.

No final da semana passada, duas crianças de nacionalidade romena, com apenas 10 e 12 anos, foram apanhadas no Porto, depois de ter levado a cabo aquele estratagema.

Tudo aconteceu na Avenida dos Aliados, quando um reformado de 58 anos se dirigiu a uma caixa automática. Os menores (uma rapariga com 12 anos e um rapaz de 10) esperaram que o homem marcasse o código e passaram ao ataque simularam ser surdos-mudos e que estavam a fazer um peditório. Entretanto, e para tentarem confundir mais o



reformado, atiraram umas capas para cima do teclado. No meio da confusão, e com bastante destreza à mistura, a rapariga digitou a importância de 200 euros (sem que a vítima reparasse), pondo-se depois em fuga com o outro miúdo. O lesado apenas deu conta do que tinha acontecido pouco depois, mas ainda seguiu no encalço da dupla, interceptando-a na Rua de Sampaio Bruno.

Os dois jovens assaltantes foram entregues à Divisão de Investigação Criminal da PSP do Porto, que os indiciou por enquanto pela autoria de sete furtos com aquele método quatro no Porto, um em Lisboa (o primeiro caso) e os restantes nos concelhos de Gaia e de Matosinhos.

As crianças foram entregues aos pais e o caso seguiu para o Ministério Público, podendo tratar-se de uma situação de "exploração de menores na mendicidade". Face a esta escalada, a PSP alerta os utilizadores de multibancos para terem atenção redobrada.

Migrações frequentes As investigações têm sido dificultadas pelo facto de os implicados não terem residência fixa - mudam frequentemente de localidade e moram em acampamentos. A "migração" é feita quando os romenos sentem que as autoridades policiais da zona estão a apertar o cerco.